



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PRISCILA LOPES MENEZES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EXPRESSAS NOS
DISCURSOS DE ARQUIVISTAS ACERCA DO
GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS ARQUIVOS DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Londrina
2025

PRISCILA LOPES MENEZES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EXPRESSAS NOS
DISCURSOS DE ARQUIVISTAS ACERCA DO
GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS ARQUIVOS DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de Moraes

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M543r MENEZES, PRISCILA LOPES.
Representações Sociais expressas nos discursos de arquivistas acerca do gerenciamento de riscos nos arquivos das universidades federais brasileiras / PRISCILA LOPES MENEZES. - Londrina, 2025.
364 f. : il.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.
Coorientador: Marcos Antônio de Moraes.
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Discurso do Sujeito Coletivo - Tese. 2. Representações Sociais - Tese. 3. Gestão de Riscos - Tese. 4. Arquivos universitários - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de . II. Moraes, Marcos Antônio de . III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 02

PRISCILA LOPES MENEZES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EXPRESSAS NOS DISCURSOS DE
ARQUIVISTAS ACERCA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS
ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora: Dra. Ana Cristina de
Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Coorientador: Dr. Marcos Antônio de
Moraes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Daniella Camara Pizarro
Universidade Estadual de Santa Catarina -
Udesc

Profa. Dra. Diana Vilas Boas Souto Aleixo
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Profa. Dra. Letícia Gorri Molina
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Izângela Maria Sansoni Tonello de
Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de março de 2025.

Dedico esta pesquisa aos profissionais da informação que não poupam esforços para gerir as unidades arquivísticas apesar das adversidades cotidianas.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é ao meu Pai Eterno, meu Deus, que sempre me amparou e foi me dirigindo para que eu tivesse capacidade de concluir esse doutorado.

Aos meus pais, Francisco e Jussara, e a minha irmã Francislene, que sempre incentivaram meus estudos e por tantas vezes tiveram que me ouvir falar sobre a minha pesquisa.

Aos professores dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Administração da UEL, os quais tive o prazer de conhecer e receber trocas de conhecimento.

A cada colega da minha turma de doutorado (2021) pelos compartilhamentos de alegrias, de desânimos, de cerveja (somente após às 18h!), que com certeza influenciaram no meu aprender.

Fica meu muito obrigada também aos amigos que me apoiaram e muitas vezes acreditaram mais no meu potencial que eu mesma: Adriano Castro, Angélica Berleze, Cristiele Alpi, Luana Sabatine, Meissane Leão, Natan Sobral, Orestes Trevisol, Rosilaine Bello e Vanessa Teodoro. Jimena Heredia, mesmo com todos os quilômetros de distância, tua voz foi sempre um reforço para que trocássemos experiências e eu chegasse na defesa da tese.

Aos profissionais que participaram do pré-teste da minha pesquisa e aos que efetivamente foram entrevistados. Sem a colaboração de vocês, esse estudo não seria possível. Obrigada pela forma que cada um me recebeu, ultrapassou todas as minhas expectativas!

Por fim, se, durante esse período de quatro anos, em algum momento, você me ouviu falar sobre o doutorado, OBRIGADA!

O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria.

Mariza Veloso (2006, p.438)

MENEZES, Priscila Lopes. **Representações Sociais expressas nos discursos de arquivistas acerca do gerenciamento de riscos nos arquivos das universidades federais brasileiras**. 2025. 364 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa resgata o discurso dos gestores de arquivos das universidades federais brasileiras sobre a Gestão de Riscos, utilizando a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), fundamentada na Teoria das Representações Sociais. O estudo busca evidenciar o DSC como metodologia eficaz para compreender as Representações Sociais dos gestores em relação à Gestão de Riscos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e aplicada, baseada em pesquisa documental, estudo de caso múltiplo, entrevistas semiestruturadas e observação direta, sendo o DSC empregado para o tratamento e análise dos dados. Os resultados evidenciam o reconhecimento da importância da Gestão de Riscos por parte dos profissionais responsáveis pelos arquivos. No entanto, a aplicação prática dos planos de gestão enfrenta desafios, como a escassez de pessoal, a falta de valorização dos arquivos e os cortes orçamentários nas universidades. Diante desse cenário, os gestores buscam sensibilizar a administração superior e os usuários por meio de ações de difusão, visando ao reconhecimento e à valorização dos acervos, cuja preservação é essencial para a memória institucional e o acesso à informação. A partir da metodologia do DSC, foi possível demonstrar a visão dos gestores dos arquivos universitários federais quanto às atividades que desempenham no âmbito da Gestão de Riscos. Com isso, validou-se a contribuição teórico-metodológica do DSC para resgatar as Representações Sociais e revelar o pensamento coletivo por meio da discursividade.

Palavras-chave: Discurso do Sujeito Coletivo. Representações Sociais. Gestão de Riscos. Arquivos universitários. Gestores de arquivos.

MENEZES, Priscila Lopes. **Social Representations expressed in the discourse of archivists about risk management in the archives of Brazilian federal universities**. 2025. 364 p. Thesis (Doctorate in Information Science) – State University of Londrina, Londrina, 2025.

ABSTRACT

This research rescues the discourse of archive managers at Brazilian federal universities regarding Risk Management, using the Collective Subject Discourse (CSD) methodology, based on the Theory of Social Representations. The study seeks to highlight CSD as an effective methodology for understanding these managers' Social Representations regarding Risk Management. Methodologically, this is a descriptive, qualitative, and applied research study, based on documentary research, a multiple case study, semi-structured interviews, and direct observation, with CSD employed for data processing and analysis. The results highlight the recognition of the importance of Risk Management by professionals responsible for archives. However, the practical implementation of management plans faces challenges, such as staff shortages, lack of recognition of archives, and budget cuts in universities. In this scenario, managers seek to raise awareness among senior administration and users through dissemination actions, aiming for the recognition and appreciation of collections, whose preservation is essential for institutional memory and access to information. Through the CSD methodology, it was possible to demonstrate the perspective of federal university archive managers regarding the activities they perform in the context of Risk Management. Thus, the theoretical and methodological contribution of CSD was validated in rescuing Social Representations and revealing collective thought through discourse.

Key-words: Collective Subject Discourse. Social Representations. Risk management. University archives. Archive managers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os elementos constituintes e o modo de produção da representação.....	30
Figura 2 - Teoria das Representações Sociais	37
Figura 3 - Discurso do Sujeito Coletivo	44
Figura 4 - Processo de Gestão de Riscos.....	81
Figura 5 - Etapas do Processo de Gestão de Riscos.....	82
Figura 6 - Seis camadas do envoltório.....	88
Figura 7 - Documentos acometidos por fungos devido à goteiras	90
Figura 8 - Pontuação componente “A”	91
Figura 9 - Pontuação componente “B”	92
Figura 10 - Pontuação componente “C”	92
Figura 11 - Os cinco estágios de controle.....	96
Figura 12 - Termos estabelecidos no Código de Ética dos Conservadores- Restauradores do Brasil	101
Figura 13 - Depósito um	121
Figura 14 - Depósito dois.....	122
Figura 15 - Depósito três.....	123
Figura 16 - Acervo Ufes	125
Figura 17 - Localização do Arquivo Ufes	126
Figura 18 - Sala do Arquivo Central da Unirio.....	129
Figura 19 - Galpão de guarda documental.....	131
Figura 20 - Acervo preservado no galpão	132
Figura 21 - Sala do arquivo histórico da UFJF	133
Figura 22 - Fachada do Arquivo Central	136
Figura 23 - Local de guarda do acervo	137
Figura 24 - Ambiente da copa.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de atributos de valor.....	84
Quadro 2 - Exemplo de escala numérica para pontuação dos atributos.....	85
Quadro 3 - Os 10 agentes de deterioração.....	86
Quadro 4 - Identificação dos riscos no acervo arquivístico	89
Quadro 5 - Estratégias metodológicas	103
Quadro 6 - Levantamento prévio do campo de estudo	108
Quadro 7 - Campo de estudo	109
Quadro 8 - Fontes de evidências utilizadas	111
Quadro 9 - Análises dos PGR.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Ancoragem
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CCI	<i>Canadian Conservation Institute</i>
CDCN	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Ciência da Informação
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
Coso	Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão <i>Treadway</i>
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-chave
Efoa	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
Fefieg	Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara
Fefierj	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FDR	Faculdade de Direito do Recife
GR	Gestão de Riscos
IAD	Instrumento de Análise do Discurso
IC	Ideias Centrais
ICA	Conselho Internacional de Arquivos
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IES	Instituições de Ensino Superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
INC	Instrução Normativa Conjunta
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO	Organização Internacional para Padronização

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, dentre outros
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MR	Magnitude do Risco
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PGR	Plano de Gestão de Riscos
PJe	Processo Judicial Eletrônico
RS	Representações Sociais
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
TRS	Teoria das Representações Sociais
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFABC	Universidade Federal do ABC
Ufac	Universidade Federal do Acre
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
Ufam	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Ufersa	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Ufla	Universidade Federal de Lavras

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
Ufob	Universidade Federal do Oeste da Bahia
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília

Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
Unifap	Universidade Federal do Amapá
Unifei	Universidade Federal de Itajubá
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unilab	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
Unipampa	Universidade Federal do Pampa
Unir	Universidade Federal de Rondônia
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UR	Umidade Relativa
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UV	Ultravioleta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	28
2.1	Discurso Do Sujeito Coletivo.....	37
2.1.1	Representações Sociais com o Uso do DSC em Teses e Dissertações na Ciência da Informação.....	44
3	ARQUIVOS: CONCEITOS, FUNÇÕES E PRINCÍPIOS.....	61
3.1	Arquivos Universitários	68
4	Gestão de Riscos.....	73
4.1	Etapas do Processo de Gestão de Riscos.....	79
4.1.1	Contexto	82
4.1.2	Identificar	85
4.1.3	Analisar.....	91
4.1.4	Avaliar.....	94
4.1.5	Tratar	94
4.1.6	Monitorar.....	97
4.2	Preservação Da Informação	98
5	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	103
5.1	Campo De Estudo.....	105
5.2	Métodos Para Coleta Dos Dados.....	110
5.3	Método Para Análise Dos Dados	114
5.4	Realização Do Pré-Teste Da Entrevista.....	116
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	118
6.1	Caracterização Das Instituições E Do Ambiente Arquivístico	119
6.2	Caracterização Dos Entrevistados	138
6.3	Caracterização Dos Planos De Gestão De Riscos.....	141
6.4	DSC Final: A Voz Dos Gestores De Arquivos Universitários.....	146
7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	168
7.1	O Entendimento Sobre a Gestão de Riscos	168

7.2	A Cultura Organizacional E Sua Repercussão.....	170
7.3	Estrutura Dos Arquivos Universitários.....	174
7.4	Gestão Documental	180
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS	189
	APÊNDICES.....	212
	APÊNDICE A - Roteiro para análise documental.....	213
	APÊNDICE B - Questionário de caracterização	214
	APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado de entrevista	216
	APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	217
	APÊNDICE E - Roteiro de observação direta	220
	APÊNDICE F - Termo de consentimento para fotografias e/ou gravações.....	222
	APÊNDICE G - Transcrição das entrevistas	223
	APÊNDICE H - Instrumento de Análise do Discurso.....	289
	ANEXOS	357
	ANEXO A - Escala da Magnitude do Risco	358
	ANEXO B - Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Unifal	359
	ANEXO C - Organograma da Ufes	360
	ANEXO D - Organograma da Unirio	361
	ANEXO E - Organograma do Arquivo Central da Unirio.....	362
	ANEXO F - Organograma da Pró-reitoria de Planejamento da UFJF	363
	ANEXO G - Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão da Ufla	364

1 INTRODUÇÃO

“Aqui não sobrou nada”, comentou Vkekoslav, um bibliotecário. “Vi uma coluna de fumaça, e os papéis voando por toda parte, e eu queria chorar, gritar, mas permaneci ajoelhado, com as mãos na cabeça. Toda minha vida ficarei com este peso da recordação de como queimou a Biblioteca Nacional de Sarajevo” (Báez, 2004, p.214).

Vive-se, sem nenhuma exclusividade deste século ou do contexto brasileiro, o apagamento do patrimônio cultural. O termo patrimônio, originário do latim *patrimonium*, remete a herança paterna, que sustenta a identidade dos povos e causa o sentimento de pertença e afirmação (Báez, 2004). No entanto, diferentes formas de negligência, desastres naturais e ações humanas vêm comprometendo a preservação desse legado.

Um exemplo recente foram os temporais que acometeram o estado do RS, no dia 30 de abril de 2024, e atingiram milhares de pessoas e instituições, dentre esses órgãos, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que por sua vez fazia a guarda de parte do seu acervo histórico no subsolo do prédio da reitoria. Cerca de 12.214 caixas de documentos foram totalmente submersas. A gravidade da situação mobilizou uma força-tarefa emergencial para recuperar a documentação, dando origem à operação “Recupera Acervo UFSM”, o qual resultou em diversas publicações sobre como proceder em ações emergenciais de resgate de acervos (Flores, 2024).

Outro exemplo impactante, foram os vandalismos, ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, no Palácio do Congresso Nacional do Brasil, prédio considerado patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desde 1987, com diversificado acervo legislativo e histórico do país dilapidado. Para citar brevemente, o quadro do Di Cavalcante foi esfaqueado; o relógio feito no século XVII por Balthazar Martinot dado a Don João VI foi destruído; a escultura “Maria, Maria” foi quebrada a pauladas. Vidros, paredes, tapeçarias, e outros objetos, também foram demolidos (Seganfredo, 2023).

O Arquivo Nacional também foi alvo de desastre, em 08 de fevereiro de 2023, quando um alagamento atingiu documentos históricos do Brasil colônia, datados desde 1596. O episódio reforçou a necessidade de reformas estruturais no conjunto arquitetônico construído na primeira metade do século XIX, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Dal Piva; Aleixo, 2023).

O incêndio no Museu Nacional, ocorrido no dia 02 de setembro de 2018, é outro

exemplo de perdas ao patrimônio brasileiro. A instituição, administrada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), perdeu aproximadamente 90% do seu acervo. Considerado como um dano irreparável por João Carlos Nara, diretor do museu na época, retratou que o acidente poderia ter sido evitado, se não fosse pela falta de investimentos e a má Gestão de Riscos (GR) (Cunha, 2018).

O roubo de quatro obras de arte (um Picasso, um Monet, um Matisse e um Dalí), em 24 de fevereiro de 2006, no Museu Chácara do Céu, no Rio de Janeiro, figura como um dos maiores sinistros já registrados no Brasil. Dez anos após o furto, a jornalista Tardáguila publicou o livro “A arte do descaso” (2016), no qual pondera que o desaparecimento de uma pintura não traz comoção popular, é tratada como supérfluo, visto como algo que atinge apenas a elite cultural. Menciona que situações assim possuem baixa taxa de notificações de roubo devido a crença de que a polícia é incapaz de desvendar esse tipo de caso e “[...] com tantos homicídios em aberto, quem vai se preocupar com uma “simples pintura”?” (Tardáguila, 2016, p. 95).

A partir dos exemplos relacionados, percebe-se que a proteção dos bens culturais e documentais presentes nas unidades de informação, não dependem apenas de infraestrutura, mas também da sensibilidade social e conscientização coletiva. Neste sentido, Marchezini *et al.* (2018) relatam a experiência vivenciada no desenvolvimento de um projeto piloto, em São Luiz do Paraitinga, no estado de São Paulo, que envolveu alunos de ensino fundamental e médio, incluindo a comunidade (jovens, adultos e idosos) na criação de uma rede intergeracional de proteção à sítios históricos sob risco de desastres. Por meio de oficinas, as pessoas foram capacitadas a agir em tempo hábil frente a situações de danos e perdas, além de trazer aprendizado sobre a memória de desastres que já haviam afetado a cidade.

Como resultado do trabalho, os próprios moradores da cidade se tornaram os principais responsáveis nos resgates durante inundações, sendo conhecidos como “Anjos do Rafting”, assemelhando-os aos “Anjos da Lama”, voluntários externos que contribuíram nos resgates em Florença devido à alagamentos no ano de 1966 (Marchezini *et al.*, 2018, p.389).

Diante dessa perspectiva de ação cidadã, cabe mencionar que é necessário sensibilizar os gestores das altas administrações, quanto a importância da preservação e cuidados com os acervos, promovendo o debate sobre a alocação de verbas específicas para essa finalidade. Observa-se, com frequência, que as unidades arquivísticas não estão devidamente representadas nos organogramas

institucionais ou ocupam posições periféricas, o que resulta na ausência de investimentos em infraestrutura predial, instalações, segurança e materiais adequados para o correto armazenamento da massa documental, seja ela física ou digital. Além disso, muitas unidades não contam com um corpo técnico especializado, o que pode comprometer ainda mais a preservação e o acesso à informação.

Tal negligência institucional se reflete, de forma contundente, na realidade dos arquivos universitários federais, em que setores não recebem um prédio direcionado às suas necessidades, sendo encontradas massas documentais acumuladas em porões, subsolos, sótãos, embaixo de escadas, em banheiros, prédios abandonados, containers, cercados por vegetações, sangas ou terrenos alagadiços, os quais colocam em risco tanto o acervo como a saúde dos profissionais que trabalham nessas unidades. São locais que, embora eventualmente recebam reformas, não alcançam a estrutura ideal. Apresentam rachaduras, salas que precisam se adaptar às necessidades arquivísticas, com limitações de equipamentos, seja de ar-condicionados, detectores de fumaça, câmeras de segurança, portas corta-fogo, aparelhos que monitorem a temperatura e umidade, acervos próximos à caixas de iluminação, de fios desencapados, entre outros.

As equipes técnicas dos arquivos universitários, inúmeras vezes, são acionadas para liberarem espaços físicos, mas não para o gerenciamento da documentação. Ou nem são chamadas e posteriormente descobrem eliminações de documentos feitas incorretamente.

Outros fatores são a falta de recursos próprios ou orçamentos mínimos para administrar arquivos centenários, que precisam de grandes investimentos. Investimentos também em mão-de-obra, pois tanto a equipe de arquivistas como de outros técnicos administrativos, auxiliares as atividades de arquivo, não são designados para o setor ou nem recebem vaga nos concursos públicos, limitando o fazer arquivístico.

De acordo com os relatos obtidos nos pré-testes desta pesquisa, observa-se a falta uma consciência institucional a respeito da importância das informações contidas nos arquivos universitários, pois são dados de pesquisas e estudos, que formam opiniões, que garantem descobertas científicas, direitos, obrigações e deveres da sociedade, que recriam a história das cidades, dos estados e da região e até de cidadãos de destaque. Não faz parte da cultura organizacional o cuidado com os documentos, uma cultura de prevenir os riscos antes que eles aconteçam, há

orientações técnicas e legais, mas que não são colocadas em prática.

Então não é só mitigar, mas sim mapear, conseguir mitigar, mas principalmente trabalhar uma cultura onde você adote o EPI¹ com maior rigor, você tenha o hábito de usar o EPI com frequência, que você se preocupe em apagar as luzes ao sair, que você não deixe ventiladores ligados. Então assim, acho que a cultura de prevenção do risco, ela é mais importante para gente, mais importante talvez do que a própria mitigação do risco depois. Essa pra mim é a percepção, que é mais desafiador, mudança de cultura dá mais trabalho né... (Questão 7, Pré-teste 1, 2024).

Portanto, faz-se necessário a implantação de medidas que retirem o foco das ações corretivas para as ações preventivas, propiciando que os arquivos sejam observados com zelo, pois suas fontes são registros do povo. Assim, na busca por uma abordagem que minimize as perdas culturais, que trate os acervos como bens patrimoniais, que retratam a memória das pessoas e das instituições, esta pesquisa dirige-se a analisar o contexto da gestão de documentos nessas instituições, com ênfase nas estratégias adotadas para a preservação dos acervos enquanto patrimônio cultural e expressão da memória institucional e social.

Conforme o modelo *Enterprise Risk Management* (ERM), proposto pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) (2017), a GR tem o propósito de criar e proteger valores, sendo compreendida como uma abordagem integrada à estratégia, à cultura organizacional e à tomada de decisões. Neste modelo, considera-se que cada instituição, a partir de sua missão, visão e valores deve integrar a identificação e o gerenciamento dos riscos a formulação de seus objetivos estratégicos. A GR, neste contexto, não se limita à identificação de riscos ou ao estabelecimento de controles, mas envolve a definição de estratégias, governança, comunicação com as partes interessadas e medição da eficiência, ou seja, é um método de monitoramento, aprendizagem e melhorias de desempenho.

Neste sentido, o modelo COSO ERM (2017) encontra ressonância nas diretrizes brasileiras. A Instrução Normativa Conjunta (INC) da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) n. 1, de 10 de maio de 2016, que “dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal”, em seu Artigo 3º expõe que os controles internos da gestão “[...] são operados por **todos os agentes públicos** responsáveis pela condução de atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos

¹ EPI: Equipamento de Proteção Individual

finalísticos e de apoio dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal” (Brasil, 2016a, n. p., grifo nosso).

Assim, no campo arquivístico, torna-se necessário um pacto de responsabilidade quanto à preservação da documentação entre diferentes atores. O pacto envolve, por exemplo, a equipe de limpeza, que deve saber quais produtos utilizar para higienizar o ambiente e o mobiliário; a equipe técnica, que possui conhecimento sobre o acervo e está preparada para atuar em situações de risco; e os chefes, que estão cientes das prioridades a serem administradas. Além disso, inclui os bombeiros, que têm treinamento para lidar com sinistros em acervos arquivísticos; os arquitetos e engenheiros, que vistoriam e planejam o prédio; e os vendedores de seguros, que apresentam propostas adequadas para contemplar acervos culturais. Por fim, é necessário o envolvimento do público, seja aquele que frequenta o arquivo e tem cuidado com a documentação, seja aquele que não o frequenta, mas possui uma sensação de pertencimento em relação aos acervos custodiados. O compromisso deve primar pela valorização do que é preservado e arquivado.

Nesse sentido, é possível perceber que a preservação documental não se limita a questões técnicas e operacionais, mas também está imersa em um ambiente social e cultural influenciado por interações e representações. Moscovici (2009) ao introduzir a Teoria das Representações Sociais (TRS) salientou que as representações são fruto da interação e da comunicação, em que a partir delas as pessoas se aproximam ou se distanciam. As Representações Sociais (RS) são capazes de influenciar a conduta das pessoas em uma coletividade surgindo das relações entre dois indivíduos ou grupos, são capazes de penetrar no pensamento individual atingindo o seu comportamento.

O ponto de partida das RS é a pluralidade dos indivíduos, dos seus fazeres que geram opiniões e conhecimentos a partir de conversações, ao comunicar e se relacionar. Longe das pessoas serem receptoras passivas de informação, desde o nascimento de cada um, os acontecimentos que os rodeiam, a educação que recebem, as regras que lhe são impostas, a cultura vivenciada, vão gerando um repertório, transmissível a partir da linguagem (Mosvovici, 2009).

Contribuindo com a TRS, identifica-se o viés do construcionismo social defendido por Berger e Luckmann, em 1966, em que se apreende a produção de conhecimento como fruto da socialização. Uma socialização primária que se dá pela família, pelo meio em que o ser humano nasce e, pela socialização secundária

relacionada aos grupos externos que este indivíduo frequenta, como as escolas, as profissões, as religiões etc. (Sales; Souza; John, 2007; Almeida, 2018).

A fim de articular a TRS, somada ao construcionismo social, defende-se na presente pesquisa o emprego do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como metodologia para retratar esquemas sociocognitivos que exprimem opiniões, posicionamentos e posturas dos sujeitos em sua forma de interagir com o mundo e sua vida cotidiana (Lefèvre; Lefèvre, 2014).

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2014, p. 503):

O diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo.

Para os autores, o DSC permite reconstituir as RS, pois estas estão presentes nas falas dos sujeitos, permitindo com que os atores sociais se identifiquem com os produtos falando (práticas e comportamentos reais) e falado (inclusive nas falas individuais) (Lefèvre; Lefèvre, 2014).

Interessa-se aqui no pensamento do senso comum, nas atitudes que os sujeitos tomam embasadas nas suas próprias representações, definindo a si mesmos e o seu agir no mundo. Baseado na TRS atenta-se ao processo de comunicação, “[...] concebida para responder a questões específicas, com respeito a crenças e vínculos sociais e para descobrir novos fenômenos” (Moscovici, 2009, p.380).

Fenômenos que são as próprias RS emergidas da prática social diária, regida pela cultura e a comunicação, propiciando constante transformação do pensamento comum (Sá, 1998).

A sociedade tem como característica ser um ambiente compartilhado. Conforme a Teoria da Complexidade proposta por Morin (2005) todas as ciências estão entrelaçadas e isso reflete no mundo, assim como o mundo reflete no sujeito que observa, define e se expressa no ambiente. Para que o indivíduo se manifeste, ele faz uso da linguagem, de valores e da cultura que é construída pela fusão dos planos epistemológico, metodológico, teórico e empírico.

Nesse entendimento de que o conhecimento não é construído de maneira isolada, mas trata-se de uma articulação sócio-histórica-coletiva (Elias, 1994) pode-se incluir as RS dialogando com diferentes áreas do saber. Segundo Duarte, Mamede

e Andrade (2009), as RS não se restringem a um único campo de estudo, mas suas origens remontam à sociologia, permeiam a psicanálise de Freud e evoluem na psicologia social de Moscovici. Com esta dinâmica, as noções de representações e memória social foram abarcando propostas teóricas diversificadas e dentre os campos do conhecimento que passou a utilizá-la está a Ciência da Informação (CI).

Os pesquisadores da CI possuem um olhar multidirecional e buscam compreender a produção de informação e conhecimento em diferentes ambientes, aprimorando metodologias e escopos teóricos (Medeiros; Pinho, 2017). Neste universo em que a informação se relaciona com a organização do conhecimento estão as RS caracterizadas:

[...] como uma forma de saber composta de estados e processos contidos em conteúdos representativos (informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc.) baseados em diferentes suportes tais como linguagem, discurso, documentos, práticas, dispositivos materiais e mesmo em eventos interindividuais ou de hipóstases² coletivas (espírito, consciência de grupo). Desta forma, os estudos das representações passam a se constituir em um importante instrumento para compreensão das realidades sociais, e de seus elementos, cristalizados ou emergentes (Almeida, 2005b, p. 47).

Sendo assim, englobando a CI e a linha de pesquisa “Organização e Representação da Informação e do Conhecimento”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, justifica-se resgatar as RS, com a aplicação do DSC. A proposta visa conhecer o modo como os gestores dos setores arquivísticos das universidades federais pensam, reagem e compartilham seus saberes sobre a GR, permitindo identificar o processo de construção da realidade destes sujeitos. Pesquisas desta magnitude orientam a respeito dos conjuntos organizados no processo informacional, clarificando fatores sociais e trazendo como resultados favoráveis a ampliação de saberes teóricos e metodológicos para as pesquisas da CI e das Ciências Sociais Aplicadas (Brasileiro; Azevedo; Freire, 2014).

A temática abordada nos discursos trata da GR, devido a percepção de que os acervos são patrimônio de gerações passadas, atuais e futuras, os quais necessitam ser defendidos em seus variados gêneros. E, neste contexto dos arquivos está a CI, como área que se destina a tratar dos processos informacionais, interessada no compartilhamento e exposição das informações. Portanto, com a finalidade de manter

² Segundo a tradição aristotélico-tomista é o que há de permanente nas coisas que mudam.

os registros acessíveis por tempo indeterminado e ciente dos agentes de deterioração dos acervos, uma solução possível contra o empobrecimento cultural e a deterioração da memória, resultante da destruição de informações é a GR, pois propicia a identificação, análise e tratamento dos riscos de maneira prévia.

Levando em consideração que a CI, engloba os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação torna-se alarmante os dados apontados na tese defendida por Leite (2021), em que após sua análise nos títulos e ementas dos cursos de graduação em Arquivologia, nenhum deles faz menção oficial sobre o ensino da metodologia de GR; na Biblioteconomia e Museologia apenas um em cada curso, e; na Ciência da Informação somente dois. Índices baixíssimos tendo em vista que foram analisados 129 cursos, 221 disciplinas curriculares, ou seja, a justificativa para pesquisas que tratem da GR é imediata, a sua dimensão como ação preventiva precisa estar nas bases curriculares pois reflete na atuação dos profissionais.

Neste fazer profissional diário, está também a justificativa pessoal da pesquisadora, pois conforme sustentado pelo construcionismo social proposto por Berger e Luckmann (2014) e a TRS, a atenção do investigador se volta ao que envolve sua ocupação diária, sua vida cotidiana mais próxima, que está ao seu alcance, representando uma zona manipulável, em que se pode modificar o que foi feito, o que é feito e o que se planeja fazer.

Portanto, considerando a formação em Arquivologia e a atuação profissional em universidades públicas e privada, busca-se desenvolver uma pesquisa que construa situações desejáveis aos arquivos pertencentes às universidades federais brasileiras. Que intente instigar os profissionais a pensar reflexivamente nos problemas e riscos que, a partir de cenários identificados, discorram sobre soluções e suas experiências quanto ao enfrentamento de danos documentais.

Levando em consideração, o vínculo com a UFSM, como egressa do curso de graduação em Arquivologia, na época, bolsista do Departamento de Arquivo Geral, impacta o registro histórico do acervo debaixo d'água, o qual causou moção nacional.

Ao pensar no contexto vivido de uma santa-mariense, emerge também o esforço das famílias enlutadas pela construção de um memorial às vítimas da boate Kiss, campanha com o slogan "Kiss: que não se repita". Em que é possível sugerir fatores que se tivessem sido fiscalizados, monitorados e prevenidos não teriam resultados em 242 mortes. Tendo já acontecido, a busca é que a tragédia não seja

esquecida, para que ao ter a memória preservada, os indivíduos atentem-se criticamente aos seus comportamentos e posicionamentos.

Como arquivista, é preciso eliminar a dúvida sobre como agir diante dos sinistros, estar preparado para mitigar riscos, acabar com a inércia diante dos problemas, como se somente os políticos e alta administração fossem responsáveis pela perda informacional.

Ao perceber que mudanças de práticas também influenciam na vida útil da documentação, sente-se a necessidade de proatividade dos profissionais, pois conforme apontado por Nobre e Souza (2018), todos os riscos merecem atenção, tanto os de menor como de maior criticidade. Pedersoli Júnior (2020) menciona que 10 a 15 atitudes básicas tomadas podem corresponder a 90% dos riscos classificados com prioridade extrema nas unidades de informação. Portanto, que a presente pesquisa seja para conscientizar a classe arquivística dos seus afazeres, demonstrar que os profissionais da informação são também responsáveis pela baixa prioridade que os acervos recebem e que a troca de experiências, dos vividos são capazes de gerar conhecimento.

Greene (2009) argumenta que os arquivistas necessitam abandonar o estigma de profissionais silenciosos e passivos e buscar ativamente recursos e atitudes que demonstrem o valor dos arquivos e da profissão. Se a premissa dos arquivos é possibilitar o uso e o acesso à documentação, é inseparável a ideia de que é necessário preservar para poder usar.

Tendo em vista que cada vez que um sinistro de grandes proporções ocorre, recebe repercussão nas mídias, pode-se afirmar que está se tratando de um problema social, o qual pode ser melhor compreendido e receber um outro olhar por parte das pessoas quando houver um maior envolvimento da sociedade com os arquivos, propiciando desempenho satisfatório nas ações de preservação. Sendo assim, é preciso reduzir falhas de comunicação que trazem a ideia de que acervos são só papéis velhos para uma mensagem de fortalecimento de que os registros documentais contam histórias, garantem direitos e de que os “donos” de tais acervos não são as instituições custodiadoras, mas cada cidadão. A documentação armazenada faz parte da história dos sujeitos, de locais, de estados, e as informações se cruzam, sendo capazes de gerar o sentimento de pertencimento.

Ter a sociedade como aliada facilita a obtenção de apoio político na defesa do patrimônio documental e possibilita perceber o óbvio que não é visto diante das

situações de riscos (Silva, 2020). Bellotto (2017) defende que a conscientização seja aliada à educação e a sensibilidade, que abarque a compreensão de que todas as coisas possuem uma origem, as quais constroem identidades e o conhecimento do próprio homem sobre si mesmo. Preservar os arquivos é manter a memória viva, impedindo que erros se repitam, é assegurar o contato com a cultura, que é direito do homem.

Cassares (2020) enfatiza que o comportamento humano é o fator mais difícil de ser modificado, destacando que a construção da cultura de prevenção de riscos é obtida com êxito quando a GR ocorre sem interrupções, pois inclui o envolvimento genuíno e voluntário da equipe como um todo.

O imprescindível é impedir a limitação do acesso à documentação arquivística por motivos que envolvam omissão de responsabilidade e ações imprudentes pela falta de conhecimento sobre prioridades a serem geridas.

Para os arquivos, a GR propicia uma visão ampla e simultânea dos diferentes tipos de vulnerabilidades e ameaças para os acervos, desde acontecimentos inesperados e catástrofes até os processos de degradação que ocorrem de maneira gradual e acumulativa. Com a identificação e análise dos riscos é possível determinar o que merece atenção prioritária tendo a finalidade de reduzir a magnitude das ocorrências e redistribuir os recursos necessários de forma acertada.

Em vista disso, a tese aqui defendida é de que o DSC é uma metodologia de processamento de dados discursivos adequado para buscar entender a conduta, a cognição, o afeto e os valores que os sujeitos comunicam em relação a GR. Lefèvre e Lefèvre (2012) apontam que o DSC facilita a identificação das RS, ao revelar a atribuição de sentido na maneira como o sujeito se envolve com o mundo que vive e se posiciona frente às situações. Com tal direcionamento, a pesquisa tem como **problemática** averiguar, se o DSC, como metodologia, é satisfatório para resgatar discursos e as representações sociais dos gestores que possuem um Plano de Gestão de Riscos (PGR) instituídos nos setores de arquivo das universidades federais brasileiras sobre situações profissionais diárias que colocam em risco os acervos.

A **premissa** considerada está em reconhecer o DSC como metodologia de pesquisa qualitativa, sustentado pela TRS, sendo capaz de possibilitar a validação desse caminho como contribuição teórico-metodológica para compreender o olhar dos gestores de arquivos universitários federais sobre seu fazer direcionado à GR.

Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta seu ineditismo pois para resgatar as RS a respeito da GR utiliza o DSC, a qual revela as RS a partir da discursividade como traço constitutivo do pensamento coletivo dos profissionais de arquivo no Brasil que atuam em universidades federais. Também a necessidade de contextualizar metodologia com a práxis, capaz de produzir conhecimento.

O profissional que experiencia o dia a dia nos arquivos reproduz padrões, já categorizados anteriormente de baixo engajamento entre superiores e subordinados. Complementando, na visão dos gestores da alta administração, os setores de arquivo merecem poucos investimentos, pois seus problemas funcionais podem ser resolvidos com a digitalização.

Tendo como base essas relações teóricas que dialogam, ou seja, Moscovici (2009), Berger e Luckmann (2014) e, metodológicas apoiadas na proposição de Lefèvre e Lefèvre (2005), o **objetivo geral** tem como delineamento evidenciar o DSC como metodologia para subsidiar a compreensão das RS acerca da GR manifestada pelos gestores de arquivos das universidades federais brasileiras.

Com a premissa de construir discursos coletivos que tratem sobre o gerenciamento de riscos nas unidades arquivísticas das universidades federais brasileiras, esta pesquisa contempla como **objetivos específicos**:

- a) compreender as manifestações dos arquivistas acerca da GR, a partir do resgate das RS identificadas na coleta de seus discursos;
- b) contextualizar o cenário político, social e cultural que os gestores dos arquivos universitários federais vivenciam em seu mundo de trabalho e que influenciam suas práticas no que tange a GR;
- c) identificar onde estão ancoradas as motivações e iniciativas que dizem respeito a GR;
- d) descrever as ações e práticas destinadas a preservação dos acervos arquivísticos das universidades federais.

Após esta introdução, em que foram apresentados o tema da pesquisa, a justificativa, a problemática, o objetivo geral, os objetivos específicos e a premissa, o presente trabalho está organizado em oito seções.

A segunda, terceira e quarta partes expõem a abordagem teórica, dividida na TRS, alinhada ao DSC. Em seguida, discute-se sobre os arquivos, com ênfase nos arquivos universitários, tendo em vista que é o ambiente estudado nesta pesquisa. Além de explorar a GR, incluindo suas etapas, pesquisas que envolveram a temática

nas unidades informacionais e na CI, somada a preservação da informação.

As estratégias metodológicas utilizadas no trabalho estão descritas na quinta seção, incluindo a delimitação do campo de estudo e os métodos de coleta e análise dos dados.

Na sexta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa, contemplando a caracterização das universidades visitadas, do ambiente arquivístico, dos entrevistados e dos PGR, culminando no DSC final elaborado a partir das entrevistas. A discussão dos resultados está desenvolvida na sétima seção, enquanto as considerações finais e as referências utilizadas para embasar este estudo são apresentadas na oitava e última seção.

2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

[...] não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar (Jodelet, 1989, p. 1).

O sociólogo Serge Moscovici foi o precursor na elaboração da TRS, na França, com o trabalho intitulado *La Psychanalyse: son Image et son Public* (1961), a princípio direcionado à psicologia social, a teoria ganhou espaço em diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais. Para Guareschi e Jovchelovitch (1999), a TRS oportuniza a reconstrução teórica, epistemológica e metodológica por meio da psicologia social e de outras ciências, justificando seu caráter interdisciplinar e rompendo com a concepção de que se trata de uma teoria de área específica.

Nesse contexto, cabe destacar que, ao dialogar com a tradição sociológica de Durkheim ao abordar as representações coletivas e individuais, Moscovici (2009) defendeu que as sociedades modernas são pluralistas, caracterizadas por mudanças rápidas, seja no sentido econômico, político ou cultural. Reforçando esse entendimento, Farr (1999) menciona que as sociedades são marcadas pela complexidade e modernidade, sustentadas pela diversidade humana expressas nos diálogos e nas relações que incitam a comunicação.

Conforme apontado por Rocha (2014), a TRS vai contra a ideia de uma epistemologia individualista, em que o sujeito ou objeto são considerados “puros”, mas considera o social em sua totalidade, ou seja, mundo, objeto e sujeito são construídos a partir das suas relações. Tem-se pessoas e grupos que dialogam, portanto, relacionam-se, consolidam e transformam o meio social pelo conhecimento do senso comum, maximizando o olhar da ciência.

Os indivíduos situam-se numa cotidianidade, produzindo vínculos com seu meio social acarretando um processo contínuo de transformação, o qual influencia a construção da estrutura da personalidade dos cidadãos, em que, apesar de não seguir padrões e não ser linear, inicia processos de regulação de sentimentos, padrões e conduta das pessoas. Nesse sentido, na perspectiva do configuracionismo sócio-histórico, a realidade é observada como um conjunto de acontecimentos que ocorrem independente do querer humano e o conhecimento como a interpretação que os atores sociais fazem da sua própria realidade (Elias, 1994).

Historicamente, a TRS rompeu com as vertentes clássicas das teorias do

conhecimento em que o saber científico era supervalorizado em detrimento dos processos comunicacionais constituídos na cultura, pelas pessoas, cotidianamente (Rocha, 2014; Spink, 1999). Segundo Jovchelovitch (2000), as RS são constituídas por condições concretas da vida, em que interagem o “eu” e o “outro” pelos processos de comunicação. As pessoas trabalham e transitam expressando diferentes discursos em espaços sociais.

Portanto, as pessoas aproximam-se dos objetos e sujeitos que lhes trazem identificação, suas linguagens são partilhadas, suas posturas, normas e culturas determinam suas tomadas de decisões de acordo com o que é familiar para o grupo no qual fazem parte. Essa aproximação ocorre por meio dos diálogos e discursos que interagem com o contexto social e histórico vivido pelo indivíduo.

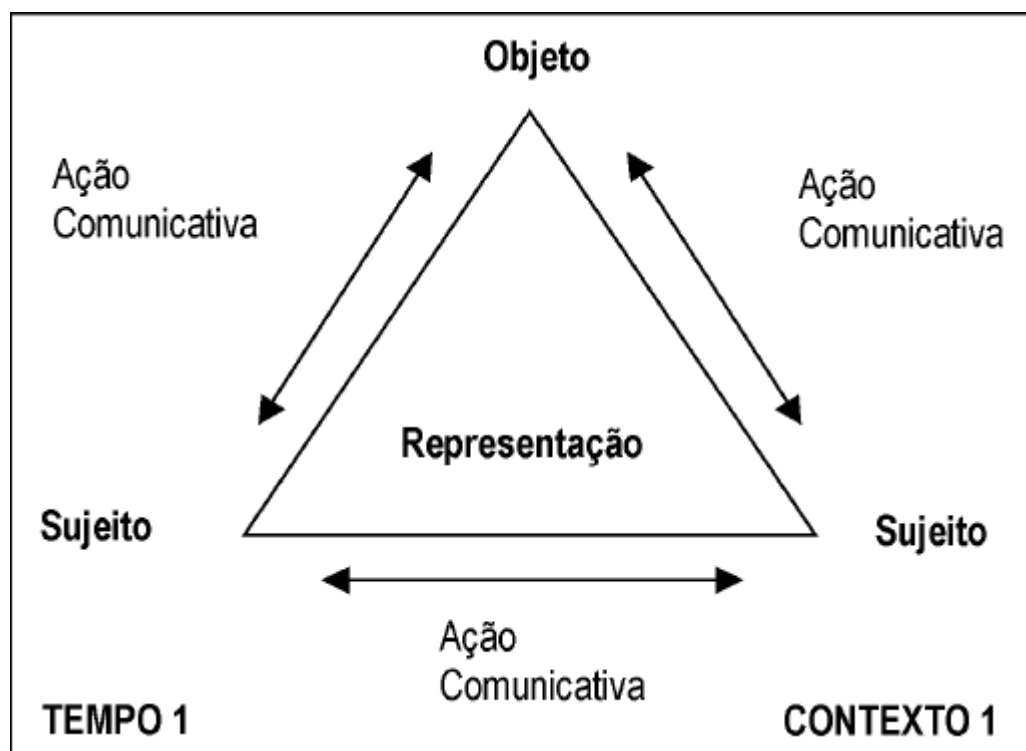
Assim, na busca por compreender o mundo de maneira física e intelectual, os homens constroem RS que lhes permitam se familiarizar com o estranho ou diferente. As representações referem-se a um sistema de classificação, o qual facilita interpretar características e compreender motivos, ações e opiniões. A partir do momento em que os sujeitos passam a falar sobre algo, avaliando-o e o comunicando, mesmo que de maneira vaga, pode-se dizer que o desconhecido foi representado, passando a fazer parte do contexto familiar (Moscovici, 2009).

Para Jodelet (1989, p. 5), representar é “[...] um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto”, portanto, não existem representações sem objeto, trata-se da representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). Sendo assim, a representação mental é o que reconstitui o objeto simbolicamente.

No entendimento de Jovchelovitch (2004) existe uma zona nebulosa e híbrida que comporta uma ciência do “entre”, que envolvem categorias do eu, do discurso, da representação, da atitude, do comportamento, entre outros fatores que ocupam uma posição central no processo de constituição do saber, enfatizando que não existe saber sem representação. Para a autora, a representação, a identidade, o discurso e a linguagem se relacionam, ao mesmo tempo que estabelecem a vida num contexto diário de grupos sociais.

Visualizando a representação como uma mediação entre sujeito-outro, sujeito-objeto, objeto-mundo, emerge uma ação comunicativa que produz símbolos e consegue significar, dar sentido as representações que foram absorvidas desde a primeira infância, seguindo pela cultura que vai se solidificando com o tempo. A Figura 1, ilustra o processo de representação entre tempo e contexto (Jovchelovitch, 2004).

Figura 1 - Os elementos constituintes e o modo de produção da representação



Fonte: Jovchelovitch (2004, p.23).

Demonstra-se na Figura 1 que a representação não ocupa “cantos de mediação”, seu espaço é **entre** os elementos, seja da comunicação ou da ação social, reforçando que o processo representacional é fruto das interações do sujeito-mundo-objeto. A representação recebe o título de polivalente, pois é construída de forma ontológica, epistemológica, psicológica, social, cultural e histórica, conforme descrito abaixo (Jovchelovitch, 2004):

a) ontológica, pois os indivíduos representam a si mesmos, possuem uma identidade baseada nas relações culturais, sociais e históricas que lhes trazem maior engajamento na comunicação;

b) epistemológica, ao (re)conhecer seu saber quanto ao objeto-mundo;

c) psicológica, ao permitir interferência dos processos psíquicos (ilusão, desejos, sonhos etc.);

d) social, cultural e histórica, tendo em vista que os três fatores se unem conforme as circunstâncias intersubjetivas que cercam os sujeitos. Neste ponto, é necessário reconhecer que o conhecimento é parte de uma pluralidade, em que é preciso compreender como emerge o contexto de relações culturais, históricas e

sociais, e em como o saber do cotidiano representado por diversos e diversificados contextos foi produzido, sustentado e defendido por um grupo (Jovchelovitch, 2004).

Abric (1994) menciona que sujeito e objeto são indissociáveis, tendo em vista que o objeto é representado no sistema cognitivo do indivíduo, de acordo com o contexto histórico, social e de valores do sujeito. Desse modo, as representações “[...] constituem o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e lhe atribui uma significação específica” (Abric, 1994, p. 13).

Dois processos são os responsáveis pela formação das RS: a ancoragem e a objetivação. Ancorar é atribuir nomes, classificar, é conseguir dar significado a algo no espaço social, articulados a partir de conhecimentos preexistentes (Moscovici, 2009; Ribeiro; Cruz, 2016). Objetivar é tornar as ideias concretas, é esquematizar ou criar símbolos e imagens que possam estruturar pensamentos, o objeto recebe sentido a partir da compreensão do sujeito (Almeida, 2018; Moscovici, 2009).

Para essa Teoria, ancoragem tem relação com os conhecimentos que dão sustentação científica, filosófica, etc. a um dado discurso e objetivação é a própria expressão de um conteúdo ou conhecimento em dado discurso que representa o pensamento de determinado grupo social (Sales, Souza, John; 2007, p. 129).

Posto isto, é possível perceber que as representações estão associadas ao entendimento da realidade que cerca o homem, por meio da comunicação escrita e falada, dos símbolos e comportamentos que refletem no querer, no sentir e no agir humanos (Souza, 2005). A TRS é incluída no campo da sociologia do conhecimento, buscando compreender como o conhecimento é construído, entusiasta em identificar as ideias de senso comum, atenta-se em perceber o conhecimento partilhado pelas pessoas, constituindo a realidade.

Para Elias (1994), a realidade social é responsável por mediar um processo civilizador, a sociedade e o homem, tendo em vista que este último não se desenvolve se estiver isolado, ressaltando que a humanidade e a sociabilidade estão entrelaçadas como característica específica do ambiente humano. Existe um processo de institucionalização, em que o sujeito não possui meios biológicos para fornecer a estabilidade a conduta humana, necessitando assim de uma ordem social, resultado da conexão do homem com as atividades humanas. Sendo assim, a sociedade é formada por uma teia de relacionamentos funcionais, dependentes uns dos outros,

constituídos por ações repetidas frequentemente que se tornam padrões e/ou hábitos que por consequência vão sendo reproduzidos de maneira permanente.

As ações humanas resultam em informações que estabelecem relações entre si e a natureza. Quando a informação é materializada representa fatos ou fragmentos que são definidos como fatos, os quais vão expressar os pensamentos e/ou sentimentos das pessoas, podendo gerar conhecimento derivado da linguagem e da comunicação os quais são característicos das RS (Jovchelovitch, 2004; Lopes, 1996).

Neste sentido, a linguagem é destacada, pois é a partir de suas formas de expressão que se compreende a natureza humana. A língua é o que distingue os seres humanos dos animais, enfatizando seu caráter social (Farr, 1999). Para Farr (1999), desenvolver estudos referentes a RS são potencializados se estiverem integrados à cultura em que a pesquisa é realizada, garantindo o viés sociológico da TRS.

Jodelet (1989) trata a comunicação como primordial nos fenômenos representacionais, pois a língua é o vetor de transmissão das representações, permitindo a sua portabilidade. Incidindo em aspectos estruturais e formais do pensamento influenciam nas atividades práticas e afetivas dos grupos, capaz de atuar na realidade comum e partilhada dos sujeitos.

Vista como sustentáculo das formações sociais, a comunicação compartilha dois códigos, um linguístico e outro ideológico que gera um sistema de crenças compartilhado. Em outras palavras, considerando que os indivíduos falam a mesma língua (não considerando formas dialetais), eles não necessariamente possuem ideias semelhantes, mas possuem a habilidade de trocar as ideias uns com os outros, mesmo que divergentes (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

As RS configuram uma língua comum de ideias, que engloba palavras e imagens. A língua de palavras, de maneira geral, obtida pela gramática do idioma, ou seja, uma única fonte; já a língua de ideias ou representações emana de fontes múltiplas. Sendo assim, “[...] as RS são reelaborações, metabolizações de conhecimentos e informações geradas em um certo número de espaços sociais [...]” que geram, difundem e permitem a troca de conhecimentos, seja a partir dos meios de comunicação, das escolas, das igrejas, dos locais de trabalho, dos centros comunitários, núcleos familiares, entre outros (Lefèvre; Lefèvre, 2012, p. 23).

Existe, portanto, um espaço da ação e do discurso, em que os sujeitos falam e agem e, conforme as suas diferenças precisam comunicar-se, ao mesmo tempo que

devido as suas características comuns, a fala ganha fundamento. Nessa arena social, o que o homem produz, mantém e transforma é repassado entre gerações, imortalizando artefatos e narrativas humanas (Jovchelovitch, 1999). De um lado, são mantidas as marcas sociais do local onde os indivíduos nascem, e de outro, a vida independente mistura-se com outras representações que se trata de fenômenos reais que merecem ser interpretados e observados (Minayo, 1999).

Tem-se, portanto, a construção social da realidade, todos estão inseridos no mundo refletido na sociologia do conhecimento que se atenta ao conhecimento do senso comum, interessa-se pelo que o homem conhece da realidade na sua vida cotidiana (Berger; Luckmann, 2014). Nesse sentido, podemos relacionar a TRS com o construcionismo social, em que o conhecimento acumulado é fruto de objetos e instrumentos conceituais dispostos pelo vivido, produzidos por um lugar de fala e a quem fala, reforçando o pertencimento aos grupos em que o que sujeito identifica-se (Moscovici, 2009; Rocha, 2014).

Conforme apontado por Chaves e Barbosa (1998), os estudos de Moscovici desde o princípio modelaram as RS como um elemento da organização social. Voltado aos pensamentos diários e aos conjuntos de ideias que procuram explicar e comparar comportamentos modelados por cenários sociais. O indivíduo é visto com um papel ativo no mundo em que ele constrói, produto da sociedade. Assim, as pessoas não são “materiais brutos”, mas resultantes de coletividades, corporificações (Moscovici, 2009).

A linguagem considerada como peça-chave na TRS é vista como elemento de organização e conhecimento no âmbito da CI, seu uso é manifestado nos processos de comunicação, revelando características de um grupo (Pinho; Nascimento; Marinho, 2015). Para Dahlberg (1978), foi a linguagem que permitiu ao homem relacionar-se e elaborar conceitos condicionados à sua experiência.

O conhecimento fixou-se através dos elementos da linguagem. Novos conhecimentos apareceram com novos elementos linguísticos e também através destes tornaram-se mais claros e distintos. Podemos dizer que este processo de crescimento há de perdurar enquanto o homem existir sobre a terra e utilizar a linguagem como expressão de seus pensamentos (Dahlberg, 1978, p. 101).

A capacidade de construir conhecimento é mediada pela linguagem, urge da necessidade de comunicar, informar e representar, interferindo nos signos de

representação e nos valores dispostos nos discursos, fator que reafirma dentro da CI que a informação se trata de um fenômeno humano e social que se manifesta pela linguagem (Bezerra; Santos, 2017).

Por conseguinte, cabe destacar o entendimento de Capurro e Hjørland (2007, p. 173), em que o conhecimento empírico, do senso comum é compartilhado pela comunidade científica, trazendo “o conceito moderno de informação como comunicação do conhecimento”. A narrativa discursiva revela assim os aspectos socioculturais da comunidade, reavivando memórias de acontecimentos vividos pelos indivíduos (Marinho; Santos, 2017).

Esse entendimento também é compartilhado por Viana, Dal’ Evedove e Gracioso (2019), que destacam a presença da comunicação desde os registros de símbolos nas cavernas, utilizados para gravar rotinas vivenciadas. Com o avanço das tecnologias da informação, a comunicação rompeu barreiras geográficas, econômicas, sociais, culturais e linguísticas, ampliando as interações humanas. Assim, reafirma-se que as formas de organização social estão intrinsecamente pautadas na comunicação.

Moscovici (1999, p. 9) insiste que “[...] os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum.”

Hjørland (2003) defende que os sistemas de organização do conhecimento estão conectados a construções sociais, fundamentadas por organizações cognitivas que sofrem influências sociais. Cada indivíduo assume um papel individual e social para expressar suas ideias, sentimentos e ações, materializadas pela linguagem que está condicionada ao contexto em que se está inserido como sujeito e como ouvinte. Sua fala ganha destaque conforme sua interação com o grupo. Diante de uma visão analítica, o contexto é considerado como componente influente da linguagem que recebe interferência direta em como as pessoas recebem e transmitem a informação (Viana; Dal’ Evedove; Gracioso, 2019).

Na abordagem pragmática da organização do conhecimento, a informação é um fenômeno construído por diferentes atores, com necessidades e entendimentos diversos, devido aos seus envolvimento em inúmeros contextos, são quem produzem e fazem uso da informação e do conhecimento (Weiss; Bräscher, 2014).

Assim, frente a necessidade de compreender os discursos informacionais e do

cenário no qual os atores estão inseridos, é preciso identificar além da informação, quais os valores estão inseridos nela. Na averiguação da linguagem transpassada pelo discurso verifica-se quais os contextos sociais, históricos, éticos e políticos estão intrínsecos naquilo que é dito (Bezerra; Santos, 2017).

De acordo com Bezerra e Santos (2017), o cruzamento da informação com as práticas sociais culmina em objetos de natureza cultural registradas nos discursos, os quais são entendidos como ambientes envoltos pela CI, participantes da construção do conhecimento e, portanto, merecem ser analisados de maneira aprofundada pela ótica da CI.

Segundo Marcondes (2000), no estudo da linguagem, tem-se um campo privilegiado, que é a concepção pragmática, em que a interação entre falantes e ouvintes se destaca, pois a conversação é entendida como uma prática social concreta, permitindo analisar contextos de uso, e a partir deste, seus objetivos, efeitos, implicações e elementos socioculturais.

Estudos como os de Urbina Cárdenas e Ovalles Rodríguez (2018) a respeito do estado da arte da TRS na América Latina apontam que o objeto de estudo desta teoria é amplo, e destaca-se em diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas (“psicanálise, ciência, saúde e doença, corpo humano, infância, relações entre grupos humanos, educação, gênero, inteligência, problemas sociais e políticos, etc.” (Urbina Cárdenas; Ovalles Rodríguez, 2018, p.497)) incluindo alta produção de pesquisas teóricas e empíricas publicadas mundialmente. Na Europa sobressaindo-se em países como Reino Unido, Áustria, França e Itália, já na América Latina, o destaque das pesquisas são no México (42%), Argentina (28%), Venezuela (18%) e Brasil (12%).

O levantamento dos autores resultou em 172 artigos de pesquisa empírica e 106 artigos de revisão, pesquisados nas bases Proquest, Dialnet, Redalyc, Science Direct, Scielo, Scopus, Google Acadêmico e sites especializados como FLACSO, OEI (Revista Iberoamericana de Educação). Os termos considerados como critérios de inclusão foram “representações sociais” AND “abordagem processual” AND “abordagem estrutural” AND “abordagem socio dinâmica” desenvolvidas na América Latina. Como critérios de exclusão, desconsiderou-se estudos que não referenciassem a TRS e/ou não estivessem publicados em periódicos indexados (Urbina Cárdenas; Ovalles Rodríguez, 2018).

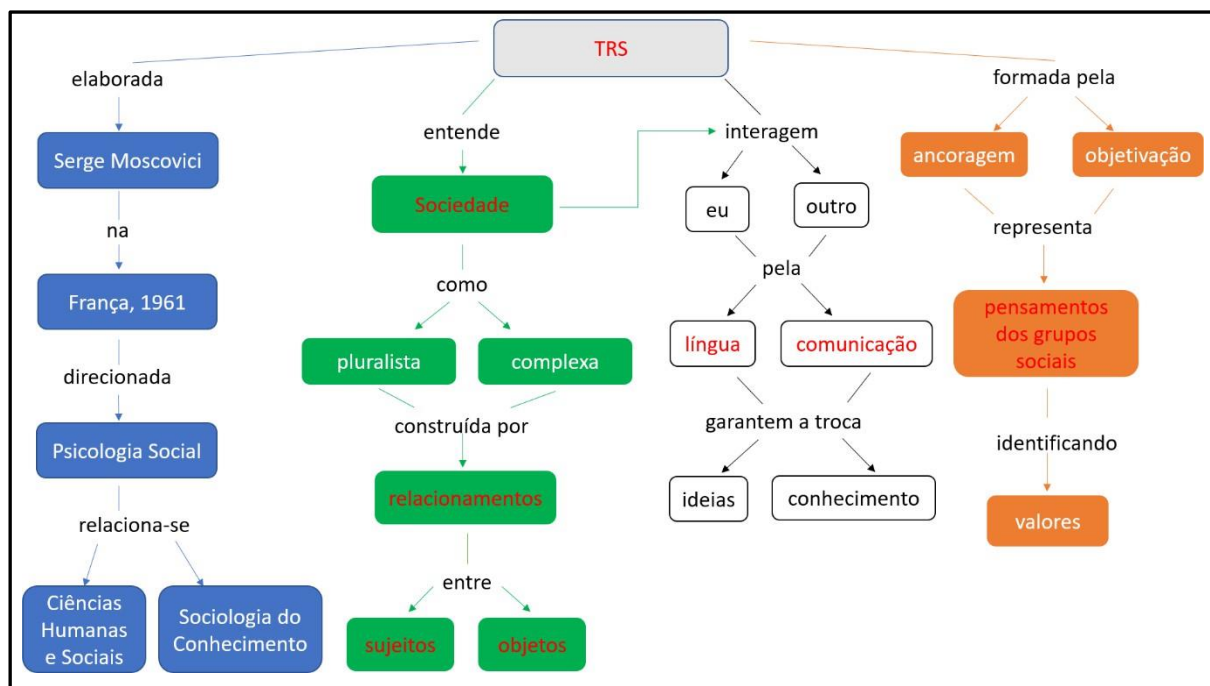
A TRS apresenta notável contribuição as Ciências Sociais ao analisar as realidades sociais e culturais, incitando um mundo mais humano. Categorizando

tematicamente os resultados do levantamento obteve-se: sociedade-política-economia (30%), educação (20%), saúde e doença (14%), desenvolvimento humano (11%), comunidades humanas (9%), ciência e conhecimento acadêmico (8%) e trabalho (8%) (Urbina Cárdenas; Ovalles Rodríguez, 2018).

Segundo os pesquisadores supracitados, a promoção de pesquisas que contemplem a TRS como ferramenta teórico-metodológica favorece a análise de problemas sociais, culturais e políticos (Urbina Cárdenas; Ovalles Rodríguez, 2018). Principalmente no continente latino-americano, caracterizado por riquezas culturais e realidades sociais e humanas peculiares, fato que instiga pesquisas sobre a dinâmica evolutiva dos problemas e fenômenos sociais. Nos trabalhos que fazem uso da TRS busca-se, portanto, conhecer e compreender realidades sociais, percebendo fenômenos que intentem beneficiar a sociedade ao estimular uma visão crítica da realidade.

Outro dado apontado no artigo de Urbina Cárdenas e Ovalles Rodríguez (2018) frisa a postura ética das pesquisas desenvolvidas sob TRS, pois a realidade do outro é investigada, exigindo respeito e reconhecimento as práticas e linguagens identificadas. Sendo assim, diante da intenção de identificar as RS presentes nos discursos dos sujeitos por meio da linguagem e conversação, tem-se a metodologia do DSC. Tal metodologia de processamento de dados verbais dirige-se a reconstituir as RS tendo como suporte os depoimentos coletivos. Dessa forma, seus resultados científicos e sistemáticos, apresentados por meio dos discursos, são reconhecidos pelos cidadãos comuns de maneira espontânea, lhes trazendo familiaridade com as opiniões. Diante dos relacionamentos apresentados nesta seção, cabe detalhar na sequência, o histórico e contexto do DSC como metodologia que viabiliza pôr em prática pesquisas sobre os modos sociais de pensar (Lefèvre, 2017).

Na busca por sintetizar e organizar o conteúdo apresentado, a Figura 2 expressa o mapa conceitual desta seção.

Figura 2 - Teoria das Representações Sociais

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em síntese, a TRS procura compreender os fenômenos complexos que envolvem a construção e a constituição da sociedade, observando as relações entre objetos (coisas) e sujeitos (pessoas), os quais interagem entre si, afetando um ao outro e sendo capazes de mudar realidades. As atitudes e ideias dos grupos sociais estudados em cada pesquisa são foco para identificar valores e culturas enraizadas, transmitidas de geração em geração por meio da linguagem e da comunicação permitindo que saberes sejam aprendidos e repassados. Enfim, tem-se um meio social e indivíduos que o habitam, suas atitudes e modos de pensar e viver refletem sua interdependência, que pode ser exteriorizada por meio dos discursos proferidos, ligando-se a temática desta pesquisa.

2.1 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

[...] todo ato de conhecer produz um mundo. [...] Todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer. [...] Tudo o que é dito, é dito por alguém. Toda reflexão produz um mundo (Maturana; Varela, 1995, p. 68 – 69).

A metodologia de análise de dados denominada DSC foi desenvolvida pelos professores da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Lefèvre e Ana Maria

Cavalcanti Lefèvre, no final da década de 1990, voltada para pesquisas qualitativas em saúde pública tendo por objeto explorar opiniões, visões ou representações emitidas pelos indivíduos de maneira a conhecer o pensamento coletivo de determinado grupo (Lefèvre; Lefèvre, 2003).

No entanto, a metodologia passou a ser utilizada progressivamente pelos pesquisadores, em qualquer área de estudo, tanto no Brasil como no exterior, traduzindo-se como “*Collective Subject Discourse*” (CSD) e apresentado como uma solução quando o intuito é saber o que os sujeitos efetivamente pensam (Mellin; Lefèvre, 2017).

Em 2000, os autores do DSC contaram com a colaboração de Luiz Salles para o desenvolvimento do *software* Qualiquantisoft, visando facilitar a aplicação da metodologia. Anos depois, atualizado para o DSCsoft, porém, os *softwares* não elaboram o DSC, eles são apenas ambientes informatizados preparados para trazer praticidade aos pesquisadores, considerando que as tomadas de decisões são eminentemente humanas (Lefèvre, 2017).

Já no mês de março de 2015, Ana Maria Cavalcanti Lefèvre falece, deixando sua contribuição científica para os estudos do campo social que se preocupam em investigar opiniões espontâneas de coletivos (Abrasco, 2015).

As opiniões individuais, após análise do pesquisador, transformam-se em produto científico, que reconstitui a RS de uma entidade existente ou fato social, dando sentido em porque uma comunidade pensa de determinada maneira (Lefèvre; Lefèvre, 2014).

Conforme as palavras de Lefèvre (2021), a elaboração da proposta do DSC pautou-se na TRS de Moscovici somada a teoria de Pierre Bourdieu, ambas francesas e produzidas pela ideia das conexões do social com a realidade. Ou seja, as experiências no mundo social são incorporadas aos indivíduos, desde a sua infância até sua morte, refletidas no modo de pensar e agir, bem como, na interação entre as pessoas, explicando o porquê de opiniões e ações na realidade vivida e demonstrando as articulações entre teoria e empirismo (Pinçon; Pinçon-Charlot, 1999; Rocha, 2014).

A TRS é produto da interação e da comunicação, sustentada pelas influências sociais. Sua característica é a interação entre duas pessoas ou grupos capazes de induzir comportamentos ou pensamentos. Seu objetivo principal consiste em “[...] facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões” (Moscovici, 2009,

p. 70).

Para Brito, Lauer-Leite e Novais (2021), o DSC trata-se de uma estratégia metodológica que investiga as RS a partir da matéria-prima que compreende os discursos verbais. Esses discursos são comuns em um determinado conjunto social e veiculadas de formas diversas que vão se consolidar na conduta dos indivíduos.

Assim, o DSC é entendido como uma metodologia descritiva, em que a partir de sua aplicação, são produzidos dados/ discursos que carecem de uma teoria para serem interpretados. Ele não se preocupa em questionar o motivo pelo qual os sujeitos produzem uma opinião e não outra, mas facilita que com a aplicação de uma teoria, as RS sejam identificadas (Lefèvre, 2021).

A partir de uma série de operações construídas com os estratos literais do conteúdo dos diversos depoimentos com sentidos semelhantes é confeccionado o DSC. Frisando que, os pensamentos da coletividade, apesar de restritos à sua expressão verbal, podem ter como matéria-prima, artigos de jornais, revistas, discussões em grupo, variados tipos de depoimentos, documentos legais etc., desde que ao final do processo redundem em depoimentos coletivos (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

A descrição da realidade, coletada espontaneamente nos discursos, não se trata de uma invenção do pesquisador, mas da reconstituição das RS, a qual não é simplesmente constatada ou detectada sua presença, mas depende da responsabilidade do pesquisador em interpretar o pensamento descrito pela coletividade. “A representação social que o pesquisador reconstitui faz parte do sentido que o ator social dá ao mundo em que vive; a interpretação que o pesquisador dá desta representação é o sentido que ele, pesquisador, dá ao sentido dado pelo ator social” (Lefèvre, 2017, p. 20).

Os pesquisadores assumem então o papel “[...] de ser[em] ‘parteiros’ das RS ou das suas manifestações sobre a forma de depoimentos coletivos” (Lefèvre; Lefèvre, 2014, p. 504). Com a expertise dos estudiosos, discursos coletivos gestados no “útero da sociedade” são naturalmente apresentados.

Segundo Figueiredo (2021), o DSC encaixa-se nas RS pois é uma teoria capaz de trazer voz às pessoas, permitindo que por meio da fala seja possível entender o outro e a partir de um ponto de conexão entre os discursos, a síntese da voz coletiva seja representada. Não se trata de uma voz singular, mas vozes de várias pessoas falando ao mesmo tempo, retratando experiências de vida comum agregadas.

Lefèvre (2021) explica que, para obter os pareceres, posicionamentos e/ou opiniões da coletividade a respeito de um determinado tema, é imprescindível a coleta de dados por meio de perguntas abertas. Essas perguntas, que não são conhecidas previamente pelos entrevistados, permitem que o ser humano relate sua biografia. Assim, o DSC, enquanto metodologia de processamento de dados, pode ser aplicado de forma bem-sucedida.

A crítica de Lefèvre (2017) para pesquisas de opiniões com opções prévias (“concordo muito”, “concordo mais ou menos”, “discordo muito”, etc.) consiste no entendimento de que o pensamento do respondente fica restrito às alternativas oferecidas pelo pesquisador, visto que no cotidiano as pessoas não costumam pensar em termos de escolhas, mas argumentam e discorrem sobre seus vividos para atestar suas opiniões. Portanto, um dos diferenciais do DSC, é a possibilidade de os sujeitos falarem abertamente, oportunizando categorizar semanticamente expressões e opiniões individuais com sentidos similares que resgatam e traduzem a maneira como as RS são metabolizadas pelos grupos dentro de determinada cultura.

No entanto, Lefèvre e Lefèvre (2012, p. 50) chamam atenção que questões muito abertas ou não direcionadas, como “fale a primeira coisa que vem à cabeça quando menciono a palavra...”, dificultam a agregação de argumentos. Essas questões tendem a produzir respostas monossilábicas e sem teorização, o que inviabiliza a aplicação do DSC. Além disso, levantam dúvidas sobre se o que vem imediatamente à mente do indivíduo reflete de fato, seu pensamento espontâneo sobre o tema da pesquisa.

Lefèvre *et al.* (2010) elencam uma série de insuficiências das pesquisas tradicionais para se obter um discurso ampliado dos sujeitos:

a) insuficiência qualitativa: os autores argumentam que os pontos de vista quando transformados em alternativas perdem sua qualidade pois não exprimem espontaneidade. E, o mesmo acontece com questões abertas agrupadas em categorias, devido a sintetização física e semântica em favor de uma categoria que não representa a completude do depoimento;

b) insuficiência sociológica: ocorre quando as pesquisas qualitativas de opinião acreditam que conseguiram a essência dos depoimentos separando os sujeitos por atributos sociológicos homogeneizados (homem, branco, transexual etc.);

c) insuficiência investigativa: limita a pesquisa qualitativa em investigar problemas de pequenos grupos (mulheres de uma unidade de saúde, clientes de uma

academia etc.);

d) insuficiência epistemológica e metodológica: acreditar que a discussão em pequenos grupos seria capaz de captar fatos psicossociais, tendo a opinião do momento, no entanto, altamente afetada pela dinâmica das relações interpessoais;

e) insuficiência propriamente discursiva: pode ocorrer em estudos meta-discursivos em que os discursos individuais ocupam uma posição menor e subalterna a um discurso metalinguístico unificador, redigido em terceira pessoa e acrescido de citações de autoridades (Freud, Piaget, Marx etc.), buscando produzir no leitor o efeito da presença da Ciência ou explicação;

f) insuficiência quantitativa: presente em pesquisas que não descrevem a quantidade de sujeitos sociais que confirmam dada opinião coletiva, impossibilitando que os leitores saibam o grau de espalhamento e compartilhamento do discurso no campo pesquisado.

Portanto, contrário as insuficiências apresentadas, o DSC procura trazer um “eu ampliado”, em que os discursos são expressivos, pois os respondentes sentem-se livres para falar sobre os temas levantados. São opiniões semelhantes e complementares, redigidas em primeira pessoa do singular, poder-se-ia dizer primeira pessoa coletiva do singular, trazendo o reconhecimento de um pensamento compartilhado pelos atores sociais, “apesar de eu não ter dito isso, penso da mesma forma” e/ou “partilho do mesmo modo de pensar” (Lefèvre *et al.*, 2010).

Os relatos de diferentes atores podem ser somados para formar o DSC, devido ao entendimento da sociologia de que os seres humanos vivendo numa sociedade, regidos pela mesma cultura, tendem a pensar de maneira semelhante. Portanto, existem blocos de pensamento favoráveis ou desfavoráveis a um assunto que se aproximam por opinar de forma parecida, é o que ocorre em manifestações populares, por exemplo. Desse modo, o DSC seleciona os elementos ou conteúdos dessas experiências comuns e permite a composição de um depoimento síntese que produz no leitor a sensação de um sujeito humano opinando (Lefèvre, 2021).

As frases dos respondentes não são modificadas, mantem-se a originalidade dos discursos que são ligados por conectivos. Como não se trata de uma pessoa falando isoladamente, mas de um coletivo, tem-se opiniões enriquecidas de conteúdo, repletas de legitimidade e certezas, oportunizando que os leitores daquele DSC final se identifiquem com o discurso apresentado (Figueiredo, 2021; Lefèvre, 2021).

O significado de coletividade é esclarecido por Lefèvre (2021) como um

conjunto de pessoas ou comunidade escolhidas para emitir opiniões. Trata-se de entidades sociológicas, devidamente caracterizadas por um conjunto de variáveis pertinentes ao tema pesquisado. Logo, os respondentes não são escolhidos aleatoriamente, mas dizem respeito a grupos que se entrelaçam pelas mesmas conversações.

Conforme Braga (2007), o pesquisador busca relatos e discursos do vivido pelos sujeitos e estes discursos só são possíveis devido à linguagem, essa é vista como parte indivisível do social. Nesse aspecto, para facilitar a interação entre sujeito e pesquisador, a forma da linguagem utilizada deve ser a mais próxima da realidade natural do local em que os fenômenos ocorrem, facilitando o levantamento do contexto social e histórico do coletivo pesquisado (Reis; Bellini, 2011).

A linguagem, assumida na conversação, é vista como a parte prática do convívio diário, operando na convivência, e é o que define o homem como ser humano. O indivíduo, à medida que se desenvolve como membro de uma sociedade, que pertence a uma cultura, participa de uma rede de conversações que devido a sua submersão naquele determinado modo de viver despenda de forma natural e espontânea (Maturana, 2011).

Diante do exposto, entende-se que para o êxito da identificação das RS, é importante que as entrevistas, preferencialmente semiestruturadas, tragam uma atmosfera de diálogo, em que o indivíduo possa se expressar livremente, enriquecendo assim os relatos do vivido.

Conforme Lefèvre e Lefèvre (2003, 2012) e Lefèvre (2017), com a transcrição literal dos discursos obtidos, a operacionalização do DSC é constituída por quatro figuras metodológicas:

a) Expressões-Chave (ECH): são materiais verbais contínuos ou descontínuos, obtidos por meio de trechos selecionados a partir dos discursos coletados. Remetem a como o entrevistado falou, possuindo características afetivas, descritivas, abundantes e expressivas. Neste momento, o pesquisador retira dados irrelevantes, preocupando-se em extrair ao máximo a essência de cada depoimento, conteúdo das representações. Esta fase é de suma importância, pois os trechos selecionados irão compor o conteúdo do DSC, trazendo a contribuição de cada respondente para a formação do pensamento do coletivo.

b) Ideias Centrais (IC): é a expressão linguística que agrupa o discurso, podendo ser identificadas várias IC em uma mesma resposta. As IC são precisas,

sintéticas e conceituais, demonstrando de maneira objetiva os sentidos das ECH. Estão ligadas ao “o quê” ou “sobre o quê” o entrevistado quis falar. Somadas ao “como” (identificados pelas ECH) as ideias se materializaram no discurso, tornando mais fácil compreender o pensamento de um indivíduo ou do grupo.

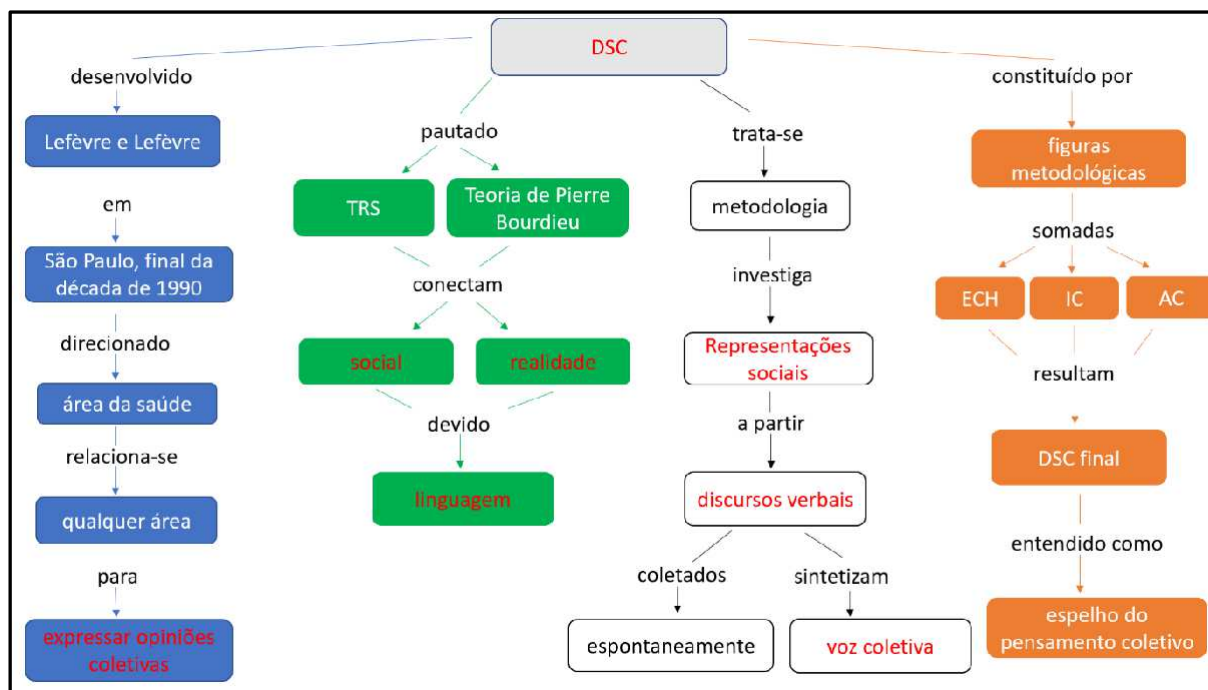
c) Ancoragem (AC): É a manifestação linguística que expressa as crenças e os valores do sujeito, traz sustentabilidade ao discurso, tendo em vista que nas suas expressões é possível identificar ideologias. Ficam implícitas no discurso, como afirmações genéricas, como “mãe que é mãe”, “homem que é homem”, no entanto, enquadram situações particulares. Nesse sentido, as AC nem sempre estarão presentes nos discursos.

d) Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): É o discurso-síntese, elaborado conforme a organização das ECH, somado às IC e AC similares. Apesar de ser resultante de um número variável de respondentes, o discurso é redigido em primeira pessoa do singular, possibilitando fazer uso da “[...] expressão **direta** do pensamento coletivo: o que **eu (coletivo)** penso e não o que **ele (o pesquisador na terceira pessoa)** pensa que eu penso” (Lefèvre, 2017, p. 36, grifo do autor). Na sua composição, faz-se uso de conectivos para que a união dos diferentes depoimentos tenha coesão e configure o discurso de somente uma pessoa.

O produto do DSC é percebido como um espelho do pensamento coletivo, na medida em que o indivíduo se vê e identifica-se com as opiniões e ideias, considerado um instrumento útil para intervenções que se dediquem em despertar consciências coletivas, motivar diálogos e posturas diferentes (Lefèvre; Lefèvre, 2014; Lefèvre, 2017). Pode-se dizer que a aplicação do DSC obteve sucesso, na medida em que as pessoas se familiarizam com o discurso apresentado, tomando aquelas falas como delas mesmas, distante das formas frias em que são apresentados gráficos e tabelas (Lefèvre, 2017).

Diante do exposto, o DSC apresenta-se como uma metodologia capaz de extrair a essência das opiniões dos grupos estudados, possibilitando que o coletivo se identifique com o discurso final elaborado, fator que possibilita detectar as RS nas falas e estimular posturas preservacionistas com relação aos acervos arquivísticos.

De maneira condensada, a Figura 3 representa a estruturação referente ao conceito e relações que envolvem a metodologia do DSC.

Figura 3 - Discurso do Sujeito Coletivo

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ao explicar sobre o DSC, percebe-se que se trata de uma metodologia voltada a “ouvir” a voz dos indivíduos, permitindo que suas experiências de vida e suas práticas sejam compartilhadas. Embasada pela TRS, a linguagem toma destaque representando grupos coletivos que vivenciam situações similares e acabam por se identificar com as manifestações concentradas em um único discurso. Os relacionamentos entre o social e a realidade são estudados, possibilitando compreender por meio da pesquisa o ambiente que cerca os atores sociais e suas atuações diárias.

2.1.1 Representações Sociais com o Uso do DSC em Teses e Dissertações na Ciência da Informação

Conhecer a produção científica de teses e dissertações que utilizaram a metodologia do DSC nos programas de Pós-Graduação em CI mostrou-se relevante para analisar quais metodologias vêm sendo aplicadas em conjunto, bem como identificar os grupos de sujeitos abordados nessas pesquisas. Tal levantamento também contribui para o objetivo desta pesquisa, ao evidenciar o DSC como uma

metodologia capaz de identificar as RS. Além disso, possui um caráter auxiliar na compreensão e análise dos resultados que serão explorados ao longo da tese.

Para tanto, feito o levantamento das pesquisas na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em junho de 2023, com os termos “discurso do sujeito coletivo” AND “ciência da informação”, com a busca em todos os campos (título, ano de publicação, autor, assunto, resumo), para que assim fossem identificadas desde as primeiras pesquisas que utilizaram a metodologia, houve um total de 59 registros.

Quanto aos critérios de exclusão utilizados, foram eliminados seis trabalhos duplicados, três que pertenciam a outros programas de pós-graduação e seis que sequer mencionaram a TRS. Este último critério, devido ao que preconiza Lefèvre (2017, p. 15), um dos criadores da metodologia, de que o DSC é “[...] dependente de uma Teoria sobre o pensar humano, que é a Teoria das Representações Sociais”.

Portanto, de maneira breve, são apresentadas 44 pesquisas, por ordem cronológica decrescente e posteriormente as constatações feitas a partir das leituras.

Reis (2023), com a tese intitulada “Identidade profissional do bibliotecário e sua atuação em ambientes não convencionais”, trabalhou com uma população de 142 bibliotecários que trabalham em espaços não convencionais como e-commerce, mercado financeiro, educação, consultorias, gestão do conhecimento e empreendedorismo no âmbito brasileiro e internacional. Somado ao DSC, a autora utilizou o método de pesquisa bola de neve para realizar a coleta de dados. Diante dos relatos coletados foi frisada a construção da identidade do profissional bibliotecário em múltiplos locais que contemplem dados, informação e conhecimento, em que, a partir do desenvolvimento do trabalho, os sujeitos demonstram autoafirmação no entendimento de sua profissão, em suas interações sociais e profissionais. A pesquisa deu voz aos bibliotecários que extrapolam a visão estereotipada de locais de trabalho convencionais, enfatizando competências e o orgulho pela atuação.

Moraes (2023), em sua tese “Comunicação para a inovação: contribuições da gestão da informação, gestão do conhecimento e competência em informação”, fez uso da revisão narrativa da literatura, *survey* e do DSC. Por meio das entrevistas com cinco funcionários de diferentes áreas da organização de nível estratégico, a pesquisadora identificou oito categorias nos discursos, sendo elas: gestão da informação, pessoas, estrutura, gestão do conhecimento, organização do trabalho,

comunicação, inovação e cultura. Na pesquisa foi enfatizada a promoção da comunicação e do acesso à informação para a inovação, também para direcionamento, orientação e alteração no modo de agir dos indivíduos.

Quanto à dissertação de Wohlgemuth (2022), “Percepções de crianças sobre a mediação parental em suas práticas informacionais”, foram ouvidas dez crianças de oito a doze anos, por meio de entrevistas e dez adultos, fazendo uso de questionários, a respeito do controle parental realizado sobre suas práticas informacionais. Por meio das interpretações feitas com o DSC, foi enfatizado que as crianças devem ser ouvidas nas pesquisas, as quais são sujeitos participativos da sociedade como criadoras e consumidoras de conteúdo e informação, influenciando as pessoas que as cercam, apontando uma relação de construção em seu desenvolvimento pessoal. As crianças afirmaram que aprovam o controle parental, sentindo-se mais seguras e protegidas. Diante das falas, foi possível perceber que os pais não conversam sobre o uso responsável da internet, nem explicam as necessidades das regras a respeito.

Silva (2022), na dissertação “A resiliência informacional no contexto da homofobia: o papel das práticas informacionais no espaço LGBT de João Pessoa – PB”, teve como público-alvo quatro pessoas homossexuais masculinas, acima dos 18 anos. A partir de seus depoimentos e uso do DSC foi demonstrado a dificuldade de reconhecerem sua orientação sexual devido aos ambientes em que estavam inseridos propagarem a homossexualidade como doença e pecado. Fator que acarretou desafios informacionais devido à falta de informações a respeito do cotidiano de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, dentre outros (LGBTQIA+) e a construção de ambientes homofóbicos.

Demonstra que o espaço LGBTQIA+ de João Pessoa é um ambiente de promoção informacional, mediando e produzindo conhecimento sobre a rotina dessas pessoas.

Cabral (2022), na dissertação “Práticas informacionais em bibliotecas comunitárias: o discurso do sujeito coletivo sobre desinformação e empoderamento”, adicional ao DSC, realizou pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa participaram 12 respondentes, caracterizados como mediadores (as) de leitura, atuantes na Rede de Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul, denominada Beabah!. Os discursos demonstraram que a informação é vista como elemento empoderador das comunidades, fator que revelou três ideias centrais: “A informação é um direito humano”, “Críticidade para empoderar”, “Reconhecer suas potencialidades”. Com os depoimentos percebeu-se que os mediadores e os

interagentes se aproximam e fortalecem seus vínculos na perspectiva de atender as demandas dos frequentadores das bibliotecas comunitárias.

Na tese de Santos (2022), “Entre a burocracia e o desenvolvimento profissional: paradoxos do plano de carreira das lfe para os bibliotecários técnicos administrativos em educação”, a metodologia utilizada foi o DSC e a análise de conteúdo. Foram entrevistados nove bibliotecários do quadro efetivo da UFMG que relataram a importância da educação continuada, enfatizando a necessidade de apropriação das informações nas ações de formação, as quais devem ser transformadas em conhecimento prático. Nos depoimentos foi ressaltado que o desenvolvimento profissional decorre de engajamento próprio em aprender e apesar dos benefícios do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas universidades, falta um plano específico para a carreira bibliotecária.

A dissertação de Dias (2021), “Análise da disseminação da informação midiática sobre a imagem do acusado e a dignidade da pessoa humana” contou com a participação de nove operadores práticos de um setor decisório do sistema jurídico específico de poder judiciário do estado do Ceará. Por meio do DSC foi constatado que a maneira de veicular a informação é capaz de influenciar o modo de pensar dos grupos, interferindo também no meio cultural em que os agentes vivem. Os sujeitos reconhecem que o contexto social por meio da linguagem causou uma representação negativa da imagem do acusado, violando os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.

Sousa (2021), na dissertação “Mediação da informação no cárcere: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados” contou com a participação de nove bibliotecários que atuam em prisões. A coleta foi feita por meio de questionário, resultando no DSC que apontou que os bibliotecários veem suas atividades como essenciais para mediar a informação aos apenados por meio da escuta, de oficinas, de espaços de discussão sobre filmes e livros ou trazendo informações sobre familiares. Nos relatos, a dificuldade colocada diz respeito a ausência do cargo de bibliotecário no sistema prisional, fazendo com que os mesmos atuem por meio de projetos ou como voluntários.

Viana (2021), com a dissertação “Espaços de memória e identidade feminista no *Instagram*: análise a partir de coletivos feministas” realizou a pesquisa com três mulheres que integravam a coordenação e gerenciamento de redes sociais feministas. Utilizando a metodologia do DSC, seus discursos demonstraram que com o uso do

Instagram mais mulheres passam a ser ouvidas e são capazes de compartilhar suas vivências. A partir da plataforma é construída uma memória que fortalece a identidade das mulheres e suas ações.

Fevrier (2021), na dissertação “Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro”, contou com a participação de quatro mulheres negras moradoras do conjunto de favelas da Maré e frequentadoras da Casa de Mulheres da Maré para responder sua entrevista. No DSC foi percebido como as informações impactam as suas realidades e em quais meios elas realizam a busca informacional. Relataram que a Casa de Mulheres da Maré as ajuda ter consciência de seus direitos, da possibilidade de empreendedorismo, de emancipação, bem como, transformar sua realidade, enfrentando situações de violência, abusos e influências do patriarcado.

Diniz (2020), na sua dissertação “Gestão da informação no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 13ª região”, realizou entrevista semiestruturada focalizada e observação sistemática com 17 técnicos e analistas judiciários do TRT da 13ª Região. Por meio da análise com uso do DSC foi entendido que o sistema PJe utilizado pelo órgão trouxe vantagens ao fluxo processual, como agilidade, acessibilidade às informações e facilidade ao sistema de busca informacional, além de tornar dinâmica as tarefas em grupo. Porém, por outro lado, apresenta deficiências quanto ao gerenciamento arquivístico adequado e, ficou perceptível nas falas do coletivo a preocupação com a eficiência e a transparência das ações do judiciário.

Silva (2019), elaborou a dissertação “Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil”, em que entrevistou 24 docentes pertencentes a instituições federais e estaduais que oferecem os cursos de Biblioteconomia. Os discursos analisados por meio do DSC retrataram desafios sociais na profissão, a necessidade de uma visão comprometida em contextualizar a matriz cultural da realidade brasileira, o desconhecimento de culturas africanas e afro-brasileiras nos cursos de Biblioteconomia e uma consciência de branquitude nas falas docentes.

Zuccari (2019), na tese “Perfil de gestores de micro e pequenas corretoras de seguros sob a ótica da Competência em Informação: uma contribuição teórico-aplicada”, entrevistou sete corretores de seguros de Bauru, clientes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado de São Paulo e pertencentes ao

Sindicato dos Corretores de Seguros do estado de São Paulo. As metodologias utilizadas foram a metodologia sistêmica *soft* e o DSC. Os discursos demonstraram competências em informação como a determinação de extensão da necessidade de informação, o acesso informacional efetivo, a avaliação crítica de informações e suas fontes, a compreensão das questões econômicas, legais, éticas e sociais do uso da informação. No entanto, identificou-se uma lacuna com relação à cultura informacional dos gestores, identificando algo que precisa ser desenvolvido.

Serafim (2018), com a dissertação “Travestis no universo da arte: um retrato da memória social no âmbito do Filo”, aplicou o DSC para analisar matérias de jornais locais e entrevistas de duas mulheres transexuais e um homem transexual da região de Londrina. Suas análises registraram que crescer para os sujeitos desse grupo foi um processo doloroso, pois sentiam-se “fora dos padrões” impostos pela sociedade e a escola, buscando na arte um local onde pudessem manifestar suas necessidades e existência. Seus relatos demonstram o papel do dominado e dominante, seus sonhos, modos de vida, dores e violência. É ressaltado o papel da CI como área capaz de facilitar o acesso e mediação à informação para comunidades vistas como periféricas, além de demonstrar que qualquer pessoa é dotada de histórias e memórias que merecem ser compartilhadas.

Goulart (2018), em sua dissertação “Adolescência, internet e práticas informacionais”, entrevistou vinte adolescentes e adultos residentes no Distrito Federal fazendo uso do DSC e do estudo comparativo. Conforme os discursos coletados percebeu-se que os sujeitos utilizam a internet intensivamente, fato que lhes permite acesso praticamente ilimitado à informação, seja por diversão ou interação pessoal. Por outro lado, a exposição em excesso na web, deixa os adolescentes suscetíveis ao *cyberbullying*, ao *sexting* e a possibilidade de ter sua privacidade invadida. Relataram se sentirem influenciados por amigos e familiares nas suas escolhas na web e veem as interações virtuais como forma de constituir novos relacionamentos, apesar de saberem dos riscos de perfis falsos. Parte dos indivíduos que relataram preocupação com sua privacidade, mencionaram que tal orientação é feita pelos pais ou responsáveis. Os adultos estereotiparam os adolescentes como rebeldes, no entanto, não houve dados que pudessem confirmar tal afirmação.

Fioravante (2018), na tese “O sentido de biblioteca escolar expresso por alunos de escolas públicas de Santa Catarina: entre livros, descobertas, refúgio e abandono”, entrou em contato com 24 alunos de escolas públicas estaduais de Santa Catarina

prestes a concluírem a educação básica. No discurso coletivo ficou evidenciado a trajetória dos alunos com relação à biblioteca escolar, em que a partir das leituras é possível exercitar a mente, sendo um local que viabiliza um maior aprendizado. No entanto, há sinais de abandono, de falta de recursos, desencadeando a falta de acervo renovado e variado, falta de profissionais, espaço físico limitado, ausência de acesso à internet e conforto. O DSC demonstra que a biblioteca está esquecida e abandonada até mesmo pelos professores, fato que resulta no distanciamento dos alunos e que precisa ser debatido no âmbito acadêmico e profissional, buscando assim acabar com essa recorrência.

Brasileiro (2017), apresentou a tese “Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais”, em que entrevistou um grupo de 15 mulheres primíparas que se inter-relacionavam por meio das redes sociais a fim de criar um ambiente informacional virtual a respeito das incertezas ligadas a uma mudança ou evento estressante e um processo de transição ou reconstrução das bases de conhecimento. Em seu desenho metodológico utilizou o estudo de caso e estudo retrospectivo, apontando o DSC como metodologia para análise dos dados. Por fim, trouxe um modelo do processo de resiliência informacional, caracterizado pela midiatização experimentado por primíparas dentro do ambiente sociocultural que salienta uma das vias da sociedade contemporânea.

Silva (2017), em sua tese “Biblioteca pública do povão?: Exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes”, fez uso do DSC para coleta, tratamento e análise de dados a partir da aplicação de entrevistas com 18 bibliotecários, dirigentes de bibliotecas públicas catarinenses. A base do estudo foi resgatar as representações de exclusão social presente nos discursos dos sujeitos, apontando a função social das bibliotecas, atuação dos profissionais e das bibliotecas, incluindo boas práticas éticas.

Pizarro (2017), na tese intitulada “Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina”, apoiou-se no DSC para trazer à tona as representações sociais e manifestações referentes a ética no ensino de Biblioteconomia no Brasil e em Santa Catarina. Os participantes da pesquisa foram 31 docentes dos cursos de graduação em Biblioteconomia da UFSC e Udesc, o que permitiu indagar e refletir sobre as ações e trabalhos construídos na esfera estudada, enfatizando a necessidade de que o saber agir prevaleça sobre o saber fazer.

Na dissertação de Leite (2015), “A informatividade na produção da notícia em unidades jornalísticas do estado da Paraíba: as condições da construção de sentido da informação”, foi utilizado o DSC para resgatar as opiniões de dois repórteres e dois editores jornalísticos a respeito da forma que é construída a informatividade no processo de produção da notícia em unidades jornalísticas. O estudo permitiu perceber que os sistemas políticos e econômicos são os direcionadores da informação comunicada, além do controle editorial absoluto, prevalecendo o interesse individualizado e não o coletivo de empresas e políticos.

Duarte (2015), defendeu a dissertação “As representações sociais no ensino médio do Distrito Federal: a biblioteca escolar pública sob o olhar do estudante”, em que entrevistou 20 alunos de dez escolas públicas diferentes do DF, com o objetivo de identificar as necessidades informacionais e culturais dos sujeitos perante o papel da biblioteca escolar. Por meio das análises realizadas com o uso do DSC, foi identificado um distanciamento do público em relação ao ambiente da biblioteca, decorrente da crença de que se trata de um lugar tedioso. Como alternativa, destacou-se a importância de aproximar o público do bibliotecário por meio de atividades dinâmicas e interações que envolvam familiares e a comunidade, permitindo a criação de experiências positivas e a percepção da biblioteca como um espaço amigável.

Lucca (2015), na dissertação “A dimensão política da competência informacional: um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos”, analisou, por meio do DSC, os depoimentos de oito idosos da região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina. O objetivo foi compreender a dimensão política da Competência Informacional com base nas necessidades dos entrevistados. A pesquisa revelou que os idosos reconhecem a importância da informação em suas práticas cotidianas e demonstram facilidade em expressar suas habilidades ao trocar experiências e manter convívio social. Além disso, o estudo sugeriu ideias para desenvolver estratégias que promovam a Competência Informacional no coletivo pesquisado.

Oliveira (2015), apresentou a dissertação “A mediação em projetos de incentivo à leitura: a apropriação da informação para construção do conhecimento e do pensamento crítico”, utilizando o DSC em conjunto com a Análise de Discurso para analisar as relações das práticas de incentivo à leitura e mediação da informação, interferência dos agentes, apropriação da informação, construção do conhecimento e pensamento crítico. O universo da pesquisa incluiu dois professores e 240 alunos

participantes do projeto “Palavras Andantes”, na cidade de Londrina – PR. Como resultado apresentou a necessidade de ampliação e fortalecimento de projetos que tenham como fundamento práticas de incentivo à leitura, apoiados nos vértices: nuances da leitura, mediação e pensamento crítico.

Silva (2014), na dissertação “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba”, se propôs a analisar os processos de apropriação, disseminação, democratização e preservação da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidelê). Os dados foram analisados segundo o DSC, sendo traçado o perfil de quatro mulheres negras que trabalham na organização e de cinco usuárias, além de buscar entender o funcionamento e rotina do local. A pesquisa buscou refletir a respeito da promoção da informação étnico-racial, incentivando o combate ao racismo, sexismo, luta pela superação, desconstruindo relações hierárquicas e assimétricas.

Farias (2014), defendeu a tese “Competência em informação no ensino de Biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa”, em que objetivou inter-relacionar conceitos da aprendizagem por competência e da aprendizagem significativa e criatividade, respaldando a Competência em Informação como matéria para a Biblioteconomia. O DSC foi utilizado para analisar documentos que trouxessem à tona a filosofia da Competência em Informação emitidos pelo Ministério da Educação, Unesco e Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, ou seja, instituições representativas nacional e internacionalmente. Foi defendido o desenvolvimento integrador de práticas pedagógicas que incluam a Competência em Informação na graduação dos bibliotecários, incluindo práticas que envolvam a criatividade.

Garcia (2014), em sua dissertação “Biblioterapia: percepções dos discentes dos cursos de Biblioteconomia das universidades federal e estadual de Santa Catarina”, entrevistou 16 discentes para levantar suas opiniões a respeito da Biblioterapia no campo de atuação do bibliotecário, incluindo sua interação com outros profissionais. A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso juntamente com o DSC. Seus resultados apontaram para o reconhecimento da Biblioterapia, apesar de ser considerada uma área ainda incipiente e pouco explorada, sendo fundamental a interação com outros profissionais, permitindo assim a união de habilidades.

Menezes (2014), apresentou a dissertação “A conduta ética dos arquivistas participantes do Serviço de Informação ao Cidadão em universidades federais da

região sul do Brasil”, objetivando conhecer a conduta profissional dos arquivistas perante o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Para atingir o objetivo da pesquisa, fez uso do DSC, entrevistando oito arquivistas que demonstraram uma fase de transição entre o sigilo e o acesso, sustentando suas ações à deontologia e evidenciando a ausência de fiscalização e cobrança sobre os órgãos que prestam informações.

Stumpf (2012), apresentou a dissertação “Ética em bibliotecas universitárias: representações expressas no discurso de bibliotecários”, refletindo sobre as relações interpessoais e o sentido da profissão bibliotecária. Com o uso do DSC, o campo de estudo incluiu dez bibliotecários das bibliotecas centrais da UFSC e Udesc, ambas situadas em Florianópolis. Nas constatações finais foi percebido um discurso ancorado na construção social e ética utilitarista e deontológica, em que apesar de haver um nível de instrução significativo, falta compreensão e reflexão do fundamento ético, sendo atribuído pelos participantes da pesquisa baixo valor de impacto da profissão na sociedade.

Carpes (2011), em sua dissertação “Percepção de bibliotecários universitários quanto à relevância das redes sociais para o seu cotidiano profissional”, buscou conhecer a opinião dos bibliotecários lotados na Biblioteca Universitária da UFSC, a respeito da contribuição das redes sociais em seu fazer diário. Os discursos de 11 bibliotecários foram tratados por meio do DSC, retratando ambiguidades em relação ao conceito de redes sociais e um processo de transformação de pensamento sobre o tema. A vivência em sociedade constantemente passa por mudanças e a fala dos bibliotecários demonstra que a profissão também se caracteriza por transformações, fator que reflete em quais ferramentas (*softwares*, plataformas *web*, *blogs*, *sites* e demais redes) levam o conhecimento até os usuários e retratam uma sociedade em rede.

Freire (2011), defendeu a tese “CNPq e o acesso aberto à informação científica”, que teve como objetivo, analisar o processo de comunicação científica, destacando sua relação com as políticas de informação e de incentivo à ciência e tecnologia. Foi dada atenção especial à publicação de artigos em periódicos científicos e ao acesso a esses conteúdos por meio de canais abertos na Internet. Fez uso da metodologia do DSC, em que coletou os dados por meio de um questionário eletrônico com questões abertas e fechadas, respondidos por 2360 pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, de todas as áreas do conhecimento.

A pesquisa revelou que embora a maioria (66%) dos pesquisadores do CNPq conheçam o acesso aberto à informação científica, muitos ignoram seus avanços, devido à falta de políticas nacionais e ações institucionais que incentivem esse modelo de comunicação universal em ambientes digitais.

Araújo (2011), na dissertação “Cultura informacional, representações sociais e educação a distância: um estudo de caso da EAD na UFMG”, teve como propósito reconhecer e organizar as ideias e representações que formam a cultura informacional no âmbito da educação a distância, além de examinar seu impacto no processo de desenvolvimento humano. Para tanto, utilizou o estudo de caso, em conjunto com o DSC em suas análises, entrevistando 33 pessoas (alunos, professores e tutores vinculados aos cursos de Ciências Biológicas e Matemática da UFMG). Ficou demonstrado que as representações sociais estão conectadas ao contexto social em que os indivíduos estão inseridos. A cultura informacional indispensável ao processo de ensino-aprendizagem a distância está, sobretudo, vinculada à necessidade de os sujeitos se ajustarem a essa forma de educação, pois apesar de ser uma forma de democratizar o acesso ao ensino superior, exige autonomia e maturidade dos discentes.

Silva (2011), apresentou a dissertação “É preciso estar atento: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias”, com o intuito de examinar os princípios éticos que motivam os líderes das bibliotecas comunitárias na criação e preservação desses locais. Fez uso do DSC como metodologia, analisando os depoimentos de 13 líderes de bibliotecas comunitárias pertencentes a todas as regiões do Brasil. A pesquisa revelou que a criação e a manutenção dessas bibliotecas estão fundamentadas em princípios éticos que impulsionam os líderes das bibliotecas comunitárias, com ênfase na ética do cuidado, na valorização da alteridade e no senso de dever, pautados por um sentimento de responsabilidade, compromisso com a contribuição e retorno social.

Farias (2010), em sua dissertação “Bibliotecário escolar e competência: análise da prática profissional” objetivou conhecer as competências dos profissionais da informação no que diz respeito a sua atuação profissional nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. A metodologia aplicada foi o DSC, explorando os depoimentos de dez bibliotecários. Os resultados apontaram que os profissionais relacionam a competência com “saber fazer algo”, envolvendo uma gama de habilidades e entendem a Competência em Informação como um aprendizado

contínuo. Segundo o discurso dos bibliotecários, a competência informacional evidenciada nas bibliotecas escolares fica pautada nas quatro dimensões: técnica, estética, ética e política.

Madella (2010), na dissertação “Bibliotecas comunitárias: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal” analisou as representações sociais formadas por diferentes atores envolvidos na organização e gestão de bibliotecas comunitárias, explorando como esses espaços são percebidos em relação ao seu papel na sociedade, com base nas reflexões daqueles que trabalham nessas instituições. A partir do DSC foram analisados os discursos de 12 agentes (de formações diversas) atuantes em quatro bibliotecas comunitárias localizadas em Florianópolis. Percebeu com a pesquisa, que os envolvidos na criação de bibliotecas comunitárias geralmente possuem boa escolaridade e familiaridade com a cultura escrita. Esses espaços são concebidos como locais de encontros para leitura, discussão de textos e ampliação de conhecimento, promovendo acesso a bens culturais e informacionais, entretenimento solidário e fortalecimento educacional para todas as idades. Assim, as representações desses agentes enfatizam o incentivo à leitura e o seu acesso universal.

Freitas (2010), apresentou a dissertação “Competência informacional e recursos informacionais na prática docente: discurso de professores da educação básica municipal à luz da Ciência da Informação”, em que investigou as representações sociais dos professores em relação aos alunos e ao ambiente de sala de aula, com base em suas opiniões sobre o papel que desempenham no funcionamento da escola, na interação com a comunidade e com a sociedade. Para isso, fez uso do DSC, coletando depoimentos de nove professores de uma escola municipal de ensino fundamental em Biguaçu/ SC. Foi percebido que o termo competência informacional é desconhecido pelos docentes, apesar de praticarem atributos da competência, buscando construir sua própria aprendizagem informacional. Ficou destacado também as fragilidades e a falta de prática no uso da tecnologia pelo corpo docente, o baixo investimento em equipamentos, a ausência de capacitação, o medo de danificar os recursos e a carência de suporte técnico permanente na escola pesquisada.

Pizarro (2010), na dissertação “Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina” dedicou-se a compreender as representações de ética e ética profissional proferidas pelos bibliotecários que

trabalham em empresas de médio e grande porte de Santa Catarina. Para tanto, usou o DSC, interpretando as falas de nove bibliotecários. A pesquisa revelou três aspectos principais por parte dos bibliotecários: o desconhecimento sobre ética e ética profissional, incluindo o Código de Ética da profissão; a confusão entre ética e moral; e a influência dos valores empresariais sobre a conduta dos profissionais. No ambiente corporativo, prevalecem os valores da empresa, e o bibliotecário concentra-se na gestão correta e sigilosa de informações para apoiar estratégias e competitividade, marcada por uma racionalidade técnica que reflete em uma ausência de referências éticas claras.

Oliveira (2010), apresentou a dissertação “Processo de avaliação do INEP/ MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/ MG”, em que visou obter a opinião dos avaliadores do MEC, dos representantes das instituições de ensino superior particular e dos bibliotecários das instituições privadas de ensino a respeito do processo de avaliação das bibliotecas universitárias em que atuam. A metodologia utilizada foi o DSC, obtendo a colaboração na pesquisa de oito supervisores de bibliotecas e bibliotecários e, cinco avaliadores credenciados pelo MEC. Os resultados obtidos indicam que as bibliotecas universitárias em instituições privadas apresentam fragilidades e conceitos divergentes. A avaliação externa mostra subjetividade por parte dos avaliadores, falta de uniformidade nos critérios e pouca integração dessas bibliotecas nos processos de ensino-aprendizagem.

Fioravante (2009), em sua dissertação “Pesquisa escolar na educação básica: discurso de bibliotecários catarinenses”, objetivou conhecer as representações da pesquisa escolar por meio do depoimento dos bibliotecários pertencentes ao Grupo de Bibliotecários da Área Escolar de Santa Catarina. A análise e interpretação dos dados foi realizada utilizando o DSC, sendo entrevistados oito bibliotecários. Os bibliotecários relataram dificuldades em trabalhar com a pesquisa escolar, que é realizada de forma empírica e com baixa participação coletiva. O uso da informação a partir da biblioteca ainda é limitado, mas a integração entre bibliotecários e professores pode favorecer uma maior utilização da pesquisa e da biblioteca no ambiente escolar. O estudo destaca a interação como um elemento essencial para esse progresso.

Lira (2007), na dissertação “Contribuição do profissional bibliotecário na formação do discente de graduação na universidade” buscou compreender as

percepções construídas pelos bibliotecários de bibliotecas universitárias sobre o papel que desempenham na formação dos estudantes de graduação. Sendo assim, fez uso do DSC para analisar o depoimento de 11 bibliotecários, servidores da Biblioteca Central da UFSC. Os discursos revelaram que a formação acadêmica é a base do trabalho do bibliotecário, complementada por conhecimentos gerais, domínio de línguas estrangeiras e educação continuada. Competências profissionais incluem especialização na área, aprendizado contínuo e uso de tecnologias. Um propósito comum entre os bibliotecários é capacitar os usuários para realizarem pesquisas de forma independente.

Mendonça (2007), na tese “A integração de redes sociais e tecnológicas: análise do processo de comunicação para inclusão digital” se propôs a validar um processo de comunicação para pesquisas em inclusão digital, com foco na produção de conteúdos pelos usuários nos Pontos de Presença do Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, no período de 2005 a 2007. Fez-se uso do DSC para interpretar as falas de professores, monitores, alunos e indígenas em Pontos de Presença, obtidas em testes nas cidades de Itaguaí/ RJ, Paraty/ RJ, Tiradentes/ MG, Paranaiguara/ GO e Brasília/ DF. A pesquisa destacou o modelo conceitual e o embasamento empírico. A validação envolveu a produção de conteúdos pelos usuários do Programa, a influência da identidade cultural das comunidades, a mediação pela educação e a aplicabilidade social das iniciativas por meio de oficinas de alfabetização em informação e comunicação.

Farias (2007), na dissertação intitulada “O bibliotecário - gestor da informação: representações do segmento imobiliário sobre competências” se propôs em analisar como os dirigentes do mercado imobiliário de Natal/ RN percebem as competências essenciais para o gestor de informação e compará-las ao perfil do bibliotecário descrito na literatura. Utilizou o DSC para interpretar os depoimentos de dez dirigentes (com diferentes formações) de imobiliárias pré-selecionadas na cidade de Natal. Em suas considerações finais ficou sinalizado que a informação é essencial para gerar negócios no mercado imobiliário e produzir conhecimento, garantindo um bom atendimento ao cliente. Embora utilizem diversas fontes, os dirigentes enfrentam dificuldades para obter informações, atribuídas à falta de qualificação profissional. A gestão da informação é realizada de forma empírica, sem sistematização, e o profissional responsável não possui formação específica, evidenciando uma oportunidade de atuação para bibliotecários nesse setor.

Nina (2006), na dissertação “Profissional da informação: o bibliotecário e suas representações das competências profissionais e pessoais para atuar em bibliotecas”, buscou compreender as percepções sobre as competências atribuídas ao bibliotecário enquanto profissional da informação. Foi empregado o DSC, coletando depoimentos de 28 bibliotecários, atuantes nas bibliotecas da UFAM. A pesquisa apontou que a competência é relativa ao contexto, significando que um bibliotecário pode ser habilitado em uma área, mas não em outra. Também é organizacional, ligando conhecimento à estratégia e refletindo a capacidade de ação frente a outras organizações. Para atender às demandas do meio, é essencial que o profissional se atualize constantemente em tecnologia e conhecimento.

Rasche (2005), na dissertação “Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários” objetivou conhecer as representações de ética e ética profissional evidenciadas nos depoimentos dos bibliotecários que trabalham em bibliotecas públicas e a origem das manifestações. Ao desenvolver a pesquisa entrevistou 12 bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas da Grande Florianópolis. Para análise de dados fez uso do DSC, demonstrando nas falas a necessidade de maior disseminação da ética enquanto corpo de conhecimento. Identificou-se uma aproximação com a ética dos direitos humanos e da alteridade, além de uma reflexão sobre a exigência de que os profissionais da informação se mobilizem em busca de mudanças e novas realidades, frente ao cenário de limitações nas bibliotecas públicas.

Almeida (2005a), na dissertação “O campo da Ciência da Informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil” buscou conhecer as representações da área da CI expressas por seus pesquisadores no Brasil. Para tanto, utilizou o DSC para análise e organização dos dados coletados com nove pesquisadores em CI, bolsistas de produtividade do CNPq. As interpretações dos discursos apontaram uma concepção da CI enquanto produção social, consolidada em convenções, eventos e/ou meios de comunicação científica, construída por representações sociais que expressam o mundo e dão sentido a ciência e seus objetos, afetando estudiosos e a sociedade como um todo.

Nestas 44 pesquisas, entre teses e dissertações percebeu-se que o outro tem um papel essencial, prevalecendo o cunho social nas abordagens. Pode-se observar em como a fala dos sujeitos podem acrescentar conhecimentos sobre novas experiências e vivências. Conforme mencionado por Serafim (2018), os indivíduos têm

sempre alguma história e memória a ser compartilhada, cabendo aos pesquisadores saberem fazer essa mediação das informações e trabalharem com as RS identificadas.

Foram expressivas as menções ao acesso informacional e a promoção à comunicação, a maneira de veiculá-las ou mediá-las, e em como a informação é compartilhada e pesquisada. Também os desafios quando há ausência desse acesso ou o atraso na veiculação da informação foi mencionado e o *gap* com relação à cultura informacional.

Relatou-se como as interações sociais e profissionais influenciam os indivíduos e grupos que fazem parte do mesmo ambiente, interferindo até mesmo no meio cultural em que os sujeitos vivem. Tratou-se em como a falta de investimentos financeiros, humanos e materiais podem afastar os cidadãos do acesso à leitura e por fim, as relações com os princípios da competência em informação como maneira de promover o olhar crítico, inovação e produtividade.

Provavelmente, devido aos estudos analisados pertencerem aos programas de pós-graduação em CI, é perceptível que os sujeitos em sua maioria são bibliotecários, e mesmo neste grupo, em cada pesquisa os focos dos relatos foram distintos. Esteve presente também funcionários de diferentes áreas da organização de nível estratégico, crianças de 8 a 12 anos, adolescentes e adultos, alunos de escolas públicas municipais e estaduais, adultos, homossexuais masculinos, transexuais, mediadores de leitura em bibliotecas comunitárias, operadores práticos de um setor decisório do sistema jurídico específico de poder judiciário, mulheres, mulheres negras, primíparas, documentos, docentes, corretores de seguros, repórteres e editores jornalísticos, idosos, dirigentes de imobiliárias, indígenas, avaliadores do MEC, tutores de educação à distância, pesquisadores/ bolsistas do CNPq e arquivistas, demonstrando a variabilidade do público e vividos.

Vale reforçar que, apesar de menos usual, documentos legais, documentos de arquivo, artigos de jornais, revistas, livros, além dos depoimentos também são considerados matérias-primas para reconstituir as RS. Após o seu processamento é obtido o pensamento coletivo, que ao ser descrito e interpretado resulta no DSC (Lefèvre; Lefèvre, 2012, 2014).

Quanto as metodologias utilizadas em conjunto com o DSC, obteve-se: bola de neve, revisão narrativa da literatura *survey*, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica, análise documental, análise do discurso, metodologia sistêmica *soft*,

estudo de caso, estudo retrospectivo e estudo comparativo. Porém, de forma expressiva, o DSC se bastou para análise dos dados, demonstrando-se eficaz para explorar discursos coletivos que investiguem realidades sociais.

Menezes e Moraes (2024) ao abordarem a análise bibliométrica de teses e dissertações na CI que utilizaram o DSC como metodologia, trouxeram outros tópicos que cabem serem apontados a fim de demonstrar a conexão entre a TRS e pesquisadores da área:

a) a primeira dissertação a fazer uso da metodologia do DSC foi no ano de 2005, sob orientação do professor Francisco das Chagas de Souza, na UFSC;

b) das 44 pesquisas apresentadas nesta seção, 15 foram orientadas por Souza e 20 estudos são de alunos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC;

c) quatro pesquisadoras: Farias, G. B.; Fioravante, E.; Pizarro D. C. e Silva A. C. P. O. utilizaram o DSC tanto na interpretação dos dados durante o mestrado quanto no doutorado;

d) bibliotecas escolares, universitárias e comunitárias foram os espaços ou ambientes sociais que tiveram maior representatividade nas dissertações e teses analisadas, demonstrando a conexão do ambiente profissional dos atores sociais com a realidade presenciada;

e) o método ainda apresenta pouca aderência na área da CI, crescendo lentamente, tendo em vista que apresenta pequena regularidade em publicações.

Os itens apresentados demonstram a versatilidade e aplicabilidade da metodologia em diferentes etapas acadêmicas, além de indicar a pertinência do DSC na análise de espaços sociais voltados para a informação, apesar de poder ser utilizado em qualquer pesquisa que vise transformar informações complexas em discursos representativos e compreensíveis.

Diante da explanação referente ao DSC, que deve ser aplicado para identificar e descrever a opinião de um coletivo sobre determinado tema, e considerando o objetivo geral desta pesquisa, que é evidenciar a metodologia para compreender as RS e os elementos de caracterização dos profissionais que trabalham em unidades arquivísticas em universidades federais, o posicionamento a ser identificado trata da GR. Assim, na sequência, será abordada a ambiência onde esta pesquisa ocorre: os arquivos, seguida pela discussão sobre a GR.

3 ARQUIVOS: CONCEITOS, FUNÇÕES E PRINCÍPIOS

[...] na Antiguidade o local onde se guardavam os documentos era concebido como tesouro ou santuário (zelado sobre a proteção dos deuses), na Idade Média, o termo arquivo passou a designar o local de armazenamento de documentos para a memória ou prova de atos passados (Morigi; Nery, 2014, p. 12).

Levando em consideração que a unidade informacional a ser pesquisada nesta tese corresponde aos arquivos, cabe explicar sobre sua definição, características, funções e princípios arquivísticos. Conforme defendido por Delmas (2010), o conceito de arquivos apresenta uma unanimidade na maioria dos países, sendo considerados como:

Documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores. Tais utilizações são, [...], numerosas, diversas, mutáveis e imprevisíveis. Além desse significado, é preciso acrescentar outros que dele decorrem: os “Arquivos” (com “A” maiúsculo) são as instituições ou os serviços que têm como missão reunir e conservar os documentos de arquivo, tornando-os acessíveis. São também os edifícios que abrigam numerosos arquivos (com “a” minúsculo), entendidos como conjuntos de documentos, bem como todos os serviços encarregados de sua gestão (Delmas, 2010, p. 56).

Complementar a afirmação do autor, Lopes (2013) menciona que os arquivos são públicos e privados, contemplando documentos do passado, mas também do e sobre o presente. Os arquivos são formados por informações orgânicas originais registradas em suporte convencional ou binário, “[...] produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos” (Lopes, 2013, p. 30).

Percebidos como bases e veículos de informação, os arquivos costumam ter sua história relacionada ao surgimento da escrita, em que a materialização de signos e símbolos registrados, precisavam ser preservados a fim de comunicar atos e conhecimentos. Instala-se assim uma interação entre sujeitos, informação e produção de conhecimento fixados em um suporte que articula a linguagem (Morigi; Nery, 2014).

Baseado em Richter, Garcia e Penna (2004), nota-se que essas definições refletem os elementos característicos dos arquivos, os quais demonstram porque este conjunto orgânico de documentos tem importância incontestável, tendo em vista que são:

- a) únicos (assumem um lugar individual e indissolúvel no conjunto documental em que pertencem);
- b) imparciais (são portadores da verdade);
- c) autênticos (originados dentro de procedimentos regulares, são atestados);
- d) originais (exclusivos na produção e acumulação documental);
- e) possuem organicidade (interdependência entre os documentos, levando em conta seu contexto de produção) e;
- f) naturalidade (seu crescimento e formação ocorre de forma natural, conforme o curso das atividades).

Portanto, é inevitável que as instituições produzam documentos, eles são gerados naturalmente visando atender as demandas de seus criadores, cumprem sua atuação principal, envolvendo períodos de maior e menor uso, até que recebam sua destinação final, a eliminação ou guarda permanente como prova ou fonte de pesquisa. Durante sua vida, essa documentação precisa seguir um sistema de gestão documental, a fim de que se mantenham facilmente recuperados e tratados da maneira correta, garantindo a sua durabilidade (Mariz; Vieira, 2020).

A aplicação do sistema de gestão de documentos abrange o cumprimento dos princípios relacionados à área científica na qual se está trabalhando, servindo como direcionamento e fundamento dos fazeres arquivísticos (Santos, 2011). Sendo assim, cabe aqui pontuá-los:

a) Princípio da Pertinência: “Princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado princípio temático” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136).

b) Princípio da Proveniência: “Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado Princípio do Respeito aos Fundos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136).

c) Princípio da Reversibilidade: “Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136).

d) Princípio do Respeito à Ordem Original: “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Arquivo Nacional, 2005, p. 137).

Vale frisar que o cumprimento dos princípios arquivísticos obedece a uma

padronização internacional de procedimentos. Tais procedimentos possuem validade tanto para suportes físicos quanto digitais. Conforme explica Bellotto (2017), a natureza dos documentos não se altera, destacando o domínio da Arquivologia no contexto de criação documental. Tal domínio é essencial para assegurar a fidedignidade e a validade dos documentos.

Delmas (2010) afirma que os arquivos possuem quatro utilidades: provar, lembrar, compreender e identificar, as quais se desenvolveram conforme a evolução da sociedade. Na Idade Média destacou-se o valor probatório, em que os documentos eram conservados para defender direitos, assim, a documentação que não recebesse a classificação era eliminada. O autor relata que em diferentes lugares, arquivos cartoriais foram queimados a fim de apagar provas de nacionalidade e propriedades de cidadãos, extinguindo também seus direitos civis (Delmas, 2010).

A função de lembrar está relacionada à necessidade de conservar arquivos sobre as atividades desempenhadas pelos indivíduos e organizações, evidenciando a preocupação em capitalizar saberes e experiências. Como exemplo, cita-se a crise siderúrgica, em meados de 1980, na *Usinor-Sacilor*, instalada na França, em que os funcionários com mais de sessenta anos foram demitidos e, conseqüentemente, houve um aumento de erros na fabricação de produtos. Ou seja, o modo de fazer, a memória de como funcionava as máquinas tinha sido descartado. Tal fato apontou que os registros arquivados trazem segurança para as ações das instituições, eles lembram o que foi feito para saber como agir (Delmas, 2010).

No Renascimento, as funções de compreender e conhecer a documentação científica e técnica entram em pauta. Desse modo, os arquivos passam a ser vistos como memória de estudos, indispensáveis como ferramenta de trabalho (Delmas, 2010).

Já na Idade Contemporânea, os arquivos sobressaíram a sua utilidade de identificar, enfatizando a capacidade humana de se reconhecer e se comunicar como parte de uma história coletiva, conexas à cultura, que remete às lembranças sociais, tratando da memória, ligada às relações sociais dos sujeitos, transmitindo conhecimento das origens e raízes do homem. A função de identificar, serve também para os Estados solidificarem seus feitos, suas conquistas de terras, por exemplo, mostrando documentos que acompanham momentos e revelam a verdade (Delmas, 2010).

Para Silva, Pinheiro e Fragoso (2020), a Arquivologia, na contemporaneidade

potencializa sua atuação com a gestão documental, priorizando a aproximação com os usuários a partir do acesso à informação, de maneira que com a organização seja produzido conhecimento social e cultural. Os arquivos assumem uma função social, como “antídoto” ao esquecimento, demarcando a memória para que assim os direitos dos indivíduos sejam garantidos. A memória aqui mencionada, não seria apenas vinculada ao passado, mas contextualizada com os processos sociais, protagonizando os sujeitos como seres críticos, relacionados as instituições arquivísticas e a sociedade, que se comunicam e possuem a percepção que sua identidade é moldada pela história presente nos acervos preservados.

O compromisso do arquivo não é com o passado, mas com o futuro, na medida em que traz modelos de conhecimento, em que é capaz de atravessar temporalidades, se responsabilizando em recuperar memórias. Trata-se, portanto, de um lugar de histórias e imagens compartilhadas, acolhendo os usuários no hoje, mas também em outras espacialidades, facilitando e ampliando dados que merecem ser lembrados (Falci; Alencar, 2015).

Conforme Panisset e Assis (2016) existe uma urgência para que os arquivos promovam a identidade e a identificação entre os cidadãos e a sociedade, garantindo que as instituições arquivísticas dialoguem com as pessoas por meio de seus registros, contribuindo para produção de sentido e conhecimento dos fatos.

Eastwood (1994), menciona que os fundos documentais armazenados servem para acessar fatos e tomar conhecimento sobre as evidências que os geraram, demonstrando sua ligação entre a atividade funcional e a documentação administrativa. Para o autor, os arquivos não podem ser vistos apenas como locais que guardam a história e legislações, mas avancem no seu objetivo de provocar interesse em todos os indivíduos quanto aos seus registros de prova de ações do passado, aflorando a memória individual, organizacional e social sobre acontecimentos (Eastwood, 1994).

Iacovino (2016), em seu artigo “Os arquivos como arsenais de responsabilidade”, defende que as funções de memória e prova são complementares, uma vez que, assim como os documentos servem para comprovar ações históricas e legais, eles também sustentam crenças por meio dos registros culturais, ou mesmo de seus silêncios.

Nessa perspectiva, Pollak (1989) afirma que a memória atua como um elemento fundamental na construção do sentimento de continuidade e de

reconstrução de si, sendo constituída tanto pelos acontecimentos vividos diretamente quanto pelas experiências compartilhadas por aqueles que se reconhecem como parte de uma mesma comunidade.

A (re)construção da memória coletiva e da identidade de grupos está, portanto, associada a lugares físicos como memoriais, museus, arquivos e centros de documentação. Esses espaços ilustram como a memória artificial se articula à memória humana, possibilitando a recuperação de informações sobre o passado e promovendo a recordação, bem como a transmissão de sentimentos e experiências (Oliveira; Rodrigues, 2011).

Os espaços físicos atuam como âncoras da memória, uma vez que esta requer suportes exteriores e referências tangíveis para se materializar. É por meio desses elementos — gestos, imagens e objetos — que as memórias são representadas e articuladas, revelando sua natureza coletiva e plural. Ao serem compartilhadas por grupos sociais, elas evidenciam sua capacidade de unir indivíduos pelo ato de lembrar. As memórias estão impregnadas nos hábitos, nos saberes transmitidos e nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais. Nesse sentido, os lugares de memória possibilitam o acesso ao passado e contribuem para a compreensão de como ele foi constituído (Nora, 1984).

De acordo com a constatação de Hedstrom (2016), as memórias individuais são moldadas pelas interações sociais e pelas formas como as pessoas lembram de fatos e experiências que vivenciaram. Tais memórias não são armazenadas e recuperadas apenas como respostas automáticas a estímulos, mas são construídas a partir de contextos sociais e culturais que dialogam com circunstâncias passadas e presentes.

No âmbito organizacional, a memória institucional corresponde à história construída pelas organizações. Ela abrange um conjunto de atributos e momentos que retratam as relações internas e externas dessas entidades. Além disso, está diretamente ligada à cultura organizacional, pois compartilha crenças, costumes e regras desenvolvidas e validadas pelos órgãos ao longo do tempo (Rezende; Bethancourt, 2019; Marcial; Vieira, 2021).

Destaca-se que a memória institucional transcende a linearidade temporal, manifestando-se não apenas em eventos e exposições comemorativas, mas, sobretudo, nos inter-relacionamentos e nas conexões estabelecidas no contexto social e cultural. Nesse cenário, o arquivo institucional desempenha um papel central,

ao preservar registros que sustentam essa memória e possibilitam sua reconstrução ao longo do tempo. Assim, a memória institucional, integrada à cultura organizacional e à gestão da informação, constitui uma ferramenta estratégica de gestão, por meio da qual transmite experiências, filosofias e valores que expressam o funcionamento, a produtividade e o desempenho das instituições no cumprimento de sua missão (Rezende; Bethancourt, 2019).

Santos e Valentim (2021) comparam os conceitos de memória institucional e memória organizacional, destacando que, embora integradas, essas formas de memória não são subordinadas entre si e apresentam particularidades distintas. A memória institucional volta-se ao aspecto social e coletivo, relacionado ao contexto de legitimidade e identidade da instituição. Já a memória organizacional possui um caráter pragmático, direcionado à eficiência, ao uso e ao compartilhamento do conhecimento no ambiente de trabalho. Segundo as autoras, ambas envolvem processos cíclicos que abarcam tanto o lembrar quanto o esquecer. Para além da existência de repositórios ou arquivos, tais memórias requerem estruturas que possibilitem a articulação entre as dimensões pessoal, institucional e organizacional, estabelecendo elos entre o uso da informação e os sujeitos envolvidos (Santos; Valentim, 2021).

Desde os períodos mais remotos, a humanidade demonstrou a necessidade de conservar, preservar e registrar as suas atividades, seja pela forma oral, por grafites e desenhos, seguindo para sistemas codificados (Lodolini, 1990). Nesse sentido, os registros da memória são a base das atividades humanas e constroem as relações sociais. As memórias negativas servem de alerta para a não repetição dos eventos.

A memória estabelece conexões entre passado, presente e até o futuro, funcionando como mecanismo de resistência ao esquecimento. O conhecimento gerado a partir das experiências vividas não pode desconsiderar os saberes acumulados, as lembranças preservadas, nem as fontes materiais e informacionais que sustentam a construção e a transmissão do passado social entre gerações.

Nesse contexto, os arquivos configuram-se como instrumentos técnico-institucionais essenciais para a materialização da memória, uma vez que preservam registros dotados de valor histórico, jurídico e administrativo. Seus acervos representam a dinâmica das atividades humanas e sociais, evidenciando a rotina das instituições ou indivíduos que os produziram. A documentação arquivística reflete, assim, as interações e inter-relações que caracterizam o contexto de sua produção

Os arquivos constituem aparato de reforço para a memória social e coletiva. Por isso, os acervos são fontes privilegiadas, que permitem ao profissional da informação se perceber como “[...] sujeito e agente da historicidade, como formador da memória e também promotor da visão do arquivo como resultado da experiência humana” (Panisset; Assis, 2016, p. 86).

Silva, Pinheiro e Fragoso (2020) destacam que, para além das funções arquivísticas desempenhadas pelos profissionais da informação, há também uma função coletiva que envolve diferentes profissionais com formações variadas. Por exemplo, um advogado contribui com os prazos legais da documentação; o historiador pondera a avaliação dos documentos intermediários; o músico interpreta partituras; e o restaurador determina as melhores formas de acondicionar e recuperar acervos. Esses profissionais de apoio reforçam a ideia central desta tese, de que vivemos em contextos sociais interconectados, em que as experiências de vida e atuação profissional se entrelaçam, oportunizando explorar RS.

As importâncias, utilidades e funções dos arquivos foram destacadas ao longo desta seção com o objetivo de evidenciar o contexto sobre o qual se está falando. Busca-se mostrar por que é relevante preservar os acervos e promover uma maior proximidade da comunidade com os arquivos, despertando a sensação de pertencimento. Afinal, entende-se que as pessoas cuidam apenas daquilo que valorizam. Os arquivos devem ser percebidos como instituições “culturalmente úteis”, pois esse reconhecimento pode ser determinante para o engajamento social na proteção dos documentos, princípio defendido nesta pesquisa.

O papel social dos arquivos é reforçado por Santos, Sousa e Gomes (2022), ao afirmarem que as informações ali geridas estão intrinsecamente relacionadas à dinâmica da vida em sociedade. Quando o sujeito se percebe inserido nesse contexto informacional, tende a apropriar-se do conteúdo ali contido, encontrando um espaço de acolhimento institucional que fortalece o sentimento de pertencimento coletivo. Tal percepção estimula o desejo de acesso à informação, fortalece o exercício da cidadania e convoca à preservação documental.

Dessa forma, a proteção dos acervos passa necessariamente pelo reconhecimento, por parte dos indivíduos, de sua condição de sujeitos históricos, capazes de identificar-se como corresponsáveis pelo cuidado, conservação e valorização dos arquivos.

3.1 ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Os arquivos e documentos possuem diferentes características e classificações. Segundo a entidade mantenedora eles são classificados em arquivos públicos e privados. Conforme Richter, Garcia e Penna (2004), os arquivos públicos pertencem ao domínio do Estado, em esfera de governo, federal, estadual ou municipal, acumulados em razão das atividades executivas, legislativas e judiciárias. Quanto à acessibilidade dos documentos públicos, Richter, Garcia e Penna (2004), citam dois sentidos:

a) pertencentes ao âmbito governamental, possuem acesso aberto aos cidadãos, como exemplo: Arquivo Nacional, Arquivos Estaduais e Municipais.

b) pertencentes ao âmbito do Estado, seu acesso não é liberado, como exemplo: arquivos da administração direta, arquivos de autarquias, corporações militares.

No que se refere aos arquivos privados, estes pertencem a instituições de caráter particular e são constituídos por documentos de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem estar armazenados tanto em instituições privadas quanto, eventualmente, em instituições públicas, porém, em geral, o acesso aos seus documentos não é franqueado ao público (Richter; Garcia; Penna, 2004). Como exemplos, citam-se os arquivos eclesiásticos, hospitalares, empresariais, bancários, escolares, familiares, entre outros.

Dessa forma, considerando a classificação apresentada e tendo em vista o escopo desta pesquisa – voltada aos arquivos das universidades federais brasileiras –, compreende-se que tais instituições mantêm arquivos públicos. Por esse motivo, devem obedecer às diretrizes e políticas estabelecidas pelos órgãos reguladores nacionais aos quais estão institucionalmente vinculadas.

Historicamente, o surgimento dos arquivos universitários públicos está relacionado ao desenvolvimento do próprio sistema universitário brasileiro. As primeiras universidades, como a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de Minas Gerais, foram criadas na década de 1920 e, desde então, a necessidade de espaços específicos para a guarda e gestão da documentação tornou-se evidente, acompanhando a consolidação administrativa e acadêmica dessas instituições

(Venâncio, 2012).

Aos porteiros e amanuenses eram destinadas as funções de receber, expedir e classificar documentos administrativos referentes às atividades das instituições de ensino superior. Posteriormente, em 1934, o regulamento da Faculdade de Medicina de Porto Alegre já mencionava expressamente as atividades do arquivo, atribuindo-lhe a função de guarda e conservação de papéis e documentos findos (Venâncio, 2012).

Aos arquivos universitários era dado um enfoque administrativo, deixando de lado o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da contribuição para a cultura e funções pedagógicas (Menezes, 2012).

No Brasil, por volta da década de 1980, surgem os primeiros centros de memória, destinados a abrigar documentos técnico-científicos e acadêmicos das universidades, marcando o início da sistematização e organização dos arquivos universitários (Santos, 2018).

Segundo Bottino (2012), a década de 1990 representa um novo marco para esses arquivos, com a realização do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pelo Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A partir desse evento, os arquivos universitários passam a ser reconhecidos como uma área especializada da Arquivologia, assumindo papel relevante no desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) (Bottino, 2012).

No cenário internacional, destaca-se o Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, no ano de 1992. Nessa ocasião, foi instituída a Seção de Arquivos de Universidades e Instituições de Pesquisa (ICA/SUV), com o objetivo de fomentar estudos e reflexões sobre os arquivos universitários, além de promover a cooperação e o intercâmbio entre arquivos, arquivistas e instituições acadêmicas em nível global (Coutinho, 2019).

No contexto nacional, em 1996, foi criado o Comitê de Arquivos Universitários, vinculado à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), e, em 1998, foi publicado o repertório bibliográfico preliminar sobre o tema. Posteriormente, em 2006, o Arquivo Nacional promoveu o I Workshop com Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), voltado à discussão sobre classificação, temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim (Bottino, 2012).

Como desdobramento desse processo, em 2011, o Conselho Nacional de

Arquivos (Conarq) aprovou o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo referentes às atividades-fim das Ifes, consolidando um marco no processo de modernização administrativa das universidades e na preservação da memória científica e educacional do país (Venâncio, 2012).

Nesse contexto de crescente valorização dos arquivos universitários, torna-se imprescindível reconhecer que os documentos arquivísticos produzidos pelas universidades são testemunhos fundamentais da memória institucional. Por essa razão, configuram-se como elementos estratégicos para o funcionamento das instituições, uma vez que seus acervos reúnem informações com valor decisório para a gestão universitária. Além disso, desempenham um papel relevante como fontes de pesquisa para servidores, discentes, membros da comunidade acadêmica e o público em geral (Carpes; Flores, 2013).

Em se tratando das universidades públicas federais, instituições voltadas para a construção e o desenvolvimento do saber científico, cabe aos arquivos universitários, também, além de servirem a sua administração, a função de servirem de suporte à comunidade acadêmica, através da produção, organização, gestão, segurança e difusão do conhecimento produzido por esses órgãos e unidades acadêmicas (corpo técnico, docente e discente) e registrado nos documentos que compõem o seu patrimônio arquivístico, documentos estes, produzidos e acumulados durante suas atividades, em especial aqueles que registram a produção do conhecimento universitário (Menezes, 2012, p. 77).

O arquivo de uma universidade representa um lugar central, capaz de reunir e reconstruir todo o itinerário da instituição a partir do seu patrimônio documental de caráter pedagógico, científico ou social. Ter acesso aos seus acervos significa conhecer práticas de ensino e pesquisa de diferentes épocas, os quais, a partir de seu universo e identidade específica acompanham diferentes contextos políticos, sociais e culturais (Santos, 2018).

Conforme apontado por Santos (2018), as universidades contribuem para gerar, difundir e intercambiar conhecimento, seu principal produto, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração voltadas à sociedade. Essas ações possibilitam aos indivíduos criarem saberes, reflexões e críticas. Assim, para que esse conhecimento não se perca, é necessário que ele seja preservado, consolidando-se como patrimônio documental. Isso significa conservar os registros da memória coletiva que se materializam nos documentos arquivísticos.

Com as informações tratadas de maneira adequada, as universidades públicas

federais conseguem cumprir seu papel de desenvolver ações que contribuam para o crescimento e sustentabilidade da sociedade em torno do saber e do conhecimento. Essas ações favorecem tanto o meio acadêmico quanto a sociedade, difundindo inovações científicas e tecnológicas capazes de gerar transformações culturais, econômicas e sociais (Menezes, 2012).

De acordo com Bellotto (2017), a missão do arquivo universitário é prover, gerar e preservar a memória educacional e cultural que mantém sob custódia, atendendo e possibilitando acesso às informações pelos setores administrativos, pelas unidades acadêmicas, incluindo os *campi* e a toda comunidade.

Na análise do ponto de convergência entre arquivos e universidade evidencia-se a importância, a aplicabilidade, a relevância do papel dos arquivos junto às instituições de ensino superior. São cinco as vertentes em que se apresenta esta convergência:

1. Arquivo na universidade como sistema documental oficial da informação administrativa e científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.
2. Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e da história da região.
3. Arquivos de universidade como integrantes de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa à qual a entidade está ligada.
4. Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos, especialmente os municípios, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.
5. Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, com o qual a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais (Bellotto, 2017, p.76).

O controle e tratamento dos registros informacionais universitários geridos de maneira eficiente dependem da constituição de estruturas arquivísticas que garantam a preservação e difusão da documentação, embasadas na legislação arquivística da administração pública federal e seguindo as normas de cada universidade. Essa condição diz respeito a autonomia universitária, em que, “as universidades têm autonomia para gerenciar arquivos e documentos, dentro dos limites do corpus jurídico arquivístico” (Santos, 2018, p. 216).

De acordo com Bellotto (1992), a política arquivística das universidades deve assegurar a recuperação e preservação dos registros informacionais. Essa política precisa atender tanto às demandas administrativas e acadêmicas quanto aos direitos da comunidade acadêmica, estabelecendo um fluxo de informações capaz de recuperar documentos em diferentes idades. Isso promove a transparência administrativa, o acesso aos documentos e a preservação da memória institucional.

Bottino (2012) menciona que a herança documental dos arquivos universitários extrapola os limites do campus universitário, tendo em vista que atende necessidades

administrativas, pedagógicas e culturais. A autora frisa a necessidade de apoio da administração universitária para a institucionalização das unidades informacionais arquivísticas, a manutenção de seus acervos e investimentos nos programas e políticas de gestão documental, em que se pode incluir o PGR.

Diante da magnitude do papel dos arquivos, cujos acervos representam a sociedade ao preservar e difundir a história das instituições e das pessoas, além de serem úteis para atividades rotineiras, como as administrativas, jurídicas e financeiras, evidencia-se a necessidade de zelo e proteção para esse setor. Não basta lamentar a perda informacional após tragédias e sinistros; é fundamental adotar medidas preservacionistas que prolonguem a vida útil das informações. Nesse contexto, o desenvolvimento e a aplicação do PGR destacam-se como um caminho eficaz para prevenir e minimizar riscos que comprometam a integridade dos acervos arquivísticos físicos e digitais.

4 GESTÃO DE RISCOS

An ounce of prevention is worth a pound of cure
(Benjamin Franklin, 1706 -1790).

Esta pesquisa estimula que a temática tratada pelos sujeitos que compõem o DSC seja o gerenciamento de riscos, possuindo como pano de fundo a preservação da informação, incluindo tratativas que estimulem a visão de um patrimônio comum a todos, em que os documentos não corram o risco de se tornarem inacessíveis. Pois, a evidência que se tem é que “[...] o patrimônio é um bem intocável e um recurso não renovável. Insubstituível e de enorme valor simbólico” (Ibram, 2013, p. 13).

O trato com o patrimônio recebe importância quando ele é percebido dentro de uma cultura pelos indivíduos como algo que lhe traz identificação interna e externa, resultante das construções sociais acumuladas ao longo da vida pela interação contínua entre o sujeito, a sociedade e o espaço. A coletividade esforça-se em impedir a destruição do patrimônio material e imaterial, na medida que se identifica com os valores, ideais e padrões que compõem um “campo simbólico” reconhecido pelo grupo (Jones; Pappas, 2023).

Segundo Beck (2011), vive-se em uma sociedade de risco, que expõe a humanidade a situações de perigos globais, indiferente a fronteiras sociais ou civilizacionais. Subestima-se e desconsidera-se os riscos, transformando as ameaças em normalidade. O autor argumenta que foi disseminado o uso do prefixo “pós”, para tardiamente mover esforços no futuro frente aos problemas que já se anunciam no presente. Tem-se a consciência cotidiana dos riscos, mas os tratam como invisíveis, sendo assim, a denominação acertada não é “sociedade de risco”, mas “sociedade catastrófica”.

Obviamente que os riscos em nenhum momento se esgotam, no entanto, diante da previsibilidade e do aprendizado com os danos já ocorridos, os profissionais precisam trabalhar com a antecipação e não com a negação que despreza a concretude das ameaças (Beck, 2011).

As instituições nunca estão completamente livres de riscos, mesmo que em pequena medida. No entanto, não basta apenas estar preparado para lidar com problemas quando eles surgem; é crucial antecipar possíveis situações e desenvolver planos de ação para alcançar os resultados desejados. De acordo com Grazziotin (2020), um problema é definido como algo que já ocorreu ou está ocorrendo e requer

uma solução imediata. Quando um problema surge, as ações ainda precisam ser planejadas para resolvê-lo.

Já o termo “risco”, é definido como um produto das ameaças e vulnerabilidades, relacionado a possibilidade de algo acontecer causando impactos sobre os objetivos das instituições e seus processos essenciais (Özalp, 2022; Pedersoli Júnior, 2023).

Os primeiros estudos a respeito das “incertezas mensuráveis” foram realizados pelo economista Knight, na década de 1920, em que se diferenciou os riscos de incertezas e defendeu o estabelecimento de cenários para redução de riscos calculáveis (Giorgetto, 2021). No âmbito da proteção do patrimônio cultural, os primeiros tratados internacionais direcionados a evitar riscos e a destruição de bens culturais irreparáveis foram postulados com a Convenção de Haia de 1954, tendo um segundo protocolo de atualização aprovado em março de 1999. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, foi também um marco contra a degradação ou desaparecimento dos patrimônios culturais e naturais que pertencem a humanidade. Na década de 1990, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) destacou o estabelecimento de um sistema de proteção ao patrimônio cultural contra desastres, incluindo ferramentas para o planejamento de emergência e metodologias para o mapeamento de riscos (Bahtiyar; Disli, 2022; Živkovič, 2018).

A Carta de Burra, revisada em 1999, pelo ICOMOS da Austrália, indica linhas de orientação e aconselhamento para a gestão de sítios com significado cultural, destacando-se na formulação de estratégias para mitigação de desastres visando a manutenção de valores do patrimônio (Ravankhah *et al.*, 2017).

A Convenção de Faro, assinada em 2005, pelos Estados membros do Conselho da Europa, salienta o valor e as potencialidades do gerenciamento do patrimônio cultural, reconhecendo um compromisso coletivo da sociedade em conservá-lo, sustentá-lo e transmiti-lo às gerações futuras (Boniotti, 2021).

No contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo 11 propõe “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Alinhada a esse propósito, a meta 11.4 estabelece o compromisso de “fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (ONU, 2015, p. 18), reconhecendo a preservação do patrimônio como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Todas as ações mencionadas vão de encontro à GR, percebida como um componente para proteção estratégica do patrimônio cultural, seu conjunto coordenado de princípios, atividades e processos facilita intervir em condições de complexidade, incerteza, ambiguidade e imprevisibilidade. O desenvolvimento da GR não se limita a reduzir riscos, minimizar desastres, perigos e vulnerabilidades, mas consiste também em promover adaptação e resiliência na medida em que estimula aprender com situações passadas e a mudar práticas existentes (Giuliani; Falco; Cutini, 2021).

Para fins de recomendação e orientação a respeito da abordagem de riscos, o Comitê Técnico 262 da *International Organization for Standardization* (ISO) estruturou a norma ISO 31000 – Gestão de riscos – Diretrizes, seguindo padrões internacionais, são fornecidos princípios e diretrizes para garantir boas práticas no gerenciamento de qualquer tipo de risco (ABNT, 2018). De acordo com a norma, GR “[...] são atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos” (ABNT, 2018, p. 1).

Segundo Giorgetto (2021), a GR é entendida como um processo capaz de identificar e avaliar riscos, possibilitando que medidas sejam tomadas para minimizar os riscos a um nível aceitável.

Compreende-se a necessidade da elaboração de planos e políticas direcionados a redução de riscos em unidades informacionais, com respostas rápidas de ação e recuperação, pois os desastres e sinistros fazem parte da humanidade e tais instituições são repletas de materiais raros e preciosos. Trabalhar com GR prova que os profissionais, de maneira geral, não devem estar prontos apenas para responder a desastres futuros, mas possuir planos para efetivamente evitá-los (Bernard; Carroll, 2022).

Para Živkovič (2018), é um completo delírio cogitar que seja possível evitar a ocorrência total de qualquer acidente. As tendências globais, que incluem mudanças climáticas (terremotos, tempestades, inundações, ciclones etc.), crescimento populacional e urbano, degradação ambiental, bem como, conflitos e terrorismos aumentam significativamente a cada ano, trazendo maiores frequências e intensidades de danos para o patrimônio cultural. Fatores que indicam a necessidade de adoção de culturas de redução de riscos para identificar efeitos de curto e longo prazo de desastres, preparar medidas de mitigação e avaliar a probabilidade e o impacto dos riscos.

A GR é a chave para um processo sistemático e eficiente para preservar o patrimônio cultural, pois como a transparência dos riscos é ampliada, são fornecidos os suportes estratégicos para as tomadas de decisões institucionais. O processo de gerenciamento de riscos integra e confirma o valor patrimonial, trazendo argumentações claras sobre prioridades e necessidades de conservação baseadas em lógicas e princípios técnicos e não por “achismos”. Como a GR contempla também o monitoramento e avaliação de suas etapas, as alterações que podem ocorrer ao tratar algum risco permite atualizar as medidas a serem tomadas e comunicar as partes interessadas (Živkovič, 2018).

Shepard (2018) discorre sobre a relevância da elaboração de um plano de gestão de riscos e desastres, tendo em vista que a partir de sua aplicação é possível salvar os acervos, vidas e se recuperar de sinistros em períodos mais curtos. Com natureza técnica, os planos são adaptados conforme as necessidades de cada instituição, detalhando as etapas de cada fase, seja de maneira antecipada e a *posteriori* dos eventos, integra as equipes profissionais para concentrar esforços na procura de possíveis riscos e em como impedir o seu acontecimento.

Ciente da importância e benefícios do gerenciamento de riscos para uma organização, inicia-se um processo de aprendizagem, em que se estudam os modelos existentes e, a partir de um olhar sistêmico, com as ferramentas adequadas identifica-se os problemas eventuais e os impactos danosos que o órgão pode sofrer.

Ávila (2016) menciona que ao observar os modelos de GR já desenvolvidos é possível atentar-se facilmente para os estágios da administração de riscos, como: identificá-los; medir seus impactos; decidir como minimizá-los e responder aos riscos.

Analisar as metodologias e diretrizes prévias propicia resultados consistentes, eliminando instrumentos e procedimentos burocráticos e descoordenados, que não resultam no sucesso esperado.

Segundo a INC CGU/ MPOG n. 1/2016 (Brasil, 2016a), a estrutura de um modelo de GR deve atentar-se ao ambiente, ter claro a fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de controle interno, informação e comunicação e, monitoramento.

O Tribunal de Contas da União (TCU) (2018) destaca os modelos de GR utilizados pelas organizações, que são reconhecidos internacionalmente, elencados por ano, dentre eles:

- 1921 - *Risk, Uncertainty and Profit*, obra de Frank Knight, da Universidade

de Chicago;

- 1975 - *The Risk Management Revolution*, artigo publicado pela Revista *Fortune*;
- 1992 - O guia *Internal Control - Integrated Framework* (COSO I), do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO;
- 1992 - O relatório do Comitê Cadbury, do Reino Unido;
- 1995 - *Risk Management Standard*, AS/NZS 4360:1995, esforço conjunto das entidades padronizadoras *Standards Australia* e *Standards New Zealand*;
- 2001 - *The Orange Book - Management of Risk - Principles and Concepts*, produzido e publicado pelo HM Treasury Britânico;
- 2002 - A Lei Sarbanes-Oxley, dos Estados Unidos;
- 2004 - *Enterprise Risk Management - Integrated Framework* (COSO-ERM ou COSO II);
- 2004 - O Acordo de Basileia II, firmado na Suíça;
- 2004 - Atualização da norma AS/NZS 4360:2004;
- 2009 - ISO 31000:2009 *Risk Management – Principles and Guidelines*, criada pela *International Organization for Standardization*;
- 2012 - EFQM *Excellence Model*, *European Foundation for Quality Management*, de Bruxelas;
- 2015 - Início da revisão da ISO 31000.

Segundo o levantamento de auditoria e elaboração de indicador para medir o grau de maturidade de entidades públicas na GR, realizado pelo TCU (Brasil, 2013), os modelos de GR elaborados pelos órgãos canadense, britânico e norte-americano dirigem-se à administração pública, enquanto os apresentados pelo COSO e ISO aplicam-se ao setor público e privado. No caso do Brasil, podem-se citar leis, decretos e instruções normativas que têm abordado o tema da GR, trazendo conceitos, diretrizes e manuais para o aperfeiçoamento de processos de gestão.

No que diz respeito à política de GR no Brasil, o MPOG instituiu o seu Programa de Integridade e o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria n. 150, de 4 de maio de 2016. Essa

iniciativa teve como objetivo estabelecer um conjunto de medidas voltadas a garantir a entrega dos resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e do aprimoramento da estrutura de governança, da gestão de riscos, dos controles internos e dos procedimentos de integridade (Brasil, 2016b).

Complementarmente, no dia 10 de maio de 2016 foi publicada a INC MP/CGU n. 1/2016 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. A instrução tem como finalidade fortalecer a gestão, aperfeiçoar os processos e o alcance dos objetivos organizacionais, por meio da criação e aprimoramento dos controles internos da gestão, da governança e sistematização da gestão de riscos. Aplicável a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal, considerando a administração direta e indireta (Brasil, 2016a).

Perante a exigência legal determinada pela referida INC, no dia 31 de janeiro de 2017, o MPOG (2017) lançou o Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, a fim de fornecer diretrizes básicas acerca de boas práticas aos eventos de riscos dos processos da unidade, bem como instruir sobre o monitoramento e reporte, com objetivo de despertar os gestores para a importância da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão. Ainda em 14 de agosto de 2017, foi lançada a segunda versão do manual.

A Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi estabelecida por meio da Portaria n. 426, de 30 de dezembro de 2016 e tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades mínimas a serem observados e seguidos para a gestão de integridade, de riscos e de controles internos aos planos estratégicos, programas, projetos e processos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atingindo a todos que desempenhem atividades neste Ministério (MPOG, 2016).

No dia 22 de novembro de 2017, foi publicado o Decreto n. 9.203, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Posteriormente alterado pelo Decreto n. 9.901, de 08 de julho de 2019, da Presidência da República, que em seu Artigo 15-A relata que:

São competências dos comitês internos de governança, instituídos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos

princípios e das diretrizes da governança previstos neste Decreto;
 II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
 III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções; e
 IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.
 (NR) (Brasil, 2019).

Frente às obrigações legais e à pressão de órgãos externos relacionados à gestão de riscos, à governança no âmbito do Poder Executivo federal, à administração de organizações públicas e à gestão universitária, é fundamental concentrar esforços em alcançar resultados rápidos e eficazes, mantendo custos reduzidos, ao mesmo tempo em que se evidenciam iniciativas inovadoras alinhadas com as melhores práticas internacionais.

Tratando-se do setor público, o gerenciamento de riscos deve ter foco no interesse público, no dever de zelar pela coisa pública, de adotar providências para reduzir a probabilidade e/ou o impacto dos riscos identificados, ponderando benefícios e perdas potenciais.

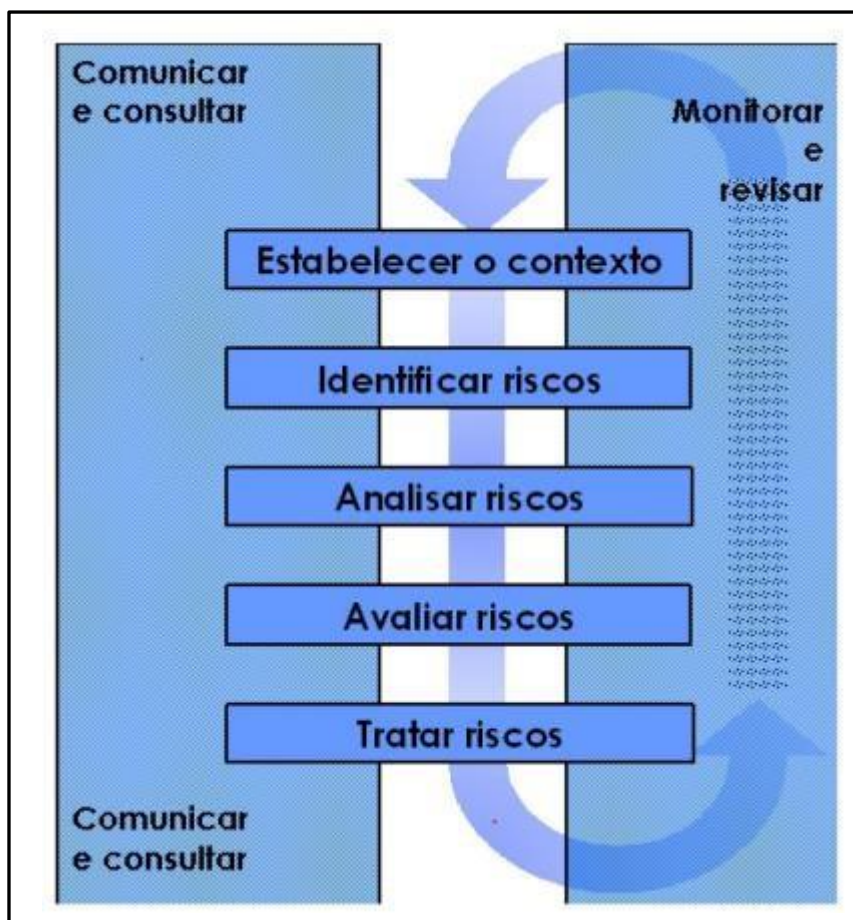
4.1 ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

A norma ISO 31000: 2009 Gestão de riscos - Princípios e diretrizes, que teve sua segunda edição publicada em 28 de março de 2018 tem reconhecimento internacional solidificado e serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos do Arquivo Nacional (2019), do Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (em 2016 publicado em inglês e árabe e, em 2017, publicado em português, editado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* / Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e o *Canadian Conservation Institute* (CCI)), os quais são referenciais desta seção, juntamente com o Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional (2010), devido a todos se direcionarem à unidades de informação. Todos tiveram em comum a consultoria do cientista de conservação José Luiz Pedersoli Júnior, membro brasileiro no ICCROM.

O ICCROM é uma instituição intergovernamental, fundada pela Unesco em 1956 que tem como missão “promover mundialmente a conservação de todas as formas de patrimônio cultural, para o benefício de todas as pessoas” (Pedersoli Júnior, 2020, p. 25). Um de seus focos de atuação entre a década de 1990 a 2000 foi na área de acervos arquivísticos, dirige atividades voltadas também para a GR de desastres e conservação, bem como a gestão do patrimônio (Pedersoli Júnior, 2020).

O Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (Ibermuseus, ICCROM, 2017) é bastante didático e pode ser adaptado para outras instituições. No entanto, segundo Cassares (2020) vale salientar que não há um modelo de GR pronto que pode ser aplicado indistintamente, cada instituição tem suas especificidades que precisam ser avaliadas.

Conforme apresentado na ISO 31000, as etapas da GR são um processo cíclico constante e dinâmico, que envolvem “a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do contexto e avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, registro e relato de riscos” (ABNT, 2018, p.15). Tal processo é esquematizado pela Figura 4:

Figura 4 - Processo de Gestão de Riscos

Fonte: Arquivo Nacional (2019, p. 8).

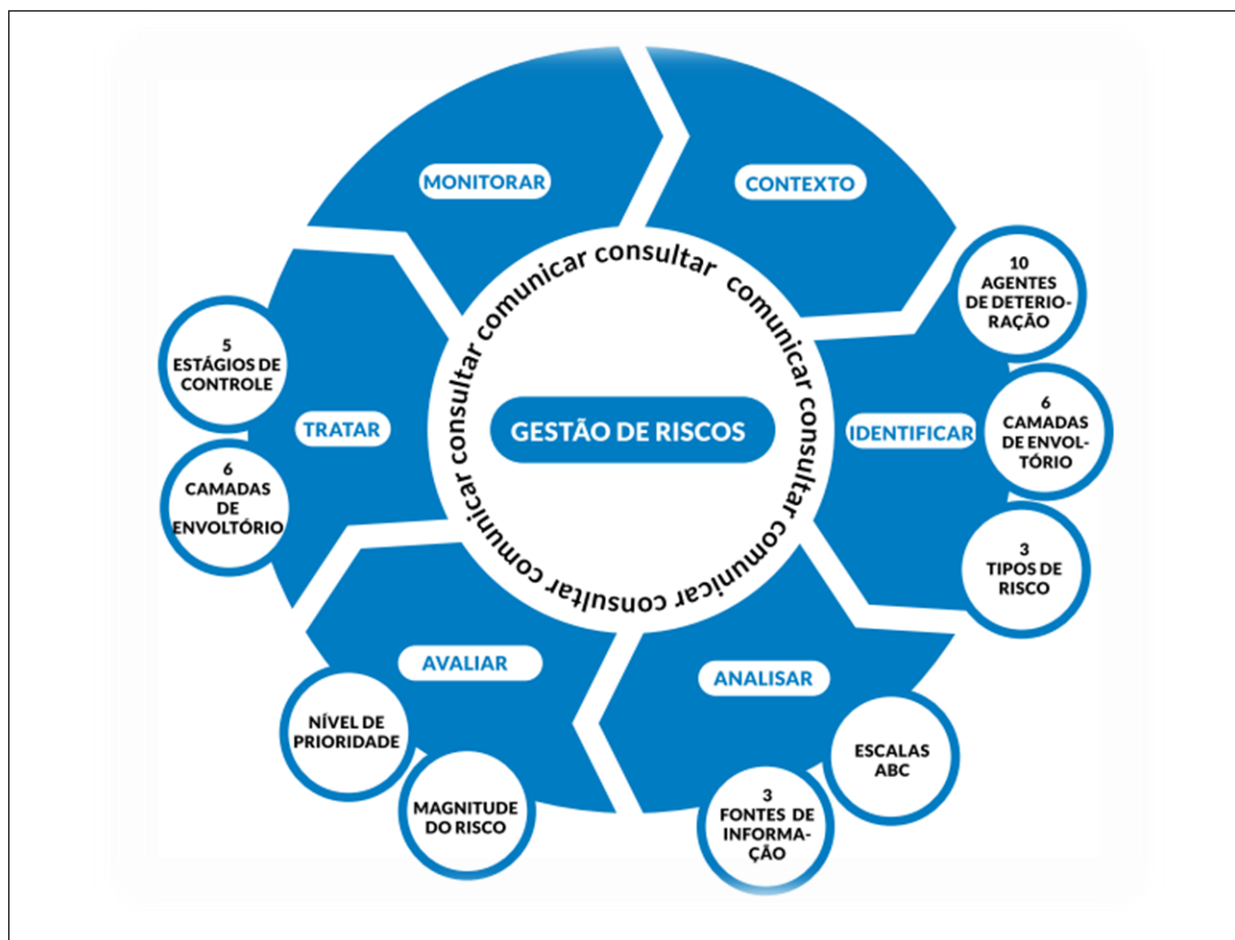
É percebido que as etapas do processo de GR dirigem-se a melhorar a capacidade de lidar com os riscos, as quais requerem cooperação de toda equipe da instituição para o compartilhamento de diferentes conhecimentos e experiências. Cada fase consiste em preparação para se chegar ao resultado de salvaguarda dos acervos. Segundo Rao, Doherty e Teixeira (2022), ao desenvolver cada estágio da GR, é mister que a equipe profissional acredite que o processo é realmente útil, garantindo a prontidão das pessoas envolvidas e a confiança para realizar as tarefas necessárias.

Além do PGR, é essencial que as tomadas de decisões sejam documentadas, possibilitando que as ações como um todo sejam observadas e estudadas. Como uma “prestação de contas” é possível julgar o que foi feito, se os níveis de desempenho foram alcançados e quando necessário, indicar recomendações para melhorias (Beerens; Tehler; Pelzer, 2020).

As etapas do processo de GR, com materiais direcionados ao patrimônio

cultural, pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 5 - Etapas do Processo de Gestão de Riscos



Fonte: IBERMUSEUS, ICCROM (2017, p. 17).

Ao visualizar a figura é possível perceber que a GR é um processo cíclico, que conforme vai sendo aplicado é preciso constante atualização, pois o tratamento de um risco pode ocasionar outro, exigindo assim monitoramento. As categorias compreendem: contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento. Cada uma das etapas é detalhada a seguir, bem como, suas subetapas.

4.1.1 Contexto

O contexto é o primeiro item que precisa ser considerado no gerenciamento de riscos. Deve ser feito um levantamento detalhado a fim de compreender claramente

os seguintes questionamentos:

- Quais são os objetivos e a missão da instituição?
- Quais são as partes interessadas e os atores internos e externos envolvidos (profissionais da instituição, incluindo desde a equipe de limpeza até a alta administração; corpo de bombeiros, polícia, defesa civil, comunidade local e universitária, entre outros)?
- Onde está localizada esta instituição?
- Quais as condições estruturais do edifício?
- Como é o seu entorno (considerar as características geomorfológicas, clima, ocupação e uso)?
- Quais os aspectos legais e financeiros?
- Há políticas para o acervo envolvendo a preservação, acesso, empréstimo etc.?
- O PGR vai incluir todo o acervo ou só determinada parte? (Ibermuseus; ICCROM, 2017; Coelho; Pinheiro; Sá, 2020).

Nesta fase é considerada também a valoração do acervo, a qual deve ser percebida conforme a missão do órgão, não determinada referente à valor monetário, mas sobre a significância dos fundos armazenados. Leite (2021) menciona que a ideia de valor está relacionada ao conceito de patrimônio, levando em consideração que aquilo que é estimado reflete em empenho e dedicação em proteger, já aquilo que não é valorizado, acaba por ser desconsiderado. Nessa mesma linha de raciocínio, percebe-se que “somos construídos pelos afetos. Somos construídos por escolhas. Elegemos, escolhemos, guardamos nossos afetos. Evidenciamos ou esquecemos, não importa. Todos estão guardados. [...] Quando elegemos, desejamos preservar” (Ibram, 2013, p. 11).

Corroborando a percepção de Leite (2021), aponta-se a seguir à composição do patrimônio, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988, *online*).

Diante do trecho da CRBF é possível perceber o que já foi exposto no decorrer deste referencial teórico relacionado ao sentimento de pertencimento dos indivíduos associado à memória, a identificação, a vontade de proteger, vigiar e preservar.

No processo de valoração do acervo é importante que a equipe profissional se reúna e discuta os atributos a serem considerados, definindo pesos para cada área, exemplificados nos Quadros 1 e 2, que resultam no valor absoluto, e permite que gráficos sejam elaborados, dados sejam comparados e estipule a partir daí a relação de fundos tidos como mais importantes (Arquivo Nacional, 2019).

Quadro 1 - Exemplo de atributos de valor

Atributo	Definição	Peso
Valor histórico/ científico (VH/C)	O componente do acervo está diretamente associado e contribui de forma essencial e significativa para a produção científica no campo da história e das demais áreas do conhecimento.	40
Valor probatório/ legal (VP/L)	O componente do acervo é essencial para garantir direitos do cidadão resguardados por lei.	40
Proveniência/ procedência (P/P)	O componente do acervo provém de entidade ou pessoa de especial relevância social, histórica, política, cultural, econômica ou de outra natureza para a nação.	15
Raridade/ singularidade (R/S)	O componente do acervo contém itens raros em termos de sua tipologia, materiais constituintes, processo de produção, período e/ou estilo.	25
Valor artístico/ estético (VA/E)	O componente do acervo possui elevada qualidade artística e/ou estética, contendo itens representativos de artistas, estilos e/ou movimentos artísticos reconhecidos.	20
Valor político/ administrativo (VP/A)	O componente do acervo atende a interesses de políticas públicas e do governo federal e contribui de forma essencial para apoiar decisões governamentais de caráter político-administrativo.	40
Memória/ identidade (VM/I)	O componente do acervo é representativo e contribui para a preservação da memória e da identidade de grupos sociais, agremiações políticas, entidades de classe, movimentos culturais e outras instâncias comunitárias.	25
Valor econômico (VE)	O componente do acervo possui valor de mercado significativo.	10
Acesso (VA)	O componente do acervo está pronto e amplamente disponível para consulta.	40
Frequência de uso (VF)	O componente do acervo que é muito consultado.	40

Fonte: Arquivo Nacional (2019, p. 13).

Elaborada a matriz para atribuição de pontos para os diferentes itens dos fundos considera-se uma escala numérica que varia de 0 a 6 (desde a existência nula até uma presença excepcional do atributo) e cada pontuação corresponde a um fator de intensidade (Coelho; Pinheiro; Sá, 2020), conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Exemplo de escala numérica para pontuação dos atributos

Pontuação	Significado da pontuação
0	O componente do acervo não possui este atributo. Fator de intensidade: 0
1	A presença deste atributo no componente do acervo é muito pequena. Fator de intensidade: 1
2	A presença deste atributo no componente do acervo é pequena (da ordem de 3 vezes superior àquela correspondente à pontuação “1”). Fator de intensidade: 3
3	A presença deste atributo no componente do acervo é média (da ordem de 9 vezes superior àquela correspondente à pontuação “1”). Fator de intensidade: 9
4	A presença deste atributo no componente do acervo é alta (da ordem de 27 vezes superior àquela correspondente à pontuação “1”). Fator de intensidade: 27
5	A presença deste atributo no componente do acervo é muito alta (da ordem de 81 vezes superior àquela correspondente à pontuação “1”). Fator de intensidade: 81
6	A presença deste atributo no componente do acervo é excepcional (da ordem de 243 vezes superior àquela correspondente à pontuação “1”). Esta pontuação corresponde à intensidade máxima do atributo considerando-se todos os acervos da instituição. Fator de intensidade: 243

Fonte: Arquivo Nacional (2019, p. 14).

A partir de tais definições de valores, os profissionais podem identificar quais fundos documentais seriam mais prejudiciais para a sociedade em caso de perda, nesta etapa a importância é quantificada.

4.1.2 Identificar

Esta fase compreende a identificação de todos os riscos que podem afetar os acervos, a pergunta principal a ser respondida é: “O que pode ocorrer e causar danos e perda de valor ao acervo?” (Ibermuseus; ICCROM, 2017, p. 28). Destaca-se a importância do comprometimento da equipe nesta definição, considerando que a diversidade de percepções, formações e áreas de atuação facilitam que nenhum risco seja negligenciado. A fim de facilitar a identificação dos riscos, as equipes podem utilizar ferramentas conceituais como os “10 agentes de deterioração” (forças físicas;

criminosos; fogo; água; pragas; poluentes; luz e radiação ultravioleta (UV); temperatura incorreta; umidade relativa incorreta; e dissociação), as “Seis camadas de envoltório” (região, sítio, edifício, sala, unidade de armazenagem e objeto) e os “Três tipos de ocorrência de riscos” (eventos raros, eventos comuns, eventos cumulativos), auxiliando a visualização das situações de perigo (FBN, 2010; Ibermuseum; ICCROM, 2017).

Neste sentido, o Quadro 3, elaborado a partir do Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (Ibermuseum, ICCROM, 2017), descreve os agentes de deterioração e suas origens frequentes.

Quadro 3 - Os 10 agentes de deterioração

10 AGENTES DE DETERIORAÇÃO E PERDAS DE ACERVOS CULTURAIS		
AGENTE	DESCRIÇÃO	ORIGENS FREQUENTES
Forças físicas	Ações físicas que incidem sobre os documentos	Manuseio durante tratamento, consulta e/ou transporte; armazenamento e transporte inadequados; exposições; superlotação; tráfego de veículos (vibrações), ventanias, terremotos, deslizamentos de terra etc.
Ações criminosas	Furto oportunista, furto premeditado, roubo armado, vandalismo etc.	Motivação financeira, ideológica, religiosa ou psicopatológica.
Fogo	Combustão total ou parcial, deformações e colapso pela ação do calor, deposição de fuligem etc.	Relâmpagos, incêndios florestais, vazamentos de gás, falhas em instalações ou equipamentos elétricos, negligência no tocante ao consumo de cigarro, uso de velas, balões juninos e fogos de artifício, obras de reforma ou manutenção no edifício utilizando chama exposta ou fontes de calor (maçaricos, soldas etc.), incêndio criminoso etc.
Água	Incidência de água no acervo.	Tsunami, enchentes, chuvas, lençol freático, vazamentos em tubulações do sistema hidráulico do edifício, procedimentos de limpeza inadequados, ações de combate a incêndios etc.
Pragas	Infestação por insetos (brocas, traças, cupins), roedores, aves, morcegos, fungos etc.	Proximidade de fauna local; fontes de nutrientes e materiais adequados à formação de ninhos ou postura de ovos de pragas nocivas que funcionam como atrativos.
Agentes poluentes	Incidência de materiais nocivos ao acervo documental.	Proximidade de indústrias, circulação de veículos, obras de reforma ou construção civil, visitantes, materiais de armazenamento ou exposição inadequados que emitem gases nocivos, introdução de materiais incompatíveis devido a intervenções inadequadas de conservação-restauração etc.
Luz e radiação UV	Exposição do acervo documental à luz.	Exposição à luz natural (sol) e lâmpadas elétricas.

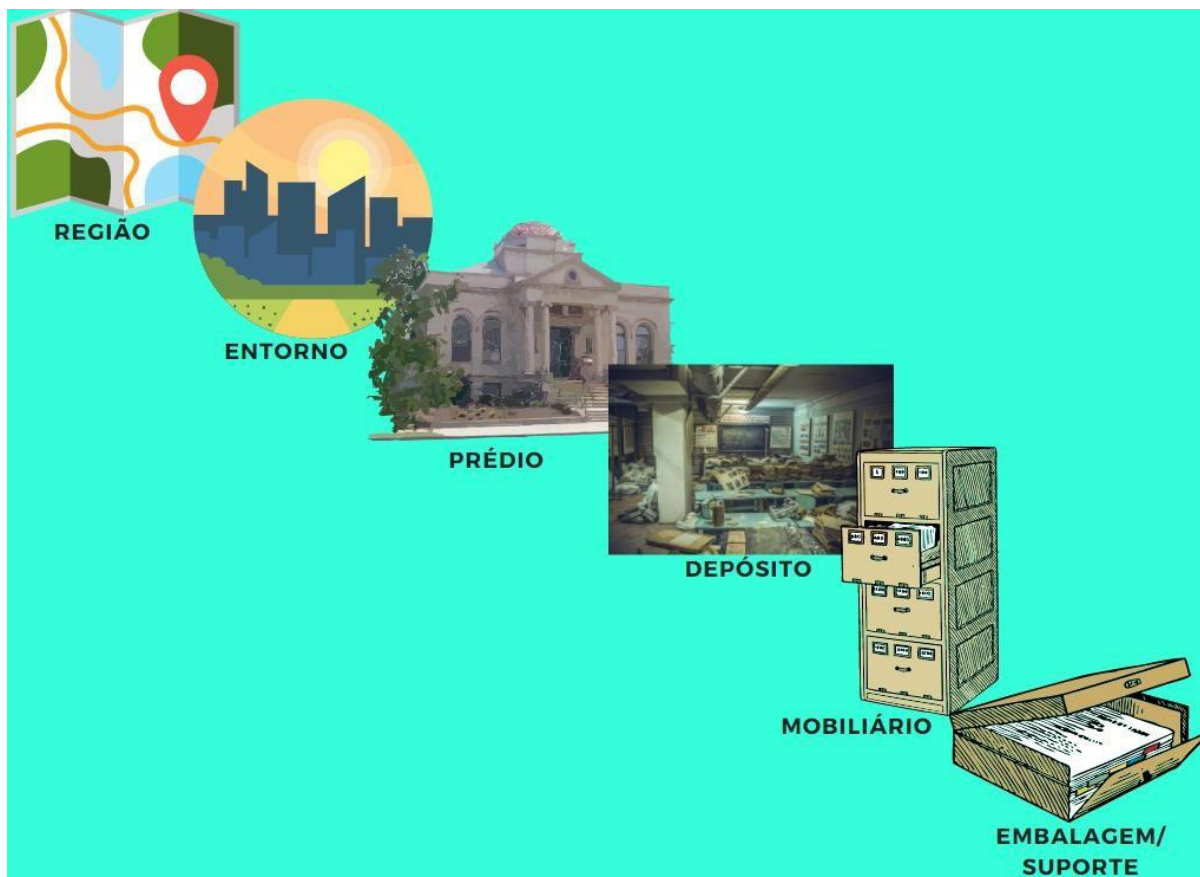
Temperatura inadequada	Temperatura demasiado alta, demasiado baixa ou variações excessivas.	Clima local, radiação solar, lâmpadas incandescentes, equipamentos (aquecedores, climatizadores de ar indevidamente utilizados) etc.
Umidade relativa inadequada	Umidade do ar demasiado alta, demasiado baixa ou variações excessivas.	Clima local, lençol freático, uso inadequado ou falhas em equipamentos de ar-condicionado, microclimas devido à falta de ventilação/circulação do ar, embalagens inadequadas etc.
Dissociação	Extravio de documentos; desconfiguração de documentos compostos; descontextualização de documentos; perda de informação sobre o acervo; comprometimento do acesso intelectual do público ao acervo etc.	Negligência em relação aos princípios de proveniência e de organicidade dos documentos quando da organização e gestão documental; abandono de acervo documental; sistemas de gestão de documentos e instrumentos de pesquisa sem ordenamento arquivístico; desorganização original dos documentos em decorrência de uso para pesquisa, de exposições e de transporte; obsolescência de <i>hardware</i> ou <i>software</i> utilizados para armazenar e acessar dados e informações sobre o acervo; condições inadequadas de armazenamento do acervo; ações delituosas etc.

Fonte: Revista do Arquivo (2020b, p. 169).

Ressalta-se que um mesmo agente de deterioração pode ser ocasionado por diferentes riscos, por exemplo, a água, resultante de uma infiltração, de goteiras, de enchentes, calhas entupidas, entre outros. A perda de valor ocorrerá devido a exposição a estes diversos agentes (Ibermuseus; ICCROM, 2017).

Os próximos itens a serem identificados são as “Seis camadas do envoltório”, representados pela Figura 6, as quais, quando utilizadas corretamente, servem de proteção para os documentos. No entanto, quando não tem seu uso bem avaliado colocam em risco os acervos, por exemplo, uma instituição arquivística localizada próximo ao mar, expõe a documentação à maresia e umidade, facilitando o surgimento de fungos, mofos e bolores.

Figura 6 - Seis camadas do envoltório



Fonte: Elaboração própria com imagens da galeria do Canva (2023).

Na figura, pode-se identificar as questões:

- Qual embalagem armazena o documento (pasta suspensa, caixa de papelão, saco plástico, ...)?
- Qual a unidade de armazenagem/ mobiliário (armário de aço, estante de madeira, prateleiras, ...)?
- Como é o local de guarda da documentação/ depósito/ salas de consulta?
- O prédio está em boas condições?
- O entorno dessa edificação tem condições favoráveis para armazenar um acervo?
- A região geográfica coloca em risco os documentos?
- Tem poluentes?
- É propícia à alagamentos?

É necessário considerar também os procedimentos rotineiros que ocorrem em cada uma dessas camadas, levando em consideração se é feita uma limpeza adequada, se existe uma manutenção predial, poda de árvores, rondas de segurança, entre outros (Ibermuseus; ICCROM, 2017).

A seguir são considerados os “Três tipos de ocorrência de riscos” (eventos raros, comuns ou cumulativos), sendo a pergunta chave: Qual a chance de o evento acontecer? Segundo o Guia do Ibermuseus e do ICCROM (2017, p. 55),

Eventos considerados “raros” ocorrem menos frequentemente que uma vez a cada ~ 100 anos. Consequentemente, tais eventos não fazem parte da experiência direta da maioria das pessoas [...]. Eventos “comuns” ocorrem mais de uma vez ou várias vezes por século. Estes são os eventos que fazem parte da experiência direta e da memória das pessoas [...]. Processos cumulativos podem ocorrer de forma contínua ou intermitente. Ao longo dos anos, a maioria das pessoas que trabalha no museu terá observado o efeito cumulativo de um ou mais destes processos em objetos do acervo, ou seja, terá visto tais objetos “envelhecer”. Eventos muito frequentes (que ocorrem, por exemplo, mais de uma vez ao ano) também podem ser tratados como processos cumulativos para fins de análise dos riscos.

Como modelo, para ilustrar um tipo de ocorrência “raro”, “comum” e “cumulativo”, pode ser observado o Quadro 4, facilitando o entendimento sobre os “Três tipos de ocorrência de riscos”:

Quadro 4 - Identificação dos riscos no acervo arquivístico

Agente de deterioração	Título do risco	Resumo do risco	Tipo de ocorrência
Forças físicas	Colisão de aeronaves	Destruição e perdas consideráveis do acervo devido ao impacto e à provável explosão resultante de uma colisão ou queda de aeronave nas instalações do arquivo.	Raro
Água	Infiltrações - chuvas	Danos à documentação, perda de dados, formação de bolhas, degradação de tintas e emulsões, manchas e crescimento de micro-organismos resultantes da infiltração de água da chuva através das aberturas (janelas, telhado, claraboia, paredes, fissuras) em edifícios que abrigam acervos.	Comum
Luz e radiação ultravioleta (UV)	Exposição do acervo documental à luz natural (sol) e lâmpadas elétricas.	Desbotamento das cores, amarelecimento, enfraquecimento e desintegração.	Cumulativo

Fonte: Elaboração própria adaptado do Arquivo Nacional (2019).

Cada órgão possui suas especificidades, sendo assim, a pertinência das ocorrências dos riscos vai depender do cenário de cada um. Com as ferramentas de identificação aplicadas torna-se indispensável que os setores responsáveis sejam notificados quanto aos riscos que comprometem os acervos (exemplo: setor de manutenção elétrica e hidráulica, setor de serviços gerais, setor de segurança do trabalho etc.). Descritos de forma lógica e compreensível, geralmente fazendo uso de registros fotográficos, conforme representado na Figura 7, para demonstrar eventos passados da própria instituição ou de unidades informacionais semelhantes (Pedersoli Júnior, 2020).

Figura 7 - Documentos acometidos por fungos devido à goteiras



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

O uso das imagens facilita aludir o impacto e consequências diretas ou indiretas que podem ocorrer caso as medidas mitigadoras não sejam tomadas a fim de reduzir o impacto dos riscos (Pedersoli Júnior, 2020). Gerster *et al.* (2022) demonstram em sua pesquisa que os recursos visuais servem como sensibilizadores dos sujeitos, minimizando a descrença de que os sinistros podem ocorrer e aumentando a consciência dos riscos. Em alguns casos, gerando até mesmo desconforto nos indivíduos pelo impacto da devastação. No caso das descrições detalhadas, estas possibilitam melhorar as experiências de aprendizado por eventos passados.

4.1.3 Analisar

A etapa de analisar os riscos compreende a quantificação de sua magnitude, respondendo: “Qual o tamanho de cada um desses riscos? Quais deles são inaceitáveis? Como podemos priorizá-los?” (Ibermuseus; ICCROM, 2017, p. 64). Em que, se tratando de patrimônio cultural, o recomendado é utilizar a Escala ABC, a qual possibilita expressar o tamanho de um risco, evitando percepções errôneas (“achismos”) e na fase seguinte avaliar se este será aceito ou tratado, de acordo com o resultado da Magnitude do Risco (MR) (Fiocruz, 2020).

A escala ABC é composta por três componentes, sendo:

- “A”: quantifica a frequência ou probabilidade em que os eventos ocorrem, em se tratando de eventos cumulativos relaciona um período com o grau de deterioração (Ibermuseus; ICCROM, 2017; Fiocruz, 2020). Conforme demonstrado na Figura 8:

Figura 8 - Pontuação componente “A”

A Para eventos, com que frequência ocorrerá o evento?
Para processos cumulativos, em quanto tempo o dano se acumulará?

Para eventos que ocorrem mais de uma vez por ano, considere-os como processos cumulativos. Para processos cumulativos, selecione o grau de deterioração relevante para o seu contexto e determine o tempo necessário para que essa deterioração ocorra. O grau de deterioração selecionado pode ser a deterioração máxima possível para aquele risco, pode ser uma deterioração apenas perceptível ou um grau intermediário.

Pontuação	Eventos: tempo médio entre 2 eventos consecutivos	Processos cumulativos: tempo necessário para que o grau de deterioração avaliado em B se acumule.	Probabilidade em 1 ano	Probabilidade em 100 anos	Eventos por 100 anos em 1000 instituições
5	~1 ano	1 – 2 anos			
4 ½	~3 anos	2 – 6 anos	0,3		
4	~10 anos	6 – 20 anos	0,1		
3 ½	~30 anos	20 – 60 anos	0,03		
3	~100 anos	60 – 200 anos	0,01		
2 ½	~300 anos	200 – 600 anos	0,003	0,3	300
2	~1000 anos	600 – 2000 anos	0,001	0,1	100
1 ½	~3000 anos	2000 – 6000 anos	0,0003	0,03	30
1	~10000 anos	6000 – 20000 anos	0,0001	0,01	10
½	~30000 anos	20000 – 60000 anos	0,00003	0,003	3

Fonte: Pedersoli Júnior adaptado de Michalski; ICC (Arquivo Nacional, 2009, p. 20).

- “B”: quantifica a média de perda de valor sobre cada um dos itens afetados pelos riscos, estimado conforme o período determinado em “A” (Arquivo Nacional, 2019; Fiocruz, 2020). Conforme exposto na Figura 9:

Figura 9 - Pontuação componente “B”

B Qual será a perda de valor em cada item afetado? Use a perda de valor média entre todos os itens afetados. Para processos cumulativos, assegure-se de utilizar o mesmo grau de deterioração e o mesmo período de tempo utilizado para pontuar A.			
Pontuação	Escala verbal	%	Número de itens afetados a perda total de 1 item
5	Perda de valor total, ou quase total, em cada item afetado	100%	1
4 ½		30%	3
4	Perda de valor significativa em cada item afetado	10%	10
3 ½		3%	30
3	Perda de valor pequena em cada item afetado	1%	100
2 ½		0,3%	300
2	Perda de valor muito pequena em cada item afetado	0,1%	1000
1 ½		0,03%	3000
1	Perda de valor minúscula em cada item afetado	0,01%	10000
½		0,003%	30000

Fonte: Pedersoli Júnior adaptado de Michalski; ICC (Arquivo Nacional, 2009, p. 20).

- “C”: “indica quanto do valor do acervo é afetado pelo risco. O risco afeta todo o acervo ou apenas uma parte do mesmo? [...] Qual é a importância ou valor relativo da parte afetada em relação à totalidade do acervo?” (Ibermuseus; ICCROM, 2017, p. 73). Conforme a Figura 10:

Figura 10 - Pontuação componente “C”

C Que fração do valor total do acervo será afetada? Esta quantidade é medida em termos da distribuição relativa de valores do acervo. Em grandes coleções com itens de igual valor relativo, esta quantidade pode ser estimada a partir da contagem de objetos, folders, estantes, etc.				
Pontuação	Escala verbal	Fração	%	Decimal
5	Toda ou a maior parte do valor do acervo	1	100%	1
4 ½		1/3	30%	0,3
4	Uma fração significativa do valor do acervo	1/10	10%	0,1
3 ½		1/30	3%	0,03
3	Uma fração pequena do valor do acervo	1/100	1%	0,01
2 ½		1/300	0,3%	0,003
2	Uma fração muito pequena do valor do acervo	1/1000	0,1%	0,001
1 ½		1/3000	0,03%	0,0003
1	Uma fração minúscula do valor do acervo	1/10000	0,01%	0,0001
½		1/30000	0,003%	0,00003

Fonte: Pedersoli Júnior adaptado de Michalski; ICC (Arquivo Nacional, 2009, p. 20).

Cada risco identificado é analisado recebendo um valor em cada componente

que somados indicam a MR. Portanto: $A + B + C = MR$, o que torna possível compreender a prioridade de cada risco (catastrófica, extrema, alta, média ou baixa) (Coelho; Pinheiro; Sá, 2020), tema que será detalhado na parte sobre a avaliação na GR.

Na fase de análise, são consideradas as “Três fontes de informação”. O processo busca obter dados bem estruturados e embasados sobre os sinistros que já afetaram as instituições, sendo um resgate da memória informacional. As fontes podem incluir: estatísticas regionais, relacionadas ao clima, desastres naturais, catástrofes, entre outros; conhecimento local e senso comum, obtidos por meio de funcionários antigos, moradores da região, relatórios de inspeção do prédio e do acervo; e conhecimento técnico e científico, extraído de literatura especializada, manuais, modelos de gestão de riscos e consultas a especialistas no tema (Ibermuseus; ICCROM, 2017).

Pedersoli Júnior (2020) relata a importância de ter as estatísticas de eventos passados que afetaram as instituições culturais, pois facilitaria dimensionar os riscos, as perdas já enfrentadas, a pensar e discutir no como fazer e enfrentar as situações. O autor complementa ainda que há instituições que preferem ocultar estas informações como forma de esconder os erros de gestão, eximindo os dirigentes da culpa e que os dados sobre a perda de acervos digitais no Brasil são um universo desconhecido (Pedersoli Júnior, 2020).

Chaves e Oliveira (2020) certificam que não há levantamentos, diagnósticos, dados registrados e divulgados sobre sinistros nos arquivos, poucas são as pesquisas sobre o tema e mencionam o fenômeno da subnotificação. Predomina a invisibilidade social do arquivo, acarretando a ausência de laudos sobre os desastres, uma pedagogia negativa, levando em consideração que nenhum alerta é feito sobre a necessidade de correção dos perigos, não estimulando interesse na sociedade.

É difícil estimar o número de arquivos brasileiros, considerando que todos os órgãos produzem, acumulam e conservam documentos e é mais difícil ainda conhecer algum profissional que trabalhe nestas instituições que não tenha tido alguma experiência negativa que leve a cogitar que as perdas são frequentes, porém, não difundidas e visibilizadas (Chaves; Oliveira, 2020).

4.1.4 Avaliar

A avaliação de riscos compreende decidir quais riscos serão mitigados e com qual prioridade isso será feito, uma vez que a Escala ABC foi utilizada na etapa de análise, tem-se a MR que serve para avaliar e comparar os riscos. Os questionamentos principais são: Qual o nível de risco é aceitável para o acervo? Quais riscos serão aceitos e quais receberão tratamento? (Ibermuseus; ICCROM, 2017; Fiocruz, 2020).

Faz-se necessário a utilização da Escala de MR (Anexo A), a fim de definir o grau de prioridade dos riscos, classificadas em catastrófica (vermelho); extrema (laranja); alta (amarelo); média (verde) e de baixa prioridade (azul). O valor máximo da MR é 15, o que significa que o acervo será perdido totalmente no decorrer de um ano (Arquivo Nacional, 2019).

Exemplificando, hipoteticamente, que a cada dez anos ocorra um roubo no arquivo ($A=4$), o ladrão subtrai itens de grande valor ($B=4$), que afetam uma fração pequena do acervo ($C=3$), a MR resulta em 11, com grau de prioridade alta. Um incêndio de grandes proporções afeta a instituição em média a cada 30 anos ($A=3\frac{1}{2}$), resultando na perda de valor total do acervo ($B=5$), tendo todo o valor do acervo afetado ($C=5$), assim a $MR=13\frac{1}{2}$, a qual possui prioridade extrema. A degradação química é um processo cumulativo, que demora em média 200 anos para tornar o documento inacessível ($A=3$), tem uma perda de valor pequena em cada item afetado ($B=2$), afeta uma fração significativa do acervo ($C=4$), portanto a $MR=9$, possui prioridade média. Os valores atribuídos aqui foram somente modelos e, demonstram a importância de a fase sobre a valoração do acervo estar concluída para que se consiga precisar a perda de valor esperada por unidade de tempo.

4.1.5 Tratar

Com os riscos já identificados e analisados parte-se para a discussão sobre como os tratar, tais ações podem ser estruturadas conforme as “Seis camadas de envoltório” e os “Cinco estágios de controle”. Nesta fase são determinados quais riscos serão eliminados ou reduzidos a níveis aceitáveis, se essa redução será moderada ou pequena, leva-se em consideração o que é prioridade, o orçamento

disponível, a viabilidade de implantação e efeitos colaterais que possam surgir (Ibermuseus; ICCROM, 2017; Fiocruz, 2020).

Quanto as camadas de envoltório, é útil ponderar quais as atividades podem ser desenvolvidas para o seu tratamento somado aos “Cinco estágios de controle” que formam uma sequência lógica de atitudes preventivas e reativas para tratar os riscos, identificados como (Ibermuseus; ICCROM, 2017):

a) evitar: impedir que o risco ocorra ou sua motivação se acentue, optar por descontinuar a atividade que origina o risco (Ibermuseus; ICCROM, 2017; ABNT, 2018).

b) bloquear: “impedir o surgimento e a propagação dos agentes de risco, criando barreiras físicas ou mecânicas. No caso de emergência, bloquear significa tomar ações eficazes para impedir que a ação do agente se alastre por todo o acervo ou edifício” (IBRAM, 2017, p. 40).

c) detectar: identificar os agentes de risco de maneira preventiva, monitorando as ameaças, constatando e reconhecendo como reagir caso o agente seja deflagrado (IBRAM, 2017; Ibermuseus; ICCROM, 2017).

d) responder: reagir ao agente de deterioração de maneira imediata e eficiente. Esta fase contempla o planejamento e preparação para as ações emergenciais (IBRAM, 2017; Ibermuseus; ICCROM, 2017).

e) recuperar: reparar o acervo e/ou o edifício que tenha sofrido danos por sinistros (IBRAM, 2017).

A Figura 11 exemplifica, considerando como risco o fogo.

Figura 11 - Os cinco estágios de controle



Fonte: Elaboração própria com imagens da galeria do Canva (2023).

Ao observar a Figura 11, o agente de deterioração pode ser evitado ao proibir fumar nas áreas internas do arquivo, realizar manutenção do sistema elétrico do prédio, não conectar vários aparelhos elétricos na mesma tomada etc. A fim de bloqueá-lo podem ser utilizadas portas e janelas corta-fogo, mobiliários com tratamento antichamas etc. Para detectar o fogo, sprinklers são uma opção, alarmes sonoros de incêndio, central de monitoramento do acervo. Para responder ao sinistro, extintores de incêndio localizados corretamente, bombeiros treinados para incêndios em instituições arquivísticas, bem como, toda a equipe que trabalha na unidade pode ser capacitada para atuar diante da situação etc. E, no caso de ser necessário recuperar a documentação, profissionais preparados para trabalhar no restauro documental, envolvidos e dispostos a propor e atuar na recuperação da massa documental.

4.1.6 Monitorar

O processo de degradação que acometem os acervos é contínuo, com o passar do tempo, novos riscos podem agredir os documentos ou as soluções propostas no PGR podem não causar os efeitos esperados. Diante desta constatação é necessário monitorar as medidas utilizadas para tratamento dos riscos, revisando-as e ajustando-as a fim de que continuem ou se tornem claramente eficientes (Ibermuseus; ICCROM, 2017).

Pedersoli Júnior (2020) destaca que os programas de preservação e os PGR não são atividades pontuais, executadas e concluídas, mas processos contínuos que exigem manutenção constante. Essa continuidade deve ocorrer independentemente do tempo de gestão dos dirigentes ou da permanência da equipe de profissionais da área. O objetivo do arquivo é garantir que os acervos sejam preservados em boas condições e permaneçam acessíveis ao público.

Silva Junior e Silva (2020) apontam que a organização de *briefings* e treinamento específicos aos profissionais precisam ser regulares. Cada pessoa necessita entender a relevância de seu trabalho, ter conhecimento sobre a GR, evitando perda de tempo na resolução dos riscos. O contexto financeiro também é apontado pelos autores como uma variável que precisa ser acompanhada, determinando a quantidade de recursos que podem ser investidos no tratamento dos riscos e em casos emergenciais, na restauração e reconfiguração do acervo.

Documentar todo o processo é imprescindível, pois proporciona clareza e rastreabilidade das atividades. O monitoramento dos dados associados aos eventos atua como um indicador preventivo, permitindo que os riscos sejam mitigados por meio de ações oportunas. Além disso, a alta administração pode acessar as informações de forma imediata, o que auxilia na tomada de decisões. O conhecimento registrado também pode ser compartilhado, facilitando a proposição de novas soluções sempre que necessário (COSO, 2017).

A etapa de monitoramento dos riscos e atividades, alinha o apetite a risco³ com a missão da instituição, permitindo decidir tratar ou aceitar os riscos residuais. Os riscos residuais são definidos como “risco a que uma organização está exposta após

³ “II - apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar,” (BRASIL, 2016a, Art. 2º, inciso II).

a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco” (Brasil, 2016a, Art. 2º, inciso XV).

Por fim, é necessário o acompanhamento de pesquisas que mapeiem e colem dados sobre sinistros nas instituições arquivísticas, somado a isto, poderia ser desenvolvido um sistema universal para uso dos arquivos que fosse alimentado com estas informações. O treinamento para quem trabalha no campo patrimonial e para quem frequenta instituições culturais precisa ser constante, objetivando conscientizar os sujeitos sobre o tema de GR. Entretanto, o ideal é que a comunidade também se envolva e integre planos de ação para salvaguardar os acervos, tendo em vista que essa inclusão é um passo para a mudança de cultura sobre a preservação documental, que pode também ser estimulada com as crianças, ainda na escola (IBRAM; ICOM BRAZIL; ICCROM, 2019).

4.2 PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A chamada Lei de Arquivos, n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991, em seu Artigo 1º menciona que é “dever do Poder Público a gestão documental e a **proteção especial a documentos de arquivos**, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Brasil, 1991, grifo nosso).

Diante desta finalidade, Lissovsky (2003) questiona de quem e de que seria necessário proteger os arquivos e responde com quatro dimensões:

a) dimensão historiográfica: referente às ações do tempo que coloca os arquivos a pacificação da ruína, em que há uma representação da ressurreição heroica do passado, mas se depara com construções arquitetônicas mal preservadas e diferentes agentes de deterioração.

b) dimensão republicana: indicando as tensões entre o que é público e o que é privado, entre as apropriações privadas, entre o que se pode dar acesso, que por direito é público e o que é de “interesse público”, ou melhor, do interesse do Estado em se tornar público.

c) dimensão cartorial: diz respeito a proteção contra as mentiras, adulterações e fraudes, que contrapõem a característica dos documentos de arquivo de testemunhar a verdade e serem autênticos.

d) dimensão cultural: relacionada ao poder do arquivo em proteger o homem do esquecimento, evitando que a memória perca potência. Entende que os arquivos existem para ensinar o passado, como se o esquecimento fosse responsável pela sua origem.

Diante de tais dimensões, é essencial proteger os acervos da ação do tempo e das intempéries climáticas, buscando retardar sua degradação. A proteção não se limita apenas à massa documental em si, mas também abrange os prédios onde esses registros informacionais estão armazenados. Além disso, é necessário protegê-los de gestores que não se envolvem com a preservação documental, dificultando o acesso às informações; de equipes de trabalho resistentes a mudanças, que desconsideram a importância da disponibilização dos acervos a longo prazo; e do público que não adota práticas adequadas de manuseio.

Também é crucial proteger os acervos de roubos, físicos ou cibernéticos, que geram lacunas nos fundos documentais. Por fim, é preciso combater a visão equivocada de que os arquivos se restringem ao passado, sendo dispensáveis na vida cotidiana.

A proteção é necessária contra a perda informacional e as precárias formas de preservação ocasionadas por fenômenos naturais ou ações humanas. Paradoxalmente, investe-se em tecnologia e aparelhos de refrigeração, em prédios históricos adaptados e desinveste-se no fator humano, terceirizando e até quarteirizando pessoal sem capacitação técnica (Revista do Arquivo, 2020a; Elias, 2020).

Chaves e Oliveira (2020) destacam que as fraudes não são ações isoladas de *hackers*, mas muitas vezes envolvem os próprios agentes públicos. Tais agentes, incluindo gestores que não demonstram interesse em priorizar o patrimônio cultural, frequentemente ocultam dados sobre sinistros ocorridos nos arquivos. A prática impede a produção de informações precisas, resultando em invisibilidade social para as instituições. Além disso, atrasa a repercussão de dados para pesquisas e compromete a valorização do patrimônio cultural.

É interessante também observar, [...], que a maioria dos incêndios registrados, ocorridos no Brasil, neste século, começou fora do horário de funcionamento das instituições; que nem sempre as causas são determinadas ou se veicula o resultado; que a maioria dos eventos foi consequência de ações humanas, intencionais ou não, como falha no sistema

de construção, práticas inseguras, incêndio culposos e acidentes; que dentre os eventos, que tiveram sua causa determinada, a grande maioria teve alguma ligação com o sistema elétrico, seja mau funcionamento dos sistemas de climatização, sobrecarga de energia, fiação velha, defeituosa ou danificada; que nenhum incêndio foi ocasionado por acidentes naturais como, por exemplo, relâmpagos (Elias, 2020, p.55).

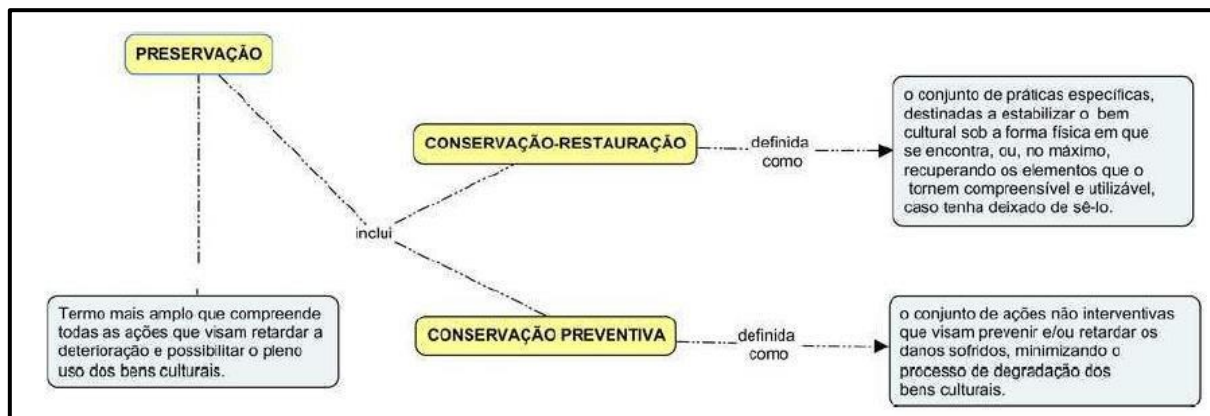
Assim, é necessário tratar da preservação documental como tema prioritário que precisa de aplicação diuturna, constante e permanente. Deve-se considerar que o risco de perda informacional está associado à deterioração, ao esquecimento, ao abandono e à negligência, muitas vezes normalizados como “acidentes sem sujeitos” (Chaves; Oliveira, 2020, p. 19).

Dessa forma, os sinistros continuam a se repetir, enquanto os erros não são avaliados com a devida seriedade. A imprensa repercute os casos de forma pontual, e “passamos a considerar normal o que não é normal, considerar fatalidade o que é crime, considerar que não houve responsabilidade quando houve omissão e escolhas imprudentes” (Elias, 2020, p. 50). Ignoram-se os dados apagados, como se fossem dispensáveis para o desenvolvimento da nação ou replicáveis em outros documentos, desconsiderando a unicidade arquivística.

Para Leite (2021, p. 55) a preservação é entendida como “a soma das medidas necessárias destinadas a proporcionar acessibilidade a longo prazo ao patrimônio”, que engloba a conservação (preventiva e curativa) e a restauração. Tavares (2014, p. 56) utiliza a palavra proteger relacionada à preservação. A autora afirma que “preservar significa conceber ações ou medidas para proteger, cuidar e manter os documentos e objetos em condições de serem acessados”.

Bojanoski (2018, p. 102) elabora a Figura 12 para ilustrar a conceituação dos termos preservação, conservação-restauração e conservação preventiva, apresentada no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores Brasileiros, sendo perceptível também a preservação como algo maior, como termo “guarda-chuvas”.

Figura 12 - Termos estabelecidos no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil



Fonte: Bojanoski (2018, p. 102).

Portanto, a preservação pode ser entendida como um campo holístico que fortalece a prevenção. Trata-se de um processo dinâmico e contínuo, que incentiva os profissionais a atuarem de forma planejada, escolhendo métodos adequados para tratar diferentes suportes. A prática se baseia na premissa de que “[...] para preservar a longo prazo, devemos pensar a longo prazo” (Leite, 2021, p. 87), visando garantir o acesso à informação pelo maior tempo possível.

Conforme Soares (2011), a preservação envolve um gerenciamento de atividades, que precisa ser bastante explícito, a fim de garantir e manter um ambiente estável, seguro e longe de perigos, incluindo as possíveis ações nos casos de desastres.

Neste ambiente seguro é preciso incluir os documentos arquivísticos digitais, que são cercados por um cenário de incertezas e, consequentemente, a preservação digital, tendo em vista que assim como a sua produção é facilitada pela tecnologia, a ausência de políticas de preservação digital tornam duvidosas suas fontes (Santos; Flores, 2015). A integridade e a autenticidade são colocadas em risco pela obsolescência de *hardware* e *software*, pela degradação de mídias, pela falta de capacitação dos servidores e pela falta de administração correta dos riscos que envolvem o ambiente digital (Tavares, 2014).

Assim, o que se percebe é que o acesso e a preservação das informações, apesar de desempenharem funções diferentes, são complementares. A preservação digital, nesse contexto, deve ser vista como um componente da preservação, apresentando os mesmos objetivos que a preservação “tradicional”. Conforme argumentado por Tavares (2014), a preservação busca assegurar a autenticidade, a

integridade e a acessibilidade ao longo do tempo. O foco, nesse caso, não está no suporte físico, mas na capacidade de manter o compartilhamento das informações e memórias ao longo do tempo.

Ainda com o viés de proteção, Rodrigues e Bahia (2020) defendem a elaboração do plano de emergência para os arquivos. O plano deve atuar na prevenção de riscos internos e externos, no estabelecimento de procedimentos de proteção contra potenciais ameaças, e garantir uma resposta rápida diante de desastres. Além disso, é fundamental que o plano permita uma recuperação eficaz, assegurando o retorno ao funcionamento adequado das instituições. Para os autores, o plano de emergência é base fundamental para preservar o patrimônio cultural, incentivando que o tema seja tratado desde a graduação (Rodrigues; Bahia, 2020).

O Plano de Emergência para os Arquivos, também denominado Plano de Salvamento direciona-se as situações de calamidade, roubo e vandalismo. Inclui diagnósticos prévios dos prédios que armazenam os acervos, seus entornos, metas e cronograma para a eliminação de riscos; roteiro para salvar humanos e acervos; divulgado e absorvido por todos os servidores do órgão. Precisa ser testado, o que inclui treinamento prático e revisão periódica (Arquivo Nacional, 2005b).

Tratar da preservação da informação envolve considerar sua produção, o local de armazenamento (tanto interno quanto externo), as condições ambientais, o acondicionamento, o manuseio, a tramitação, o transporte e a segurança. Segundo o Arquivo Nacional (2005), tais fatores são essenciais para garantir o uso e o acesso contínuo às informações, evitando a chamada “morte documental”.

A morte e perda são uma certeza, tendo em vista que nada dura para sempre (Leite, 2021). No entanto, a preservação, quando aliada à GR e a pessoas comprometidas com a proteção do patrimônio e da memória, permitem retardar a deterioração e estender a vida útil dos acervos, impedindo que desastres sejam a marca da história.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido em primeiro lugar, um problema da vida prática (Minayo, 2007, p.16).

Neste capítulo são apresentados, detalhadamente, os materiais e métodos utilizados para a obtenção dos objetivos propostos. De maneira ampla, o Quadro 5, apresenta e demonstra as ações que foram efetuadas após o exame de qualificação desta pesquisa.

Quadro 5 - Estratégias metodológicas

OBJETIVO	AÇÃO
a) compreender as manifestações dos arquivistas acerca da GR, a partir do resgate das RS identificadas na coleta de seus discursos;	• Aplicação de roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado <i>in loco</i>. • Análise dos discursos coletados a partir da perspectiva da TRS.
b) contextualizar o cenário político, social e cultural que os gestores dos arquivos universitários federais vivenciam em seu mundo de trabalho e que influenciam suas práticas no que tange a GR; c) identificar onde estão ancoradas as motivações e iniciativas que dizem respeito a GR;	• Aplicação de questionário de caracterização dos sujeitos aplicado <i>in loco</i>. • Análise dos dados utilizando o DSC (suas figuras metodológicas).
d) descrever as ações e práticas destinadas a preservação dos acervos arquivísticos das universidades federais.	• Observação direta dos arquivos universitários selecionados e análise dos planos de GR desenvolvidos nos setores.

Fonte: Elaboração própria (2023).

O Quadro 5 demonstra que a essência da coleta de dados deste estudo está relacionada ao que foi dito pelos entrevistados, ao contexto de vivência deles, suas experiências e observação da realidade, a qual se associa diretamente com os sujeitos e objetos. A ênfase é dada a linguagem, que se articula com a CI e ao DSC, possibilitando verificar os valores que são prezados no ambiente social de trabalho dos indivíduos.

Bluhm *et al.* (2011) reconhecem que dar voz aos sujeitos é um benefício das pesquisas qualitativas, possibilitando explorar de maneira mais profunda suas visões de mundo e entender o ambiente das instituições. Os autores mencionam que os pesquisadores unem seu conhecimento teórico com as percepções dos entrevistados, o que possibilita estudar fenômenos, os quais são gerados naturalmente, tendo em vista que não há uma padronização quando é permitido ao outro se expressar de forma livre.

Desta maneira, esta pesquisa é classificada como qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. Quanto aos procedimentos, enquadra-se em documental e estudo de caso. Busca-se descrever o objeto de maneira profunda, adentrando na sua realidade social, a fim de compreender seus próprios termos de vivência (Goldenberg, 2011).

A abordagem qualitativa, segundo Creswell (2010), possibilita investigar as alegações do conhecimento baseadas no construtivismo ou diante de perspectivas reivindicatórias/ participatórias, em que a partir da coleta de dados emergentes abertos desenvolve-se o aperfeiçoamento de ideias e temas. É capaz de revelar áreas de consenso, sendo particularmente útil como uma ferramenta para determinar o que e porque é importante para uma amostra heterogênea de pessoas. O objeto da pesquisa qualitativa são as ações vividas e analisadas pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa, não apenas reduzida à descrição e observação minuciosas, mas resgatando o sentido de comportamentos e de atitudes individuais que se refletem no coletivo (Deslauriers; Kérisit, 2017).

Sendo assim, acredita-se no posicionamento construtivista de Merriam (1998) de que o conhecimento é construído pelas pessoas, possibilitando múltiplas interpretações da realidade. Levando em consideração que “[...] *all types of qualitative research are based is the view that reality is constructed by individuals interacting with their social worlds*” (Merriam, 1998, p. 6). Ou seja, o interesse do pesquisador está na experiência vivida e sentida pelos sujeitos.

Apresenta natureza aplicada, pois é realizada não apenas devido à curiosidade da pesquisadora, mas empenhada em trazer novos conhecimentos para resolver problemas práticos (Vergara, 2016), a partir do compartilhamento de experiências, as quais estão expressas nos discursos. Podendo ser exemplificada pelo caso da perda documental nos arquivos, a ausência de PGR direcionados às unidades arquivísticas e a falta de conscientização sobre a importância da preservação documental.

Quanto aos seus objetivos, descritivos e exploratórios, tendo em vista que busca descrever e analisar empírica e teoricamente as percepções e ações dos profissionais que trabalham diretamente nas instituições arquivísticas e em suas atividades contemplam a GR. Segundo Gil (2010) e Deslauriers e Kérisit (2017), as pesquisas exploratórias e descritivas combinadas, geralmente tem uma preocupação com a atuação prática, além de fornecer informações contextuais, a fim de responder o “como” e o “o quê” dos fenômenos, elas se dirigem a expor opiniões e atitudes,

aumentando a familiaridade do pesquisador com o seu tema.

Como esta pesquisa envolve o levantamento de PGR das Ifes, também se classifica como documental. Somado a isto, foram consultadas reportagens e noticiários que mostram a profusão de sinistros que afetam os acervos. Há ainda, as entrevistas semiestruturadas feitas com os profissionais das instituições, o levantamento sobre o histórico e organogramas das universidades e, a observação direta, que indicam tratar-se de estudo de caso.

O estudo de caso, conforme Goldenberg (2011, p. 33-34), “reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. Por meio dos estudos exaustivos sobre a temática, frente ao objeto delimitado, o pesquisador é capaz de penetrar na realidade social, rastreando processos de mudanças organizacionais, bem como a aceitação ou a oposição às atividades desempenhadas na instituição (Godoy, 2010).

5.1 CAMPO DE ESTUDO

O campo de estudo escolhido para a pesquisa foram as universidades federais brasileiras. Um dos critérios de seleção foi que essas universidades tivessem elaborado o PGR e nele incluído as unidades informacionais arquivísticas. Conforme consulta no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC, (Ministério da Educação, 2022), em 12 de julho de 2022, o Brasil possui 68 universidades cadastradas, distribuídas nas regiões, conforme segue abaixo:

Região Sul:

No total são 11: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal de Pelotas (UFPeI); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Região Sudeste:

Possui 19 universidades: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Universidade Federal de Itajubá (Unifei); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Lavras (Ufla); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Alfenas (Unifal); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Região Centro-Oeste:

Total de oito: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Catalão (UFCat); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Jataí (UFJ); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Região Nordeste:

Há 20 universidades: Universidade Federal de Alagoas (Ufal); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESB); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa); Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Região Norte:

Total de 10: Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal do Amapá (Unifap); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); Universidade Federal de Rondônia (Unir); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Em um primeiro momento, com o intuito de verificar a viabilidade da pesquisa, foram analisadas se haviam realmente Ifes que se encaixassem na delimitação proposta e quais poderiam compor o campo de estudo. Para isso, realizou-se um levantamento de organogramas e dos PGR das universidades federais. Esse levantamento buscou identificar a posição das unidades informacionais arquivísticas (arquivos e/ou centros de documentação) na estrutura institucional e os riscos apontados para esses setores.

No dia 22/07/2021 foi encaminhado por meio da Plataforma Fala.BR a solicitação para 66 universidades federais. Duas delas, UFR e Ufape, não foram localizadas na plataforma, sendo feito contato por e-mail. O requerimento continha dois pedidos:

1. Solicitação do organograma da instituição, identificando a localização do arquivo e/ou centro de documentação hierarquicamente;
2. Solicitação do Plano de Gerenciamento de Riscos da instituição, especificamente os riscos mapeados nos setores de arquivo e/ou centros de documentação (Atendendo a Instrução Normativa Conjunta nº 1 CGU/MPOG, de 10 de maio de 2016 que “Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal” (Brasil, 2016a)).

A escolha da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR., para requisição dos organogramas e PGR foi devido ao respaldo legal de atendimento ao pedido dentro do prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, mediante justificativa da necessidade de adiamento para resposta.

Com alguns atrasos e recursos referente às informações prestadas, devido às respostas incompletas, no dia 27/08/2021, foi obtido 100% das respostas das 66 Ifes. Quanto à UFR e a Ufape, somente a última respondeu ao e-mail.

Referente aos organogramas foi constatado que três universidades não possuem setor de arquivo e/ou centro de documentação: Unifesp; UFESBA; Unifap.

Onze universidades possuem PGR direcionados para o arquivo: UFG; UFMS;

UFPB; Ufam; Ufes; Ufla; UFTM; Unifal; Unirio; UFCSPA; UFRGS. Conforme apresentado no Quadro 6:

Quadro 6 - Levantamento prévio do campo de estudo

REGIÃO	IFE	HIERARQUIA	RISCOS
Centro-oeste	UFG	O Centro de Informação, Documentação e Arquivo é um órgão administrativo vinculado à Pró-reitoria de Administração e Finanças.	24 riscos mapeados.
Centro-oeste	UFMS	A Secretaria de Documentação Institucional, que é a unidade responsável pela execução, orientação e acompanhamento dos serviços de protocolo e arquivo da UFMS é vinculada hierarquicamente à Agência de Comunicação.	24 riscos mapeados.
Nordeste	UFPB	O Arquivo Central possui natureza de órgão suplementar, diretamente vinculado ao gabinete do reitor.	7 riscos mapeados.
Norte	Ufam	A unidade Arquivo Central atualmente é um órgão de assessoramento com subordinação direta à Reitoria da UFAM, atuando na prática como órgão suplementar da Universidade.	6 riscos mapeados.
Sudeste	Ufes	A Divisão de Arquivos é subordinada a Diretoria de Documentação Institucional, ligada a Pró-reitoria de Administração.	86 riscos mapeados.
Sudeste	Ufla	O Arquivo encontra-se localizado na Coordenadoria de Orçamento, Gestão de Processos e Documentos. Por não se tratar de uma unidade organizacional distinta, o arquivo não aparece no organograma.	8 riscos mapeados.
Sudeste	UFTM	O setor de Protocolo e Gestão documental é vinculado à Pró-reitoria de Administração.	4 riscos mapeados.
Sudeste	Unifal	A Seção de Protocolo e Arquivo encontra-se vinculada a Diretoria do Departamento de Assuntos Administrativos, que, por sua vez, é um dos setores que compõe a Pró-Reitoria de Administração e Finanças.	43 riscos mapeados.
Sudeste	Unirio	O Arquivo Central é ligado à Reitoria.	12 riscos mapeados.
Sul	UFCSPA	A Divisão de Arquivo está vinculada ao Departamento de Serviços Gerais, subordinado à Pró-reitoria de Administração.	12 riscos mapeados.
Sul	UFRGS	O Arquivo Central pertence à Pró-reitoria de Planejamento e Controladoria.	5 riscos mapeados.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com as respostas obtidas, constatou-se que a delimitação do campo de estudo era válida. No entanto, ciente da necessidade de atualização destes dados e devido à respostas que mencionaram: “Estamos na fase de desenvolvimento do plano de riscos da Instituição” ; “A área responsável indicou que o Plano de Gestão de Riscos está em processo de elaboração”; “O Plano de Gerenciamento de Riscos se encontra em desenvolvimento”; “Informo que o setor responsável na universidade pelo mapeamento de risco está em fase de estudos e elaboração do mapeamento”, no dia

12/06/2023 foi questionado novamente sobre a existência do PGR direcionado aos setores arquivísticos.

Para fins de padronização do levantamento dos dados, a pergunta foi encaminhada às 57 Ifes que informaram não possuir PGR, novamente por meio da Plataforma Fala.BR. Com exceção da UFR e UFNT em que o envio foi por e-mail, devido as universidades não constarem na Plataforma. O questionamento consistia em: “Há um Plano de Gestão de Riscos direcionado ao setor de arquivo e/ou centro de documentação da universidade? Em caso afirmativo, solicito o envio do mesmo”.

No dia 02/08/2023 houve a finalização das respostas, conforme indica o Quadro 7. A UFR foi a única universidade que não respondeu ao contato.

Quadro 7 - Campo de estudo

REGIÃO	IFE	HIERARQUIA	RISCOS
Centro-oeste	UnB	O Arquivo Central é um órgão complementar ligado diretamente à Reitoria.	8 riscos mapeados.
Norte	UFPA	O Arquivo Central é um órgão suplementar ligado a Reitoria.	15 riscos mapeados
Sudeste	UFJF	A Coordenação de Arquivo Central está inserida na Pró-Reitoria de Planejamento.	19 riscos mapeados.
Sudeste	UFU	O setor de Arquivo é ligado à Divisão de Documentação, este por sua vez ligado à Diretoria de Logística, vinculado à Prefeitura Universitária.	10 riscos mapeados.
Sul	UFPR	A Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares (UARQ) está subordinada à Coordenadoria de Logística (CLOG), vinculada à Pró-Reitoria de Administração, que por sua vez está diretamente ligada à Reitoria.	4 riscos mapeados.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com os novos resultados recebidos, das 68 universidades federais, somadas as duas coletas de dados realizadas, 16 Ifes contam com PGR direcionados aos arquivos. Agrupados por regiões: Centro-oeste, três universidades – UFG, UFMS, UnB. Nordeste, uma universidade - UFPB. Norte, duas universidades - Ufam, UFPA. Sudeste, sete universidades - Ufes, Ufla, UFTM, Unifal, Unirio, UFJF, UFU. Sul, três universidades – UFCSPA, UFRGS, UFPR.

Marconi e Lakatos (2022, p. 189) argumentam que “[...] nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo”. Nesta mesma linha, Lefèvre e Lefèvre (2012) justificam que a melhor pesquisa é aquela com possibilidades reais de ser realizada, fator que obriga o pesquisador a fazer escolhas quando não é possível estudar todos os atores envolvidos na temática. Desta forma,

estipulou-se que a região em que tivesse um maior número de universidades com PGR direcionados aos arquivos, e, nestes planos, um maior número de riscos mapeados, seriam as escolhidas para a realização da pesquisa presencialmente. Conforme apresentado anteriormente, as sete universidades pertencentes à região sudeste foram, portanto, as selecionadas. Decidiu-se também que três das Ifes, das outras regiões, fariam parte do pré-teste do instrumento de coleta de dados, estes aplicados por meio de vídeo chamada.

5.2 MÉTODOS PARA COLETA DOS DADOS

O primeiro passo para identificar a produção científica sobre a temática desta pesquisa foi realizar um levantamento bibliográfico nas bases de dados Brapci, Em Arquivística, Scopus, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Ibict e o Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, além de consultar legislações e normas relacionadas ao assunto. O recorte temporal abrangeu o período de 2005 a 2024, incluindo, desta forma, a primeira dissertação que utilizou o DSC em uma pesquisa de pós-graduação em CI. Os termos os quais fez-se uso foram:

- a) “Discurso do sujeito coletivo” OR “Discourse of the collective subject” AND “Metodologia” OR “Fundamentos metodológicos” OR “Método” OR “Method”;
- b) “Gestão de risco” OR “Gerenciamento de risco” OR “Mapa de risco” OR “Mapeamento de risco” OR “*Risk assessment*” OR “*Risk management*”;
- c) “Gestão de risco” AND “Gerenciamento de risco” AND “Mapa de risco” AND “Mapeamento de risco” AND “*Risk assessment*” AND “*Risk Management*”;
- d) “Risco”; “Gestão de Risco”; “*Risk Management*”, com a busca booleana “AND”, “Archiv*” “OR” “Librar*” “OR” “Muse*”.

Em março de 2021 foi criado um alerta de novas publicações na plataforma do Google Scholar e Scopus com os termos elencados anteriormente, permitindo o recebimento de notificações sobre o tema sempre que novos artigos fossem incluídos nas bases. O Informativo “Giro da Arquivo: um instrumento de divulgação e popularização técnica, científica e cultural para a Arquivologia”, recebido semanalmente, via e-mail, auxiliou na pesquisa sobre os desastres informacionais no Brasil e no mundo. Além disso, ofereceu direcionamento para *sites* jornalísticos que divulgam os acontecimentos que envolvem riscos e perdas documentais.

Como segundo passo, diante do material já coletado e identificado, constatou-se que o estudo de caso múltiplo seria o método adequado para atingir os objetivos desta pesquisa. Conforme apresentado por Yin (2015), o estudo de caso é uma investigação empírica, que se aprofunda em fenômenos contemporâneos, ligados a vida real, direcionado a responder questões de “como?” ou “por quê?”.

Para Yin (2015), a metodologia do estudo de caso propicia a descrição ampla, profunda e convincente a respeito dos fenômenos sociais, tendo em vista que faz uso de diferentes fontes de evidência. Nenhuma fonte se sobrepõe à outra, elas são complementares, no entanto, a utilização de fontes múltiplas garante que o caso seja apresentado de maneira mais precisa. O autor defende que use no mínimo a triangulação entre as fontes de coleta de evidências a fim de apresentar análises consistentes e validar a pesquisa realizada.

As fontes de evidência usualmente utilizadas nos estudos de caso são: “documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos (Yin, 2015, p. 109). Neste estudo empregou-se as fontes de documentação, entrevistas e observações diretas (Quadro 8).

Quadro 8 - Fontes de evidências utilizadas

Fontes de evidências	Características
Documentação	Consiste em informações documentais. Corroborar com outras fontes de evidência. Possibilita ser acessada inúmeras vezes. Documentos utilizados: PGR e organogramas.
Entrevistas	Fornecer os discursos guiados pelo roteiro semiestruturado, elaborado conforme o objetivo da pesquisa. Proporciona <i>insights</i> relevantes. Gravadas, permitem precisão na interpretação.
Observações diretas	Possibilita que o pesquisador observe o fenômeno em seu ambiente natural. Para construção dessa evidência, utiliza-se um roteiro de observações estruturado. Fotografado o ambiente e arredores, possibilita transmitir as características dos locais.

Fonte: Elaboração própria adaptado do Yin (2015).

Segundo Cellard (2017), a documentação compreende textos escritos, classificados como fontes primárias ou secundárias, que são exploradas durante as pesquisas, por representarem o testemunho das atividades humanas. Esses textos favorecem a compreensão do desenvolvimento dos indivíduos, dos grupos, de seus comportamentos e práticas. Sendo assim, os PGR foram analisados conforme o Roteiro para Análise Documental (Apêndice A), e os organogramas corroborando como fontes de evidências.

As entrevistas são identificadas como a fonte de evidência mais empregada, também mais importante nos estudos de caso, assim como a técnica de coleta de dados com maior empregabilidade nas ciências sociais (Yin, 2015; Fernandes *et al.*, 2016; Poupart, 2017). A entrevista ganha destaque por ser entendida como uma ferramenta que permite acessar realidades sociais, além de compreender os comportamentos e experiências dos informantes. Por meio dela, é possível captar o modo de pensar e agir dos participantes, que também representam o grupo ao qual pertencem. Desse modo, os informantes atuam como testemunhas do que observam, ouvem e vivenciam. O desejo a partir das entrevistas é fazer o outro se comunicar, não bastando convencer o sujeito a participar da pesquisa, mas adquirindo sua confiança para “verdadeiramente falar” sobre o que pensa de maneira transparente (Poupart, 2017).

O pesquisador volta-se para o que lhe apresenta valor, buscando entender a vida dos sujeitos dentro do próprio meio em que ele habita, extraíndo dos relatos vividos significados que possam ser interpretados (Goldenberg, 2011). Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa vê-se alicerçado, pois, tendo a entrevista como peça-chave da metodologia utilizada, o DSC é o “mediador” para entender quem convive diariamente com as situações de riscos nas suas atuações, enfatizando seus discursos e posicionamentos. Desta forma, os sujeitos entrevistados são os gestores responsáveis pelas unidades informacionais arquivísticas de cada universidade.

Araújo e Moura (2012) apontam que os discursos diretos coletados por meio de entrevistas expressam a espontaneidade dos sujeitos, enquanto os discursos escritos tendem a ser sintéticos, incompletos e/ou não originais. Nesta mesma linha, Berger e Luckmann (2014) mencionam que a interação social mais relevante ocorre nas relações face a face, em que o outro se apresenta de maneira real a partir da linguagem e da comunicação, ou seja, dialogando. Dessa maneira, com o intuito de entender o contexto profissional e tipificar o entrevistado, definiu-se um Questionário de Caracterização (Apêndice B), aplicado juntamente com o Roteiro Semiestruturado de Entrevista (Apêndice C), o qual caracteriza-se como uma “conversa guiada”, que ocorre de maneira fluída (Yin, 2015).

A caracterização dos entrevistados possibilita descrever o coletivo entrevistado e comparar variáveis como grau de instrução, gênero, faixa etária, entre outros aspectos relevantes. Esses dados permitem associar as características dos

participantes ao problema investigado, evidenciando as relações entre os atributos dos atores e o objeto de estudo (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

Conforme apresentado por Marconi e Lakatos (2022), as questões que constam no roteiro de entrevista devem ser testadas com a finalidade de identificar alterações necessárias na elaboração das perguntas, no tipo de amostragem escolhida como campo de estudo, possibilitando a correção de falhas de maneira prévia. O pré-teste auxilia também na estimativa de resultados, propicia o ganho de experiência na aplicação por parte do entrevistador, possibilitando que a execução da pesquisa seja desenvolvida com segurança.

O pré-teste é considerado como etapa indispensável para os pesquisadores que trabalham com o DSC. Isso porque a metodologia não permite roteiros flexíveis, ou seja, não é possível adicionar ou modificar perguntas durante a execução com o objetivo de atender às metas da pesquisa. Essa prática comprometeria a reconstrução das RS coletivas compartilhadas (Lefèvre; Lefèvre, 2012). Desta maneira, as questões são testadas previamente, avaliando se estas estão atingindo os objetos propostos e os pesquisados tendo sua perfeita compreensão.

Segundo Flick (2008), na perspectiva de que as entrevistas ocorram naturalmente, como um diálogo, e permitam captar entonações da voz ou até tempos de pausa para reflexão, fez-se uso do aparelho celular para gravação. Em nenhum caso havendo objeção por parte dos participantes.

Como se trata de um estudo que envolve seres humanos, foi conduzido em conformidade com as Resoluções n. 466/ 2012 (Brasil, 2012) e n. 510/ 2016 do Ministério da Saúde (Brasil, 2016), e segundo a Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde n. 001/2013. Após os ajustes da pesquisa sugeridos pela banca de qualificação, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - UEL), via plataforma Brasil. A pesquisa foi cadastrada sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 77620424.5.0000.5231 e aprovado pelo parecer n. 6.703.520, em 14/03/2024.

O consentimento dos entrevistados é valorizado ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa. Os dados dos informantes devem ser protegidos, assegurando o respeito à confidencialidade, garantindo a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento, o acesso aos dados coletados e aos resultados, além de assegurar que nenhum dano ocorra aos envolvidos. Sendo assim, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(Apêndice D) em duas vias, sendo que uma destas ficou com o entrevistado e a outra com a pesquisadora.

No dia de aplicação das entrevistas ocorreu a observação direta no ambiente arquivístico da universidade, conforme o Roteiro de Observação Direta (Apêndice E) e a solicitação de assinatura no Termo de Consentimento para Fotografias e/ou Gravações (Apêndice F), também elaborado em duas vias. Yin (2015) menciona que de uma maneira informal, as observações diretas realizadas durante o trabalho de campo dão indícios das condições do ambiente de trabalho, da cultura e situação organizacional.

Para Jaccoud e Mayer (2017, p. 263), há três lógicas que guiam a escolha pela observação direta: “uma lógica de pureza-verdade do objeto (descrição ou explicação do meio, tal qual ele é “realmente”), uma lógica de acessibilidade ao objeto (realização prática da pesquisa) e uma lógica de profundidade do objeto (riqueza da produção do saber)”. Os autores classificam a observação, enquanto procedimento da pesquisa qualitativa, como uma técnica direta, uma vez que se tem contato com os informantes, mesmo que sem intervenção. O pesquisador “sente” o meio em que os sujeitos estão inseridos, posteriormente descrevendo o que observou de maneira passiva.

5.3 MÉTODO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Complementar ao estudo de caso múltiplo mencionado na seção anterior, para análise e interpretação dos dados coletados fez-se uso do DSC, metodologia que prima por coletar opiniões e pontos de vista da realidade vivenciada pelos sujeitos entrevistados. Com o DSC, os indivíduos têm oportunidade de discorrerem sobre o assunto tema da pesquisa a partir das perguntas elaboradas na entrevista semiestruturada, funcionando como um “guia” para que os participantes relatem suas experiências.

Fundamentado na TRS, o DSC resgata ideias socialmente compartilhadas e isso significa que os posicionamentos se repetem entre os entrevistados. Seus procedimentos de base empírico-indutiva reconstituem modos parecidos de pensar, não só pelas virtudes da metodologia, mas porque as pessoas são expostas a condições e pressões sociais que lhes levam a pensar de modo semelhante. Isso inclui a leitura das mesmas notícias, a visualização dos mesmos programas

televisivos, a influência de propagandas de *marketing*, o compartilhamento de interesses de categoria profissional, entre outros fatores (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

Obviamente há diferentes tipos de pensamento, o que resultam em diferentes tipos de discursos. Sendo assim, os depoimentos são categorizados por tipos, recebendo uma “etiqueta” (A, B, C, ...), o que permite os identificar e individualizar, extraíndo “[...] todas as ideias existentes e não apenas as que são mais presentes em um campo” (Lefèvre; Lefèvre, 2012, p. 47).

Ciente da teoria que envolve a aplicação da metodologia, com os depoimentos já coletados e transcritos, torna-se necessário processar os dados por meio dos operadores do DSC para obtenção do pensamento da coletividade analisada, obedecendo sequencialmente os seguintes passos (Dias, 2021; Lefèvre; Lefèvre, 2012):

- a) leitura e releitura do conjunto de respostas de cada questão;
- b) identificação das ECH relacionadas ao tema principal da pergunta;
- c) identificação das IC de cada resposta;
- d) análise de todas as IC e AC (quando tiver) agrupando-as por categorias ou conjuntos homogêneos;
- e) nomeação das categorias e/ou conjuntos;
- f) construção do DSC de cada categoria, redigido na primeira pessoa coletiva e com uso de conectivos, possibilitando o encadeamento do texto, com começo, meio e fim, do mais geral para o menos geral. Os particularismos, como gênero, idade, eventos específicos etc. são eliminados. Nesta etapa não é necessário que as ECH estejam sequenciadas;
- g) reler o DSC final e analisar o aspecto geral de cada pergunta.

Para facilitar a identificação das ECH, IC e AC é elaborado o Instrumento de Análise do Discurso (IAD), que consiste num quadro com colunas para a identificação dos operadores do DSC. O uso de cores e do recurso sublinhado também auxilia no momento das análises (Wohlgemuth, 2022).

Ao finalizar a elaboração do DSC percebe-se que os discursos são autoexplicativos, falando por si mesmos, apontando que os mesmos precisam de análise, mas não de explicação. A metodologia revela que a sociedade pensa por meio dos atores e o conjunto das RS transmitidas por meio do DSC resgatam e se aproximam do assunto levantado para reflexão, o qual faz parte de determinada

formação social, em dado período temporal (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

Com a análise realizada, por categorias, as falas demonstram o porquê do fato de os arquivos universitários federais serem tão vulneráveis a ponto de em sua maioria sequer possuírem um PGR. Frequentemente o arquivamento de documentos é tratado de forma inadequada, possivelmente devido à percepção de que qualquer pessoa pode executá-lo. Isso leva à perda de documentos, seja por não se saber onde estão localizados, seja pelo descarte sem critérios arquivísticos adequados. Além disso, a falta de cuidados preventivos pode resultar na deterioração precoce desses documentos. No cenário político, em alguns casos, gestores de setores arquivísticos são nomeados para cargos de chefia sem formação em Arquivologia ou áreas afins, o que reflete uma falta de preocupação com os acervos. Muitas vezes, o foco está apenas no recebimento financeiro de funções gratificadas. No âmbito social, é necessário avaliar se os arquivos mantêm uma relação próxima com a comunidade, considerando o que motiva diferentes atores, como a equipe técnica, gestores, comunidade acadêmica e o público em geral, a valorizar e se comprometer em defender a preservação do patrimônio documental para as gerações futuras. Percepções que buscaram ser resgatadas nas falas dos participantes, somando discursos e reconstituindo as RS.

5.4 REALIZAÇÃO DO PRÉ-TESTE DA ENTREVISTA

Diante da aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP - UEL em 14/03/2024, iniciou-se a preparação para o pré-teste do roteiro de entrevista semiestruturada. Esse teste foi realizado com dirigentes de arquivos universitários federais, excluindo os da região sudeste, onde as entrevistas presenciais seriam conduzidas posteriormente.

No dia 18/03/2024 foram enviados três convites por e-mail, referentes a participação na pesquisa, de maneira virtual, aos dirigentes de arquivos de universidades das regiões centro-oeste, norte e sul, anexando o TCLE para que compreendessem a temática da pesquisa.

Como resposta, somente um (a) dirigente deu retorno, agendando a entrevista para o dia 26/03/2024 às 10h30, a qual ocorreu pontualmente, via *Google Meet*, e teve a duração de 30 minutos.

Considerando que, para validar o roteiro de perguntas, eram necessários ao

menos três pré-testes, novos convites foram enviados em 25/03/2024 a outras duas universidades das regiões norte e sul. Simultaneamente, uma colega intermediou, via WhatsApp, o contato com um (a) dirigente, que confirmou a participação. Essa segunda entrevista foi realizada em 29/03/2024, às 10h30, com duração de 18 minutos.

Diante da ausência de respostas aos convites de participação das entrevistas, no dia 02/04/2024, outros dois gestores de arquivos universitários, das regiões sul e nordeste, foram contatados por e-mail. Obtendo o aceite de ambos. A terceira entrevista ocorreu no dia 03/04/2024, às 15h15, com duração de 46 minutos. A quarta e última foi realizada em 08/04/2024 às 9h, durando 27 minutos.

Todas as entrevistas foram conduzidas pelo *Google Meet*, com autorização para gravação de áudio. Os participantes mostraram-se à vontade, e nenhuma interrupção foi registrada.

Terminados os pré-testes do roteiro da entrevista semiestruturada, feitas as transcrições das quatro entrevistas, identificou-se que uma das questões não estava instigando os entrevistados a discursarem e que sua resposta já estava, indiretamente, compreendida em outra pergunta. Por esse motivo, ela foi excluída. As demais perguntas foram validadas, permitindo o início do planejamento das viagens para região sudeste, em que os dirigentes dos arquivos universitários, sujeitos da pesquisa, seriam entrevistados presencialmente.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quem estuda representações sociais está à escuta da voz do outro, dos múltiplos outros que fazem a polifonia da controvérsia e da diversidade (Arruda, 2022, p. 51).

No dia 13/05/2024 iniciaram as entrevistas presenciais e foram concluídas no dia 24 do mesmo mês, realizando as viagens por meio de avião, ônibus e carro alugado. A princípio, o roteiro da coleta de dados englobava sete universidades federais da região sudeste brasileira (Unifal, Ufes, Unirio, UFJF, Ufla, UFTM, UFU). No entanto, ao realizar o agendamento das entrevistas, o gestor da UFTM respondeu que não poderia contribuir com a pesquisa, pois toda a documentação da universidade havia sido transferida para uma empresa terceirizada. E o responsável pela Divisão de Documentação da UFU explicou que se encontrava em licença saúde, pós cirurgia, e que ao convidar o arquivista do setor para participar da pesquisa, ele não aceitou, pois estava em greve.

Quanto às outras cinco Ifes, os dirigentes aceitaram participar, mesmo durante o período de greve. Em alguns casos, abriram o setor de arquivo exclusivamente para colaborar com a pesquisa, ressaltando ainda que, devido à paralisação, não havia presença de usuários, e a equipe de servidores estava incompleta nos locais. Na UFJF, além do (a) responsável pelo setor, compareceu um (a) arquivista no dia agendado, para responder as perguntas da pesquisa e colaborar com o preenchimento dos formulários. Em todos os casos, permitiram a gravação da entrevista e que o ambiente arquivístico fosse fotografado.

O protocolo que se procurou seguir foi:

- a) chegada ao arquivo universitário, observando suas áreas de entorno e as fotografando com celular;
- b) apresentação ao dirigente (contatado previamente por e-mail e *WhatsApp*), entrega do TCLE e Termo de consentimento para fotografias e/ou gravações para assinatura;
- c) aplicação do questionário de caracterização e entrevista;
- d) solicitação de contribuição do entrevistado para preenchimento do roteiro de análise documental, levando em consideração possíveis atualizações no PGR;
- e) solicitação para que o setor de arquivo fosse apresentado, visando o preenchimento do roteiro de observação direta e fotografado.

O cumprimento desse roteiro permitiu uma padronização no momento da coleta de dados e que nenhum tópico deixasse de ser preenchido por esquecimento da pesquisadora. A seguir são apresentadas a caracterização das instituições e dos seus arquivos, o perfil dos entrevistados, as características dos PGR analisados e por último, os DSC elaborados a partir dos depoimentos dos gestores dos arquivos universitários federais.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

Ao desenvolver uma pesquisa, existe uma escolha intencional de quem serão os atores sociais investigados, pois seus discursos são fontes de informação, os quais imprimem qualidade e o entendimento sobre dada realidade (Lefrève; Lefrève, 2003; Lefrève, 2017). Nesse sentido, ao considerar que o DSC trabalha com pensamentos de grupos, foi delimitado que os entrevistados fossem os dirigentes dos setores arquivísticos universitários federais, que estariam em seu ambiente profissional. Sendo assim, para compreender o perfil das Ifes, contemplando o material coletado durante a observação direta, segue a apresentação das cinco instituições visitadas e seus respectivos arquivos, por ordem alfabética:

Universidade Federal de Alfenas⁴ (Unifal): Em 03/04/1914 foi fundada a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa), idealizada pela reunião de profissionais da saúde, incluindo médicos, dentistas e farmacêuticos, sob a liderança do farmacêutico João Leão de Faria. Esse grupo era composto por Nicolau Coutinho, Armando de Almeida Magalhães, Donato de Melo, José de Silveira Barroso e Affonso Ladislau, que atuavam como professores.

A graduação precursora instalada na Efoa foi em Farmácia e posteriormente o curso de Odontologia, em 1915. No mesmo ano, no dia 11 de setembro, a instituição foi oficializada pela Lei Estadual n. 657, sendo federalizada em 1960. No dia 01/10/2001, por meio da Portaria/ MEC n. 2.101 ocorreu a mudança de nomenclatura para Centro Universitário Federal (Efoa/ Ceufe). E, em 29/07/2005 passou a se chamar Universidade Federal de Alfenas, por meio da Lei Federal n. 11.154.

A sede da Unifal é em Alfenas, mas possui *campi* em Santa Clara (Alfenas),

⁴ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/a-unifal-mg/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Poços de Caldas e Varginha. Além de possuir cursos presenciais, atua também com a educação à distância, oferecendo cursos de graduação e especialização.

Atualmente, são ofertados 35 cursos de graduação e 45 programas de pós-graduação (oito doutorados, 21 mestrados acadêmicos, quatro mestrados profissionais e 12 especializações). A comunidade acadêmica é composta de aproximadamente 6.906 estudantes e entre professores e técnicos administrativos são 952 servidores, contando também com profissionais terceirizados.

Arquivo da Unifal: A Seção de Protocolo e Arquivo da Unifal é vinculada a Diretoria do Departamento de Assuntos Administrativos, hierarquicamente subordinada a Pró-Reitoria de Administração e Finanças da universidade (Anexo B).

Além dos serviços prestados referentes ao protocolo de documentos (envio de correspondências, gerenciamento do contrato dos correios, entre outros), as atividades arquivísticas envolvem serviços de aquisição e arquivamento, empréstimo, destinação, descrição, difusão e preservação documental, também, assessoria aos acervos (Barbosa, 2024).

O arquivo da Unifal não conta com um prédio próprio, são salas adaptadas para fazer a guarda da documentação, localizadas em três prédios distintos. Para compreensão da pesquisadora, o (a) entrevistado (a) denominou os depósitos de “um” (local de guarda da documentação intermediária, juntamente com a sala do protocolo), “dois” (armazena a documentação financeira) e “três” (arquivado o acervo acadêmico).

A região geográfica onde os prédios estão localizados e seus entornos, aparentemente não apresentam riscos, sem árvores robustas e/ ou lagos, sem poluentes próximos etc. Quanto às condições encontradas nos depósitos de guarda:

- Depósito um (Figura 13): trata-se de um local úmido, que apresenta mofo, sujidades, traças e baratas. Suas janelas são basculantes que foram vedadas e sua porta de madeira. As torneiras presentes no ambiente estão lacradas. A rede elétrica possui fiação antiga e aparente. O mobiliário é composto por estantes de madeira e aço. Há caixas empilhadas no chão. As consultas por usuários são feitas por demanda. Durante o horário de expediente há presença dos servidores no local, no entanto, não é um local com monitoramento contra furtos.

Figura 13 - Depósito um

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

- Depósito dois (Figura 14): o acervo fica localizado no terceiro andar do prédio, no mesmo local onde estão as caixas d'água de fibra. O teto não possui forro, resultando em um local quente, com telhado de zinco. As janelas são basculantes e a porta de aço, a qual fica apenas encostada, sem controle do acesso das pessoas, ou seja, livre para retirada dos documentos. O local é sujo, se misturando com objetos de descarte. Há armários e estantes de aço e madeira, sendo encontrados também documentos no chão.

Figura 14 - Depósito dois



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

- Depósito três (Figura 15): composto pela documentação acadêmica da instituição, com acervo organizado e planilhas de registro digitais referentes a documentação arquivada. O ambiente é limpo e a sala dos servidores é separada por paredes divisórias do acervo, composto por estantes de aço e madeira. Não há janelas no local, porém, as divisórias não são colocadas até o teto, permitindo a circulação de ar.

Figura 15 - Depósito três

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nenhum dos depósitos possuem salas de consulta para pesquisas, nem salas para o tratamento da documentação. A UR, temperatura e luz não são monitoradas. As lâmpadas tubulares ficam próximas as caixas-arquivo. A guarda dos documentos é feita em caixas de poliondas e papelão, também em sacos plásticos. As salas não possuem câmeras de monitoramento.

Ainda não foram elaborados instrumentos de pesquisa e difusão, e foi informado que não há conhecimento exato sobre quais são os documentos arquivados. O único dado disponível refere-se aos metros lineares do acervo acumulado.

Universidade Federal do Espírito Santo⁵ (Ufes): No dia 05/05/1954, por meio da Lei n. 806 foi criada a Universidade do Espírito Santo (UES) pelo governador da época, Jones dos Santos Neves. O objetivo do seu idealizador Santos Neves era substituir o modelo econômico agrário-exportador do Estado pela educação superior,

⁵ Disponível em: <https://www.ufes.br/sobre-a-ufes>. Acesso em: 22 ago. 2024.

reunindo as faculdades dispersas em uma universidade. Sua primeira composição incluía as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Odontologia, de Química Industrial e Farmácia, Politécnica, de Música, de Belas Artes e de Educação Física. Possuindo como primeiro reitor, o professor Ceciliano Abel de Almeida.

A federalização da UES ocorreu no dia 30/01/1961, sancionada pela Lei n. 3.868, passando-se a chamar Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), consistindo em um dos últimos atos administrativos do presidente Juscelino Kubitschek.

A Ufes é a única instituição de ensino superior pública e gratuita do estado do Espírito Santo. Tem sua sede localizada em Vitória, campus Goiabeiras, porém, conta com *campi* também em Maruípe (Vitória), São Mateus e Alegre. São oferecidos 103 cursos presenciais e 12 cursos à distância, tanto de graduação como de pós-graduação (61 cursos de mestrado e 39 de doutorado), possuindo em torno de 25 mil estudantes matriculados e 4500 servidores, entre docentes e técnicos-administrativos.

Arquivo da Ufes: A Diretoria de Documentação Institucional da Ufes está hierarquicamente subordinada à Pró-Reitoria de Administração (Anexo C), e tem vinculada a Divisão de Arquivos.

Suas atividades dirigem-se ao gerenciamento documental (registro, ordenação, descrição, conservação, arquivamento, transferência e recolhimento, avaliação e descarte), ações ligadas ao protocolo, como autuação de documentos, tramitação e postagem de correspondências oficiais, arquivamento e desarquivamento, digitalização, empréstimo documental, auxílio em pesquisas, visitas técnicas arquivísticas, cadastro e orientação quanto ao uso de sistemas tecnológicos (UFES, [20--]).

O arquivo central da instituição possui um prédio, de dois andares, destinado às atividades arquivísticas. Visando a acessibilidade, dispõe de elevador e rampas de acesso. Suas janelas são basculantes, com grades e lacradas (abertas somente na copa e nos banheiros, mas com telas). Áreas com paredes *drywall* com vidro, chamadas “salas aquário”, que permitem a visualização das atividades e pessoas, fator que contribui para evitar furtos e atitudes mal-intencionadas (por exemplo: riscar ou rasgar os documentos). Somente a sala da diretoria não possui vidros internos.

O mobiliário utilizado é em aço, com estantes fixas e deslizantes. As

embalagens de armazenamento são caixas de poliondas e caixas confeccionadas pela restauradora da IFE, para se adaptar aos diferentes tamanhos de documentos e otimizando a preservação documental, também conta com jaquetas de poliéster. É possível encontrar documentos rasgados, principalmente porque no passado se fazia o uso de pastas A-Z.

A UR é controlada, com ar-condicionado ligado 24 horas do dia. A temperatura também é monitorada. A iluminação é adequada, evitando que o acervo sofra com radiações, há placas fotovoltaicas. A área de guarda da documentação não dispõe de tomadas elétricas e possui extintores (Figura 16). No prédio há hidrantes e detectores de incêndios.

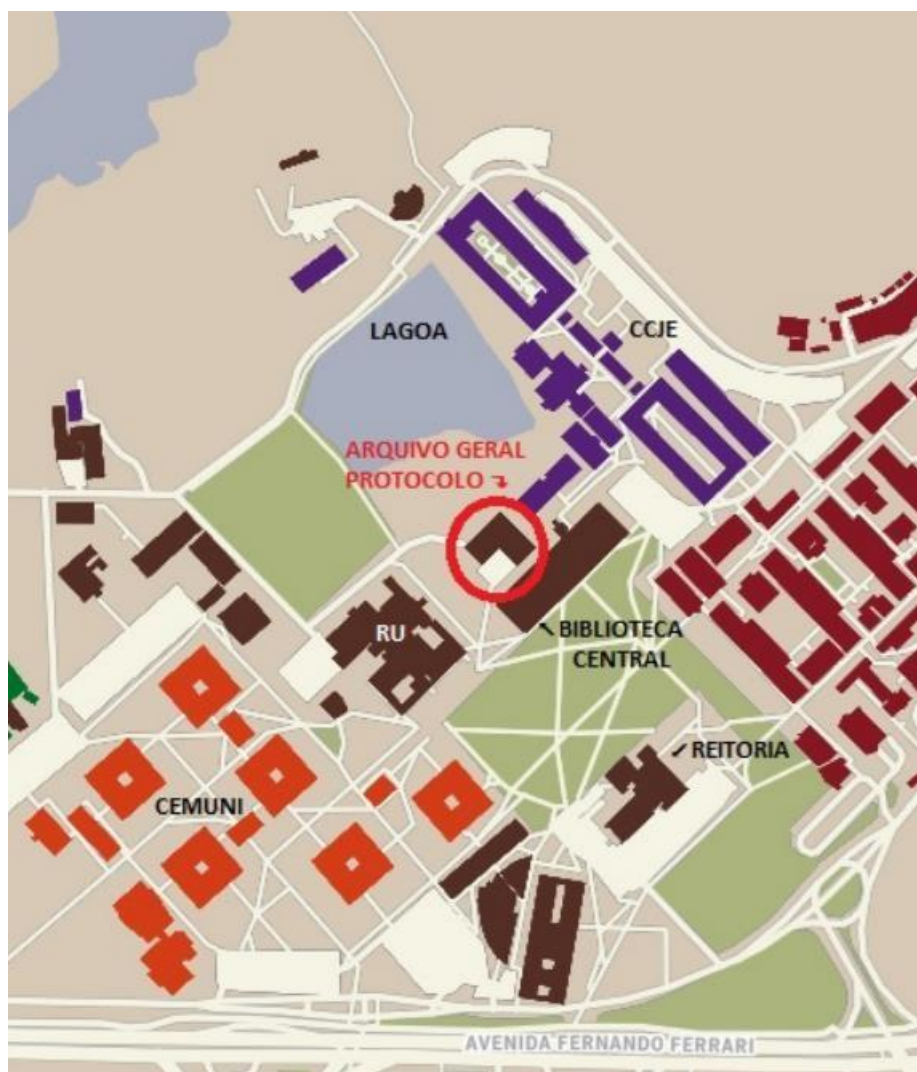
Figura 16 - Acervo Ufes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quanto a região geográfica, o setor fica próximo à área de mangue, apresentando solo úmido e vegetação arbórea. Fatores que trazem riscos de alagamentos, devido a presença de uma lagoa que propicia a proliferação de mofo e bactérias (Figura 17). As características do local favorecem a presença de térmitas de solo, camundongos, saruês, caranguejos, baratas e brocas.

Figura 17 - Localização do Arquivo Ufes



Fonte: UFES, [20--].

O arquivo não oferece guias ou inventários, para pesquisa, porém, existe uma plataforma de acesso público de documentos. Também não são realizadas atividades de difusão, as pesquisas ocorrem sob demanda dos usuários que solicitam a documentação previamente e dependendo de cada caso, os documentos são

enviados digitalizados ou disponibilizados no local.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ⁶ (Unirio): No dia 20/08/1969, a partir do Decreto-Lei n. 773 foi criada a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), com o intuito de agregar as instituições de ensino superior anteriormente vinculadas aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e da Educação e Cultura.

Seus primeiros cursos foram Medicina, Enfermagem, Teatro, Música, Nutrição, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. E, o primeiro reitor empossado foi o professor Alberto Soares de Meirelles.

A partir de 15/03/1975 ocorre a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, durante a presidência de Ernesto Geisel, renomeando a Fefieg para Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj).

Já em 05/06/1979, por meio da Lei n. 6.655, a Fefierj foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (Unirio). Posteriormente, a Lei n. 10.750, de 24/10/2003, modificou o nome da instituição para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, embora a sigla Unirio tenha sido mantida.

A Unirio oferece cursos de graduação nas modalidades presencial e ensino a distância, e cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. São 44 cursos presenciais, quatro cursos à distância, 46 residências, 29 especializações, 11 doutorados, 10 mestrados profissionais e 11 mestrados acadêmicos. Distribuídos em cinco centros acadêmicos pelos bairros da Tijuca, Centro, Botafogo e Urca, todos situados na cidade do Rio de Janeiro.

A comunidade acadêmica da Unirio engloba aproximadamente 16.115 alunos, 905 docentes, 1456 técnicos-administrativos e 241 funcionários terceirizados.

Arquivo da Unirio: O Arquivo Central da Unirio é uma unidade suplementar, ligada diretamente a Reitoria (Anexo D). Subordinado ao Arquivo Central existe a “Assistência de Assuntos Administrativos” e duas gerências, denominadas “Gerência de Documentação Permanente” e “Gerência de Gestão de Documentos” e estas com suas subdivisões, incluindo 13 arquivos setoriais (Anexo E).

⁶ Disponível em:

<https://www.unirio.br/unirio/arquivos/noticias/PDI20222026TextofinalaprovadopelosConselhosCOMAPENDICES.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Na descrição das competências da unidade estão a elaboração das políticas relacionadas à gestão de documentos, seguindo a legislação em vigor, disponibilização de informações a respeito da atuação do Arquivo Central direcionadas ao ensino, pesquisa e extensão, assim como, gestão e preservação documental (Unirio, [2023?]). Entre as atividades desenvolvidas são pontuadas:

- Gestão, preservação e acesso de documentos;
- Elaboração de normas internas e de instrumentos de pesquisa;
- Visitas técnicas e intervenções arquivísticas;
- Procedimentos de protocolo de documentos;
- Serviço de distribuição de malote de documentos;
- Autuação de processos;
- Gestão do SEI Unirio;
- Capacitação e treinamento na área e em temas correlatos;
- Atividade de extensão e cultura atual: “Agenda cultural do acervo institucional: entre práticas e saberes nos arquivos” (Unirio, [2023?]).

Quanto ao prédio do Arquivo Central⁷, ele está situado junto ao Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, em uma região geográfica que tem proximidade da rua, incidindo em poluentes pelos meios de transporte. São três andares destinados as atividades técnicas e armazenamento da documentação, além de possuir uma ala separada para escoamento de documentos.

As janelas do setor têm bom fechamento e é feito o uso de cortinas para proteger da incidência solar, também insulfilm caseiro. As portas internas são de madeira e as de acesso externo de vidro, trancadas por chave e/ou cadeados, não há portas corta-fogo.

As salas dos servidores ficam localizadas no andar térreo e ao trabalharem com os documentos, realizam as ações nas mesas de apoio localizadas junto ao acervo, e o mesmo ocorre no momento das pesquisas pelos usuários (Figura 18). É solicitado então aos pesquisadores que assinem um termo de responsabilidade, principalmente devido a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os mesmos são supervisionados por servidores, durante a consulta.

Há presença de câmeras de monitoramento na entrada do prédio, mas não nas salas. Existe também um controle de acesso ao local, realizado por um porteiro, bem como, quanto ao uso das chaves. Algumas salas possuem paredes com vidro integrado para visualização externa.

⁷ As unidades de arquivo setoriais não foram visitadas pela pesquisadora.

Figura 18 - Sala do Arquivo Central da Unirio



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os mobiliários disponíveis são estantes fixas e deslizantes de aço e MDF. Quanto as embalagens de armazenamento são usadas caixas de poliondas, saquinhos plásticos e envelopes brancos ou amarelos, dependendo da disponibilidade do setor de materiais, os quais são utilizados para separar a documentação. Há documentos que apresentam ondulações, vestígios de cupins e ferrugem ligada a oxidação de grampos trilhos.

A UR, temperatura e luz não são controladas. Há ares-condicionados instalados, mas são desligados quando não tem a presença de pessoas. É perceptível umidade e mofo nas paredes das salas dos servidores.

Foi descrito pelo (a) entrevistado (a) que não há presença de pragas no Arquivo Central, nem risco de alagamento e incêndio, a fiação está em boas condições e possuem extintores. Foi relatado, no entanto, que a unidade de arquivo setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais é insalubre, tem a presença de cupins e fica localizado no subsolo do prédio.

Sobre os instrumentos de pesquisa, existem planilhas de controle dos documentos e processos, além de sistemas atualizados, sendo disponibilizado um módulo externo nos sistemas SEI e SIE com esta finalidade.

Universidade Federal de Juiz de Fora⁸ (UFJF): A UFJF foi fundada em 23/12/1960, pela lei federal n. 3.858, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Sua criação resultou de mobilizações de discentes e profissionais das faculdades já existentes na região, que buscavam reuni-las para formar a universidade federal. Seus primeiros cursos de graduação oferecidos foram Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia.

O campus sede da UFJF situa-se em Juiz de Fora, sendo considerada a segunda universidade federal criada fora do eixo das capitais, possui também um campus avançado em Governador Valadares. Seu primeiro reitor foi o professor Moacyr Borges de Mattos.

Entre seus dois *campi* são oferecidos 72 cursos de graduação presenciais e sete cursos de graduação à distância, além de 117 cursos de pós-graduação (24 doutorados, 36 mestrados acadêmicos e 10 mestrados profissionais, 12 especializações e 35 residências nas áreas de saúde, gestão e docência). Dados que resultam em aproximadamente 25 mil estudantes, 1.525 técnicos-administrativos em educação e 1.751 docentes, além de 800 colaboradores terceirizados.

Arquivo da UFJF: O Arquivo Central da UFJF, bem como, seu sistema de arquivos é vinculado a Pró-reitoria de Planejamento (Anexo F). As principais funções do setor são elencadas abaixo:

- Processar tecnicamente o acervo sob sua guarda, para que se torne inteligível e acessível aos pesquisadores, usuários internos e cidadãos, além de prestar assessoria técnica aos setores da UFJF.
- Orienta quanto à racionalização da produção documental, capacita servidores para a gestão documental e orienta quanto à eliminação e à transferência de documentos para a Coordenação de Arquivos Intermediários.
- Privilegia a atuação nas áreas de conservação, proteção de documentos fotográficos e digitalização de documentos; promove atividades com foco na produção e transferência de conhecimento e divulgação de metodologias; desenvolve atividades que compreendem ações voltadas para a promoção e implantação de políticas de conservação preventiva, restauração, acondicionamento, transcrição, reformatação e pesquisa científica aplicada aos documentos textuais, iconográficos, cartorários e sonoros.
- Custodia documentos resultantes de massa documental acumulada e provenientes de documentos transferidos através de Guias de Transferências; identifica, codifica, e registra em banco de dados os documentos; elimina documentos que já cumpriram o prazo de temporalidade e recolhe, à Coordenação de Arquivos Permanentes, aqueles identificados

⁸ Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

como permanentes; realiza empréstimos aos produtores dos documentos. (UFJF, [20--]).

As atividades arquivísticas na UFJF são realizadas em três locais distintos. Um deles é destinado essencialmente às atividades tecnológicas, como a administração do SEI. Quanto à guarda da documentação, ela está distribuída em dois prédios. O primeiro, localizado no centro da cidade, é bastante antigo e foi adaptado para atender às necessidades do arquivo, sendo responsável pela guarda do acervo permanente. Esse prédio está situado próximo a um hospital e em um terreno com declive, o que aumenta o risco de alagamentos. O segundo é um galpão localizado no campus universitário, onde está armazenado o arquivo intermediário. Esse espaço compartilha o mesmo terreno da frota de veículos da instituição, estando próximo a um lava-jato que utiliza produtos tóxicos. A área também é utilizada para descarga de caminhões e estacionamento de transportes, o que eleva o risco de acidentes devido às manobras realizadas. Além disso, o local é constantemente exposto a gases poluentes, fumaça, poeira, calor excessivo e, nos arredores, há árvores altas e um terreno em aclave (Figura 19).

Figura 19 - Galpão de guarda documental



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No galpão, as janelas são basculantes, possuindo alguns vidros pintados de cores escuras com a finalidade de amenizar o calor e algumas cortinas *blackout*. A

cobertura é com telha galvanizada, fator que prejudica o conforto térmico. Não tem ar-condicionado, apenas ventiladores de mesa. A UR, temperatura e luz não são controladas. As paredes apresentam umidade, devido ao lava-jato.

Apesar de haver extintores, existe o risco de incêndios em razão da fiação ser antiga. As estantes são fixas, de aço e madeira, estas últimas, apresentando cupins. As caixas utilizadas são de poliondas e papelão (Figura 20).

Figura 20 - Acervo preservado no galpão



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O edifício que armazena a documentação histórica tem três pisos, onde, além do acervo arquivístico, conta com uma biblioteca, com coleções e obras gerais, particulares e periódicos. As janelas apresentam dificuldade para abrir e/ou fechar, e as portas são de madeira, em que, apesar de haver um quadro de controle de acesso as chaves, são fáceis de arrombar.

A sala de consulta está localizada junto à sala de alguns servidores, o que facilita a supervisão durante as pesquisas, considerando que o local não possui câmeras de monitoramento. O ambiente conta com a presença de um porteiro durante o dia e de um vigilante no período noturno.

O arquivo permanente dispõe de estantes e armários de aço. As embalagens de armazenamento são caixas de poliondas e papelão (que estão sendo trocadas e

reaproveitadas para o descarte documental) e invólucros especiais elaborados pela restauradora do setor (Figura 21).

Figura 21 - Sala do arquivo histórico da UFJF



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A UR, temperatura e luz não são controladas. O cuidado realizado é na sala que armazena o acervo fotográfico, em que o ar-condicionado permanece constantemente ligado e, o local de guarda do acervo histórico, em que as luzes ficam predominantemente apagadas.

Foi observado parte do acervo coberto por lonas, neste caso, sendo relatado pelo (a) entrevistado (a) que dependendo da intensidade das chuvas, a água infiltra e

acaba molhando a documentação, sendo, portanto, a solução provisória encontrada.

Esporadicamente são encontradas traças e/ou cupins, mas, as pragas são controladas assim que aparecem. O manuseio da documentação é feito da maneira adequada, o que resulta em itens preservados, rasgados apenas pela ação do tempo. Existe um conjunto documental com capas de processos danificadas, no entanto, trata-se de um caso específico, devido uma transferência documental inadequada.

Há instrumentos de pesquisa e difusão como inventário, guia e catálogo, apesar de nem todos estarem atualizados. O acervo bibliotecário não apresenta catalogação e foi relatado durante a entrevista a demanda de um profissional com formação em Biblioteconomia.

O acesso dos usuários às salas de guarda documental ocorre apenas durante visitas. Para consultas, os servidores providenciam previamente a separação dos documentos, que podem ser pesquisados no local ou digitalizados e enviados ao solicitante.

Universidade Federal de Lavras⁹ (Ufla): Idealizada pelo pastor, professor e teólogo americano Samuel Rhea Gammon e o do agrônomo, também americano, Benjamin Harris Hunnicutt, a Escola Agrícola de Lavras foi fundada em 1908, segundo o lema do Instituto Gammon: “Dedicado à glória de Deus e ao Progresso Humano”. Em 1938 passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), mantendo-se vinculada administrativamente ao Instituto Gammon.

Durante a presidência de João Goulart, correndo o risco de fechar a ESAL, ocorre sua federalização, por meio da Lei n. 4.307, de 23/12/1963. Posteriormente, a Lei n. 8.956, de 15/12/1994, assinada pelo presidente Itamar Franco, transforma a ESAL em Universidade Federal de Lavras (Ufla).

A instituição até 1974, oferecia somente a graduação em Agronomia, recebendo destaque pelo desenvolvimento estratégico na área de Ciências Agrárias. No entanto, vem buscando projetar-se também nas áreas de exatas, humanas e ciências da saúde. Atualmente, são 39 cursos de graduação presenciais, 3 cursos de graduação à distância, 65 cursos de pós-graduação (23 doutorados, 34 mestrados acadêmicos, 8 mestrados profissionais).

A sede da instituição é localizada em Lavras, mas também conta com *campi* na

⁹ Disponível em: <https://ufla.br/sobre>. Acesso em: 27 ago. 2024.

cidade de São João do Paraíso, além de possuir três centros de experimentação em campo. Sua comunidade acadêmica envolve cerca de 14 mil estudantes, 850 docentes, 550 técnicos-administrativos e 600 terceirizados.

Arquivo da Ufla: O Arquivo Central da Ufla é um setor pertencente a Coordenadoria de Orçamento, Gestão de Processos e Documentos, hierarquicamente subordinado a Pró-reitoria de Planejamento e Gestão (Anexo G).

Conforme descrito na página *web* do setor, as finalidades do Arquivo Central da Ufla são:

- Assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos da UFLA, servindo a mesma como referência e fonte de informação, agindo com eficácia nas ações gerenciais referentes ao acervo, a fim de promover a consulta e pesquisa, após a anuência das unidades produtora dos arquivos;
- Considerar a integração das diferentes fases da gestão documental, atendendo às particularidades das unidades responsáveis pela produção e custódia dos documentos;
- Implementar a racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental;
- Assegurar a preservação de documentos que são movimentados com menor frequência, utilizados pela administração e que aguardam o cumprimento dos prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Executivo Federal, para avaliação e destinação dos documentos;
- Custodiar os documentos transferidos dos arquivos setoriais, colocando à disposição da UFLA, com expressa autorização do órgão produtor;
- Controlar as consultas, os empréstimos e devoluções, responsabilizando-se pela integridade e sigilo das informações contidas no acervo sob sua custódia e
- Exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do órgão (Ufla, [20--]).

O Arquivo Central possui prédio próprio, situado no andar térreo, construído para o acervo, com localização centralizada dentro da Ufla, atrás da Biblioteca Universitária. Sua região geográfica possui baixo risco de alagamento. Durante a construção do prédio, que se deu durante um período de chuvas na cidade, foi avaliada a possibilidade de alagamentos, mas esses não ocorreram, graças ao rebaixamento do piso para atender a essa demanda. Além disso, as janelas e portas possuem boa vedação, impedindo a entrada de água (Figura 22).

Figura 22 - Fachada do Arquivo Central

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O entorno do prédio tem árvores distantes, com calçamento, não apresentando poluentes próximos. Trata-se de um prédio novo, com fiação elétrica e hidráulica novas, com janelas e portas de vidro, que ao estarem abertas tornam o ambiente arejado. No entanto, ao permanecer fechado, não propicia a circulação de ar. O setor não possui UR, temperatura e luz controlada, não dispondo de ar-condicionado, ventilador e desumidificador/ umidificador.

As portas e janelas de vidro (sem grades) são consideradas também um facilitador para furtos, apontando ainda que o ambiente não tem monitoramento por câmeras, somente a ronda dos vigias do campus.

O local de guarda da documentação é uma sala ampla, sem divisórias, equipada com estantes de aço deslizantes e uma estante de madeira. No mesmo espaço estão dispostas as mesas dos servidores, mesas de apoio (Figura 23), além de um ambiente de copa, que contém geladeira, fogão, botijão de gás, micro-ondas e pia (Figura 24).

Figura 23 - Local de guarda do acervo



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como não há divisórias no setor, ao entrar no local, ao lado direito encontra-se o acervo e, ao lado esquerdo a copa, fator que requer atenção constante.

Figura 24 - Ambiente da copa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As embalagens de armazenamento dos documentos são caixas de poliondas e conforme o (a) entrevistado (a), até o momento não foram encontrados documentos rasgados, deformados por forças físicas ou com a presença de pragas.

No decorrer da entrevista foi dito que, a princípio, não há riscos de incêndios aparentes, apesar de não haver monitoramento específico para o risco em questão.

Quanto à presença de instrumentos de pesquisa e difusão, visando a interação com os usuários e a atuação diante de uma eventual perda do acervo, não há instrumentos para este fim, nem sistemas informatizados. A consulta a documentação é permitida somente ao público interno da Ufla. Também não são feitas exposições ou atividades de difusão do acervo.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A partir do questionário de caracterização, aplicado no dia da entrevista aos dirigentes, é possível apresentar o perfil dos atores sociais responsáveis pelo gerenciamento dos arquivos universitários investigados. A subdivisão deste questionário compreendeu “dados gerais” e “dados profissionais e de formação”.

- Dados gerais: quanto ao gênero, foram entrevistados três mulheres e dois homens. Destes, quatro pessoas com faixa etária de “41 a 50 anos” e uma pessoa com “mais de 50 anos”.

- Dados profissionais e de formação: todos os participantes da pesquisa cursaram Arquivologia, concluindo a graduação em 2005 (1), 2008 (3) e 2023 (1). Ainda, três informantes, graduaram-se também em Biblioteconomia (1999), História (2001) e Letras (2007).

Entre as instituições formadoras em Arquivologia, foram citadas: Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Ufes, UFF, UnB e Unirio.

Os cinco respondentes realizaram pós-graduação, todos em nível de mestrado, no período compreendido entre 2010 e 2019. No entanto, três pessoas cursaram também especialização, entre os anos de 2001 e 2017, e uma pessoa realizou doutorado (2018) e pós-doutorado (2022).

Referente ao tempo de serviço público, as respostas foram: dez anos (1), 15 anos (2) e 23 anos (2). Lotados nos setores: Arquivo Central, desde 2008; Diretoria de Documentação Institucional, desde 2009; Direção do Arquivo Central, desde 2009;

Seção de Protocolo e Arquivo, desde 2013; e, Coordenadoria de Gestão de Documentos e Unidades Organizacionais, desde 2020.

Quanto a atuação em outros setores, três entrevistados responderam que nunca mudaram de setor, apesar da unidade já ter tido outras denominações. Uma pessoa respondeu a Biblioteca e outra, Arquivos Setoriais.

A carga horária de trabalho de quatro participantes é de 40 horas/ semanais, e um (a) de 30 horas/ semanais. Em todos os casos, o (a) respondente realiza função de chefia, citando entre as principais atividades nas Ifes:

- “Identificação, avaliação, classificação, higienização mínima, gerenciamento do SEI (manutenção e cadastro), treinamento em gestão de arquivos e sistemas como SIE e SEI, também protocolo, controle e gerenciamento”;
- “Gestão geral do arquivo”;
- “Recebimento, conferência e guarda de listagens de recolhimento para o arquivo permanente, gestão do arquivo como um todo”;
- “Realização de atividades remotas e presenciais, entre elas, atendimento de servidores, colaboradores, discentes, fornecedores e demais interessados em protocolar documentos presencialmente, gerenciamento de petições no SEI”;
- “Responsável pelos sistemas de unidades organizacionais (SEI, Siorg), mapeamento e gestão documental e pelo arquivo central”.

Todos os respondentes ingressaram por concurso público nas respectivas universidades, no entanto, duas pessoas trabalharam em outros órgãos públicos anteriormente. Sendo citados: Aeronáutica e Unifei.

A partir das informações recebidas é possível inferir que os cursos de Arquivologia possuem uma predominância de profissionais do gênero feminino, conforme já apontado em pesquisas como de Souza (2011), Silva, Bessa e Souza (2015) e Lima e Pedrazzi (2015). É perceptível, ainda, que os dados proferidos pelos entrevistados, a respeito do ano de sua formação, estão em consonância com os apresentados por Souza (2011). Entre os anos de 2003 e 2008, 61% dos egressos de Arquivologia eram mulheres.

Quanto as demais graduações cursadas, Biblioteconomia, História e Letras, percebe-se que são correlatas, pertencendo as Ciências Humanas e Sociais, em que o contexto humano importa, tanto na sua representação escrita, falada e de atuação no decorrer do tempo. Araújo (2018), ao tratar das caracterizações da CI, menciona a pluralidade explicativa pela qual a área passou, destacando sua interdisciplinaridade

e seu caráter de ciência pós-moderna. A CI estuda diferentes fenômenos e identifica os sujeitos como atores e objetivos dos sistemas de informação. Dessa forma, observa-se também que outras áreas buscam atender a esses indivíduos, o que resulta em um entrelaçamento entre as ciências.

Tendo em vista que os entrevistados trabalham na região sudeste, é compreensível que as instituições formadoras tenham tido predominância nessa mesma região, com exceção da UnB. No entanto, é importante ressaltar que o curso de Arquivologia de Brasília foi o quarto criado no Brasil, em 1991¹⁰, sendo, portanto, um dos mais antigos.

Referente às faixas etárias “41 a 50 anos” e “mais de 50 anos”, considerando que se trata de dirigentes, é comum que cargos de grande responsabilidade sejam destinados a pessoas mais velhas e com maior tempo de serviço. Isso também é evidenciado pelas respostas, que indicaram entre dez e 23 anos de atuação em órgãos públicos. Outro ponto mencionado nas entrevistas é o número reduzido de arquivistas nas Ifes; por isso, tem-se buscado designar para esses cargos servidores que possuam formação adequada.

Relacionado ainda à formação, pode-se perceber, felizmente, que não houve desvios de funções entre os respondentes, uma vez que as lotações seguiram suas áreas de conhecimento. No caso da pessoa que mencionou atuação no setor da Biblioteca, é notável que sua formação em Biblioteconomia também foi considerada.

Outro dado positivo diz respeito à realização de pós-graduação pelos informantes, evidenciando a preocupação com a atualização dos estudos. Esse fator reflete tanto na otimização da atuação profissional quanto no crescimento remuneratório na carreira técnico-administrativa.

Quanto às principais atividades realizadas, constata-se que os profissionais têm atuado tanto com os documentos em suportes físicos como digitais, em diferentes gêneros documentais, atendendo ao público interno e externo das universidades. Os participantes mencionaram a “gestão do arquivo”, sendo sabido que tal atividade envolve a administração e coordenação técnica da unidade arquivística. Para Paes (2004), gerir um arquivo compreende desenvolver diferentes etapas, desde o levantamento documental, análise de dados documentais, planejamento (de recursos humanos, materiais e financeiros, de estruturação dentro da instituição, escolha dos

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/links-uteis-1/cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em: 29 jul. 2024.

métodos de arquivamento, normas de funcionamento...), incluindo o acompanhamento e implantação do sistema de arquivos.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DE RISCOS

Tratar sobre o tema GR sempre foi um dos objetivos desta pesquisa, levando em consideração que as perdas documentais são enfrentadas há séculos, tanto pela ação humana ou por eventos da natureza. E o desenvolvimento do PGR é uma forma de instigar a equipe de profissionais das instituições e/ou setores arquivísticos a pensar, debater, se planejar, se preparar e resolver de maneira prévia possíveis sinistros. Já era sabido que não há um modelo padrão para elaboração do PGR, até mesmo o modelo ABC, exposto no referencial deste estudo, é um dos indicados, mas não obrigatório seu uso.

No entanto, partir do pressuposto que os profissionais atuantes no arquivo, trabalharam na elaboração do plano, demonstra que os riscos já foram documentados, possibilitando agir para resolvê-los, mitigá-los, aceitá-los ou terceirizá-los. Além disso, mostra um histórico do que já foi enfrentado pela unidade, qual a ação foi tomada, quais os riscos residuais e os mais ou menos graves.

Possuir o processo documentado facilita o entendimento de atitudes tomadas, de decisões e deliberações que trouxeram benefícios ou malefícios para o arquivo, servindo também de base de conhecimento para outras instituições. Caso o documento seja bem elaborado e adequadamente aplicado é possível a propagação de conhecimento necessária ou a indicação de parte da informação a respeito de como conduzir tal assunto de forma satisfatória na unidade arquivística (Molina, 2013). Opinião reforçada também pelo Entrevistado (a) 4:

A opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? E também utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo (Q4, E4).

Diante dessa perspectiva, foi desenvolvido o “Roteiro para Análise Documental” referente aos PGR elaborados nas IFES visitadas, permitindo compreender, também, o contexto, o apoio e o preparo envolvidos na realização dessa ação, conforme exposto no Quadro 9:

Quadro 9 - Análises dos PGR

IFE	Ano de elaboração	Atualização	Equipe técnica	Quantidade de riscos mapeados	Método utilizado para elaboração
Unifal	2018	Não houve.	1 arquivista.	43	Não teve cursos, somente uma orientação da Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional.
Ufes	2019	Não houve.	1 arquivista e 1 assistente em administração.	86	Os dois profissionais procuraram modelos de mercado de GR.
Unirio	2017	Anual.	10 arquivistas e 1 assistente em administração.	12	Reuniões mensais para treinamento e acompanhamento da Pró-reitoria de Planejamento. Disponibilizado formulário próprio.
UFJF	2022	Não houve.	2 arquivistas, 1 restauradora, 1 assistente em administração, 1 profissional em tecnologia da informação	19	Não houve treinamento, apenas o envio de uma planilha em que havia a opção de selecionar a magnitude dos riscos.
Ufla	2022	Não houve.	1 diretor da Pró-reitoria de Planejamento e Gestão e 1 arquivista.	8	Empírico.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os dados apresentados no Quadro 9 tornam perceptível que, apesar da INC CGU/ MPOG n. 1/2016 (Brasil, 2016a) estabelecer um prazo de 12 meses para a especificação de uma política de GR (Art. 17), com exceção da Unirio, os setores arquivísticos não foram priorizados na elaboração desse mapeamento.

Quanto à periodicidade de atualização do PGR, novamente, apenas a Unirio incluiu em seu planejamento essa programação, realizando reuniões mensais com essa finalidade. Nas demais universidades, além de não haver treinamento, os próprios servidores tiveram que se instruir para atender à demanda de elaboração do PGR.

A respeito da quantidade de riscos mapeados, como percebido na caracterização das universidades visitadas, cada local tem suas especificidades. A classificação encontrada quanto a magnitude dos riscos foi baixa, média, alta e altíssima, e a outra nomenclatura utilizada foi risco pequeno, risco moderado, risco alto e risco crítico. Direcionados tanto para gestão de documentos físicos como

digitais; riscos físicos, biológicos, ergonômicos, químicos e de acidentes.

No decorrer das entrevistas, um(a) dos(as) participantes mencionou que [...] o PGR foi elaborado, mas não foi executado, nem monitorado, foi feito somente para cumprir a lei. Complementar a este relato, tem também o ponto de vista de outro (a) entrevistado(a):

Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio: “Ah, vocês são obrigados”. Tá bom, nós fizemos. E o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos, tem coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? (Q10, E3).

Sendo assim, pode-se inferir que apesar da relevância do PGR e do contexto que envolve a GR, para a maioria das administrações superiores, a unidade arquivística não parece ter demandas preocupantes. É possível perceber ainda que o Arquivo Central da Unirio é o único considerado como macro unidade, ligada diretamente a Reitoria, podendo ser esse o motivo do seu diferencial.

O discurso também evidencia a ausência de uma fiscalização efetiva por parte de órgãos como a CGU, o MPOG e o governo federal. Apesar do aumento constante na produção de legislações, normativas e diretrizes, poucas são implementadas com o rigor necessário, o que fragiliza a aplicação prática dessas regulamentações e compromete a eficiência na gestão pública.

Quanto a equipe técnica disponível para desenvolver o PGR, foi uma manifestação de alguns entrevistados o fato de haver uma equipe limitada no arquivo, conforme apontado abaixo:

[...] a equipe é pequena, né, hoje somos três [...] (Q10, E1).

[...] porque a gente só fez a gestão de risco, mas não tem nem equipe para trabalhar com o suporte papel (Q1, E2).

Só que a pior situação é pessoal, não dá, não consigo... é só um arquivista para os três campus. [...] Então o problema é pessoal e eu concluo que não tenho um apoio financeiro para a contratação de mais pessoas. Tanto servidor como terceirizado, tanto faz (Q5, E2).

A respeito deste aspecto, em pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal¹¹, feita no dia 13/09/2024, selecionando o cargo “arquivista”, “ativo”, nas

¹¹ Disponível em:

<https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/consulta?ordenarPor=orgaoServidorLotacao&direcao=desc>. Acesso em: 13 set. 2024.

universidades federais brasileiras, o quantitativo de arquivistas encontrado está demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Quantitativo de arquivistas nas universidades federais

Ordem	Universidade	Quantitativo
1.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	51
2.	Universidade Federal Fluminense - RJ	35
3.	Universidade Federal de Santa Maria - RS	26
4.	Universidade Federal da Paraíba	24
5.	Fundação Universidade de Brasília	21
6.	Fundação Universidade Federal do Amazonas	17
7.	Universidade Federal da Bahia	17
8.	Universidade Federal do Pará	16
9.	Universidade Federal de Santa Catarina	14
10.	Universidade Federal de Minas Gerais	11
11.	Universidade Federal do Ceará	11
12.	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	11
13.	Universidade Federal de Goiás	9
14.	Universidade Federal do Espírito Santo	9
15.	Universidade Federal do Rio Grande - RS	9
16.	Universidade Federal de Juiz de Fora - MG	8
17.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	7
18.	Universidade Federal de Campina Grande - PB	6
19.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	6
20.	Universidade Federal de Alagoas	5
21.	Universidade Federal de Pernambuco	5
22.	Universidade Federal do Paraná	5
23.	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	5
24.	Universidade Federal da Fronteira Sul	4
25.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	4
26.	Fundação Universidade Federal de Sergipe	3
27.	Fundação Universidade Federal do Amapá	3
28.	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	3
29.	Universidade Federal de Mato Grosso	3
30.	Universidade Federal de São Paulo	3
31.	Universidade Federal do Acre	3
32.	Universidade Federal do Oeste do Pará	3
33.	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	3
34.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3
35.	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN	3
36.	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	2
37.	Fundação Universidade Federal de Pelotas	2
38.	Fundação Universidade Federal do ABC	2
39.	Fundação Universidade Federal do Maranhão	2
40.	Fundação Universidade Federal do Tocantins	2
41.	Fundação Universidade Federal Uberlândia	2
42.	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	2
43.	Universidade Federal de Viçosa - MG	2
44.	Universidade Federal do Cariri - CE	2
45.	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2
46.	Universidade Federal do Vale do São Francisco	2
47.	Universidade Federal Rural da Amazônia	2
48.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2
49.	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	1
50.	Fundação Universidade Federal de Rondônia	1
51.	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	1
52.	Fundação Universidade Federal do Pampa	1

53.	Universidade Federal de Alfenas - MG	1
54.	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1
55.	Universidade Federal de Jataí	1
56.	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	1
57.	Universidade Federal do Oeste da Bahia	1
58.	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1
59.	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1

Fonte: Elaboração própria com dados do Portal da Transparência (2024).

Considerando o total de 68 universidades federais no Brasil, é possível observar que nove IFES não contam com arquivistas efetivos em seu quadro de servidores. Embora não haja, na literatura ou na legislação, registros específicos sobre a proporção ideal de arquivistas em relação ao tamanho da instituição, é evidente que o processo de gestão documental demanda uma estrutura adequada de pessoal.

Dado o grande volume de documentos produzidos por essas instituições, a presença de apenas um a três arquivistas, como ocorre em 33 IFES, é insuficiente para garantir a realização das atividades arquivísticas com qualidade. Essa limitação compromete a eficiência dos processos e a preservação adequada dos acervos documentais. Conforme mencionado por um dos dirigentes entrevistados: [...] *enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente* (Q10, E1).

Os resultados apresentados pelas doze primeiras universidades, no entanto, podem ser atribuídos à existência de cursos de graduação em Arquivologia na própria instituição ou na cidade onde a IFE está localizada. No caso da UFC, onde não há o curso de Arquivologia, destaca-se a relação da área com a graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em CI, ambos ofertados pela universidade.

Cabe mencionar ainda que, em uma entrevista realizada em 2018, a diretora do Sistema de Arquivos da UFRJ, na época com 54 arquivistas no quadro de pessoal, relatou que “o número ainda é pequeno para atender à demanda da universidade”. O desejado, para que o Sistema funcione efetivamente, seria a presença de um profissional de arquivo em cada unidade arquivística (Trindade; Mariz, 2019, p. 5).

Em síntese, a análise evidencia que a carência de arquivistas no quadro de servidores das universidades federais brasileiras representa um desafio significativo para a gestão documental e a preservação dos acervos. Apesar de iniciativas pontuais que buscam mitigar essa lacuna, como a formação de profissionais em cursos

relacionados à área, terceirizados e estagiários, há uma discrepância entre a demanda e o número de profissionais especializados disponíveis.

Além disso, os dados apresentados, como a relação positiva entre a oferta de cursos de Arquivologia e a presença de arquivistas, reforçam a importância de investir na formação e na valorização desses profissionais. Portanto, a ampliação do quadro de arquivistas nas IFES reflete diretamente na capacidade das instituições de preservar e gerenciar adequadamente sua memória documental, além de atender às exigências legais e administrativas, que incluem não só a elaboração do PGR, mas também sua efetiva aplicação.

6.4 DSC FINAL: A VOZ DOS GESTORES DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Trabalhar com o DSC exige que as entrevistas sejam transcritas na íntegra (Apêndice G), para posteriormente, proceder à análise de cada questão isoladamente, identificando ECH, IC e AC. Nesse momento, optou-se por respeitar a forma oral dos participantes, bem como por ocultar dados e/ou informações que, porventura, trouxessem a identificação da instituição ou dos informantes. Seus nomes foram substituídos por numerais cardinais (1, 2, 3, 4 e 5).

É preciso atentar-se que as falas dos entrevistados são apresentadas em *itálico*, mas não com aspas, para expor que se trata de um depoimento coletivo, mas não de uma citação, incluindo também elementos de coesão para que o discurso final receba sequenciamento (Lefèvre; Lefèvre, 2003).

Para melhor entendimento da construção do DSC, é possível visualizar o IAD no Apêndice H, em que as ECH foram sublinhadas, as IC agrupadas conforme o alfabeto, o DSC de cada IC apresentado em *itálico*, e a inclusão dos conectivos entre colchetes. As AC estão destacadas em verde e organizadas pelas letras do alfabeto. Ao final de cada questão do roteiro, foram formados um ou dois DSC, correspondendo a respostas complementares ou discursos antagônicos, que geram diferentes linhas de pensamentos.

Após estas fases, foi montado o DSC final, representando a voz dos gestores dos arquivos universitários sobre a GR em seus setores, constatando-se dois eixos de pensamento: um que expressa certo desenvolvimento nas funções arquivísticas e um ambiente propício para a guarda e preservação do acervo, resultando em maior

visibilidade e compreensão por parte da administração superior sobre a relevância do acervo preservado. O outro eixo demonstra os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham em arquivos universitários, incluindo deficiências na estrutura organizacional e no quadro de recursos humanos para o desempenho da gestão arquivística, além da subvalorização do setor de arquivo.

Eixo 1

A gestão de riscos é fundamental, em qualquer empresa ou em qualquer casa. [Além disso], ela é fundamental pra não perder a documentação, né? Eu acredito que é super necessária para não perder a memória e os direitos. Não perder documentos que dão direitos aos funcionários, que têm insalubridade, hora extra. Aqui tem documentação permanente, então, deteriorar a documentação seria perder a memória da instituição e perder o direito dos funcionários que estão aí, [por meio] dos documentos funcionais.

[Trabalhar com gestão de riscos é] evitar que alguma coisa estrague ou quando estragar já procurar resolver no início, de uma forma mais adequada para evitar problemas maiores. [No entanto], a gestão de risco só pode funcionar se tiver mapeado os processos, sem isso, não tem como fazer. Até porque, quando foi feita a gestão de risco aqui, foram utilizados os mapas.

O monitoramento [dos riscos] é uma diretiva, uma política da universidade, [em que] o plano de gestão de riscos é revisto todo ano, então isso também é uma postura. [Portanto], talvez [seja importante] enfatizar a questão da estrutura, porque os arquivos universitários têm estruturas distintas. Tem alguns que são órgãos suplementares, [e] quando você está numa situação em que é um órgão suplementar, isso irradia de forma mais eficiente, vamos dizer assim. [Então], seria bem interessante, saber onde estão estruturados os arquivos, para saber como eles conseguem conversar e se articular.

[Os arquivos] têm uma importância enorme, tanto para a instituição quanto para a sociedade. Nós temos muitos documentos que trazem toda a história da instituição, desde os primórdios. É um legado de trabalho, de constituição, de contribuição de forte relevância para a sociedade.

Nós temos, sobretudo no arquivo permanente, vários acervos em relação à sociedade [local] e regional, [com] uma situação histórica muito latente. [Temos]

acervos que são mais demandados, tem gente que procura [por] questão de demarcação de terras, outras pessoas procuram por questão de... Dupla cidadania, inventários... Para além disso, nós temos acervos, por exemplo, de companhias industriais extintas, que foram de grande importância aqui na economia local. Então, assim, tem esses acervos e no nosso institucional nós temos, por exemplo, a planta do campus, a planta hidráulica, não sei como chama isso, mas por exemplo, a planta de bacias hidrográficas do campus. [Também há] documentos de doação, como foi a aquisição dos terrenos para que aquilo ali virasse um campus.

[Diante deste contexto], temos várias pesquisas de incentivo à memória. Nós temos também vários profissionais do arquivo que fazem seus doutorados e mestrados com essa perspectiva de memória, de pesquisa social mesmo, de dar ao cidadão o seu direito.

Outra coisa também que é bom pontuar, eu acho que inusitadamente, o que nossos ex-alunos, formados ou não, às vezes voltam na universidade, requerendo, é a cópia do ensino médio. Do ensino médio! Então, quer dizer, a gente acaba sendo esse local de guarda, que não era nem imediato, porque a gente precisa desse documento para fazer a matrícula do aluno. Mas eles às vezes precisam disso para comprovar para o concurso público, formados ou não. Então quer dizer, acaba se tornando um documento muito importante para a sociedade em geral, que passa pela universidade.

[Ciente da importância do acervo para a pesquisa], contamos com o apoio [da administração], mas a gente não tem orçamento próprio para o Arquivo Central, uma estrutura financeira própria. Mas o apoio cultural, nós temos sim. O que é solicitado, eles atendem. Em questão de materiais, não há problema, isso tá ok. Quanto à estrutura, em relação ao espaço físico, eu não vou falar que o espaço físico seja ruim, eu acho que se fosse feito um trabalho mais com o pessoal, acho que talvez o espaço até daria. Então, o espaço físico, acho que está ok.

[Ainda mais que] houve uma atenção, um cuidado da administração superior, quando foi criado o arquivo. Houve um investimento muito grande em uma boa estrutura, em um bom mobiliário, tanto que a gente vê vários desses arquivos fixos e deslizantes que a gente tem aqui, que são arquivos caros. Por isso, quando foi proposto um novo espaço, a construção de um arquivo, onde seria feito de uma forma mais adequada, isso foi bem interessante pra gente, eu achei uma oportunidade muito boa de ter um espaço melhor, um ambiente mais agradável, tanto para a gente

trabalhar quanto para a preservação do material, dos documentos que ficam aqui. Uma oportunidade pra gente ir pra um espaço mais organizado e mais adequado.

[Nesse sentido], as estratégias para a preservação dos documentos e do ambiente onde estão armazenados, como não há ventilação natural [no espaço], [é necessário] um controle ambiental, que inclui exaustores e ar-condicionado funcionando 24 horas. Utilizamos materiais e equipamentos adequados, como forro mineral, que não é inflamável, e lâmpadas de LED, que não explodem e oferecem iluminação que não queima o suporte documental.

[Além disso], a iluminação [foi] feita recente, por pessoas capacitadas. Então a gente acredita que está bem estruturada, bem-feita, evitando algum tipo de curto. [Por exemplo], a iluminação, logo que foi feita a instalação elétrica, a gente pediu para o engenheiro elétrico avaliar o serviço, se estava adequado para evitar qualquer tipo de risco de curto-circuito. Então, esses são os cuidados que a gente tem assim, pedindo profissionais pra que façam esses diagnósticos, essas avaliações né... como foi feito. E observar, sempre atento, a gente percebendo algum sinal, algum sintoma de risco, a gente chama profissionais para avaliar novamente.

[Em relação ao] acondicionamento e às condições físicas dos documentos, realizamos intervenções diretas quando identificamos acervos em situação de risco, seja por agentes patológicos ou por problemas físicos. Quando recebemos acervos de fora ou por doação, eles passam por quarentena, não vão direto para o local de custódia.

Geralmente, o monitoramento era feito de forma pontual. As vistorias para verificar infestação ou conformidade eram feitas só se você estava pegando um conjunto de documentos e você ia verificando e tratando. Hoje, na nossa rotina, realizamos descarte de materiais perfurantes e cortantes, como grampos metálicos. Quando encontramos esses materiais em um processo, retiramos e substituímos por grampos plásticos.

As áreas de depósito [terão] câmeras de segurança e fechaduras eletrônicas em todas as portas [permitindo] controle de entrada e acesso. Os visitantes só vão acessar com autorização.

[Também] temos cuidados com a colocação dos extintores, [pensando na prevenção] de acidentes. [No entanto, embora] tenhamos essa preocupação com a periodicidade, da manutenção de calhas e de extintores, por exemplo, nem sempre conseguimos efetuar essas [ações] naquele momento.

[Atualmente], temos uma supervisora que realiza visitas periódicas nos arquivos [e], uma conservadora-restauradora que faz monitoramentos constantes com laudos técnicos e segue um calendário. [Esse] calendário inclui, por exemplo, [práticas] periódicas, como a desinsetização, a verificação dos extintores e a capina ao redor do prédio. Também, [buscamos estruturar] protocolos [para] poder afirmar que eles são cumpridos. [Com] esses protocolos a gente vai conseguir ter previsibilidade [dos riscos] que possam acontecer e mitigá-los. Então, assim, essas rotinas, elas são muito bem estruturadas no nosso cotidiano.

No setor, nós temos a conscientização das pessoas [a respeito do gerenciamento e tratamento de riscos]. Dentro do setor, eu acho que é muito bem definido, principalmente pra quem trabalha aqui no prédio. A gente já tem uma cultura em que todo mundo fala: "Ó, vimos isso, a janela não abre, o vidro tá rachando." Aquelas mínimas coisas, aqui todo mundo já toma conta, entendeu? Eu vi que está tendo um vazamento de uma gotinha ali, então tem que pedir manutenção. O tempo todo a gente está de olho. A equipe, nesse ponto, é muito aliada, afinadíssima, atenta. A equipe faz registros fotográficos, registra tudo por e-mail: "Aconteceu isso, isso e isso."

O que a gente está buscando é de maneira generalizada, na universidade né... O setor já tem essa consciência porque as pessoas são do âmbito, todo mundo trabalha com a documentação de alguma forma. Já com relação aos outros setores a gente tem que amplificar a necessidade de conscientização [com relação a preservação dos acervos]. [Mas] acredito que é uma cultura que está começando a aparecer. O pessoal está começando a tomar ciência da importância [disso]. Não é uma demagogia, eles realmente têm esse cuidado, essa atenção ali no setor, pensando em toda a instituição. Embora, é claro, que é uma questão muito cultural, que não é simples de ser trabalhada, implantada, e leva tempo. Recentemente, isso aconteceu numa fundação vinculada à universidade, uma fundação privada, que possui um legado documental gigante, uma massa documental acumulada, um negócio assustador o que eu vi lá. [Então] eles começaram: "Olha, o que nós vamos fazer com isso? Vamos digitalizar." E eles me chamaram para uma reunião, para orientar e conversar e tal. Falei várias questões, vários critérios técnicos que demandam esse processo. Aí, eu questionei: "Agora vocês têm que pensar em um sistema também, um sistema para guarda desse material." [E eles responderam]: "Nós pensamos em deixar no HD externo." "Pode ser isso aí?" Um HD externo de uma hora

para outra pifa! “Ah, mas tem backup.” Pifa também! Enfim, coisas básicas, né?

De um modo geral, eu vejo que é importante a gente pensar que a gestão de riscos não é só da nossa área. Para a gente fazer a gestão de risco na área arquivística, a gente precisa estudar coisas de outras áreas e tentar entender, ter um conhecimento de outras áreas, buscar outras fontes, porque a gente também não vai poder confiar, numa situação de gestão de risco só no outro.

[Então assim], de certa forma, mais ou menos, todo mundo [tem que] saber como socorrer [o acervo]. A gente não tem isso documentado, um protocolo. Não tem um plano aqui. Temos estudos, [e] está em elaboração, um documento próprio nosso. [Mas], se começar um problema, [como] água ou fogo, não tem um plano de qual documento eu tiro primeiro. Não tem. Eu acho isso fundamental. Então, não existe ainda um plano para decidir qual obra ou qual documento tirar primeiro. Se alguma coisa [acontecer] relativa ao acervo, a primeira pessoa a ser acionada é a restauradora. Aí ela vem e passa pra gente o que precisa, o que deve ser feito, e aí mutirão a gente já está acostumado a fazer pra tudo. Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. Enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente! Então assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento, [nem] uma preparação feita por um setor de segurança do trabalho. Não tem. A gente tem instinto materno! (risos). É muito amor à causa! Mas é muito amador, é extremamente amador.

A gente vai tentar com os protocolos, solicitar aos bombeiros que deem o treinamento, formalizar isso institucionalmente aqui, dizer quem são as pessoas [responsáveis em situações de] sinistro. Mas, hoje, se acontecer, quem for mais rápido sai primeiro! Na verdade, se acontecer um incidente, a primeira coisa que tem que fazer é resguardar a vida humana. Se for de roubo, a gente nunca teve, espero que assim que instalar as fechaduras eletrônicas e biométricas não tenhamos mais esse risco. Assim como as botoeiras, a parte do porteiro eletrônico. Em relação ao prédio, é registro e aí solicitação de requisições para a infraestrutura da universidade vir fazer os trabalhos.

Hoje a gente tem um reconhecimento maior das nossas necessidades que eu acho que nessa década lá atrás a gente não tinha. A gente está vivendo um momento com a administração, [em que] o diálogo melhorou muito, a percepção da

administração sobre a nossa realidade melhorou muito. A administração hoje reconhece o [nosso trabalho], e eu acho que isso se dá muito em relação à nossa divulgação, à difusão cultural, à divulgação do acervo, de mostrar o que temos aqui e o que podemos oferecer para a sociedade. Cada vez mais, eu sinto que estamos conquistando um espaço na sociedade, na cidade aqui. [E também], em termos de mídia, de jornais locais, dos posts, de redes sociais, do tanto que somos demandados em redes sociais, da forma com que os pesquisadores chegam até nós e saem satisfeitos, recomendando. Nós temos até pesquisadores de outros países atualmente. Então, é um trabalho que tem sido muito gratificante nesse ponto.

Esse público externo, que é o público do arquivo permanente, é o nosso xodó, né? [E olha], os feedbacks são os melhores! É muito legal. Pouquíssimas pessoas saem daqui chateadas, porque às vezes saem sem a resposta, porque nem tudo o que eles querem vai ter, mas saem entendendo o porquê de uma negativa, o porquê de não ter. A gente tenta ajudar, indicando onde pode achar. Então, os feedbacks realmente são os melhores!

E na universidade, na parte do arquivo da gestão, que o público é diferente, né? O público-alvo é o público interno, eu acho que também a gente deu um salto muito grande. Eu acho que antes a gente era visto assim: “Pô, lá vem aquele pessoal do arquivo encher o saco”. Hoje, eles já entendem a necessidade do pessoal do arquivo estar por perto e eles já nos chamam. Então, nós conseguimos fazer uma mudança, a gente conseguiu dar um startzinho diferente e muitos setores hoje nos ligam, nos procuram, não é a gente, eles já nos têm como referência. Então, esse trabalho também com o público da gestão, eu tenho sentido que ele deu um salto, né, e essa parte do público do permanente sempre foi, né, nosso gás, entendeu? Sempre foi nosso gás, muito legal, tem sido fantástico. É, nos deu uma mudança na visibilidade do arquivo. Hoje já ligam para a gente, hoje já nos colocam como referência. E isso eu acho que já é um ganho também. E para todos os lados. É muito bacana, acho que a gente teve esse ganho no público interno, que era preciso, a gente tinha que fazer isso...

Agora, após esse período de divulgação nossa, principalmente via Instagram, que é a rede social que é o nosso carro-chefe, TVs procuram a gente quando têm que fazer reportagem. Não só a TV, como até a própria divulgação da universidade [e] jornais locais. Então assim, a gente participa, exatamente para dar visibilidade, entendeu? A gente tá vivendo nessa parte coisas muito legais, a gente tá virando

[uma] referência! A gente tem os pesquisadores que já nos usam como referência. Às vezes nós fazemos encontros, nós chamamos nossos estagiários, nós chamamos essas pessoas que já pesquisaram e tal pra fazer assim, essa roda de conversa, troca de experiências. A gente participa sempre desses eventos nacionais.

[Outro ponto], nós temos uma agenda cultural em voga, estamos participando de um projeto interinstitucional e [participamos] de projetos de extensão em parceria com o curso de Arquivologia. [Aproveitamos a estrutura] do laboratório de restauração do curso, [e outras vezes], a estrutura que temos agora no Arquivo Central, aonde os alunos vêm para práticas de arquivo, o que representa uma transição que foi melhorada. Então, o Arquivo Central tem uma cultura de projetos, sempre está com projeto de extensão ou projeto cultural. Além disso, promovemos eventos que podem estar ou não relacionados a esses projetos, porque aí independe. É uma forma de estarmos junto aos usuários externos e trazê-los para dentro, de certa forma.

[Além disso], [contamos com a colaboração] de uma restauradora. [Essa profissional], leva treinamentos técnicos a alunos, estagiários e terceirizados, [ampliando] nosso plano de preservação. [Com esse objetivo], ao planejar o espaço da sala interativa, pensamos também em ter um mobiliário componível. As mesas que a gente pediu são tampos e cavaletes de mesa, que a gente pode no caso de emergência, desmontar aqui e montar em outro lugar. Esse mobiliário [flexível cria uma estrutura adaptável], transforma o ambiente para cursos práticos, na parte de documentos digitais, ou monta a sala como um auditório para receber grupos.

[Portanto], são ações que a gente pretende maximizar, assim como, receber o pesquisador pra ficar um tempo maior aqui. Às vezes o pesquisador não precisa tanto de mesa, mas tem pesquisador que pede um volume gigante de documento pra analisar e precisa de um espaço maior. Então, temos essas possibilidades de reutilizar o mesmo mobiliário para várias situações.

[Portanto], o arquivo seria esse amplo local em que as pessoas, o cidadão, independente se ele for interno ou externo, possa ter a segurança de ter informações sobre si mesmo, de alguma forma. Então, acho que o apelo do arquivo é dar a eles as condições de memória, direitos, deveres a todo cidadão.

Eixo 2

(A gestão de riscos) é uma prática e cultura nova que todo mundo tem que

assumir. [No entanto], tem gente que é tão resistente, tipo assim, já tem medo de que o que ela está fazendo vai gerar um trabalho novo para eles, não querem mudar nada. Ah, mudou o suporte também significa que você tem que rever o modelo que você utilizava de registro. [Mas] ninguém quer rever, quer continuar, quer implementar o mesmo passo a passo do papel no digital [e] não tem necessidade na maior parte das vezes. [Por esse motivo], eu falo que é cultural, mas eu sei que a cultura começa com a mudança no modus operandi de todo santo dia né.

[Buscamos promover uma] mudança cultural, [enfrentar a visão de] que o arquivo é uma caixa preta, sempre sujo ou morto, [respondendo] porque os arquivos devem ser mantidos. A ideia é trazer sua função social e fazer com que os princípios da preservação dos documentos [sejam] internalizados por toda a equipe, [ainda que] alguns colegas encontrem dificuldade em mudar procedimentos ruins.

[Portanto], eu acho que não tem nenhuma cultura de gestão de risco [aqui], não existe isso. É uma coisa que a gente nunca teve, na verdade, na administração pública, de modo geral. Eu acho que existe depois que acontece o problema, vem fechar a porta. Depois que o ladrão vem, fecha a porta. Fizeram (o plano de gestão de riscos) porque é o atendimento de uma legislação. Isso aí é... O inferno é cheio de boas intenções, né. Não adianta nada. Palhaçada. Então, eu acho que não tem uma gestão de risco, a gestão de risco é mais normativa. Se não tem gestão de risco para serviço de incêndio, imagina para o arquivo! Então, eu acho que não tem.

[Outro aspecto], acho que seria legal ver como que se dá o apoio institucional, para o outro lado. [Porque] cobram da gente, que a gente faça [a gestão de riscos], para parecer estar certinho e não tem retorno. Você está entrevistando a gente aqui do arquivo, a nossa visão é querer que o arquivo esteja no lugar adequado, tudo certinho, a gente tem essa noção. Mas, por exemplo, assim, qual é o comprometimento das administrações locais e do governo federal? Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio: “Ah, vocês são obrigados”. Tá bom, nós fizemos, e o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? Acho que isso é uma coisa que tem que ser muito trabalhada porque, às vezes, parece que a gente não tá envolvido, a gente tá! Se você me perguntar exatamente tudo o que a gente precisa aqui, a gente

sabe...

Então assim, a gente é obrigado a perder um tempo de trabalho, que não é uma questão de duas horas. Quando a gente pega pra preencher, como a gente faz o negócio direitinho, são dias de trabalho de várias pessoas, envolvidas por vários dias. Então não é uma coisa simples. Mas qual foi o retorno disso até hoje? Eu não lembro quando a gente fez, mas nós nunca tivemos retorno. Esse feedback que eu acho que é interessante assim, porque acho que você está entrevistando a parte que quer que as coisas aconteçam né. Agora, por que que as coisas não acontecem?

A gente passou anos mudando muitas coisas porque, quando alguém vem te avaliar, ele quer vestígios. [No entanto], muitas vezes a gente faz [as coisas] na prática, porque aprendeu com alguém e não registra nada. Se eu não tenho vestígios, [fica difícil comprovar o que foi feito]. [Por isso], a opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? A gente vai tentar fazer para cada tipo de risco, um protocolo, tentar pensar na sustentabilidade disso ao longo do tempo, de manutenção disso. Até porque, risco é uma coisa que é pontual, se eu tenho um risco hoje, eu corrijo ele, eu tenho só que monitorar, porque ele pode voltar ou não. Ou gerar um outro risco. A gente tem que pensar em outras possibilidades, para tentar mitigar um tipo de risco. Então é um exercício de criatividade constante, utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo.

[Minhas atribuições e responsabilidades incluem o] cuidado com o sigilo das informações e o cuidado com o material, [especialmente] onde os documentos estão guardados. Nos preocupamos e tomamos todos os cuidados quanto a ordem dos documentos, [bem como com] a colocação deles nas estantes. A gente faz questão de que os documentos possam receber ar natural, evitando que se decomponham com rapidez, por conta de cheiro de fungos.

Aqui a gente tem tanto a atribuição de preservação dos acervos especificamente, mas também a preservação e conservação do prédio. Assim, essa manutenção do prédio faz parte da nossa rotina, [monitoramos] vazamentos, calhas e telhados. A gente busca assegurar que a salvaguarda dos documentos [abranja] desde a estrutura predial, ou as ambientais, de modo geral, [até] outros sinistros que podem acontecer.

[Também] acompanhamos a limpeza do espaço, cuidando para que o pessoal da limpeza não exceda no uso de água, e controlamos a umidade do material utilizado.

Todas as caixas de arquivo estão sendo substituídas como parte de uma nova reordenação no acervo. [Assim, entre] as atribuições, estão a salvaguarda dos documentos, a higienização [e a] organização do acervo, deixando-os livres, o máximo possível, de riscos.

[Por outro lado], os vários formatos [de acervos] também é um outro desafio para preservação. Porque, por exemplo, um acervo fotográfico é diferente, totalmente diferente, tem relações químicas, biológicas, totalmente diferentes de um acervo em papel comum, por exemplo. Aí tem papel cartográfico, por exemplo, que é outro tipo de tratamento, o que dificulta pra gente, porque o recurso não é vasto. [Dessa forma], algumas vezes, a gente percebe falhas [no processo de preservação], por conta de uma estrutura que não depende de nós. Mas a nossa parte de vigília a gente faz.

Uma preocupação nossa, por conta do arquivo ficar no solo, [é] em relação, por exemplo, às chuvas, como que esse espaço se comporta, até documentei isso. [Já presenciamos diversas situações que colocaram o acervo em risco]. [Por exemplo], o primeiro espaço onde o arquivo foi colocado teve problemas com enchente, porque não tinha escoamento, nem ralo. Entrou bastante água no arquivo, essa água não chegou a danificar documentos, mas queimou equipamentos. Era um prédio antigo, sem manutenção, com um telhado que constantemente dava goteiras sobre os acervos, e as janelas antigas ficavam entreabertas, nem abria, nem fechava, então não tinha circulação de ar.

Já aconteceu com arquivos que não estavam sob nossa responsabilidade, coisas horríveis. Nós já pegamos acervos em níveis críticos, que a gente trabalhou parte dele [e] teve que eliminar parte. Documentos, que chamamos o Arquivo Nacional para dar perda total, porque não tinha condições nenhuma de higiene. E esse arquivo, inclusive, ele foi retirado e eliminado com aquele pessoal que tira o lixo tóxico de hospital. [Além disso], houve ocasiões em que molhou alguns documentos, então, foram totalmente perdidos.

[Em outro momento], aquelas estantes enormes, que são pregadas no teto, [cederam], elas simplesmente viraram papel, pegaram todas as caixas, transformaram as caixas num negocinho [minúsculo]. Tivemos um maior trabalhão porque danificou documento.

[Ademais], tem situações que os documentos estão no chão, mofados, mal acondicionados, junto com o material de limpeza, em banheiros desativados, embaixo de escadas. Já tivemos acidente por água que foi irrecuperável, porque colocaram a

documentação no espaço de banheiro desativado, estourou um cano e a documentação estava no chão. Aqui também aconteceu muito de colocar arquivo embaixo de ar-condicionado. Manter acervo em lugares úmidos demais, e roedores também [é] muito comum. Eu já fui em laboratório que sinceramente, eu tenho até medo, contaminou a caixa, porque estava junto com o negocinho do ratinho, da cobaia. O documento ali junto com aquilo tudo de laboratório, no mesmo espaço, você já pensa o que que pode ter ido de sujeira para aquele documento, entendeu? Que é um risco não só para o documento, para a gente também, então assim, a gente já teve situações aqui, de setor que, aqui tem muitos pequenos animais, ... O setor não tinha forro de gesso, nem nada, era forro desses mais antigos, madeira ou plástico né? Ele cavava ali, fazia um buraco e entrava ou entrava por básculas mal fechadas, fazia casa onde? Dentro da caixa de arquivo. Teve situação de dar cria dentro da caixa, não só comia o documento, deu cria lá dentro.

[Outra] questão de risco é de não encontrar o documento. Já aconteceu de a gente se deparar com esse tipo de situação, o documento foi solicitado, informando que ele estaria em tal caixa. Porque foi organizado por [quem produziu o documento], então eles têm essa informação. Aí ok, a gente vai na caixa e não está. Aí a gente procura, procura... E já algumas coisas conseguimos achar, outras a gente não consegue achar. E tem casos também de setores que pedem: “Olha, preciso do documento tal, da caixa tal”, tá certinho, correto, perfeito, assim, foi muito bem-feito. Então, é uma questão de risco também, de não encontrar a informação. E foi colocada lá, quem produziu esse documento, ele colocou no lugar certo, conforme ele acha que colocou. Às vezes nem foi colocado, enfim, tudo isso a gente está tentando trabalhar e levantar aí, dentro do processo de gestão documental.

[Outro problema], nunca tinha visto isso, você abre a caixa parecia que o documento tava lá, quando abre só tem o pó! Então assim, são situações que é um risco que a pessoa não percebe também que é o risco, o próprio manuseio do documento é um risco, a forma como a pessoa manuseia esse documento é um risco. Várias vezes eu tive que chamar atenção das pessoas quanto a isso, é um risco humano.

[Por fim, acho importante lembrar] do risco emocional, mental. Porque ao pensar na gestão de riscos, também tem que entrar o risco: pessoas. O risco emocional, se passar por um incêndio aqui, você acha que alguém vai querer vir trabalhar ou vai confiar nesse prédio aqui? Todo mundo vai querer sair daqui, “não

quero nunca mais passar por isso”, entendeu? Então vai ter que ter algum protocolo também para esse tipo de emergência, nós não temos isso. Gente, nós não temos isso nem para questão de insalubridade e a gente é obrigado a trabalhar em lugares péssimos, correndo o risco de ter uma conta de saúde pro resto da vida.

[Falando em lugares, alguns] espaços [disponíveis] não são o suficiente e não estão preparados para fazer a preservação, nem para acondicionar os documentos que estão atualmente no arquivo. Temos arquivos no terceiro andar, um grande peso, no alto. Arquivo em galpão. [E], arquivo no subsolo. [Portanto], devemos salientar que esses não são locais adequados. [Porém], até conscientizar o gestor que ele tem que tirar a documentação dali, passar para outro espaço, a justificativa que eles dão para documentação que a gente encontra nessas situações de risco é que, entre o arquivo e o professor “bambambã” pedindo o espaço, o professor tem prioridade, entendeu? Porque o arquivo é morto!

Esse é um debate que a gente tem travado muito com a administração, sobretudo em relação ao arquivo. [Apesar de que] a gente tem até um bom fluxo, um bom diálogo com relação a isso, porque quando a gente demonstra, mostra necessidade e justifica, eles, à medida do possível, eles nos atendem na necessidade que a gente tem. Por exemplo, é interesse da administração que a gente saia daquele galpão, [com] telha galvanizada [e] quente, mas qual é o problema? Que lugar comporta aquela quantidade de acervo? É muito grande. Entendeu?

[Lembrando que], nós estamos numa parte baixa. Essa área, é uma área que tende a alagar, qualquer chuva. Não precisa chover muito não. O terreno está em declive. A gente tem problema de solo, é úmido demais, altamente passível de térmitas, tem o cupim de solo e o cupim de concreto aqui no entorno, é muito arborizado, tem muita trepidação, e aí pode causar afundamento. Por enquanto é desnivelamento, mas pode causar uma situação de sopesamento, abrir um buraco assim, do nada, em pontos focais. [Porém], [quando] o engenheiro vem aqui e fala assim: Isso não vai acontecer. Ele escreve no despacho que não tem esse risco. Eu não tenho como prever se isso vai acontecer ou quando isso vai acontecer. Como é que eu vou saber que não tem esse risco? De quanto em quanto tempo eu tenho que ter um novo engenheiro me falando que o risco ainda não existe? Isso eles não te falam. A gente é técnico para saber disso? Não! Aí você fala lá com o engenheiro, tem uns que recebem muito bem a sua dúvida, diz que é possível ter. Outro fala: Você quer ser engenheiro? O arquiteto o dia que falou isso, eu disse: Eu acho que eu faria

um serviço melhor do que você que não está nem ouvindo seu usuário.

[Outra situação], a gente fez a reforma aqui, o engenheiro, a gente falou que queria resolução de coisa do solo e tal, ele não pensou nisso não. Ele manteve a calçada, que não é calçada, é de paralelepípedo em roda do prédio. Já estava com infiltração e umidade em alguns pontos, ele não fez a passarela, calçada de novo. Não entrou isso no projeto, porque projeto também é assim... eles vêm na época que está fazendo o planejamento do projeto, arquiteto, engenheiro vem aqui, faz tudo que você precisa, aí chega lá na pessoa que vai dizer quanto que vai custar, aí ela vai cortando... Um exemplo é a pintura do piso aqui, a gente não conseguia colocar um piso. Fez um ano que a solicitação do piso está feita, cheia de promessas. E não é o piso no galpão inteiro não, é na área administrativa, porque o piso lá é de cimento grosso, então ele solta pó, o que a gente conseguiu foi pintura e multicolorida, ficou pontos sem pintar. Falei: Por que ficou sem pintar? “Não, a gente só tem autorização para pintar esse pedacinho aqui, onde que mexeu”. Aí eu tenho que fazer uma respiração bem fundo e pensar: Não, se é isso que temos, é melhor do que nada. Porque o gestor público em todo momento ele tem que pensar, o mundo ideal seria lindo, mas o mundo possível, com o recurso que eu tenho, o contrato que eu tenho é esse. Você tem que começar uma coisa que você pode fazer hoje. Hoje o que a gente pode fazer é melhorar o procedimento e começar a educar o seu usuário, como que ele pode fazer isso.

A gente já está observando, visualmente, o trilho tá segurando de fato o desnivelamento, a gente tá colocando as plaquinhas que eles deixaram aí, para ir firmando o piso, dar esse apoio. Só que vai chegar um tempo que nem toda plaquinha do mundo vai segurar, tá aumentando a área. A gente vai vendo onde que está tombando, tem lugar que se você não travar [o arquivo deslizante], ele solta e desliza sozinho. [Isso nos leva a questionar]: Qual o risco de prender alguém lá?

Então assim, a gente já tem, internamente, um protocolo para sempre que entrar [no arquivo deslizante] travar, independente de estar na área ou não que tá tendo desnivelamento do piso. [Contudo], precisamos contar com a atenção, eu falo das crianças, que é os estagiários tá, tem que contar com a atenção das crianças porque um desligado, rapidinho pode não travar, e só vim em cima, entendeu?

A gente monitora a rachadura no chão aqui, quando começa a levantar um pouco mais, a gente pede para vir alguém aqui olhar. A gente começou a tirar foto da rachadura pra provar que a rachadura tá aumentando, entendeu? É um método

artesanal, que a gente criou, mas é uma comprovação de que a gente está olhando aquilo ali e tá tentando documentar aquilo ali, mas não é simples assim algumas situações.

Então assim, quando você está gerenciando, você precisa disso, para gerenciar o risco, você precisa saber de elementos que excedem a área arquivística. Nós estamos tendo que estudar sobre incêndio, extintor, como é que é. Nunca pensei que eu fosse ter que estudar isso, seria o mundo ideal se alguém me desse tudo isso pronto.

[Além disso], a gente nunca conseguiu colocar portas corta-fogo. Nesse prédio, a gente não tem uma saída de emergência. Os engenheiros vêm aqui e falam que não precisa. Só que o que tem no meio é documento, ou seja, altamente inflamável. Então, algumas pessoas percebem, mas a gente, às vezes, não consegue colocar [as medidas] 100% em prática. Enquanto a catástrofe não vem, manter o recurso necessário para a estrutura de uma catástrofe é um dos recursos que eles colocam para outra coisa imediata, porque você não tem como prever. Você vai manter um fundo para catástrofe sem saber se vai ter uma catástrofe, em quanto tempo? Porque isso é o difícil de medir no risco. Pode acontecer, mas quando? Em que nível? Como é que eu sei que de fato aquilo ali vai acontecer? Em quanto tempo? Como é que eu sei que está piorando?

O caso de Santa Maria acendeu um alerta gigante, e olha que Santa Maria sempre foi referência. Depois [do sinistro lá], a gente já falou que vamos ter que incrementar mais [as medidas de gestão de riscos] e pensar mais adiante, porque [só as ações atuais não seriam suficientes].

A UFSM foi afetada, não tinha uma estratégia. A rede Arquifes se mobilizou depois, a gente não tinha nada preparado, entendeu? Quando acontecer assim, o que eu tenho eu posso enviar pra quem tá precisando se a tragédia aconteceu em outra instituição? Porque não dá tempo de comprar gente! Isso tudo tem que estar pronto. Então, a gente não pensa também numa rede de risco [ao] pensar em arquivos.

[Sendo assim], já pensando [em situações] como o acidente ocorrido no Rio Grande do Sul, com a Federal de Santa Maria, sabemos que problemas com chuva podem acontecer. [Portanto], a gente vai ter que ter um estoquezinho de alguns materiais, para situações periclitantes, como, por exemplo, a gente não tem bota de borracha, a gente não tem o costume de pedir luva de borracha, nada assim. Mesmo que não exista o risco hoje, já [teremos] preparado um kit de emergência.

[Aliás], eu tô até com umas ideias, principalmente agora, depois desses eventos do Rio Grande do Sul, do arquivo de Santa Maria, de abrir um buraco nas paredes para se algum dia entrar água aqui, a gente abrir para escoar.

[Para além disso], temos dado ciência para a instituição sobre o tamanho dos riscos, porque, em arquivos, esses riscos [tendem] a ser ignorados. [Os riscos] muitas vezes são ignorados, não só pela gestão, [mas também] pela própria classe. São tipo assim, quem não está na gestão lava as mãos, e diz: “Não sou gestor (a), não tenho que me preocupar com isso”. [Entretanto], a maior parte das ações de mitigação dos riscos em arquivos precisa da colaboração de todos. [Por exemplo], há riscos que você controla até certo ponto. Se todos não participarem do processo de gestão do risco e não cumprirem os protocolos, [a situação fica comprometida]. É o mesmo [caso] do EPI, eu tenho equipe que não gosta de usar EPI, ou usa só a máscara, ou usa só a luva, não gosto do EPI, porque é quente, porque pinica... Nós temos EPI completo, nem todo mundo gosta de usar o EPI. Se você não usar, é um risco que você decidiu tomar. Mas essa é uma coisa, por exemplo, que a gente vai ter um protocolo para registrar o que tem ali. Mesma coisa, a gente tem escada no arquivo, tem gente que gosta de subir em cadeira. Tem gente que sobe na primeira prateleira. É um risco, as pessoas às vezes nem pensam que aquilo é um risco, só está com preguiça mesmo, de ir lá buscar a escada. Mas é um risco, é um risco igual, você controla esse risco? Não controla.

O Arquivo Nacional tem alguma gestão de risco? Tem alguma matriz? Que eu saiba até hoje nós não achamos nada. A prefeitura, por exemplo, corta recurso de gestão de risco e emergência pra pagar outras contas, porque não vai acontecer. [O sinistro] não tem uma data pra acontecer, então você faz a gestão porque se acontecer você tem que ter uma resposta imediata. Começou um fogo, você não vai esperar queimar tudo para tomar uma providência, entendeu? Caiu água, você não pode esperar parar de chover, para começar a pensar. Você tem que ter uma noção do estrago, do que é que dá para chamar durante e depois. Como é que você vai fazer isso? Entende? Então, claro, a expertise, de fato, você vai ter se acontecer a tragédia, que você vai tirar a prova dos nove. Mas, enquanto gestor, você tem que pensar o pior cenário. A gente exercita o pior, quando a gente descobriu do extintor de incêndio, da fraude, e fomos descobrir outros tipos de fraude contratual que podem acontecer, nós ficamos preocupadíssimos. Porque a gente não passou por incêndio, mas se a gente passasse, eu não posso confiar no equipamento que eu tenho. Entende? Ah, eu tenho

problema de telhado, se eu não resolver meu telhado e cair uma chuva torrencial, vai molhar o que está embaixo ali. Entende? Então, eu tenho expertise, se eu tivesse resolvido o telhado, não precisava de tratar a inundação, mas eu não resolvi o telhado. E agora, eu não tratei o telhado, eu vou ter que tratar a inundação. Eu tenho material? Eu tenho pessoas capacitadas? Eu tenho equipe? Minha equipe dá conta de quanto? Porque dependendo do tanto que for afetado, eu vou ter que tomar decisões difíceis. Ah, molharam 200 caixas. Como é que eu vou definir quais vão ser tratadas primeiro? Se eu não tiver algum protocolo estabelecido do que eu vou fazer, eu posso tomar uma decisão ali que ao invés de salvar, eu vou perder. De fato. Sem volta. Então, a gente não pensa como eu te falei, mas isso acontece.

A gente não tem uma estratégia se de fato acontecer [um sinistro] e detalhe, a recomendação não faz uma previsão de [como montar] uma infraestrutura para desastres. Se não tiver material, como é que você vai resolver? Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem. Todo mundo dá as mãos e vamos ficar 24 horas aqui e tentar resolver o problema com o que tem.

A gente ouve falar de como eles fazem para preparar remédios, alimentos, tudo para situações de desastres, isso tudo é preparado antes. O cálculo do número de desastre, do número de pessoas, ele é feito por um histórico. Eu vejo a situação do sul, eu pensei, a gente virou um ponto histórico ali, mas antes daquilo ali não tinha [nada que pudesse ser usado como base]. Aí eu penso: Quanto que a gente já tinha pré-pronto para atender? Foi insuficiente, porque a gente sabe que está precisando a doação de pessoas físicas lá, porque a população atingida foi muito grande. O governo não tinha isso, ele também está preparando esses kits, porque não tinha. Já tinha uma parte pronta, mas eles não fazem um estoque maior do que a previsão, entendeu? Como é que você pensa a gestão do risco? A previsão. Eu posso ter um sopesamento, a previsão que isso atinja quanto do meu arquivo? Esses indicadores é que a gente tem que pensar. Mas nós somos humanos e se eu fizer um cálculo muito abaixo da real tragédia? A gente não tem elementos pra esse tipo de decisão e isso é uma coisa que é cobrada na matriz de planejamento de risco. Como que eu vou calcular esse índice? Se eu for pesquisar e aí eu te falo o porquê da importância do pesquisador em gestão de riscos em arquivos, porque a gente não tem dados, mas se tiver pesquisa, se tiver alguém criando um indicador, mas se tiver como a gente começar a coletar dados e ter uma matriz, aí a gente tem condição de tomar uma decisão mais consciente na hora de risco, de quanto você tem que se preparar, entende? A gente

vai montar o kit, que eu te falei, das luvas, com equipamentos pra uma tragédia maior, mas quantos kits eu tenho que preparar? Que tamanho de tragédia que eu tenho que dar conta? Então, é isso que eu acho que o gerenciamento deveria dar, não só pro gestor, mas pra classe toda. Essa condição de ter esses indicadores e conseguir planejar de forma mais dentro da realidade o que é preciso também pra uma situação de calamidade, pra gente de fato salvaguardar. Esses indicadores são comuns lá no exterior, internacionalmente eles já passaram por mais catástrofes que a gente. O Brasil agora, depois dessa inundação no sul é que a gente vai começar a pensar. A gente não tem tufão, mas a gente pode ter, entende? A gente não passa por algumas situações e a gente não quer aprender com quem já passou, a gente precisa esperar acontecer pra gente acordar pra realidade.

Sem indicadores, você não sabe em quanto tempo você tem que rever. Agora, com certeza vão dar atenção a dados climáticos, que eles ignoraram. Dizem que o que aconteceu no sul está previsto para acontecer em outros pontos no Brasil, de forma idêntica, um volume de chuva inimaginável, entendeu? Nós não estamos preparados, não estamos. Então o risco, às vezes, ele é invisível, como é que se tem um indicador ou monitora um risco que muitas vezes é invisível? Se você não tem uma base, uma estratégia, não encontra um caso que aconteceu em algum lugar no mundo e você analisa como que foi dado a solução, você não tem nada. Você está propenso a correr o risco, às vezes a boa vontade da pessoa resolve o risco, às vezes precisa de gastar um bom dinheiro para resolver o risco.

Eu [vejo que], hoje, estou gestor (a), amanhã eu não estou gestor (a). O gestor que vier depois de mim, ele tem que entender por que que eu fiz essa iniciativa de ter protocolos. A maior parte das pessoas, [porém] só vai validar o que você está fazendo, com o tempo, depois que for beneficiado pela ação que você começou. Hoje só vão aceitar: “Ah, precisa ter gestão de riscos”. Uma das situações da gestão de risco é que lá na frente, eu não tenha mais alguns problemas né, a gente já possa olhar e pensar: “Graças a Deus, isso aqui nós resolvemos!”.

A gente queria também trazer a função social [do arquivo], essa função de demonstrar, não só pensar na transparência, ver essa transparência. Até então, nós nunca desenvolvemos nenhum programa ou atividade de divulgação para o grande público. A gente atende estritamente o público interno da instituição. Não ocorre descrição ou difusão aqui, sem chance. Eu considero que nós temos um acervo aqui de forte relevância, histórico-social, para a [instituição] e região. [No entanto],

percebemos que essa relevância social não está sendo explorada [como poderia]. [Por isso], eu acho que seria interessante se tivesse aí um serviço de descrição e difusão. [Afinal], isso seria fundamental porque a [universidade] tem um papel importante na história da [região] e essa história tá enterrada aí e não está sendo disponibilizada. Então, acho que a função social do arquivo [é] tanto para a pesquisa da própria instituição, quanto para a própria cidade, que ainda não está sabendo de nada.

[Infelizmente], as pessoas não têm o hábito de pesquisar em arquivos, não tem essa cultura de pesquisar em arquivos, e eu acho que nós seremos mais valorizados no futuro próximo, principalmente com a produção nato digital. E ao contrário do que as pessoas pensam que, o digital não é uma ação que precisa ser mediada, nessa parte, eu discordo. Eu acho que toda ação ela vai precisar ser mediada sim, até porque, mesmo numa plataforma de acesso livre, existe uma manutenção. Se a gente não tiver nenhum tipo de mediação, a gente nunca vai saber se realmente está dando retorno o tempo todo, se não teve alteração. A gente vai ter que ter protocolo de mediação, se a pessoa não encontra a informação, a gente tem um canal para falar com essas pessoas, que na plataforma de acesso não conseguiram localizar uma determinada informação.

[Ademais], nós estamos organizando o material que vai ser digitalizado, mas não é para descartar os papéis, não é para eliminar esse material. É para dar acesso, publicizar e permitir que todos tenham acesso. A gente tem essa preocupação hoje. Estamos desenvolvendo esse trabalho e, como estamos começando agora a separar o material permanente, já temos esse intuito de digitalizar. Ainda não sabemos quando vai ser possível começar, mas a ideia é digitalizar não para eliminar, até porque nem pode, é permanente, mas para a disseminação da informação. Acho que isso é fundamental para que a sociedade conheça, para os pesquisadores, enfim.

O arquivo não consegue disponibilizar, não consegue tratar do acervo, muito menos descrever ou fazer a difusão. Não tem o hábito, não faz exposição, sem chance. Mal sobra tempo para atender o SEI e as demandas internas. [Então] não tem ainda uma ação de difusão sem que haja necessidade, [sem que] alguém gere uma demanda, [ou seja], existe aproximação, mas por demanda, [de maneira] pontual. Então, a gente trabalha isso [assim]: os pesquisadores vêm aqui, são atendidos e acompanhados. A gente oferece esse serviço também a partir de um cadastro pela internet. Você pode preencher o formulário, dizer o que precisa de pesquisa, e a gente

dá um prazo dependendo do tipo de pesquisa. A gente responde eletronicamente e, se for um documento que não tem restrição de acesso, a gente oferece digitalização e encaminha os documentos digitalizados para o solicitante.

A gente começou a desenvolver um trabalho de avaliação do conteúdo do nosso acervo documental, onde a gente pretende criar instrumentos, guias, catálogos pra divulgação. E a gente vai também já separar o acervo documental de guarda permanente, de conteúdo histórico, pra começar a pensar em alguma proposta de divulgação, de disseminação dessa informação. A gente está vendo [também], se consegue oferecer treinamento, preparação de treinamento de equipes, fazer tipo um evento para capacitar arquivistas ou gestores de arquivos municipais, estaduais, num evento único para operações técnicas. Vamos trabalhar nisso daqui para frente, porque primeiro precisa finalizar essa parte normativa, pra ter segurança em ações de difusão.

[Outro] elemento que eu vejo que a gente precisa melhorar na nossa área, para de fato isso funcionar essa ação social e cultural, [é o fato de] não trabalharmos ainda na área assim com vocabulário controlado. Por exemplo, uso de vocabulário controlado ou outros tipos de orientadores, a gente não trabalha com tesauro, com nada disso. Então, é relevante sim, é uma memória que a gente não tem o hábito, documentalmente assim falando, porque a parte de fotografia, de filme, são acervos iconográficos, eles são demandados por pessoas da área, mas a própria acessibilidade, ela não é pensada para os profissionais dessa área. A linguagem não é adaptada.

A gente não entra nesses processos, mas quando a gente começa a questionar, se comunicar sobre isso, a gente vê o tanto que a nossa área tem possibilidades de crescer e trabalhar a interdisciplinaridade de fato pra ação sair da teoria e trazer para a prática, há muita coisa pra ser explorada. Muita coisa aí, aí eu falo: Eu estou querendo uns arquivistas, uns estudantes de Arquivologia empreendedores, porque tem coisa que não existe, mas tem mercado, cria uma empresa e começa a oferecer o serviço, porque é assim que a gente começa.

[Sendo assim], precisamos de equipe para trabalhar e apoio da equipe de TI. [Tudo isso] é complexo, não dá, não consigo..., a equipe é pequena. A pior situação é pessoal. Enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente.

Eu tenho pedido muito, insistido muito na necessidade de ter, num próximo concurso, a gente ter uma vaga para arquivista, né? Vir um arquivista para agregar e somar na equipe vai ser fantástico. Por mais que tenha apoio e a chefia seja solícita, tem restrição para a contratação de pessoal, tanto servidor como terceirizado, tanto faz. Apesar da instituição investir e ter essa boa vontade, há situações que a própria fragilidade, hoje, principalmente, de recursos humanos profissionais específicos, em determinadas áreas, engessa.

Tem coisas que vêm de cima, tipo assim: “Cumpra-se!”. [Então], eu não tenho escolha, você que cuida da documentação institucional, seu setor que tem que fazer isso, eu falo: “Então contrata mais arquivista!”, porque agora não posso nem pensar no técnico mais, que o técnico eu conseguia trocar mais vagas de nível D, o arquivista eu não consigo trocar vagas de nível E. [Outro fato é que] ainda não conseguimos finalizar aquele planejamento inicial [referente] à estruturação de fato oficializada do sistema de arquivos, porque as unidades setoriais eu não consegui oficializar, para eu criar como unidade, em cada unidade estratégica ter unidade de arquivo setorial, eu teria que ter servidor para lotar lá, e não tem. [Sendo assim], eu concluo que não tenha um apoio financeiro para a contratação de pessoal.

[A verdade é que] na última década, as coisas têm sido muito complicadas para as universidades, a gente não teve investimento porque a universidade passou por momentos muito difíceis. Quando se fala em orçamento, a coisa complica muito. Então, quando se fala em investimentos, arquivo já não é prioridade, imagina num cenário de crise. Então assim, a gente tem passado por... a gente, enquanto universidade, tem passado por uma crise muito forte nessa última década. A gente foi muito afetado pelos cortes de verbas, e isso é inegável. A gente está ainda nessa luta para ter recurso, estamos sofrendo a falta de aportes financeiros para a execução das nossas necessidades. Eles sabem da necessidade que a gente leva de infraestrutura e de tudo, é reconhecida. [Mas, quando] o governo corta o dinheiro e não tem, como que diz, uma conta específica para aquele recurso, um recurso específico carimbado para uso naquela finalidade que o governo criou, como é que você avança? Não avança. Você fica esperando o que vai sobrar do orçamento, porque você tem que manter a instituição funcionando. O gasto de manutenção é grande, só para manter, e o governo corta justamente primeiro essas contas de custeio, de investimento, onde que você vai ter recurso? Não vai ter. Então assim, é lindo a gente planejar, a gente planeja, a gente pensa, mas no melhor cenário, é um esforço muito grande. Você

planeja num ano para executar no outro, porque agora é assim também.

[Por fim], uma das discussões que nós temos internamente [é] a segurança do nosso acervo. A segurança mesmo, assim, porque nós temos aqui documentos raros. [Entretanto] é uma coisa que nós ainda não conseguimos sensibilizar, por exemplo, a administração, do quanto que a gente precisa de mais segurança nesse sentido, das raridades, por exemplo, que nós temos aqui. Nós temos uma baita preocupação com isso aqui.

Além disso, [quanto] à preservação, acho que [cabe] destacar que, às vezes, começam sistemas, como o SEI, em que também são produzidos documentos, [mas] só porque tem a implantação do sistema não quer dizer que está sendo organizado, né? As atividades, elas continuam, que é aí que vem o mapeamento. Elas continuam sendo repetitivas, ou seja, do mesmo jeito que está produzindo esse documento desorganizado no papel, isso deve estar lá no servidor. Então, eu acho preocupante, [até porque] acho que vai ser mais caro preservar o digital que o papel, [precisa levar em consideração] a obsolescência dessas coisas. E do mesmo jeito que tá bagunçado aqui, que fica visível, lá fica numa sala de cadeados, né? (risos)! Então, eu acho que lá também precisa [preservar], porque não mudou nada. Só um sistema, só digitalizou a bagunça. Nós não temos condições de falar que se o documento permanente é digitalizado, ele não pode ser eliminado. Então, abro aspas: “Há pessoas na [universidade] que falam assim: “Ah, não... está com problema de espaço, então eu vou digitalizar e jogar fora”. E esses documentos eram permanentes. Então, no tópico que você falou sobre a conscientização, o arquivo aqui não faz, não dá tempo, mal atende a demanda. Então, eu acho que precisaria dessa conscientização. A pessoa pensa que digitalizar ali, além de não poder, vai resolver.

Na elaboração do DSC, buscou-se compreender quais aspectos teóricos se destacam em relação à fundamentação conceitual e teórica do estudo, que aborda a GR e as relações sociais. Ademais, a análise dos discursos revelou informações relacionadas às funções arquivísticas, à estrutura das IFES no que se refere à salvaguarda dos acervos e à cultura organizacional, bem como às percepções dos(as) entrevistados(as) acerca da elaboração do PGR. Dados discutidos na próxima seção.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

[...] não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. [...] tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história (Löwy, 1998, p.14).

Ao concluir a elaboração do DSC e perceber os dois eixos dos discursos foi possível resgatar as RS dos gestores dos arquivos universitários federais. Somados os pré-testes e as entrevistas feitas presencialmente, pode-se dizer que todas as regiões foram representadas. É inevitável que existem diferenças entre uma instituição e outra, mesmo que todas trate-se de Ifes e que haja disparidades no desenvolvimento das atividades arquivísticas, porém, o relato de desafios foi unânime.

7.1 O ENTENDIMENTO SOBRE A GESTÃO DE RISCOS

Os profissionais reconhecem a GR como fundamental e consideram de máxima importância sua implantação. No entanto, o apoio disponível é determinante para que o monitoramento dos riscos seja efetivamente implementado.

O mapeamento de processos é apontado como essencial para compreender todas as atividades realizadas no arquivo, permitindo a identificação precisa dos recursos humanos e materiais necessários. Sem esse passo inicial, a GR não pode ser implementada de forma eficaz, pois carece de uma base organizacional sólida. A ausência desse mapeamento resulta em lacunas no planejamento e dificulta tanto a prevenção quanto a mitigação de riscos.

Além disso, a GR é considerada um pilar essencial para a preservação de documentos que impactam diretamente a memória institucional e os direitos dos servidores. Documentos relacionados à insalubridade, horas extras e outros benefícios trabalhistas são vistos como fundamentais para garantir comprovações legais e evitar prejuízos aos cidadãos. Da mesma forma, a perda de arquivos permanentes compromete o registro das ações, decisões e trajetória histórica das instituições. Nesse sentido, a preservação de todos os tipos de documentos — sejam correntes, intermediários ou permanentes — é destacada como imprescindível para assegurar tanto a identidade institucional quanto a integridade dos direitos individuais.

Entretanto, existe uma percepção coletiva de que a GR, em geral, ocorre de forma reativa e é motivada principalmente por exigências normativas. Essa abordagem é vista como insuficiente, pois falta uma internalização cultural que promova uma atitude proativa dentro das instituições. Em muitos casos, o cumprimento das normativas ocorre de maneira simbólica, sem ações práticas que contribuam efetivamente para a redução de riscos. Essa crítica é exemplificada por expressões como “*o inferno é cheio de boas intenções*” (DSC), refletindo o sentimento de frustração com ações limitadas a formalidades.

Ademais, a GR em arquivos é frequentemente negligenciada, recebendo menos atenção do que em outros setores. Essa desvalorização reflete uma hierarquia de prioridades que ignora a relevância da preservação documental. Mesmo entre as IFES, há desigualdades no progresso das iniciativas de GR. Enquanto algumas avançam devido à expertise ou projetos anteriores, outras enfrentam desafios estruturais que dificultam a implementação de práticas eficazes.

Considerando a imprevisibilidade de recursos e as limitações físicas e políticas, a GR é percebida como um esforço contínuo para minimizar os impactos de possíveis danos, ainda que soluções definitivas sejam inviáveis. Nesse contexto, o planejamento é frequentemente descrito como um exercício burocrático, desconectado das realidades operacionais dos arquivos. Métodos pragmáticos, como monitoramento visual e fotográfico de rachaduras, são adotados como alternativas acessíveis para documentar e controlar riscos, mesmo que não ideais.

A necessidade de envolver profissionais especializados, como arquitetos, engenheiros eletricitas e técnicos em segurança, é amplamente reconhecida. Diagnósticos e avaliações técnicas são fundamentais para identificar problemas estruturais e prevenir falhas que possam colocar em risco os acervos. Paralelamente, a prática de manter um monitoramento contínuo e proativo é destacada como uma medida crucial para garantir a segurança e a preservação documental.

Apesar da relevância reconhecida, há uma crítica recorrente à falta de valorização da prevenção dentro das universidades. Observa-se uma cultura organizacional que prioriza soluções reativas, muitas vezes dependendo da improvisação ou da boa vontade de indivíduos para resolver problemas emergentes. Esse cenário é agravado por uma desconexão entre o planejamento estratégico exigido pelo governo e a ausência de ações concretas para mitigar os riscos identificados. A burocracia sem efetividade se mostra como um obstáculo significativo,

gerando frustração entre os profissionais que não recebem suporte suficiente para implementar mudanças.

Por fim, a percepção de que o governo e as administrações locais falham em oferecer suporte adequado à GR é um ponto central. Apesar das exigências normativas, não há retorno ou investimentos suficientes para garantir a segurança e eficiência das práticas de preservação documental. Isso evidencia a necessidade de uma mudança cultural que valorize a prevenção e integre a GR como uma prioridade institucional. Nesse sentido, a construção de indicadores e protocolos é vista como uma etapa essencial para alcançar uma abordagem mais proativa e estruturada, superando a dependência de ações improvisadas.

7.2 A CULTURA ORGANIZACIONAL E SUA REPERCUSSÃO

A cultura organizacional é responsável por moldar a identidade das organizações, influenciando diretamente os comportamentos e hábitos dos indivíduos que nela atuam. Ao mesmo tempo, as organizações também são impactadas pela cultura de seus colaboradores e pelo contexto social, político e econômico em que estão inseridas. Dessa forma, são entendidas como sistemas abertos, que mantêm uma interação contínua com o ambiente ao redor (Santos; Hedlund, 2024).

Essa cultura, muitas vezes, é ancorada em práticas comuns, que, em situações emergenciais, revelam a forma como os indivíduos e os setores reagem frente a desafios e limitações estruturais. No contexto universitário, a cultura tem se manifestado na improvisação e no espírito coletivo, que acabam por se tornar soluções prevalentes quando a falta de preparo e planejamento prévio se tornam evidentes. Conforme relatado no DSC:

Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. Enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente! Então assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento, [nem] uma preparação feita por um setor de segurança do trabalho. Não tem. A gente tem instinto materno! (risos). É muito amor à causa! Mas é muito amador, é extremamente amador.

Outro trecho do DSC: “Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem, todo mundo dá as mãos e vamos todo mundo ficar 24 horas aqui e

tentar resolver o problema com o que tem”, também exemplifica claramente essa ancoragem cultural. A metáfora do *“sapo pula quando a situação vem”* traduz a ideia de que as ações são tomadas apenas após a emergência ter se instalado. Isso revela a predominância da reação sobre a prevenção, sendo necessário “fazer o que dá” com os recursos disponíveis, mesmo que de maneira improvisada e exaustiva. A expressão *“todo mundo dá as mãos”* demonstra um esforço conjunto e solidário, mas também reforça a noção de que a equipe recorre ao trabalho coletivo como solução única, quando faltam planejamento e preparo.

A improvisação, então, acaba se tornando a resposta predominante, refletida na cultura de “dar um jeito” que se materializa em cada crise enfrentada. A decisão de agir *“depende do sinistro”* (Q8, E4), e frases como *“quem for mais rápido sai primeiro!”* (Q8, E4) confirmam ações rápidas, muitas vezes desorganizadas e fragmentadas, que revelam a ausência de estratégias robustas.

Esse tipo de reação, portanto, é um despreparo ancorado na falta de visão estratégica. O trecho que descreve como o arquivo foi tratado – *“a gente atendia do jeito que podia, sabendo que aquilo ali não estava adequado”* (Q10, E4) – é emblemático. A falta de um espaço adequado, a ausência de um planejamento para o atendimento ao usuário e a improvisação nas atividades reforçam a visão de que o arquivo foi, inicialmente, tratado como algo secundário. O arquivo era visto mais como um depósito do que como um setor estratégico para a organização, refletindo a baixa valorização institucional.

O imprevisto, por sua vez, reflete a falta de uma cultura organizacional que reconheça os arquivos como elementos centrais para a preservação documental e o suporte à memória institucional. Quando se opta por *“digitalizar e jogar fora”* (Q10, E2), por exemplo, percebe-se uma ancoragem na simplificação, baseada na falsa crença de que a digitalização é a solução definitiva. A ideia de *“guardar no HD externo”* (Q7, E1) revela, o desconhecimento técnico ou a desvalorização do documento físico, onde a digitalização é tratada como um fim em si mesmo, sem levar em consideração os aspectos legais, técnicos e históricos que envolvem a preservação digital.

No trecho *“assim que a banda toca por aqui”* (Q8, E4), percebe-se a aceitação resignada da falta de organização institucional, onde cada setor improvisa conforme suas necessidades, sem integração ou alinhamento estratégico. Essa ausência de uma política clara para a gestão documental cria um ambiente em que os documentos

são tratados como “problemas a serem resolvidos”, ao invés de ativos organizacionais importantes.

A resistência cultural à GR resulta da falta de planejamento estratégico e da priorização de soluções imediatistas, sem considerar a necessidade de estruturação para a preservação de documentos digitais ou físicos. A cultura do improviso leva a práticas que podem gerar riscos futuros, repercutindo diretamente em como os documentos são tratados, onde o ato de digitalizar não é acompanhado por um planejamento adequado, além do uso precarizado de soluções como o armazenamento em HDs externos. Essa prática reflete a falta de comprometimento com a segurança e a preservação documental, reforçando a crítica ao improviso.

A valorização ou subvalorização dos arquivos, o improviso como solução predominante, e a falta de planejamento estratégico enfatizam ancoragens culturais que, se mantidas, perpetuarão a perda documental. A frase “*em arquivos esses riscos são ignorados*” (Q4, E4) representa a desvalorização do risco no contexto arquivístico. Essa postura reflete a falta de compreensão sobre o impacto das falhas de GR ou a crença de que questões mais imediatas merecem maior atenção. Fator que exige esforço das equipes para garantir que as decisões administrativas considerem não apenas o espaço físico, mas também a preservação e segurança do acervo. Combater a visão de que arquivos são “*caixas pretas*” ou “*mortos*” é fundamental para valorizar e transformar o setor.

Existe um conflito de prioridades institucionais, onde o ambiente acadêmico é representado como competitivo e individualista, onde o acesso a espaço físico é priorizado para atividades consideradas “produtivas”, em detrimento de funções administrativas ou de conservação. Dispondo a documentação em banheiros desativados, embaixo de escadas, entre outros locais que representam a banalização e negligência com o patrimônio documental, tratado como algo secundário ou descartável.

A gestão de documentos e a dedicação à equipe são fundamentais no ambiente de trabalho. Existe uma cultura emergente de conscientização sobre a importância da GR, que vem se consolidando ao longo dos últimos anos, inicialmente de forma teórica, mas se tornando um passo necessário. A gestão e organização documental são percebidas como desafios culturais que exigem tempo e esforço para serem implantadas efetivamente.

A busca por soluções que maximizem recursos e atendam a múltiplas

demandas reflete uma mentalidade criativa e resiliente. O trabalho arquivístico é visto como dinâmico, adaptando-se constantemente às exigências do acervo e às limitações externas. Os esforços para transformar o arquivo em um espaço transparente e funcional envolvem treinamentos técnicos, sensibilização da equipe e projetos de extensão.

Portanto, a capacitação surge como um meio de transformação cultural. Os cursos de capacitação, auxiliam na conscientização dos servidores, ajudando a internalizar a gestão documental como parte essencial da estratégia organizacional. A valorização dos documentos como patrimônios organizacionais é um passo necessário para que essa cultura de improviso e desvalorização seja transformada em práticas mais maduras e sustentáveis.

A força do setor especializado, que mostra um modelo mais estruturado de gestão documental, serve como um exemplo de como a transformação cultural pode ser viável, desde que exista um esforço contínuo para disseminar boas práticas e internalizar a gestão documental como uma política organizacional central.

Fica nítido que a GR em arquivos exige colaboração coletiva e mudança cultural, o que envolve a adesão de todos os envolvidos, enfrentando resistências culturais e operacionais. As RS, como a resistência às mudanças, a responsabilidade coletiva pela segurança, a educação como ferramenta de transformação cultural, a precariedade do setor público, a necessidade de registros e evidências, o impacto do tempo na validação das mudanças, refletem as percepções coletivas sobre a realidade arquivística.

A gestão pública é representada como inconstante, com alternância de prioridades, gerando desconfiança em relação às promessas de novas administrações. O arquivo é percebido como um setor essencial, mas frequentemente negligenciado devido à falta de prioridade institucional. Apesar de sua relevância estratégica, o arquivo enfrenta desafios para se posicionar como prioridade dentro da universidade.

Reconhecer o trabalho do arquivo, tanto internamente quanto externamente, é um avanço significativo. Os setores passaram a compreender os benefícios práticos do trabalho arquivístico, como a eliminação de documentos. O trabalho em parceria facilita processos e supera resistências. Internamente, há um movimento cultural em curso para superar resistências e consolidar a valorização do arquivo.

Sendo assim, o arquivo, como facilitador de processos e melhorias

organizacionais, vem se posicionando como um agente transformador, tanto dentro da instituição quanto na sua relação com a sociedade.

7.3 ESTRUTURA DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

A estrutura administrativa dos arquivos universitários exerce um papel central na eficiência organizacional, especialmente quando operam como órgãos suplementares. Esse modelo é apontado como mais favorável por proporcionar maior autonomia administrativa, permitindo a implementação independente de ações e ampliando o alcance das atividades institucionais.

Entende-se que as vinculações a pró-reitorias, por exemplo, frequentemente limitam a capacidade de comunicação entre os arquivos e outras áreas, enquanto o modelo de órgão suplementar permite maior irradiação de ações, mesmo em face das restrições orçamentárias e desafios internos.

A normatização, por sua vez, emerge como um elemento essencial para a profissionalização desses arquivos, substituindo práticas informais, como ordens de serviço, por instruções normativas que refletem uma gestão mais estruturada e eficiente. Essa abordagem reforça o papel estratégico dos arquivos universitários, que deixam de ser apenas espaços de guarda documental e passam a atuar como instrumentos relevantes na organização e gestão institucional.

Contudo, mesmo em estruturas organizacionais eficazes, os arquivos universitários enfrentam desafios administrativos e culturais significativos, que vão transparecer nos ambientes de guarda, nos materiais e mobiliários disponíveis, na equipe técnica e nos recursos financeiros.

- Estrutura física

A questão do armazenamento do acervo documental na universidade tem sido um tema recorrente, especialmente devido às condições inadequadas de espaço e infraestrutura. Os documentos estão frequentemente armazenados em subsolos ou em locais improvisados, prédios históricos e suscetíveis a sinistros, colocando em risco a integridade do acervo acumulado ao longo dos anos.

O desastre ocorrido na UFSM, foi um exemplo manifestado em todas as

entrevistas, demonstrando que serviu como um alerta claro sobre os riscos que os acervos enfrentam. As inundações e os danos estruturais causados pelo descaso na gestão do espaço destacam a vulnerabilidade dos documentos. A falta de investimento em um espaço adequado e seguro pode resultar em perdas irreparáveis, comprometendo o acesso à memória institucional.

O discurso coletivo que emerge dessas experiências reflete uma RS bastante clara: o armazenamento em locais impróprios representa um risco direto à preservação dos documentos. A experiência do desastre na UFSM não é isolada, mas sim um reflexo de um padrão recorrente em universidades que negligenciam a gestão adequada dos seus acervos. A repetição de desastres demonstra que o armazenamento em subsolos ou em áreas propensas a alagamentos pode resultar em perdas que comprometem a memória institucional. Por isso, os locais de guarda documental não são apenas uma questão logística, mas sim uma estratégia essencial para garantir a integridade e a continuidade dos acervos.

O armazenamento em subsolos apresenta uma série de riscos imediatos, como a exposição constante à umidade, que facilita o desenvolvimento de fungos e mofo, prejudicando a conservação dos documentos. Além disso, a falta de ventilação adequada nesses locais provoca o acúmulo de partículas e poeira, agravando ainda mais a degradação dos materiais. As infiltrações de água, agravadas durante períodos chuvosos, somam-se aos problemas, danificando os documentos fisicamente e exigindo constantes esforços de manutenção. Mesmo com tentativas de preservação por parte da equipe responsável, os métodos improvisados não são suficientes para garantir a integridade dos acervos a longo prazo.

A necessidade de espaços adequados é amplamente reconhecida, porém, muitas vezes os pedidos são ignorados ou recebem respostas lentas pelas autoridades responsáveis. Fator que gera frustração entre os gestores, que veem suas demandas reiteradas frequentemente, sem nenhum retorno concreto. A falta de comprometimento por parte das autoridades demonstra um descaso com a segurança do acervo, além de evidenciar uma falta de conscientização sobre os riscos que o armazenamento inadequado acarreta para a preservação documental.

Espaços construídos para os arquivos apresentam-se como uma oportunidade não apenas de resolver problemas estruturais, mas também de estabelecer um ambiente seguro, estável e adequado para a organização e a conservação dos documentos. A melhora das condições de armazenamento representa proteção aos

documentos, permitindo que as futuras gerações tenham acesso aos registros históricos de forma organizada e segura.

De maneira geral, conforme as observações realizadas nos arquivos universitários visitados, os espaços destinados ao armazenamento do acervo precisam de melhorias significativas para garantir que os documentos possam ser preservados de forma adequada. Entre os itens que ainda estão ausentes ou inadequados, destacam-se:

1. Climatização: Os espaços necessitam de sistemas de climatização adequados para manter uma temperatura e umidade constantes. A ausência de controle climático favorece o desenvolvimento de fungos, mofo e outros agentes que rapidamente danificam os documentos. Com a falta de um ambiente climatizado, os papéis e outros suportes físicos estão expostos a variações extremas, resultando em deterioração acelerada.

2. Iluminação: A iluminação inadequada nos locais de armazenamento representa outro fator crítico. Documentos expostos à luz direta ou a fontes de iluminação inadequadas podem sofrer oxidação, o que causa manchas, descoloração e, com o tempo, perda total da legibilidade. A instalação de lâmpadas apropriadas, como LEDs de baixa emissão de calor, são fundamentais para proteger os acervos sem comprometer sua conservação.

3. Segurança contra infiltrações: Os locais de guarda não possuem proteção eficaz contra infiltrações de água, o que representa um risco constante durante períodos de chuva ou de alta umidade. As paredes não são impermeabilizadas, e o piso não é adequado para prevenir acúmulo de água. Inexiste barreiras contra umidade e a ausência de drenagem eficiente são pontos críticos.

4. Estantes: As estantes de madeira não possuem material antimicrobiano ou tratamento que proteja contra o ataque de insetos, como cupins, que podem danificar os papéis.

5. Controle de poeira: O espaço não possui um sistema eficiente para o controle de poeira. Com o acúmulo constante de partículas no ar, os documentos acabam contaminados e sujeitos a desgastes físicos. A falta de limpeza adequada e o uso de filtros específicos para impedir a entrada de poeira contribuem significativamente para o processo de degradação.

6. Segurança: Não há um sistema de vigilância, alarme ou câmeras que protejam o acervo contra furtos ou acessos não autorizados. Além disso, a falta de

controle de entrada e saída de pessoas deixa os documentos vulneráveis a possíveis perdas.

7. Inventário e organização: O espaço não conta com um sistema informatizado de inventário ou controle digital dos documentos. A falta de uma classificação precisa e organizada faz com que os documentos fiquem espalhados de maneira desordenada, dificultando o acesso e a recuperação de informações.

Com esses itens detalhados, fica evidente que a preparação do espaço para receber os documentos exige um conjunto de intervenções coordenadas e planejadas. Sendo necessário seguir manutenções contínuas de rotinas e calendários estruturados de limpeza, dedetizações, verificação de extintores... Enfim, desde a climatização até a segurança física e o controle de poeira, cada elemento é fundamental para criar um ambiente adequado e seguro para a preservação documental.

- Estrutura de recursos humanos

A estrutura de pessoal nos arquivos universitários reflete uma realidade marcada por limitações, comum às universidades públicas, que impactam diretamente a capacidade de resposta e a eficiência na GR. A equipe, composta por profissionais dedicados e comprometidos, enfrenta desafios constantes devido à insuficiência de recursos humanos adequados para atender tanto às demandas diárias quanto às emergenciais. A falta de profissionais especializados, como arquivistas e restauradores, resulta em improvisações que comprometem a gestão do acervo, a manutenção das condições de trabalho e a aplicação de protocolos preventivos.

Essa escassez de pessoal é agravada pela redução de cargos específicos e pelos cortes de funções gratificadas promovidos pela instituição, sobrecarregando os poucos servidores remanescentes. Essa sobrecarga compromete não apenas a qualidade do serviço prestado, mas também o bem-estar físico e emocional dos trabalhadores, já que a dependência de esforços individuais para realizar atividades essenciais, como a segurança do acervo e o controle documental, amplia o desgaste e a desmotivação.

São riscos relacionados à saúde e segurança, como contaminações e a infestação de roedores, que não representam apenas um perigo para os documentos,

mas também para os servidores que estão expostos diariamente. A ausência de protocolos para emergências, como incêndios, reflete uma negligência organizacional que agrava o cenário, deixando a equipe vulnerável a situações de risco e dependendo exclusivamente de improvisações.

Além disso, o foco financeiro inadequado da instituição dificulta a priorização da contratação de pessoal técnico especializado, perpetuando a deficiência estrutural. A baixa valorização do trabalho arquivístico reforça essa negligência, criando um ciclo em que a falta de investimento em recursos humanos qualificados compromete a capacidade de realizar uma gestão planejada e eficiente.

Em meio a essas adversidades, a resiliência demonstrada pela equipe é notável. Apesar das limitações, os profissionais evidenciam um forte comprometimento com a preservação, utilizando criatividade e experiência para contornar desafios. No entanto, a falta de ação concreta por parte da administração superior demonstra um descaso com a preservação, comprometendo a segurança do acervo e expondo a necessidade de uma gestão mais consciente e proativa.

Nesse contexto, a formação de parcerias com cursos de Arquivologia e áreas correlatas surge como uma alternativa estratégica. Colaborações interdisciplinares permitem a troca de experiências e o acesso a infraestrutura e treinamento, enquanto o apoio técnico e científico de especialistas, como técnicos em restauração, ajuda a suprir lacunas de conhecimento e a aprimorar as práticas de preservação.

Outro desafio enfrentado pelos arquivos universitários é a centralização de demandas administrativas urgentes, como o atendimento ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essa priorização de tarefas imediatas em detrimento de funções voltadas à preservação e disseminação do acervo sobrecarrega ainda mais as pequenas equipes. O aumento da demanda por digitalização de documentos, intensifica essa carga de trabalho, sem que haja reforço adequado no quadro de pessoal ou capacitação para lidar com as novas ferramentas digitais.

A falta de planejamento formal e a carência de recursos humanos especializados comprometem a realização de atividades fundamentais, como a organização, descrição e difusão do acervo. Durante o governo Bolsonaro, as políticas de contenção de gastos aprofundaram esse cenário, com a redução do número de servidores disponíveis e a impossibilidade de preencher vagas para funções essenciais.

Portanto, a estrutura de pessoal nos arquivos universitários configura-se como

um dos pilares frágeis da gestão institucional, limitando a implementação de medidas preventivas, a proteção do acervo e a criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável. A transformação dessa realidade exige investimento urgente em recursos humanos qualificados, capacitação contínua e melhores condições de trabalho, de modo a garantir uma GR mais eficiente e sustentável.

- Estrutura financeira

A estrutura financeira dos arquivos universitários reflete as complexidades enfrentadas por essas instituições, que, apesar de serem reconhecidas como fundamentais, frequentemente são negligenciadas no cenário orçamentário. Mesmo com uma crescente percepção das necessidades arquivísticas, os arquivos permanecem distantes da prioridade institucional, especialmente em tempos de crise financeira. A universidade como um todo é vista como um espaço onde as limitações orçamentárias são severas, impactando setores considerados menos urgentes, como o arquivo.

A administração universitária, embora mais consciente e colaborativa, ainda está limitada pelas restrições financeiras e pela burocracia. Barreiras culturais e orçamentárias persistem, dificultando a gestão eficiente. As restrições orçamentárias frequentemente forçam a realocação de recursos que deveriam ser dedicados à prevenção de riscos e à preservação, priorizando demandas imediatas e urgentes, o que, por sua vez, reforça um caráter reativo na gestão. A busca por minimizar danos em vez de solucionar problemas completamente é um reflexo direto das limitações financeiras.

Os cortes orçamentários nas universidades federais, como os impostos durante o governo Bolsonaro, agravaram a situação, afetando a contratação de pessoal técnico e a manutenção dos serviços. As exigências de digitalização também contribuíram para o aumento da carga de trabalho sem o devido suporte financeiro.

A falta de estrutura operacional, agravada pela escassez de recursos, é frequentemente usada como justificativa para a incapacidade de ampliar os serviços arquivísticos. Frases como "*sem dinheiro, talvez ano que vem*" (Q2, E4), "*o recurso não é vasto*" (Q2, E3) evidenciam o impacto dos desafios financeiros, que impedem a realização de ações fundamentais para a preservação e difusão do acervo. Os arquivos universitários, assim, continuam sendo desafiados por barreiras

orçamentárias e institucionais, lutando para superá-las.

7.4 GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental nas universidades enfrenta desafios significativos relacionados a métodos inadequados de arquivamento, ausência de padronização e dificuldades na localização de documentos, resultantes da falta de revisão e classificação apropriadas. Esses problemas são percebidos como riscos operacionais e administrativos, que comprometem a eficiência institucional.

A equipe atual, embora pequena, tem demonstrado esforços significativos para organizar os documentos, revisar o acervo e promover capacitações internas. No entanto, o volume do acervo e de atividades exigem medidas difíceis de serem desempenhadas de um modo 100% eficaz.

Em suma, a gestão documental exige uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, que envolva profissionais de diferentes áreas com o intuito de enfrentar os desafios referentes a preservação da informação. A preservação e a acessibilidade dos acervos devem ser guiadas por princípios técnicos e éticos, com foco na sustentabilidade, na segurança e na valorização da memória coletiva. O compromisso com a organização e a capacitação contínua é essencial para consolidar os arquivos como pilares da identidade social e da democracia.

No decorrer das entrevistas as atividades de preservação, digitalização e difusão ficaram em evidência, provavelmente devido a pesquisa tratar da GR, em que é percebido o desejo de preservar os acervos, afastando-os dos riscos. Fato que pode receber contribuição da digitalização, como uma preservação digital e possibilidade de publicizar os documentos. E, implementada pela difusão, ao buscar se aproximar da sociedade, sensibilizando o público quanto a relevância dos arquivos.

- Preservação

A preservação é um aspecto central para a GR em arquivos, sendo reconhecida como uma prioridade para garantir a integridade e a longevidade do acervo documental. Nesse contexto, a preservação não se limita à manutenção física dos

documentos, mas também abrange esforços voltados para a proteção e a organização adequada, garantindo que as informações estejam acessíveis e seguras ao longo do tempo. Desse modo, é essencial implementar práticas preventivas que minimizem danos, como o controle de condições ambientais, a limpeza periódica e a adoção de medidas contra incêndios, inundações e outros incidentes.

Além disso, a preservação digital tem ganhado destaque como um desafio emergente e estratégico. Os avanços tecnológicos trouxeram a necessidade de gerenciar não apenas os documentos físicos, mas também os digitais, que requerem cuidados específicos para evitar a perda de dados e a obsolescência dos formatos. Ações como backups regulares, uso de sistemas de armazenamento em nuvem e adoção de padrões de interoperabilidade são fundamentais para garantir a longevidade e a acessibilidade dos documentos digitais.

Contudo, os desafios relacionados à preservação digital são intensificados pela falta de investimentos e infraestrutura adequada nas instituições. Sem recursos para atualizar equipamentos e sistemas, há um risco significativo de perda de acervos digitais, o que comprometeria o patrimônio histórico e cultural das universidades. Assim, é imperativo que a preservação digital seja incorporada ao planejamento estratégico, contando com apoio institucional e políticas específicas que assegurem sua execução de forma contínua e eficaz.

A preservação, seja física ou digital, depende ainda da conscientização de todos os envolvidos, desde a equipe técnica até os gestores. Nesse sentido, é crucial promover uma cultura de valorização do acervo e capacitar os profissionais para identificar e mitigar riscos que possam comprometer a integridade dos documentos. Essa abordagem integrada e preventiva reflete o compromisso com a memória institucional e com a missão de garantir que o conhecimento seja transmitido às gerações futuras.

- Digitalização

O DSC enfatiza que a digitalização deve ser entendida não como uma simples ferramenta de eliminação de documentos, mas como um meio de disseminar informações e torná-las acessíveis a um público mais amplo. Contudo, há uma percepção equivocada de que, ao digitalizar, todos os documentos físicos podem ser descartados. Essa visão simplista ignora a complexidade dos acervos e subestima a

preservação física como base para a preservação digital. Na verdade, a digitalização é um processo complementar que exige planejamento e controle contínuo para garantir a integridade dos documentos ao longo do tempo.

A crença de que a digitalização substitui a preservação física gera falsas expectativas, como a ideia de que o arquivo pode dispensar os materiais originais. Documentos físicos contêm atributos únicos, como marcas originais, selos e assinaturas, que não podem ser replicados digitalmente com precisão. Além disso, a digitalização não garante, por si só, a durabilidade nem a recuperação da informação; é um formato que requer monitoramento, atualização e migração constante para novos sistemas.

Muitos erros na gestão documental começam quando a digitalização é vista como um atalho, sem atenção aos protocolos de preservação. Focar exclusivamente na digitalização, ignorando a conservação física e os cuidados arquivísticos, prejudica a gestão documental como um todo. A preservação deve ser um compromisso contínuo e sistêmico, abrangendo tanto os documentos físicos quanto seus equivalentes digitais. Assim, a digitalização deve integrar uma estratégia ampla, que inclua manutenção de originais, organização cuidadosa do acervo, monitoramento regular e criação de sistemas digitais seguros. Caso contrário, a gestão documental se torna frágil, vulnerável e inadequada para garantir a longevidade e a utilidade dos registros.

Outro equívoco comum é considerar a digitalização como sinônimo de organização. Digitalizar documentos desorganizados equivale a transferir o conteúdo de uma gaveta bagunçada para uma pasta no computador. A desordem permanece, apenas em um formato diferente, perpetuando os mesmos problemas de acesso e localização. Sem uma classificação prévia, a digitalização não resolve o caos existente nos arquivos, como proferido no depoimento: "só digitalizou a bagunça" (Q10, E2).

Para que os documentos digitais sejam organizados e acessíveis, é essencial incluir metadados adequados, repositórios confiáveis e ferramentas de busca eficazes, além de garantir a interoperabilidade com outros sistemas. Sem esses elementos, a desorganização se torna menos visível, mas igualmente prejudicial. A obsolescência tecnológica também agrava a situação, dificultando o acesso a arquivos digitais mal gerenciados no futuro.

Por isso, o planejamento é imprescindível antes da digitalização. Documentos

físicos precisam ser classificados e organizados previamente, e a criação de metadados é fundamental, incluindo informações como data de criação, autor, departamento e conteúdo principal. Além disso, a conscientização da equipe é um fator crucial. Capacitações e treinamentos devem reforçar a importância da organização documental antes da digitalização, ampliando a compreensão do problema e promovendo uma abordagem sistêmica.

A digitalização, portanto, não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como parte de um processo maior de preservação e gestão documental.

- Difusão

A difusão dos acervos arquivísticos são elementos fundamentais para ampliar o acesso à informação e promover a proximidade entre os documentos e os seus usuários. Quando os acervos são amplamente divulgados, aumenta-se a possibilidade de que tanto os usuários internos quanto os externos possam ter acesso a documentos que antes estariam desconhecidos e inacessíveis. A divulgação não se limita apenas à disponibilização de documentos, mas engloba o uso de estratégias que tornam o conteúdo arquivístico mais compreensível e disponível, seja por meio de portais digitais, redes sociais, exposições físicas ou plataformas de consulta online. Além disso, a difusão é capaz de estimular a criação de novos produtos culturais, como exposições virtuais, publicações acadêmicas e conteúdo multimídia, que tornam os documentos ainda mais atraentes e úteis para diversos tipos de usuários.

A divulgação dos acervos proporciona um benefício significativo ao permitir a aproximação dos usuários com o patrimônio documental. Os documentos tornam-se ferramentas vivas que podem ser usados para pesquisas, estudos ou atividades de ensino, possibilitando que as instituições se tornem espaços de produção do conhecimento e locais de troca de saberes. Além disso, a divulgação facilita a inclusão de diferentes públicos, como estudantes, pesquisadores, profissionais e a comunidade em geral, que podem encontrar nos acervos informações valiosas para o desenvolvimento de seus projetos e trabalhos.

A interação com os acervos, por meio da difusão, contribui também para a sensibilização dos usuários em relação à importância da preservação documental. Ao ter acesso a documentos que retratam o passado, as pessoas conseguem perceber o valor e a responsabilidade que envolve a guarda e o cuidado com o patrimônio

histórico, cultural e institucional. Isso estimula uma cultura de preservação coletiva, em que os usuários se tornam, também, agentes na proteção do acervo. Contribuindo para a formação de um público mais consciente e ativo, que se engaja com os documentos e valoriza o patrimônio cultural como parte fundamental da identidade social.

Os desafios enfrentados na gestão documental evidenciam a necessidade de investimento em recursos humanos, infraestrutura e políticas claras. A valorização dos arquivos como espaços de preservação de memória e cidadania depende da colaboração entre profissionais, da integração tecnológica e da conscientização coletiva. Por meio de uma GR bem estruturada e de esforços contínuos para melhorar os processos, é possível transformar os arquivos em pilares de referência social, acadêmica e cultural.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] al connotar las explicaciones de naturaleza social a través de la visibilización de lo posicional, de las creencias, los valores, los prejuicios y de la cultura frente a los procesos individuales, nos brindan mayores elementos comprensivos de la realidad (Flament; Rouquette, 2003, p.13).

Diante do material estudado, coletado e analisado, percebe-se que a realidade social para ser compreendida precisa considerar crenças, valores, preconceitos e a cultura. Ou seja, os comportamentos e processos individuais são moldados por dimensões sociais amplas que funcionam como normas a serem seguidas. Por esse motivo, infiro que a mudança cultural foi tida pelos sujeitos participantes dessa pesquisa como o fator mais difícil de ser alterado.

São padrões enraizados por anos, que minimizam não só a relevância de salvar e preservar os acervos, mas também subvalorizam a profissão de arquivista. Não que seja uma regra, mas, de maneira generalizada e conforme as experiências relatadas, os documentos são arquivados sem gestão arquivística, manuseados sem cuidado e, conseqüentemente, perdidos por falta de critérios para saber onde e como localizá-los, além de se deteriorarem precocemente. Até mesmo no meio digital, a documentação é “salva na nuvem” e/ou digitalizada sem o uso de repositórios confiáveis, sendo descartada com o único propósito de liberar espaço físico.

Pode-se afirmar que há um reconhecimento sobre a importância e necessidade de que as instituições direcionem atenção ao gerenciamento de riscos. Nenhum gestor quer ser responsável por perdas que possam impactar numa visão negativa da instituição, especialmente se qualquer consequência adversa for vista como fruto de sua omissão ou decisão equivocada.

Porém, o que fica claro no decorrer da pesquisa, é que existe sim preocupação com a GR, mas não com o direcionamento desta para as unidades informacionais. Essa constatação é confirmada já no levantamento do campo de estudo, em que dentre as 68 universidades federais brasileiras, somente 16 Ifes tiveram um PGR elaborado com foco nos arquivos. Além disso, é exemplificado também, pela equipe reduzida que se tem para trabalhar nos setores e mesmo onde o arquivo é órgão suplementar, não tem orçamento próprio. Pois, qualquer outro setor ou “professor bambambã” são prioridade, afinal, o “arquivo é morto” (Q3, E4).

O que se vê no cenário político são os bloqueios de verbas para a educação,

acarretando também na ausência de concursos públicos para as universidades e, conseqüentemente, impactando na defasagem de pessoal nos arquivos, o que prejudica diretamente a possibilidade de investimentos na área arquivística. Ainda nesse cenário, chefes de arquivos são frequentemente nomeados aos cargos apenas com interesses de enriquecimento pessoal, sem considerar a formação ou a atuação em serviços informacionais. Um exemplo disso é o que tem ocorrido com a diretoria do Arquivo Nacional, em que as notícias frequentes destacam as manifestações dos próprios servidores do órgão, que lutam para impedir que a instituição defina.

Quanto ao cenário social, este é o que traz o engajamento entre os profissionais da informação, o público interno e externo, os superiores e os subordinados. O desenvolvimento das práticas de difusão é responsável por iniciar uma compreensão sobre o “produto” dos arquivos, seus serviços, sua qualidade e a raridade das informações arquivadas. Nesse aspecto, Amaral (2001) esclarece que o relacionamento com as pessoas é a melhor estratégia para promover as unidades de informação. O sucesso do material divulgado reflete no impacto gerado nos indivíduos, fazendo com que a informação seja vista como um bem comercializável, capaz de melhorar a imagem do setor, conquistar o respeito da sociedade e atrair o tão desejado apoio financeiro governamental. Ainda nesse contexto, conforme o discurso dos respondentes, ao se pensar na consciência coletiva, vale instigar profissionais empreendedores, criativos e inovadores, que utilizem sua atuação para gerir positivamente os acervos e aproximá-los da sociedade.

Transparece nas falas dos entrevistados que o amor pela profissão, o reconhecimento da riqueza informacional do material arquivado e o senso de dever ético são os motivadores para o desempenho dos seus afazeres, incluindo aqueles que dizem respeito a GR. Apesar de todos os desafios enfrentados — as adversidades relacionadas ao espaço físico, os percalços com materiais, o pouco reconhecimento por parte da administração, e o constante esforço de “fazer mais do que se pode” —, há uma ética presente. Essa ética se manifesta no compromisso enquanto arquivistas, servidores públicos em trabalhar pelo bem público, mesmo conscientes de que as sementes plantadas hoje só darão frutos no futuro.

Suas ações e práticas assemelham-se ao trabalho de “formiguinhas” (Q4, E4), simbolizando um trabalho contínuo e humilde, no qual pequenas ações, ao longo dos anos, podem gerar resultados significativos. Ponderando sobre os desafios de trabalhar no setor público, especialmente no que diz respeito à gestão de recursos e

expectativas, percebe-se que, muitas vezes, não é possível alcançar o "mundo ideal" devido às limitações impostas por recursos escassos e contratos disponíveis. Ainda assim, cabe aos profissionais adotarem uma postura resiliente e prática, valorizando o que está ao seu alcance, mesmo que não seja perfeito, e avançando gradualmente, com paciência e perseverança, para conquistar melhorias ao longo do tempo.

Portanto, frente a premissa exposta na introdução desta pesquisa, a metodologia do DSC, embasada na TRS, foi capaz de demonstrar a visão dos gestores dos arquivos universitários federais quanto ao seu fazer dedicado a GR. Validando a contribuição teórico-metodológica do DSC para resgatar as RS e revelar o pensamento coletivo a partir da discursividade.

Os resultados apresentados evidenciam que estudos futuros podem explorar diferentes ramificações da GR nos arquivos universitários. Dentre os aspectos passíveis de aprofundamento, destaca-se:

- Como é planejada e executada a preservação documental nas IFES que não possuem arquivos instituídos, nem profissionais da área de informação?

- E quanto aos arquivos universitários que não possuem PGR? Esse tema é discutido em algum momento, considerando a necessidade de prevenir perdas em caso de sinistros?

- Conforme sugerido nas entrevistas, o que os órgãos responsáveis pela elaboração de legislações e normativas têm feito para assegurar a sua aplicação? Essas diretrizes permanecem apenas no papel?

Assumo, momentaneamente, a primeira pessoa, posicionando-me como uma cidadã santa-mariense impactada pelas experiências vividas, as quais reverberam em minhas interações sociais. Enquanto arquivista e servidora pública, lotada em um arquivo universitário, almejo que os acervos recebam o devido reconhecimento e valorização. Acredito que esse seja um dos caminhos fundamentais para que cada indivíduo se comprometa com o cuidado documental e busque, de forma proativa, estratégias de mitigação de riscos, superando posturas reativas pautadas apenas na resolução emergencial de problemas.

Reli na minha dissertação de mestrado em Ciência da Informação, desenvolvida na UFSC, que trata sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e refleti que dez anos depois, o trecho continua atual:

Admito que o “mundo real” esbarra ainda em alguma falta de sensibilização

da alta administração e também de quem faz a linha de frente ao atender o público, na falta de estrutura física e humana para que o acesso seja devidamente entregue. Infelizmente, os chavões de que “o serviço público é relapso e ineficiente” e que “o Governo não dá conta de fazer o que se compromete” têm um fundo de verdade, pois as leis são criadas, mas e depois? (Menezes, 2014, p. 115-116).

O acesso só é possível se as informações estiverem devidamente disponibilizadas. Sem a gestão documental funcionando em todas as suas etapas - e incluo nessa administração a GR -, e sem estrutura física, de pessoal e financeira, continuaremos a nos deparar abismados, momentaneamente, com as catástrofes que acometem as unidades informacionais, enquanto normalizamos a perda de documentos.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. Les représentations sociales: aspects théoriques. *In*: ABRIC, J. (org.), **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France. 1994, p. 11 - 36.

ALMEIDA, C. C. de. **O campo da Ciência da Informação**: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005a.

ALMEIDA, G. J. de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. *In*: SANTOS, M. F. S; ALMEIDA, L. M. de. (org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2005b. p. 39 – 76.

ALMEIDA, G. S. S. de. A teoria da representação social e o discurso do sujeito coletivo em estudos no campo da política educacional: sentidos da interdisciplinaridade nos Bl. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 38, p. 322 – 348, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3734>. Acesso em: 26 maio 2023.

AMARAL, S. A. do. **Promoção**: o marketing visível da informação. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, S. S. S. de; MOURA, M. A. Representações sociais sobre informação e conhecimento na educação a distância: um estudo de caso na UFMG. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 79-96, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p79>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ARAÚJO, S. S. S. de. **Cultura informacional, representações sociais e educação a distância**: um estudo de caso da EAD na UFMG. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ARRUDA, A. A polarização sob o olhar psicossocial. *In*: GUARESCHI, P. A. *et al.* (org.). **Mundos sem fronteiras**: representações sociais e práticas psicossociais. Porto Alegre: ABRAPSO. 2022. p. 29 – 58.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005a.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005b.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gerenciamento de riscos**: do planejamento à execução. Arquivo Nacional, Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo, Coordenação de Preservação do Acervo, Equipe de Conservação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. - (Publicações Técnicas; 61). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/ASCOM/MANUAL_GERENCIAMENTO_RISCOS__2019_DIGITAL_MIOLO_online.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 31000**: Gestão de riscos: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 31000**: gestão de riscos: diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO. **Saúde Coletiva perde três destacados pesquisadores**. Rio de Janeiro, 12 mar. 2015. Disponível em: <https://abrasco.org.br/tres-perdas-para-a-saude-coletiva-brasileira/>. Acesso em: 27 set. 2024.

ÁVILA, M. D. G. Gestão de riscos no setor público. **Revista Controle** - Doutrina e Artigos, v. 12, p. 179-198, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v12i2.110>. Acesso em: 06 set. 2020.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARBOSA, A. T. **Serviços**: Seção de Protocolo e Arquivos. 14 jun. 2024. Alfenas: Unifal, 2024. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/protarq/servicos/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BAHTIYAR, T. B.; DIŞLI, G. Risk management and preventive conservation of historic buildings: The case of Karatay Madrasah (Museum). **International Journal of Disaster Risk Reduction**, [S. l.], v. 77, 2022, 103079. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2022.103079>. Acesso em: 27 maio 2023.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEERENS, R. J. J.; TEHLER, H.; PELZER, B. How can we make disaster management evaluations more useful? An empirical study of Dutch exercise evaluations. **International Journal of Disaster Risk Science**, [S. l.], v. 11, p. 578-591, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13753-020-00286-7>. Acesso em: 27 maio 2023.

BELLOTTO, H. L. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1992, Campinas. **Atas** [...] Campinas: UNICAMP, 1992. p. 11-25.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERNARD, S.; CARROLL, R. Disaster risk management: mitigating the effects of flooding at the University of Guyana. **Acesso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología y Documentación**, San Juan, v. 3, n. 1, p. 1 – 12, 2022. Disponível em: <https://revistas.upr.edu/index.php/acceso/article/view/20018>. Acesso em: 27 maio. 2023.

BEZERRA, E. M. B. L.; SANTOS, R. N. M. dos. Música, informação e política: tratamento temático da informação na produção musical de Chico Buarque no período do AI-5 (1968-1978). *In*: PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017, p. 341 - 350.

BLUHM, D. J.; HARMAN, W.; LEE, T. W.; MITCHELL, T. R. Qualitative research in management: A decade of progress. **Journal of Management Studies**, v. 48, n. 8, p. 1866-1891, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6486.2010.00972.x>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BOJANOSKI, S. de F. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BONIOTTI, C. The public-private-people partnership (P4) for cultural heritage management purposes. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JCHMSD-12-2020-0186/full/html>. Acesso em: 27 maio 2023.

BOTTINO, M. Arquivo universitário: sonho ou realidade? *In*: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (org.). **Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 23 – 35.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, S. P. M. (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 17-38. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 nov. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 2467/2013-TCU-Plenário. Ata 35, Sessão de 11/09/2013. **Relatório Levantamento de auditoria para elaboração de indicador para medir o grau de maturidade de entidades públicas na gestão de riscos**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130916/AC_2467_35_13_P.doc. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Decreto n. 9.901, de 8 de julho de 2019. Altera o Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9901.htm. Acesso em 06 set. 2020.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta MP/ CGU n. 1 de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Controladoria Geral da União: DF, 2016a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519355/do1-2016-05-11-instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-10-de-maio-de-2016-21519197. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2013, Seção 1. p. 59.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016, Seção 1, p. 44 – 46.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão MPOG**. Brasília, DF: MPOG, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 150, de 4 de maio de 2016. Aprova o Programa de Integridade e o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 mai. 2016b. Seção 1, p. 25.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria n. 426, de 30 de dezembro de 2016. Estabelece a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jan. 2017. Seção 1, p. 34.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRASILEIRO, F. S.; AZEVEDO, R. L. W. de; FREIRE, G. H. de A. Representações Sociais e necessidade de informação: um estudo no campo arquivístico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 107 – 121, set./ dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/18586>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRITO, J. M. S. de; LAUER-LEITE, I. D.; NOVAIS, J. S. de. **Discurso do Sujeito Coletivo na prática**. Porto Seguro: UFSB, 2021.

CABRAL, F. C. **Práticas informacionais em bibliotecas comunitárias: o discurso do sujeito coletivo sobre desinformação e empoderamento**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33134>. Acesso em: 03 maio 2023.

CARPES, G. **Percepção de bibliotecários universitários quanto à relevância das redes sociais para o seu cotidiano profissional**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CARPES, F. S.; FLORES, D. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 3, p. 13-22, set./dez. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91174>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CASSARES, N. C. Entrevista com profissionais do Centro de Preservação, responsáveis pelo gerenciamento de riscos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 166-182, out. 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Prata%20da%20Casa%2028%2010.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 295-316.

CHAVES, A. M.; BARBOSA, M. F. Representações sociais de crianças acerca da sua realidade escolar. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 29-40, 1998. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estudos/article/view/5893/3593>. Acesso em: 26 maio 2023.

CHAVES, M. A.; OLIVEIRA, M. A. de. A perda de patrimônio cultural como negatividade da preservação. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 12 – 24, out. 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Introducao%20ao%20Dossie%20Marcelo%20Chaves%2028%2010.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

COELHO, C. M. T.; PINHEIRO, M. J. de A.; SÁ, B. T. de. Gestão de riscos para edifícios históricos e acervos móveis: primeiro ciclo de implementação para o patrimônio cultural da Fiocruz. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 1 – 15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34065>. Acesso em: 21 fev. 2022.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. **Enterprise Risk Management: Integrating with Strategy and Performance**. Jersey City, June 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Norma Operacional n. 001, de 30 de setembro de 2013. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/cep/documentos-orientadores/legislacao/norma-operacional-cns-no-001-2013/view>. Acesso em: 03 maio 2025.

COUTINHO, S. de. A. **Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das Instituições Federais de Ensino Superior**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, C. Ciência: o que o Brasil perdeu com o incêndio do Museu Nacional. **Uol**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciencia-o-que-o-brasil-perdeu-com-o-incendio-do-museu-nacional.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Revista Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 03 maio 2023.

DAL PIVA, J.; ALEIXO, I. Chuva no RJ afeta documentos da Colônia e do Império no Arquivo Nacional. **Uol**. 08 fev. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2023/02/08/chuva-no-rj-afeta-documentos-da-colonia-e-imperio-no-arquivo-nacional.htm?fbclid=IwAR3Q4VNqB6nbmgqpWMW4p5v5MyjbS1qQRfm_dkf0jzxh0ST5K1sHBkSasKY#:~:text=Em%20nota%2C%20o%20Arquivo%20Nacional,colocada%20sobre%20palletes%20para%20secarem. Acesso em: 15 out. 2023.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Tradução: Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 127-153.

DIAS, J. C. M. **Análise da disseminação da informação midiática sobre a imagem do acusado e a dignidade da pessoa humana**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DINIZ, B. C. **Gestão da informação no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 13ª região**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

DUARTE, S. J. H.; MAMEDE, M. V.; ANDRADE, S. M. O. de. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: Representações Sociais e Discurso do Sujeito Coletivo. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.4, p. 620-626, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/JNbZ3dKdRKGdYXJrr6m7ft/>. Acesso em: 18 out. 2023.

DUARTE, Y. M. **As representações sociais no ensino médio do Distrito Federal: a biblioteca escolar pública sob o olhar do estudante**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

EASTWOOD, T. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, Ottawa, n. 37, p. 122-30, January 1994. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11991>. Acesso em: 05 mar. 2022.

ELIAS, I., B. Emergência: análise, reflexões e considerações. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 50 – 60, out. 2020. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Ensaio%2028%2010.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCI, C. H.; ALENCAR, R. O arquivo sob tensão: abundância, descontinuidade e desejo de memória. **Devires**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 146-163, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/139/202>. Acesso em: 02 out. 2023.

FARIAS, C. M. **Bibliotecário escolar e competência: análise da prática profissional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FARIAS, G. B. de. **Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

FARIAS, G. B. de. **O bibliotecário - gestor da informação: representações do segmento imobiliário sobre competências**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 31 - 59.

FERNANDES, A. M.; DIETER, E.; LIMA, J. U. de; BASSANI, M. G.; FINIMUNDI, T. A.; TONDOLO, V. A. G. Fontes de evidências em estudos de caso publicados no Enanpad de 2005 a 2014. **Revista eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.9, n.3, p. 90 -116, set./dez. 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/3745>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FEVRIER, P. R. **Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FIGUEIREDO, T.D. Curso de metodologia FACAILE/ UFGD. Pesquisa Quali-quantitativa: Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Transmitido ao vivo em 17 de abr. de 2021. 1 vídeo (2:54h) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krBbffTlevg>. Acesso em: 26 maio 2023.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Grupo de Trabalho de

Gerenciamento de Riscos e Conservação Preventiva. **Relatório de divulgação dos resultados do primeiro ciclo de aplicação da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz** / Fundação Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42316/11/Relat%c3%b3rio%20Final%20GR_vers%c3%a3o%20Arca_12ago2020.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

FIORAVANTE, E. **O sentido de biblioteca escolar expresso por alunos de escolas públicas de Santa Catarina: entre livros, descobertas, refúgio e abandono**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FIORAVANTE, E. **Pesquisa escolar na educação básica: discurso de bibliotecários catarinenses**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FLAMENT, C.; ROUQUETTE, M. L. **Anatomie des idées ordinaires: Comment étudier les représentations sociales**. Paris: Armand Colin, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

FLORES, D. **Operação Recupera Acervo UFSM**. Santa Maria: UFSM, jul. 2024. 21 slides. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/07/Operacao-Recupera-Acervo-UFSM.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

FREIRE, J. D. **CNPq e o acesso aberto à informação científica**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FREITAS, R. P. **Competência informacional e recursos informacionais na prática docente: discurso de professores da educação básica municipal à luz da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – FBN. **Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência** / Jayme Spinelli, José Luiz Pedersoli Júnior. Ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

GARCIA, I. H. **Biblioterapia: percepções dos discentes dos cursos de biblioteconomia das universidades federal e estadual de Santa Catarina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GERSTER, J.; BORET, S. P.; MORIMOTO, R.; GORDON, A.; SHIBAYAMA, A. The potential of disaster digital archives in disaster education: The case of the Japan disasters digital archive (JDA) and its geo-location functions. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 77, p. 103085, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2022.103085>. Acesso em: 27 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORGETTO, S. A. Risk and crisis management. An Overview. **Economia Aziendale Online**, Pavia, vol. 12, n. 1, p. 1 – 12, March 2021. Disponível em: <http://riviste.paviauniversitypress.it/index.php/ea/article/view/2051>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GIULIANI, F.; FALCO, A. de; CUTINI, V. Unpacking seismic risk in Italian historic centres: A critical overview for disaster risk reduction. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 59, 2021, 102260. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420921002260>. Acesso em: 27 maio 2023.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de (org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 115 - 146.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOULART, A. H. **Adolescência, internet e práticas informacionais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GRAZZIOTIN, P. **Gestão de riscos e controles internos** - uso exclusivo no âmbito da UFMS. Curso online. Brasília, DF. 10 a 14 de ago. 2020.

GREENE, M. A. The power of archives: archivists' values and value in the postmodern age. **The American Archivist**, Chicago, v. 72, n. 1, p. 17-41, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40294594>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. Introdução. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 17 - 25.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 237 – 257.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p.87-111, 2003. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

IACOVINO, L. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 261 - 293.

IBERO-AMERICANO DE MUSEUS - IBERMUSEUS; INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY – ICCROM. **Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico**. Tradução: José Luiz Pedersoli Júnior. Roma: ICCROM. 2017. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Cartilha gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/screen_CartilhaPortugues_singlepages_lowres72pdi.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/programa_PGRPMB_web.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM; INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM BRAZIL; ICCROM - INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY. **Declaração do Rio de Janeiro sobre redução do risco de incêndio no patrimônio cultural**, Rio de Janeiro, Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/DeclaracaoRioJaneiro.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 254-294.

JODELET, D.: Représentations sociales: un domaine en expansion. *In*: JODELET, D. (ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61.

JONES, Z. M.; PAPPAS, T. Developing an identities-based approach to support more robust resilience and recovery in heritage planning and management. **Built Heritage**, S.I., 7, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s43238-023-00082-4> Acesso em: 27 maio 2023.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ ago. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>. Acesso em: 20 set. 2023.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 63 - 85.

LEFÈVRE, F. Análise do discurso do sujeito coletivo: limites e possibilidades. Palestra proferida em 01 out. 2021. Publicado pelo canal Enfermagem UFBA SSA. 1 vídeo (1:33h). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4KB_j5R7WaY Acesso em: 07 maio 2023.

LEFÈVRE, F. **Discurso do sujeito coletivo**: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo. São Paulo: Andreoli, 2017.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos**. Brasília: Liber Livro, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502 – 507, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. (Série Pesquisa; 20).

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; CORNETTA, V. K.; ARAUJO, S. D. T. de. O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 798-808, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n3/15.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

LEITE, B. F. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2021.

LEITE, J. S. G. **A informatividade na produção da notícia em unidades jornalísticas do estado da Paraíba**: as condições da construção de sentido da informação. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

LIMA, E. S.; PEDRAZZI, F. K. O perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.9, n.1, p. 64-

90, abr./ 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8371>. Acesso em: 26 jul. 2024.

LIRA, E. L. **Contribuição do profissional bibliotecário na formação do discente de graduação na universidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LISSOVSKY, M. Quatro + uma dimensões do arquivo. *In*: MATTAR, E. (org.) **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 47-63.

LODOLINI, E. *Archivistica: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli Libri, 1990.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: UFSCar, 1996.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial/ Annabel Lee, 2013.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCCA, D. M. de. **A dimensão política da competência informacional: um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MADELLA, R. **Bibliotecas comunitárias: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARCHEZINI, V.; TRAJBER, R.; CONCEIÇÃO, R. S. da; MENDES, T. S. G.; NEGRI, R. G. Desafios para uma agenda de prevenção de desastres em sítios históricos: o caso de São Luiz do Paraitinga, SP. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 375-400, jul./ dez. 2018. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/800/1043>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARCIAL, E.; VIEIRA, J. S. Memória institucional em risco. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 150-170, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/31252>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 38-46, 2000. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n1_Danilo.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARINHO, A. C. M.; SANTOS, R. N. M. S. A Música como recurso informacional: novas perspectivas de estudo na organização da informação. *In*: PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017, p. 317 - 324.

MARIZ, A. C. A.; VIEIRA, T. de O. Classificações dos arquivos e dos documentos de arquivo. *In*: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T. R (org.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MATURANA, H. Conversações matrísticas e patriarcais. *In*: MATURANA, H; VERDEN-ZOLLER, G. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011. p. 29-115.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Campinas: Psy, 1995.

MEDEIROS, W. O. de; PINHO, F. A. O uso de mapas conceituais na representação da informação memorialística de obras artístico-pictóricas. *In*: PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.) **Memória, Tecnologia e Cultura na Organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017, p. 297 - 305.

MELLIN, A. S.; LEFÈVRE, F. DSC, produção bibliográfica. *In*: LEFÈVRE, F. **Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo**. São Paulo: Andreoli, 2017. p. 65 -73.

MENDONÇA, A. V. M. **A integração de redes sociais e tecnológicas: análise do processo de comunicação para inclusão digital**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENEZES, J. L. A segurança dos arquivos universitários e a missão institucional. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 61-87, 2012. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/398>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MENEZES, P. L. **A conduta ética dos arquivistas participantes do Serviço de Informação ao Cidadão em universidades federais da região sul do Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MENEZES, P. L.; MORAES, M. A. de. O Discurso do Sujeito Coletivo em publicações acadêmicas no Brasil: análise bibliométrica. **Revista Encontros Bibli**, v. 29, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97999>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 89 - 111.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 9 - 29.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC. 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MOLINA, L. G. **Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

MORAES, S. de S. **Comunicação para a inovação: contribuições da gestão da informação, gestão do conhecimento e competência em informação**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2023.

MORIGI, V. J.; NERY, C. H. A. Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da arquivologia. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-31, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1752>. Acesso em: 18 set. 2023.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MOSCOVICI, S. Prefácio. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7 - 16.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

NINA, R. R. V. **Profissional da informação: o bibliotecário e suas representações das competências profissionais e pessoais para atuar em bibliotecas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NOBRE, L. S.; SOUZA, O. de. Museu de Arte e Cultura do Ceará: uma análise dos riscos baseados em um modelo integrado dos fluxos de informação dos métodos Fine e Mosler. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 26-51, jun. 2018.

Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/19691>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 5 ago. 2024.

OLIVEIRA, H. C. C. de. **A mediação em projetos de incentivo à leitura: a apropriação da informação para construção do conhecimento e do pensamento crítico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

OLIVEIRA, J. G. de. **Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciências da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311 – 328, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

ÖZALP, D. What is disaster risk management and what should it mean for cultural heritage. In: AKYILDIZ, N. A; BEKTAŞ EKİCİ, B. **Space in macro and micro scales**. Lyon: Livre de Lyon, 2022, p. 121 - 136.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PANISSET, B. T. C.; ASSIS, J. M. F. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.10, p.81-89, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a04.pdf. Acesso em 09 fev. 2022.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. **Gestão de Riscos - Método ABC**. Transmitido ao vivo em 30 de mar. de 2023. 1 vídeo (1:32h) Publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_YlaoCehrmc. Acesso em: 27 maio 2023.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. O gerenciamento de riscos é um processo contínuo e tem que constar entre as prioridades institucionais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VII, n. 11, p. 25-34, out. 2020. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Introducao%20ao%20Dossie%20Marcelo%20Pedersoli%2028%2010.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. A teoria de Pierre Bourdieu aplicada as pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 11-20, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23664/21259> Acesso em: 07 maio 2023.

PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A.; MARINHO, A. C. M. Música, literatura e audiovisual: as contribuições da organização do conhecimento (OC) nas relações de interseccionalidade das obras de Dorival Caymmi e Jorge Amado. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.) **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015, p. 621 - 629.

PIZARRO, D. C. **Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PIZARRO, D. C. **Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 215-253.

RAO, S.; DOHERTY, F. C.; TEIXEIRA, S. Are you prepared? Efficacy, contextual vulnerability, and disaster readiness. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, S.I., v. 77, p. 103072, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2022.103072>. Acesso em: 27 maio 2023.

RAVANKHAH, M.; CHMUTINA, K.; SCHMIDT, M.; BOSHER, L. Integration of cultural heritage into disaster risk management: challenges and opportunities for increased disaster resilience. *In*: ALBERT, MT., BANDARIN, F., RODERS, A. P. (org.) **Going Beyond: Heritage Studies**. Springer, 2017, p 307-321. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-57165-2_22. Acesso em: 27 maio 2023.

RASCHE, F. **Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

REIS, S. G. de O. **Identidade profissional do bibliotecário e sua atuação em ambientes não convencionais**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**. Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/actascihumansocsci/article/view/10256>. Acesso em: 26 maio 2023.

REVISTA DO ARQUIVO. Chamada de Artigos: Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio. **Revista do Arquivo**, São Paulo, edição n. 11, out. 2020a. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/chamada_de_artigos_para_e_dicao_11.php. Acesso em: 07 mar. 2022.

REVISTA DO ARQUIVO. Prata da Casa: Entrevista com profissionais do Centro de Preservação, responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 166-182, out. 2020b. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Prata%20da%20Casa%2028%2010.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

REZENDE, E.; BETHANCOURT, L. C. Relação entre cultura organizacional e memória institucional. **ER Consultoria**, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://eliana-rezende.com.br/relacao-entre-cultura-organizacional-e-memoria-institucional/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RIBEIRO, F. S.; CRUZ, F. M. L. Crianças, contextos de escolas e suas representações sociais de família. **Revista Psicologia da educação**, São Paulo, n. 43, p. 81-90, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n43/n43a08.pdf> Acesso em: 26 maio 2023.

RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C; PENNA, E. F. **Introdução à Arquivologia**. 2. ed. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2004.

ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Revista Psicologia: ciência e profissão**. *Online*, v. 34, n.1, p. 46-65, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wrWbch7fPm37DBzk6x4JmKK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2023.

RODRIGUES, C. A.; BAHIA, E. M. S. Patrimônio cultural em risco: arquivos e planos de emergência. *In*: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS: “Os desafios da Arquivologia no mundo digital”. 14., **Anais [...]** organizado [por] Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Editora AAESC, 2020. Disponível em: <https://994bc771-b71f-4c33-a0b2->

f4261f9fa214.filesusr.com/ugd/66e97c_6dbc9cd70f1b463d80dd872c9c1f87fd.pdf.
Acesso em: 15 jan. 2022.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SALES, F. de; SOUZA, F. C. de, F.; JOHN, V. M. O emprego da abordagem DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) na pesquisa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 124 – 145, 2007. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1361>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SANTOS, F. P. dos. **Entre a burocracia e o desenvolvimento profissional: paradoxos do plano de carreira das lfes para os bibliotecários técnicos administrativos em educação**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SANTOS, S. A. S. dos. **Arquivos Universitários: a gestão eficaz e a preservação digital**. Um estudo dos sistemas acadêmicos e de recursos humanos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, V. B. dos. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.20, n.4, p.197-217, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/s5JqMw9Mkk3VVgKpCK7GRZC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, H. M. dos; HEDLUND, D. C. Cultura organizacional em arquivos. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, Série 3, p. 53 - 72, 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/14465>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SANTOS, R. R.; SOUSA, A. C. M.; GOMES, H. F. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281-298, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/112753>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SANTOS, J. C. dos; VALENTIM, M. L. P. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.26, n. 3, p. 208-235, set/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/36235>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SEGANFREDO, T. Restauradores se mobilizam para recuperar patrimônio cultural vandalizado por golpistas. **Nonada**. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/01/restauradores-se-mobilizam-para-recuperar-patrimonio-cultural-vandalizado-por-golpistas/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SERAFIM, J. da S. **Travestis no universo da arte**: um retrato da memória social no âmbito do Filo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SHEPARD, E. Compiling a disaster plan for collections for archival collections. **MARAC - Mid-Atlantic Regional Archives Conference**. Technical Leaflet Series, n. 13, April/ 2018. Disponível em: https://marac.memberclicks.net/assets/documents/marac_techincal_leaflet_13.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

SILVA, A. C. P. O. da. **Biblioteca Pública do Povão?: Exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, A. C. P. O. da. **É preciso estar atento**: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, F. C. G. da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, L. C. da. **A resiliência informacional no contexto da homofobia**: o papel das práticas informacionais no espaço LGBT de João Pessoa-PB. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SILVA, L. K. R. da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, T. C. da. Gerenciamento de riscos de bens culturais. **Revista Eletrônica da ABDF - Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal**, v. 4, número especial, p. 433-447, 2020. Disponível em:

<https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/122>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SILVA, W. M. da; BESSA, A. Q.; SOUZA, M. B. de. Perfil dos acadêmicos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. **RACIn**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 88-104, jan./ jun. 2015. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v3_n1/racin_v3_n1_artigo06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, L. E. F. da; PINHEIRO, M. O.; FRAGOSO, I. S. Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2020. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8_n1/racin_v8_n1_artigo07.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA JUNIOR, J. D. da; SILVA, E. P. da. Recomendações para acervos de arquivo após perdas causadas por incêndio. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 61-77, out. 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Artigos%20Jorge%20Dias%2028%2010.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

SOARES, S. M. V. O microfilme e o digital: as duas faces da preservação. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 5-35, ago./ dez. 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/295/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SOUSA, F. L. M. de. **Mediação da informação no cárcere**: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SOUZA, D. B. **Representações sociais sobre indisciplina em sala de aula dos professores iniciantes da rede municipal de Presidente Prudente - SP**: implicações para a formação inicial. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Ed. Starprint, 2011.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 117 - 145.

STUMPF, K. **Ética em bibliotecas universitárias**: representações expressas no discurso de bibliotecários. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TARDÁGUILA, C. **A arte do descaso**: A história do maior roubo a museu do Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

TAVARES, A. L. de L. **Análise de risco e preservação digital: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU (BRASIL). **Referencial básico de gestão de riscos**. Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-basico-de-gestao-de-riscos.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

TRINDADE, F. M. da; MARIZ, A. C. A. Cartografia dos profissionais de arquivo na UFRJ. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-26, jan./ jun. 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/756>. Acesso em: 5 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Arquivo Central. **Ações principais e projetos**. Juiz de Fora: UFJF, [20--]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/arquivocentral/institucional-2/acoes-principais/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Pró Reitoria de Planejamento e Gestão. **Arquivo Central**. Lavras: Ufla, [20--]. Disponível em: <https://proplag.ufla.br/arquivo-central-da-ufla>. Acesso em: 21 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sistema de Arquivos. **Diretoria de Documentação Institucional (DDI)**. Vitória: Ufes, [20--]. Disponível em: <https://siarq.ufes.br/sobre-a-ddi>. Acesso em: 5 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sistema de Arquivos. **Localização e horário de atendimento**. Vitória: Ufes, [20--]. Disponível em: <https://siarq.ufes.br/localizacao-e-horario-de-atendimento>. Acesso em: 5 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Central. **Folder**. Rio de Janeiro: Unirio, [2023?].

URBINA CÁRDENAS, J. E.; OVALLES RODRÍGUEZ, G. A. Teoría de las representaciones sociales. Una aproximación al estado del arte en América Latina. **Psicogente**, Barranquilla, v. 21, n. 40, p. 518-531, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisimon.edu.co/index.php/psicogente/article/view/3088>. Acesso em: 5 jul. 2023.

VENÂNCIO, R. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (org.). **Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p.37 – 57.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

VIANA, A. R. de L. **Espaços de memória e identidade feminista no Instagram: análise a partir de coletivos feministas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VIANA, J. M. A.; DAL' EVEDOVE, P. R.; GRACIOSO, L. S. Observações pragmáticas na indexação social. *In*.: BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. (org.) **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: Ed. UFPA, 2019, p. 77 - 84.

WEISS, L. C.; BRÄSCHER, M. Pragmática na organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. **Anais** [...] Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2014. p. 681-701. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2>. Acesso em: 26 maio 2023.

WOHLGEMUTH, V. C. L. **Percepções de crianças sobre a mediação parental em suas práticas informacionais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ŽIVKOVIČ, V. The role of cultural heritage risk management: methodology in the development of the Disaster Risk Management Plan. **The Canterbury Disaster Salvage Team**. 2018. Disponível em: <https://disalteam.co.nz/wp-content/uploads/2022/06/56-and-57-DST-News-Spring-2018.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

ZUCCARI, P. **Perfil de gestores de micro e pequenas corretoras de seguros sob a ótica da Competência em Informação: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para análise documental

DADOS
ANO DE ELABORAÇÃO: ATUALIZAÇÃO:
EQUIPE TÉCNICA:
QUANTIDADE DE RISCOS: DIRECIONAMENTO DE ÁREA: MAGNITUDE DOS RISCOS:
MÉTODO UTILIZADO PARA ELABORAÇÃO:

APÊNDICE B - Questionário de caracterização

Pesquisa “Representações Sociais expressas nos discursos de arquivistas acerca do gerenciamento de riscos nos arquivos das universidades federais brasileiras”. Esta atividade de coleta de dados servirá de fonte para o desenvolvimento da tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina. Estas informações serão de uso confidencial. Antecipadamente agradecemos a sua colaboração.

Priscila Lopes Menezes – priscila.menezes@uel.br

DADOS GERAIS:

1. Gênero: () Feminino () Masculino
2. Faixa etária: () Até 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () Mais de 50 anos.

DADOS PROFISSIONAIS E DE FORMAÇÃO:

3. Você realizou algum curso superior? Qual (is)?

4. Em que ano concluiu o(s) curso(s) de graduação:

.....

Em qual universidade / faculdade?.....

5. Você fez (está fazendo) curso(s) de pós-graduação? () Sim () Não. Onde?

.....

Quando?

.....

6. Em nível de:

() Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós- Doutorado

7. Há quanto tempo está no serviço público?

8. Instituição a que está vinculado:

9. Qual o setor de sua lotação? Desde qual ano está nesta lotação?

10. Já atuou em outros setores? Em caso afirmativo, quais?

11. Quais suas principais atividades na Ifes?

12. Desempenha (ou) alguma função de chefia? Qual?

13. Você ingressou por concurso público? () Sim () Não.

13.1 – Ingressou no serviço público nesta instituição? () Sim () Não. Em qual?

.....

14. Qual sua carga horária (horas) semanal:

APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado de entrevista

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?
2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?
3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?
4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.
5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?
6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?
7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?
8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?
9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?
10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Representações Sociais expressas nos discursos de arquivistas acerca do gerenciamento de riscos nos arquivos das universidades federais brasileiras”.

Sua participação não é obrigatória, a qualquer momento você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição a qual estes são vinculados. Neste termo consta os meios de contato com a pesquisadora responsável, a qual você poderá esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e sua participação.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL/ INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Esta pesquisa está sendo conduzida pela Me. Priscila Lopes Menezes, no âmbito do seu doutoramento, supervisionada pela orientadora Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque e o coorientador Prof. Dr. Marcos Antônio Moraes, todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina.

PATROCINADOR: Esta pesquisa está sendo realizada com recursos da própria pesquisadora, sem apoio financeiro de agências de fomento ou outros.

OBJETIVO GERAL: Evidenciar o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como metodologia para compreender as Representações Sociais (RS) acerca da Gestão de Riscos (GR) manifestada pelos gestores de arquivos das universidades federais brasileiras.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Ao concordar em participar desta pesquisa você responderá uma entrevista e um questionário de caracterização, a ser aplicado *in loco*, pela própria pesquisadora.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos para a participação nesta pesquisa são mínimos e estão relacionados à possibilidade de desconforto ao entrar em contato com conteúdos que podem ser percebidos como incômodos pelo (a) participante e/ou um leve cansaço em ceder seu tempo. Como forma de evitar desconfortos físicos, estes procedimentos serão realizados em local escolhido pelo (a) participante onde o(a) mesmo (a) possa sentir-se confortável. Caso ocorra qualquer situação incômoda, durante a realização da entrevista, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento, a qual prestará a assistência necessária e estará ao dispor para quaisquer esclarecimentos.

BENEFÍCIOS: Como benefício, você terá a oportunidade de refletir sobre o tema abordado, colaborar para a produção de conhecimento a partir da pesquisa no Brasil e receber via e-mail o Relatório Final da tese.

CUSTO/ REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não há nenhuma forma de compensação financeira por participar desta pesquisa.

EXPOSIÇÃO PESSOAL: Sua identidade estará em absoluto sigilo, as informações prestadas serão de uso confidencial e qualquer dado que possa vir a identificá-lo será omitido. Nenhuma informação sobre o participante será exposta em possíveis publicações desta pesquisa.

DÚVIDAS: Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por esta pesquisa:

Priscila Lopes Menezes

E-mail: priscila.menezes@uel.br

Este documento e o projeto de pesquisa foram revisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP/UEL, LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14), sob o número do parecer 6.703.520, no dia 14/03/2024.

Endereço: Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), Londrina/ PR. CEP: 86057-970,

Telefone: (43) 3371-5455,

E-mail: cep268@uel.br

_____, ____/____/2024.
(Cidade, Estado) (Data)

Assinatura pesquisadora: _____

Eu, _____
abaixo assinada, portadora da carteira de identidade número _____, declaro estar ciente dos procedimentos que essa pesquisa envolve, desta forma autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas e que serão usadas para fins exclusivamente de pesquisa científica. As mesmas poderão ser apresentadas em eventos, publicadas em revistas, livros e outros veículos que servem para publicação de trabalhos científicos, com a responsabilidade de manter o anonimato de minha identidade. Estou ciente de que a qualquer momento posso tirar dúvidas e interromper a minha participação na pesquisa.

_____, ____/____/2024.
(Cidade, Estado) (Data)

Assinatura participante: _____

APÊNDICE E - Roteiro de observação direta

DATA:
LOCAL:
HORÁRIO:
DURAÇÃO DA OBSERVAÇÃO:
SEIS CAMADAS DO ENVOLTÓRIO
1. Região geográfica:
2. Entorno do prédio:
3. Condições do prédio:
3.1 Janelas
3.2 Portas
4. Local de guarda da documentação:
4.1 Salas de consulta/ exposições:
4.2 Salas dos servidores:
5. Mobiliário:
6. Embalagens de armazenamento:
DEZ AGENTES DE DETERIORAÇÃO
UR controlada?
Temperatura monitorada?
Luz e UV controladas?
Poluentes próximos?
Presença de pragas?
Risco de alagamentos, mofo?
Risco de incêndios?

Quanto à furtos, o ambiente é monitorado?
Quanto a perda do acervo, existem inventários? Os sistemas estão atualizados?
A massa documental tem parte rasgada? Deformada por forças físicas?
INTERAÇÃO
1. Usuários na unidade arquivística:
2. Instrumentos de pesquisa e difusão:

APÊNDICE F - Termo de consentimento para fotografias e/ou gravações

Permito que sejam realizadas fotografias e/ou gravações do ambiente arquivístico para fins da pesquisa científica intitulada “Representações Sociais expressas nos discursos de arquivistas acerca do gerenciamento de riscos nos arquivos das universidades federais brasileiras” e concordo que o material e informações obtidas possam ser publicados em eventos e/ou publicações científicas. As fotografias e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e, sob a guarda da pesquisadora responsável.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

APÊNDICE G - Transcrição das entrevistas¹²**Entrevista 1:****1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?**

O primeiro cuidado que a gente tem é... com o recebimento dos documentos que são encaminhados para nós né... cuidado com o sigilo das informações, cuidado com o material que está sendo... onde esses documentos estão guardados. Nos preocupamos e tomamos todos os cuidados quanto a ordem dos documentos, e a colocação deles nas estantes. Então, como no arquivo, ele não fica aberto diariamente, nos períodos que a gente mantém ele aberto, porque a gente faz questão de que esteja pelo menos dois dias na semana aberto para que possa circular o ar natural, para que o ambiente tenha essa... os documentos possam também receber esse ar natural e não ficar... não se decompor com rapidez, por conta de cheiro de fungos, então a gente tem esse cuidado. Duas vezes por semana o espaço é limpo, com todos os cuidados quanto à umidade do material usado. Então o pessoal que limpa aqui toma todo cuidado e a gente sempre acompanha para que eles não excedam no uso de água, por exemplo, tudo isso tem relação com a preservação, né... Enfim, basicamente, acho que são esses cuidados que a gente tem.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

Hoje o espaço é um espaço novo, uma construção nova e a gente observou bastante, até durante as obras aqui, como que esse espaço ia se comportar em relação, por exemplo, às chuvas, que era uma preocupação nossa por conta do arquivo ficar no solo. Então a gente teve uma preocupação muito grande, até documentei isso na época, essa preocupação em relação às chuvas. Mas todas as chuvas que a gente teve no final, no início do ano, e a gente teve um volume grande de chuvas, a gente observou zero risco de entrar água dentro do arquivo. A parte, por exemplo, de iluminação feita recente, por pessoas capacitadas, então a gente acredita que a parte de iluminação está bem estruturada, está bem-feita para evitar algum tipo de curto. O

¹² Cumprindo com o TCLE assinado, os termos entre colchetes com reticências “[...]” indicam dados suprimidos para preservação da identidade dos entrevistados.

que a gente ainda não tem, aliás, nós temos, mas ainda não foram distribuídos, são extintores de incêndio dentro do arquivo por conta da equipe que faz essa mensuração e esse planejamento, a equipe está toda em greve. Então a gente está aguardando, já foi comunicado com eles, mas a gente está aguardando o retorno da greve, para que eles possam vir aqui dimensionar os pontos adequados para a colocação dos extintores, que são os cuidados que a gente tem em relação a acidentes. Acho que é isso.

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

Que eu tenha presenciado, não. Eu sei que já aconteceu, não trabalhava nem na instituição ainda, aconteceu. Hoje o arquivo central está ocupando, desde que foi criado mais ou menos ali para 2010, é o terceiro espaço que ele está sendo ocupado, com promessa de não acontecer mais mudanças. Até... dentro dos riscos, essas mudanças podem se tornar um risco grave. E foi prometido para nós que ficaríamos definitivos aqui. O primeiro espaço onde o arquivo foi colocado, teve problemas com enchente. Entrou bastante água no arquivo. Escutei de pessoas que trabalhavam na época que a água não chegou nos papéis. A água ficou só mais baixinha, mas chegou a molhar a base dos arquivos. Então, ali realmente oferecia um risco, então aí, por conta desse problema, o arquivo foi transferido para um outro local que a princípio não teria riscos de inundação. Mas era um local que oferecia... era um prédio antigo, sem manutenção, com telhado constantemente, que dava goteira dentro do acervo, inclusive sobre vários arquivos. Era um lugar que não tinha... as janelas antigas, que ficavam um pouco entreabertas, mas nem abria, nem fechava, então não tinha circulação de ar. Embora muito grande, mas era um lugar muito precário e que a gente não conseguia manutenção lá. Foi recente que eu assumi aqui, e aí eu comecei a solicitar que a gente comesse a ter manutenção dentro daquele espaço. E quando foi proposto a construção de um arquivo, onde seria feito de uma forma mais adequada, isso foi bem interessante pra gente, uma oportunidade pra gente ir pra um espaço mais organizado e mais adequado. Então, hoje a gente não tem nenhum risco iminente que a gente consiga perceber.

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

Bom, a gestão de risco, ela... eu acho que é fundamental em qualquer empresa, em qualquer casa. Aquela situação de procurar evitar que alguma coisa estrague ou quando estragar já procurar resolver no início de uma forma mais adequada para evitar problemas maiores. Hoje a gente trabalha aqui com observação, a gente fica muito atento a todas as situações que podem ocorrer, como eu disse, questão de chuva, se há algum risco de entrar, de ter alguma enchente aqui dentro, ou que fosse mesmo... de qualquer forma que pudesse entrar, algum tipo de água, questão da gente... Logo que foi feita a instalação elétrica, a iluminação, a gente pediu para o engenheiro elétrico avaliar o serviço, se estava adequado para evitar qualquer tipo de risco de curto-circuito. Então, esses são os cuidados que a gente tem assim, pedindo profissionais pra que façam esses diagnósticos, essas avaliações né... como foi feito. E observar, sempre atento, a gente percebendo algum sinal, algum sintoma de risco, a gente chama profissionais para avaliar novamente.

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

Pois é... Hoje a gente, assim... houve, houve, eu vou colocar no início, eu repito, eu não estava aqui naquele início, né? Quando foi criado o arquivo, houve um investimento muito grande com o arquivo. Houve uma atenção, um cuidado da administração superior, tanto que a gente vê vários desses arquivos que a gente tem aqui, que são arquivos caros. Então a instituição investiu em uma boa estrutura, em um bom mobiliário para o arquivo. Mas aquilo ficou estagnado a partir daí. Então, houve agora, recente, a construção do espaço que a gente tem hoje, houve um investimento para melhoria, mas eu não posso te falar que hoje, até porque a gente está mudando de gestão, semana passada a gente teve a alteração da gestão da universidade, novo reitor com toda a equipe. Existem promessas para todos os lados, de investimento, de olhar com mais atenção, mas eu não posso afirmar que a gente vai ter ou que não vai ter. Então hoje eu não posso afirmar isso.

A gestão que terminou agora, a anterior, eu posso dizer que a partir da experiência, a gente solicitou várias vezes manutenção no antigo prédio, onde estava o arquivo, e a gente não foi atendido. As demandas não foram bem aceitas. Ignoraram, infelizmente. Por isso, quando proposto de um novo espaço, eu achei uma oportunidade muito boa de ter um espaço melhor, um ambiente mais agradável para se trabalhar, tanto para a gente trabalhar quanto para a preservação do material, dos documentos que ficam

aqui.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

Não, não. Até então nós nunca desenvolvemos nenhum programa ou atividade, que seja de divulgação, que seja para atender o grande público. A gente atende estritamente o público interno da instituição. Então, tudo que a gente tem aqui é só mesmo internamente. A gente começou, mês passado, a desenvolver um trabalho de avaliação do conteúdo do nosso acervo documental, onde a gente pretende começar a criar instrumentos, guias, catálogos pra divulgação, e a gente vai também já separar o acervo documental de guarda permanente, de conteúdo histórico pra começar a pensar em alguma... em algum trabalho, em alguma proposta aí de divulgação, de disseminação dessa informação. Então, hoje a gente não tem, a gente tem os planos para desenvolver, mas a gente sabe que isso vai demandar muito tempo e a gente não sabe se talvez daqui uns dois anos a gente já tenha alguma coisa a oferecer. Ontem, numa reunião, levantava-se assim... a gente desenvolver um sistema pro arquivo, um banco de dados, para a gente também lançar essas informações. E aquilo que é público, aliás, aquilo que é permanente, a gente tornar público. Aquilo que não é permanente, claro, que enquanto intermediário, corrente, claro, ele continua restrito à instituição, àqueles que trabalham aqui.

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

Acho que eu comentei, né? Repetindo, eu acredito que é fundamental. Eu posso dizer assim, no ambiente que eu trabalho, a gente tá vinculado a [...]. Tanto que a gente fica a maior parte do tempo lá na [...], trabalhando com gestão de unidades, trabalhando com gestão de documentos. A maior parte do tempo tá lá... A gente percebe um cuidado e uma dedicação com essa equipe que está lá, que tem várias outras atividades, mas é uma equipe grande, a gente percebe uma atenção e um cuidado com essa questão da preservação, da questão dos riscos. A gente tem percebido recentemente um amadurecimento nesse processo. Eu digo isso no espaço que eu trabalho. Não sei dizer nos outros setores, nas outras unidades dentro da instituição. Mas eu acredito que é uma cultura que está começando a aparecer, o pessoal está começando a tomar a ciência da importância. Eu acho que sim. Eu via, [...], cinco anos

atrás, a gente começou a ter algumas reuniões para discutir essa questão de gestão de risco [...]. Embora era muito teórico ainda, mas tem que começar de alguma maneira. Então a gente já começava a levantar essa preocupação de desenhar alguma coisa em relação a isso. Como eu saí de lá, eu não sei se isso aconteceu, desenvolveu, eu não posso dizer. Mas eu sei na [...] que existe realmente uma preocupação e os gestores que estavam na época, agora mudaram e eu acredito que os que estão chegando agora também têm esse cuidado. Não era uma demagogia, eles realmente tinham esse cuidado, essa atenção ali no setor e pensando em toda a instituição. Embora, é claro que é uma questão muito cultural também, que não é simples de ser trabalhado, implantado e leva tempo. Aconteceu recente isso, numa fundação vinculada a [...], uma fundação privada, que eles têm um legado documental gigante. E é uma massa documental acumulada, um negócio assustador, o que eu vi lá. Então eles começaram, olha o que nós vamos fazer com isso e tal, vamos digitalizar e eles me chamaram para uma reunião para orientar e conversar e tal. Aí eu questionei isso. Falei várias questões, vários critérios técnicos que demandam esse processo, mas aí, agora vocês têm que pensar em um sistema também, um sistema para guarda desse material, nós pensamos em deixar no HD externo. (risos)! Pode ser isso aí? Um HD externo de uma hora para outra pifa! Ah, mas tem backup. Pifa também! Enfim, coisas básicas, né? Mas enfim...

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

A gente não tem isso documentado, um protocolo. Levantou uma questão importante. A gente não tem esse protocolo definido, eu estou falando em termos de arquivo. A [...] tem, arquivo não temos. Levantou uma questão para a gente pensar e trabalhar a criar esse protocolo, documentar isso e treinar a nossa pequena equipe.

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

Sim, sim! Nós temos muitos documentos que trazem toda a história dessa instituição. E aí é um legado de trabalho, de constituição, de contribuição. Então tem uma importância, tanto para a instituição quanto para a sociedade, enorme. Nós estamos dando apoio lá no museu, eles têm um volume documental... Museu da [...] mesmo. Eles têm um acervo documental grande lá. E no ano passado, a museóloga que trabalha lá, responsável lá, ela nos procurou para pensarmos o que pode ser feito com

esse material. Então a gente começou a trabalhar lá. Um dia, um período, aliás, na semana, por cinco horas, a equipe do arquivo, a gente vai lá para o museu e a gente fica lá. Então toda quarta de manhã a gente está lá, a manhã toda, fazendo esse trabalho. Isso já desde o ano passado, já vai dar quase um ano que nós estamos fazendo isso, de organização desse material que vai ser digitalizado, mas aí não é para descartar esse material, não é para descartar os papéis, mas é para dar acesso, para publicizar e permitir que todos tenham acesso. Então, essa semana, semana passada, começou a digitalização. Uma empresa terceirizada, lá de [...], eles vieram, embalam, a gente acompanhou tudo. Levaram parte do que já estava pronto, eles levaram, começaram a digitalizar e eles vão usar um sistema, eu não me lembro o nome, mas é um sistema muito utilizado nos museus. E tem vários requisitos, não é o RDC-ARQ, por exemplo, mas é um sistema que tem vários requisitos do RDC-ARQ que dão uma certa segurança nesses arquivos. Enfim, então, acho que é fundamental e a gente tem essa preocupação hoje lá, a gente está desenvolvendo esse trabalho e como a gente está começando agora a separar já o material permanente, a gente já tem esse intuito, ainda não sabemos quando vai ser possível começar, mas a gente já tem esse intuito de digitalizar não para eliminar, porque nem pode, é permanente, mas para a disseminação da informação. Então, acho que isso é fundamental para a sociedade conhecer, né? Os pesquisadores, enfim.

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

Pensando no foco da pesquisa sobre gestão de risco, acredito que não. Nós não temos não. Uma pequena relação, acho que tem relação de alguma maneira. Esse arquivo foi montado mais ou menos em 2010. Na época, veio um arquivista para a universidade, ele entrou em 2009, e aí ele começou a desenvolver, a desempenhar um trabalho de gestão documental, e depois, em 2010, começou a criação, a estruturação para a criação do arquivo. Mas, nesse processo de gestão documental, ele foi a alguns departamentos, pelo que eu sei, ele não trabalha mais na [...], ele ficou aqui de 2009 a 2012, ele saiu, passou em outro concurso e foi embora. Eu não o conheci pessoalmente. Mas, ele orientou várias pessoas sobre o processo de guarda, de organização dos documentos. Fantástico. E o pessoal começou a guardar os documentos nas caixas, cada um da sua maneira, conforme entendeu, conforme adaptou, que foi orientado, e aí guardou nas caixas e mandou para o arquivo. Vieram

para cá essas caixas. Essas caixas foram colocadas nas prateleiras e não foram revisadas, classificadas, não teve isso. Então, de certa forma, não sei se está alinhado com o que você fala, com o seu trabalho, a questão do mapa, a questão da gestão de risco, é a questão do risco de não encontrar o documento. Acho que também pode entrar isso. E como agora a gente começou a mexer, então a gente está tirando documento por documento de caixas, das caixas, avaliando, classificando, recolocando, separando aquilo que de acordo com a temporalidade já pode ser eliminado, já está separando. Aquilo que é guarda permanente, a gente já tá fazendo todas as anotações para refazer as etiquetas nas caixas de identificação pra que na necessidade a gente consiga recuperar com rapidez aquilo que é necessário. Já aconteceu recentemente, desde que eu estou responsável aqui, já aconteceu de a gente deparar com situações de a gente não encontrar o documento, foi solicitado e, preciso do documento que está em tal caixa. Porque foi organizado por lá, então eles têm essa informação. Aí ok, a gente vai na caixa e não está. Aí a gente procura, procura e já algumas coisas conseguimos achar, outras a gente não consegue achar. E tem casos também de setores que pedem... Olha, preciso do documento tal, da caixa tal, tá certinho, correto, perfeito, assim, foi muito bem-feito. Então, é uma questão de risco também, de não encontrar a informação. E foi colocada lá, quem produziu esse documento, ele colocou no lugar certo, conforme ele acha que colocou. Às vezes nem foi colocado, enfim, tudo isso a gente está tentando trabalhar e levantar aí, né, dentro do processo de gestão documental, né. É complexo, a equipe é pequena, né, hoje somos três, [...] e eu tenho pedido muito, insistido muito na necessidade de ter, num próximo concurso, a gente ter uma vaga para arquivista, né? [...] vir um arquivista para agregar e somar na equipe vai ser fantástico. E aí eu dou todo o apoio para ele. Mas hoje somos dois [...] e uma terceirizada. Que é uma menina superinteligente, que nos dá um apoio extraordinário, mas não tem a formação adequada nessa prática, mas ela tem estudado, a gente passa diversos cursos para ela, por exemplo, cursos da ENAP, cursos do Arquivo Nacional, ela se dedica e está aprendendo e está colaborando muito com a gente. Mas enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente.

Entrevista 2:

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?

A preservação é tanto analógica quanto digital né... Preservação digital aqui ainda não tem né... repositório essas coisas não têm. Enquanto a parte física ainda está iniciando, porque a gente só fez a gestão de risco, mas não tem nem equipe para trabalhar com o suporte papel. Eu vou te mostrar depois.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

É... foi mapeado os processos, feito a gestão de risco, só a parte documental, mas ainda nem iniciou a preservação, muito menos o monitoramento.

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

Sim, o espaço não é suficiente e ele não está preparado para fazer a preservação, nem para acondicionar os documentos que estão atualmente. Em questão de instalação do arquivo principal, tem situações que os documentos estão no chão, você vai ver, vai ter as fotos, e teve situação de mofo, mas aí fizeram uma reforma, então aí tá o risco. E aqui é um pouco fechado né... A única coisa que fizeram é que colocaram exaustores. E o outro arquivo, ele já tá errado, porque ele tá no terceiro andar. Foi antes de colocar o arquivo lá, no terceiro andar foi solicitada obras de engenharia, se poderia colocar. Ele disse que sim. Então já tá no alto, um grande peso. Então o risco é a equipe que não iniciou, você vai ver como eles estão mal acondicionados e a estrutura que fica a desejar.

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

Eu acho que é fundamental pra não perder a documentação, né? Porque aqui tem documentação permanente, né? O principal problema é deteriorar a documentação, que não tem nem local, nem equipe, e vai perder a memória da instituição. Perda de memória, vai... Lógico que tem documentos aí que vendo direito, vão ter que eliminar em 50 anos, vamos dizer, né? Mas mesmo assim, tanto os que não foram permanentes, as pessoas perderam os direitos. Então seria perda de memória e perda

de direito dos funcionários que estão aí, dos documentos funcionais.

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

Existe apoio, sim. Não temos um orçamento próprio, mas assim, o que é solicitado eles atendem. Só que a pior situação é pessoal, não dá, não consigo... é só um arquivista para os três campus. Embora os outros campus sejam mais novos, um vai comemorar [...] anos..., mas aqui, é [...] aqui, de [...], já tem [...]...[...]. Então, por mais que tenha um apoio, mas não tem como contratar pessoal. Então, são solícitos sim, a chefia, mas tem restrição para a contratação de pessoal. Então, acho que pode colocar que não é atendido né... Você vai ver aqui... O que que acontece? Vem transformação digital. Então aí eu fico muito por conta da implantação do SEI. Aí eu sou administrador do SEI, aí não tem como não ser eu. Aí você fica na transformação digital, mapeamento de processo para peticionar... Aí o acervo físico fica parado. E muitas das atribuições que eu tenho que fazer ainda na transformação digital, quem faz é a [...]. Então o problema é pessoal e eu concluo que não tenho um apoio financeiro para a contratação de mais pessoas. Tanto servidor como terceirizado, tanto faz. Porque a [...], ela faz a mesma coisa que eu faço, não faz menor diferença. Então eu concluo que não tenha um apoio financeiro para a contratação de pessoal. E em questão de materiais, material sim, material tem. A estrutura, eu, em relação ao espaço físico, eu não vou falar que o espaço físico seja ruim, embora você vá tirar foto e ver que está no chão. Eu acho que o problema é pessoal, porque se tiver uma gestão, eliminar, eu acho que aqui, passível de eliminação deve ter bastante, então eu acho que se fosse feito um trabalho mais com o pessoal, acho que talvez espaço até daria. Então, o espaço físico, acho que está ok. Material não há problema. A aquisição de material isso aí tá ok.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

É... Existe sim, mas é pontual. Não ocorre descrição e difusão aqui, sem chance. Mas é por demanda. Atualmente tem uma menina que quer fazer uma pesquisa de estudantes do início da década de 1920, de 10 a 40, mas foi uma demanda do curso de História que ela veio procurar o arquivo. O arquivo não consegue disponibilizar, não consegue tratar do acervo, muito menos descrever e fazer a difusão... não tem o

hábito não. Então, o problema é por demanda. Existe aproximação, mas por demanda. O arquivo não disponibiliza nenhum serviço... Não faz exposição, sem chance. Mal atende o SEI... e a demanda... atendimento ao público não sobra tempo.

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

Eu acho que, antes da gestão de risco, eu acho que só pode fazer gestão de risco se tiver mapeado os processos né... Como eu não sei nem o que eu faço né... sem eu saber o que eu faço, eu não sei né... sabendo o que eu faço, eu posso fazer um dimensionamento de material e de pessoal. Depois do mapeamento, que eu acho que sem mapeamento não tem como fazer gestão de risco, eu acho fundamental a gestão de risco até que, quando foi feita a gestão de risco aqui, foram utilizados os mapas. Então eu acho fundamental, novamente, para não perder a memória, também não perder documentos que dão direitos aos funcionários, que têm insalubridade, hora extra. Então, eu acho fundamental para não perder a memória e os direitos. Primeiro, a gestão de risco lá, assim, não tem... Eu acho que não tem nenhuma cultura de gestão de risco, não existe isso. Eu acho que existe... depois que acontece o problema, vem fechar a porta, depois que o ladrão vem, fecha a porta. Eu acho que não tem uma cultura de gestão de risco. Aí você fala: Ah, mas eu vi que vocês fizeram. Fizeram porque é o atendimento de uma legislação. Isso aí é... O inferno é cheio de boas intenções né. Não adianta nada. Palhaçada. Então, eu acho que não tem uma gestão de risco, a gestão de risco é mais normativa e por fim, você pôs gestão de risco... Se não tem gestão de risco para serviço de incêndio, imagina para o arquivo. Então eu acho que não tem.

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

Eu citaria, por exemplo, que não existe plano de... como se chama aquele plano? Não foi feito aqui o plano, por exemplo. Não tem um plano aqui, depois eu vou lembrar o nome. Se começar aqui um problema de água ou fogo, não tem um plano de qual documento que eu tiro primeiro. Não tem. Eu acho isso fundamental. Eu esqueci como é que chama aqui, aquele documento, mas não foi feito o plano. Não vou te mostrar esse arquivo... nem lá, o arquivo que está no terceiro andar, nem no acervo acadêmico. Então não tem um plano, não existe um plano para qual obra que tira o

primeiro. Qual documento que tira primeiro. Não existe ainda.

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

Sim... A menina da História quer fazer uma pesquisa. A pesquisa dela era pra ver como que era a formação. Como que são as primeiras alunas da [...]. Eu acho que seria interessante se tivesse aí um serviço, um serviço de descrição e difusão, porque ela poderia consultar isso no ato. Então é a pesquisa dela, mas não só a pesquisa da História, porque a relevância das mulheres no começo da formação da cidade, mas para a própria cidade, porque seria interessante, porque a [...] tem um papel importante na história de [...], porque muitos que eram diretores aqui eram deputados aqui da assembleia de [...]. Então, essa história tá enterrada aí e não está sendo disponível. Então, acho que a função social, tanto para a pesquisa da própria instituição que tá ocorrendo aí uma demanda de uma aluna do curso de História, como para a própria cidade que ainda não está sabendo de nada. Isso seria fundamental.

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

Aqui... a gestão de risco, a sua gestão de risco vale para os dois né..., tanto digital como... A preservação, acho que é destacar que às vezes começam sistemas, né, como o SEI, em que também são produzidos documentos, porque só a implantação do sistema não quer dizer que está sendo organizado, né? As atividades, elas continuam, que é aí que vem o mapeamento. Elas continuam sendo repetitivas, ou seja, do mesmo jeito que ele está produzindo esse documento desorganizado que você vai visualizar... no papel. Isso deve estar lá no servidor. Então, eu acho que... Eu acho que é até preocupante, que... eu acho que vai ser mais caro armazenar, eu não tenho ideia, o digital do que esse. Preservar o digital do que esse. A obsolescência dessas coisas. Então, eu acho que a gestão de risco deve, né... Apesar que tem toda uma legislação né, tem resolução para a preservação e tudo, mas eu acho que deve... São poucas instituições, não sei da sua pesquisa, as que já vão ter, né, o repositório confiável. Então, eu acho preocupante. E do mesmo jeito que tá bagunçado aqui, que fica visível. Lá fica numa sala de cadeados, né. (risos)! Então, eu acho que lá também precisa... porque não mudou nada. Só um sistema, só digitalizou a bagunça. Então eu acho importante, né, para a instituição e para o público isso. E aí, um dos seus problemas foi a questão cultural, né... E aí, nós aqui não fazemos tanta essa

divulgação, não temos tempo, por exemplo. Nós não temos condições de falar que se o documento permanente é digitalizado, ele não pode ser eliminado. Então, há... então, abro aspas: “Há pessoas na [...] que falam assim, ah, não... está com problema de espaço, então eu vou digitalizar e jogar fora”. E esses documentos eram permanentes. Então, no tópico que você falou sobre a conscientização, o arquivo aqui não faz, não dá tempo, mal atende a demanda. Então, eu acho que seria estar junto com essa conscientização. A pessoa pensa que digitalizar ali, além de não poder, vai resolver. Então, eu acho que esse é o problema do digital, seria... Já que o papel não teve gestão de risco, eu não sei quando começou o estudo sobre gestão de risco, pelo menos já se tenha definido gestão de risco, daqui pra frente, o problema do digital, poderia já que... Já dá pra ir antes, não dá pra... não é? Não dá pra consertar a roda com o carro andando. (risos)!

Entrevista 3:

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?

Eu acho que aqui a gente tem tanto a preservação dos acervos especificamente, mas a gente tem uma atribuição diferente que é a preservação do prédio. [...] a manutenção desse prédio, ela fica toda a cargo das nossas solicitações. Então, nossa função assim, não só, fazer vistorias nos arquivos, ver como estão as condições, fazer a conservação preventiva... É... E é tudo mínimo, por conta de material. É uma troca de invólucro, é uma caixa que a gente tem que trocar, dar uma olhada de vez em quando como é que está a umidade, porque a gente não tem nenhum aparelho específico. Mas além do que a gente faz nessa parte de conservação do acervo, a gente tem que ficar muito de olho na conservação do prédio. Vazamento, calha, telhado... A gente já teve aqui enxurrada, né? Enxurrada de descer água escada abaixo, descendo pelas lâmpadas, assim, a gente fez proteção com o corpo. Eu entrei na frente do computador enquanto alguém pegava balde, algumas pessoas ficaram na frente do arquivo para não entrar, porque a água jorrava. Então, assim, essa manutenção do prédio também faz parte dessa nossa rotina, não só a do acervo especificamente.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

Sim, constantemente. Nós temos aqui uma conservadora-restauradora que é a [...], e ela constantemente faz esse monitoramento com laudos técnicos e com o calendário, basicamente. Faz um periódico, tanto de... eu chamo de desinsetização. É, desinsetização. É, por exemplo, é uma das ações. A questão do... tem um calendário, por exemplo, de verificação de extintores. Tem um calendário que, ao redor aqui do prédio, de manutenção dessas, fazer a capina. Então, assim, essas rotinas, elas são muito bem estruturadas no nosso cotidiano. Para além disso, tem a situação do próprio acondicionamento e condições físicas dos documentos em si. Então, se nós temos algum documento, algum acervo que está em alguma situação de risco, seja por agentes patológicos ou por algum acondicionamento físico que o prejudique, aí nós fazemos alguma intervenção mais direta naquele acervo ali. Por exemplo, nós temos um acervo que tem livros. E um belo dia nós vimos que tinha, eu nem sei qual era o nome daquele agente ali, mas eram uns bichinhos. Uns carunchinhos, falando na linguagem do povo, uns carunchinhos. Nesse dia foi um auê! A [...] chegou ali parecendo um caça-fantasma. Chegou ali com aspirador e vários... Nós até fizemos uns vídeos e tal. Foi até bom que, para os nossos estagiários, nós recebemos aqui estagiários de patrimônio, de estágio obrigatório do curso de História, nós fizemos uma intervenção mais direta aí com a preocupação de não passar para outros acervos. Da mesma forma, quando chega também acervos que não estavam no arquivo, que nós recebemos de doação, ou de acervos de fora, esses passam por quarentena, não vão direto para o local de custódia. Então são alguns cuidados que nós temos no dia a dia para preservar ao máximo essa... porque eu citei, são só alguns, são algumas coisas da nossa rotina para preservar ao máximo a nossa documentação, que é uma documentação antiga. Nós temos documentos aqui desde... 1836? 1836. O mais antigo aqui é de 1836. É. Então... Tem cada coisa ótima aqui. E em vários formatos. E essa coisa dos vários formatos também é um outro desafio para preservação. Porque, por exemplo, um acervo fotográfico é diferente, totalmente diferente, tem relações químicas, biológicas, totalmente diferentes de um acervo em papel comum, por exemplo. Não, aí tem papel cartográfico, por exemplo, que é outro tipo de tratamento, o que dificulta pra gente, porque o recurso não é vasto. Mas, assim, essa preocupação, essa periodicidade de fazer essas, né, manutenção de calha, por exemplo, que pra gente que toma conta do prédio é importante. Então, tudo isso a gente tem, mas nem sempre as coisas ocorrem. Por exemplo, a manutenção de extintores, a gente sabe, mas nem sempre a gente consegue a troca

efetiva naquele momento. Por quê? Porque tem que entrar com os pedidos, esperar as épocas corretas. Então, assim, a gente tem esse trabalho, algumas vezes a gente percebe falhas nele, por conta de uma estrutura que não depende de nós. Mas a nossa parte de vigília a gente faz. É um prédio dentro de uma estrutura gigante de uma [...], que é uma universidade... [...], o que eu acho que a gente faz uma diferença enorme.

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

Bom, uma água jorrando do teto! (risos)! Uma vez, a [...] acho que nem estava aqui ainda, no galpão que você vai conhecer onde funciona o arquivo intermediário, até o [...] que você conheceu, ele que fica no arquivo intermediário, ele não gosta que se chame lá de galpão, mas tem que explicar que lá é um galpão. Uma vez, simplesmente, as estantes fizeram assim (mostrou gestualmente) aquelas estantes enormes que são pregadas no teto, elas simplesmente viraram papel, pegaram todas as caixas, transformaram as caixas num negocinho deste tamanho. E que a gente previa o peso, mas não tinha lugar, ou era ali, ou era no chão e acabou detonando ali. Tivemos um maior trabalhão porque danificou documento. Essa água que não chegou a danificar documento, mas já queimou equipamento, nós já perdemos notebook queimado, assim, não perdemos mais porque, graças a Deus, quando essas coisas acontecem a gente tá aqui. E quando a gente não tá, não é a lâmpada em cima da sala, é outra lâmpada que desce água. Então, assim, a gente sempre deu essa sorte também. Mas, a gente já vê a garagem cheia, eu tô até com umas ideias agora, principalmente agora depois desses eventos do Rio Grande do Sul, do arquivo de Santa Maria, de abrir um buraco nas paredes aqui, do fundo, para se algum dia entrar água aqui, a gente abrir para escoar. Por que, o que que acontece? Se alguma coisa acontecer aqui, a gente enche. Porque aqui não tem escoamento, não tem nem ralo. E, nós estamos numa parte baixa. Essa área, é uma área que tende a alagar, qualquer chuva. Não é... Não precisa chover muito não. Pois é, então eu tenho pensado, depois agora, foi um pensamento muito recente, foi outro dia que eu estive aqui, e falei, olha, [...], vou pensar seriamente em pedir para fazer um escape mesmo, porque se acontecer, que pelo menos ela vaze, porque em relação ao terreno, essa parte aqui está alta, o terreno está em declive. Então, essa parte aqui, depois eu vou te mostrar lá atrás, ela está alta. Então, se a gente coloca um escape, a tendência é que a água

consiga sair, mesmo que danifique um pouco, mas ele não vai virar uma piscina. Hoje sim, hoje viraria uma piscina. Então, assim, já passamos por alguns apertos. Nós já pegamos documentos, que chamamos o Arquivo Nacional para dar perda total, porque não tinha condições nenhuma de higiene. E esse arquivo, inclusive, ele foi retirado, ele foi eliminado com aquele pessoal que tira o lixo tóxico de hospital. O arquivo saiu com esse pessoal. A gente tem fotos. Não estava sob custódia do arquivo. Sob custódia do arquivo, o que acontece foram esses incidentes. Agora, nós já pegamos acervos em níveis críticos, que a gente trabalhou parte dele, teve que eliminar parte, e pegamos um como esse, que chamaram a gente. A gente nem tinha, nem sabia o que era, não estava sob nossa responsabilidade. A universidade precisou do prédio e falou: “Oh, tem um arquivo aqui!”, vamos chamar os arquivistas. Então, assim, já aconteceu com arquivos que não estavam sob nossa responsabilidade, coisas horríveis, mas sob nossa responsabilidade a gente não teve perda. A gente já teve assim, né, os sinistros desses que corre, a gente perdeu equipamento, mas acervo em si, graças a Deus... Desde que eu estou aqui, a gente nunca perdeu, né? Danificou assim, igual nesse dia, danificou alguns documentos, mas nada que a gente não pudesse recuperar.

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

Esse é um debate que a gente tem travado muito com a administração, com a nossa [...] e com a administração sobretudo em relação ao arquivo. Até então, com relação tanto com a administração anterior, acho que também com essa, a gente tem até que tem um bom fluxo, um bom diálogo com relação a isso, porque quando a gente demonstra, mostra necessidade e justifica, eles, à medida do possível, eles nos atendem na necessidade que a gente tem. Lógico, tem coisa que é muito mais difícil, né? Nós estamos em um prédio que tem quantos anos? Então, assim, tem mudanças que são mais complicadas. Só que tem algumas situações que são realmente muito mais complicadas de serem resolvidas, porque seriam, demandariam, são situações que demandam estruturas muito maiores, que estão muito acima de nós, que é o caso do galpão. Então assim, trabalhar gestão de riscos aqui, por exemplo, nesse prédio, até que, bem ou mal, nós temos conseguido, pelos exemplos que nós já demos. Mas, por exemplo, trabalhar gestão de riscos no galpão, a meu ver, até então nós estamos trabalhando com redução de danos. Mas o próprio fato do arquivo ser no galpão é

bem complicado. Muito. Se você tem uma ideia, a gente não conseguia colocar um piso. Vai conseguir agora, tá? Mas a gente não conseguia colocar um piso. Em fevereiro fez um ano que a solicitação do piso está feita, cheia de promessas. E não é o piso no galpão inteiro não, é na área administrativa, porque o piso lá é de cimento grosso, então ele solta pó. Então o que a gente queria? Pintar o cimento grosso onde fica o arquivo e colocar piso onde as pessoas trabalham, porque é onde tem mais movimento de pisar ali. Em fevereiro fez um ano, nós estamos em maio, agora a gente acredita que vai sair, a mudança na administração ajudou muito, mas até o presente momento, por exemplo, nós nem isso temos. O galpão é telha galvanizada, cobertura. De vez em quando a gente acha uns micos lá dentro. Lindo, cada família de mico, coisa mais linda! Se a sala aqui está quente, lá deve estar... É, entendeu? Então, assim... Infelizmente, é o possível. A gente cuida, cuida, a gente pede, a gente mostra o risco. A administração, por exemplo, quer. É interesse da administração que a gente saia daquele galpão, mas qual é o problema? Que lugar comporta aquela quantidade de acervo? Você vai ver, é muito grande. Entendeu? Então, a gente tem alguns, entraves. A gente tem alguma vontade política, mas tem algumas dificuldades de trâmites, mas assim, é difícil até pelo tamanho do acervo que a gente trabalha. Nossa maior preocupação com relação a mexer em documentação seria a questão de ratos, né. Por exemplo, aqui nós estamos ao lado de um grande supermercado. Mas essa situação da desinsetização na universidade até que funciona bem. Eles têm um calendário. Mas pra gente entrar nesse calendário, você sabe que foi uma luta, né? Eles não reconheciam a gente como espaço a ser desinsetizado. Não, aqui até pouco tempo, pouco tempo assim... O segurança, tinha segurança que chegava aqui de manhã e estava com o olho desse tamanho. Falava, o que foi? Vi um rato assim, parecia um cachorro. Falei, o que é isso? Tinha segurança, tinha medo de sair, de tanto rato que tinha ali fora. Aqui dentro, graças a Deus, a gente não pegou rato assim. Mas ali, por conta do porão, da casa da frente tem um porão, que dá fundos pra cá, só tá fechado. Você não tá vendo por que tem uma... fechado assim, é uma porta de lata. E aí, antigamente aqui dava muito rato mesmo, lá atrás era um matagal, aí hoje a gente fez uma horta. Vai tá bagunçada, eu vou te levar lá, porque a gente tá em greve, a gente não tá cuidando da horta. Mas a gente tem uma horta, a gente mandou arrumar umas casinhas que estavam lá, e aí a gente conseguiu tirar essa praga. E aí entramos no calendário da desinsetização e aí graças a Deus..., mas como diz a [...], nossa restauradora, os deuses devem gostar daqui, porque não tem controle de

temperatura, a temperatura é estável. É... aqui embaixo é impressionante! A gente brinca, porque um dos acervos daqui que é do [...], ele tem uma biblioteca enorme, é um fundo que a gente tem. A gente brinca que a alma dele mora aqui. Ele cuida! A gente tem certeza que ele cuida! (risos)!

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

Eu acho que a gente tem apoio, a gente tem... as pessoas nos entendem, mas eu não sei se essa parte dos trâmites das coisas saírem do papel e se transformarem na realidade, aqui é muito ainda insipiente, ainda está muito fora do que seria ideal.

Acho que na última década as coisas têm sido muito complicadas para as universidades. Então quando se fala em investimentos, arquivo já não é prioridade, imagina num cenário de crise. Então assim, a gente tem passado por... a gente assim, enquanto universidade, tem passado por uma crise muito forte nessa última década. E é aquela, e assim, é muito complicado, quando se fala em orçamento, a coisa complica muito. E projetos em arquivos, eles não são dos mais caros, mas também não vamos dizer que... Por exemplo, a gente nunca conseguiu colocar portas corta-fogo, a gente não conseguiu colocar... a gente aqui nesse prédio, a gente não tem uma saída de emergência. A gente tem uma escada aqui... 30 metros de prédio.

Os engenheiros vêm aqui e falam, não, não precisa. Só que o que tem no meio é documento, ou seja, altamente inflamável. Então, assim, algumas pessoas percebem, mas a gente às vezes não consegue 100% colocar em prática. Mas apesar de na última década a gente não ter tido investimento porque a universidade passou por momentos muito difíceis, mas hoje a gente tem um reconhecimento maior das nossas necessidades que eu acho que nessa década lá atrás a gente não tinha. A gente está vivendo um momento da administração, o diálogo melhorou muito, a percepção da administração sobre a nossa realidade melhorou muito. E agora, eu espero que se as universidades derem uma respirada financeira, talvez a gente consiga colocar um pouco mais de projetos para frente, principalmente nessa área estrutural.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

Essa é a parte boa! É só coisa linda! É até um complemento em relação à resposta anterior, quando você falou sobre embora não tenha investimento, o diálogo melhorou

muito, as pessoas, a administração hoje reconhece, e eu acho que isso se dá muito em relação ao nosso trabalho de divulgação, de difusão cultural, de divulgação do acervo, de divulgar o que temos aqui, o que podemos oferecer para a sociedade, porque cada vez mais eu sinto assim, em relação à sociedade, à cidade aqui, eu sinto que nós estamos conquistando um espaço. E eu falo isso não é porque eu estou falando de uma bolha não. É falando assim, em termos de mídia, de jornais locais, dos *posts*, de redes sociais, do tanto que nós somos demandados em redes sociais, da forma com que os nossos pesquisadores chegam até nós e saem daqui satisfeitos e recomendando, nós temos pesquisadores até de outros países atualmente. Então, é um trabalho que tem sido muito gratificante nesse ponto. Tanto é que eu estou até, como eu falei, estou até entrando numa depressão, porque estou longe do arquivo. Não, a gente acaba, a gente fica brincando aqui, mas tem pesquisador que vira quase funcionário. A gente, tem uma menina, até o acervo que está separado ali é dela. Ela estava vindo todos os dias, ininterruptamente, ela batia o cartãozinho aqui. Está fazendo uma pesquisa que vai ser longa, ela ainda vai voltar, a gente voltando da greve, ela vai voltar. Esse público externo, que é o público do arquivo permanente, nossos *feedbacks* assim... são os melhores. É muito legal. Pouquíssimas pessoas saem daqui chateadas, porque às vezes saem sem a resposta, porque nem tudo o que eles querem vai ter, mas saem entendendo o porquê de uma negativa, o porquê de não ter, a gente tenta ajudar onde vai achar. Então, assim, os *feedbacks* são os melhores. E na universidade, na parte do arquivo da gestão, que o público é diferente, né? O público-alvo é o público interno, eu acho que também a gente deu um salto muito grande. Eu acho que antes a gente era visto assim: “Pô, lá vem aquele pessoal do arquivo encher o saco”. Hoje, eles já entendem a necessidade do pessoal do arquivo estar por perto e eles já nos chamam. Então, nós conseguimos fazer uma mudança, assim, não tinha coisa de uma mudança total nessa cultura, porque eu acho que uma mudança de cultura é pior, mas a gente conseguiu dar um *startzinho* diferente e muitos setores hoje nos ligam, nos procuram, não é a gente, mas o chefe fala, olha, a gente tem que fazer o trabalho. Não, eles já nos têm como referência. Então, esse trabalho também com o público da gestão, eu tenho sentido que ele deu um salto, né, e essa parte do público do permanente sempre foi, né, nosso gás, entendeu? Sempre foi nosso gás, muito legal. E, o trabalho do [...] também tem sido fantástico. É, nos deu uma mudança na visibilidade do arquivo. Eu pensei, era muito chato. Eu chegava nos lugares, eu olhava pra cara da pessoa, e a pessoa fazia assim,

tipo assim: “Lá, vem o arquivo”. O [...] é o sistema de arquivos, né? É o pessoal da gestão. Então, assim, hoje já tem essa mudança, né? Hoje já ligam para a gente, hoje já nos colocam como referência. E isso eu acho que já é um ganho também. E para todos os lados, porque é impressionante, os setores quando eles fazem a primeira fase de gestão, quando eles fazem a primeira eliminação, quando eles veem a situação e quanto que melhora dentro do setor, nossa, vira parceiro, tipo o [...]. São setores que já ligam direto para uma pessoa, porque assim, o que a gente faz? A gente tem uma equipe e cada um vai pegando um setor. A gente vê, por exemplo, a [...] que pegou o [...], que é muito grande, é quase que um trabalho contínuo, porque acaba um conjunto, não dá uns meses, eles ligam. [...], tem mais aqui. É periódico. É, então, é. Com um ano, assim, eles já eliminam provas, já mandam caixas e coisas. É muito bacana, acho que a gente teve esse ganho no público interno, que era preciso, a gente tinha que fazer isso, e o externo realmente sempre foi o nosso xodó, né? O externo é muito legal!

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

A cultura de prevenção de riscos dentro do setor eu acho que ela é muito bem definida, principalmente pra quem trabalha aqui no prédio. O que acontece? Quem trabalha no campus não tem muito essa noção dessa gestão de riscos, principalmente falando em arquitetura, né? Porque lá a manutenção acaba sendo feita. Aqui, se a gente não solicitar, não faz. Então a gente já tem aqui uma cultura de todo mundo aqui falar, ó, vimos isso, a janela não abre, o vidro tá rachando, aquelas mínimas coisas, aqui todo mundo já toma conta, entendeu? Eu vi que está tendo um vazamento de uma gotinha ali, então tem que pedir manutenção. Então, aqui dentro do arquivo permanente, que é um prédio isolado, e o galpão, o [...] também tem muito isso, o tempo todo a gente está de olho, a equipe, nesse ponto é muito aliada. A parte da [...] é porque realmente o prédio ele já tem uma manutenção, independente do setor que está ocupando a sala. Então acaba sendo um pouco mais simples, mas a gente que fica por conta do prédio, a gente já percebeu e eu acho que a equipe toda é afinadíssima. Em relação à equipe, né? O que eu te falei, nem sempre o que a gente precisa chega. Mas a equipe tá atenta, a equipe faz registros fotográficos, a gente faz tudo por e-mail, registra tudo. Aconteceu isso, isso e isso. Registro por e-mail. Choveu, encheu o estacionamento. Não alagou aqui. Olha, o estacionamento tá enchendo mais do que

deveria. A gente tem esse...

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

Depois de chorar? (risos)! Acho que a [...] é a pessoa mais preparada, assim, né? Acho que ela seria a pessoa que orientaria, que meio que estaria a frente. É, se for alguma coisa relativa a acervo, a primeira pessoa a ser acionada é a restauradora, que é a [...]. Aí ela vem e ela passa pra gente o que precisa, o que deve ser feito, e aí mutirão a gente já está acostumado a fazer pra tudo. Então faz mutirão. Em relação ao prédio, é registro e aí solicitação de requisições para a infraestrutura da universidade vir fazer os trabalhos. O preventivo que a gente consegue já é feito, e o que precisava ser corretivo, como o caso das lâmpadas, por exemplo, quando desceu água pelas lâmpadas, a gente ligou, só que assim, a equipe toda, na hora... Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. Então, nesse dia que eu te falei que a gente teve que fazer o cordão humano, pra entrar na frente dos equipamentos pra molhar a gente, é rapidinho. Enquanto eu fiquei na frente do computador, tinha um na frente dos documentos, um tava buscando balde, aí a gente arreganhou a janela, pegava, enchia o balde e pegava mais de um balde. Enquanto um jogava balde pela janela, porque não dava tempo, o prédio tem 30 metros. A gente estava na última sala, no terceiro andar. [...]. De repente, balde pela janela e corre, enquanto isso o balde estava enchendo para não alagar o chão, para não subir, não fazer piscina. Então, a gente tinha que dar vazão no balde. Então, assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento. A gente não tem um preparo feito por um setor de segurança do trabalho. Não tem. Mas, mais ou menos, de certa forma, todo mundo sabe como socorrer. A gente tem instinto materno! (risos)! É, é muito amor a causa! Quando a gente não está aqui, a gente liga, alguém passa aqui, quem mora perto vem, para ver o que tem. Então, assim, é, mas é muito amador, é extremamente amador. A parte da documentação, como graças a Deus, assim, a gente não tem nenhum sinistro, a manutenção, a [...] alarma: “Ó, tá acontecendo isso, vamos resolver aqui, vamos resolver ali”, né? E essa parte que a gente não consegue prevenir, que acaba acontecendo, eu acho que realmente é isso, é o instinto materno mesmo de agarrar e... Enquanto um tá tirando foto, tá ligando pra infraestrutura pra ver se desce

uma emergência, [...], então tem que esperar o deslocamento. Então, enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente!

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

É, aqui nós temos, assim, o arquivo, sobretudo aqui no arquivo permanente, né, em relação à sociedade de [...] e região, além de ter uma situação histórica e muito latente nos nossos vários acervos. Tem um acervo em especial que é muito demandado, que é o do [...]. Nós temos a parte civil desse [...], que é esse que nós temos o documento mais antigo. É, 1836 é esse. É um acervo que é mais demandado, tem gente que procura questão de demarcação de terras, outras pessoas que são mais pesquisadores, outras pessoas procuram por questão de... Dupla cidadania, inventários... Inventários... Para além disso, nós temos acervos, por exemplo, de companhias industriais extintas, [...] que foram de grande importância aqui na economia, no local. Então, assim, tem esses acervos e no nosso institucional nós temos ali documentos desde os primórdios da universidade. Então, por exemplo, a planta do campus, a planta hidráulica, não sei como chama isso, mas por exemplo, a planta de bacias hidrográficas do campus. Documentos de doação, como foi a aquisição dos terrenos para que aquilo ali virasse um campus. Então, nós temos algumas documentações, alguns documentos que são de forte relevância para a sociedade. Então, algo que assim, aparentemente, as pessoas podem passar ali na frente e falar nossa, mas que prédio velho que é isso aí. Nós temos uma baita preocupação com isso aqui. É até uma das discussões que nós temos. A segurança do nosso acervo. A segurança mesmo, assim, porque nós temos aqui documentos raros. Um dia desses eu até estava vendo aquela notícia sobre aquele livro que foi encontrado lá em Portugal. É um livro, uma obra rara de um museu aqui do Brasil, que foi roubado e foi encontrado na casa de um colecionador lá em Portugal. E aí eu fiquei, nossa, é uma coisa muito passível de acontecer, nós temos esse tipo de coisa e é uma coisa que nós ainda não conseguimos sensibilizar, por exemplo, a administração do quanto que a gente precisa de mais segurança nesse sentido, das raridades, por exemplo, que nós temos aqui. Mas voltando para a questão do apelo social, realmente, eu considero que nós temos um acervo aqui de forte relevância, histórico-social, para a [...] e região. Daqui desse acervo, dessa parte permanente, dissertações, teses, publicações, livros publicados. Agora, após esse período de

divulgação nossa, principalmente via *Instagram*, que é a rede social que é o nosso carro-chefe. TVs procuram a gente quando tem que fazer reportagem, por exemplo, mês da Mulher, a TV liga pra gente. Período Militar, a TV liga pra gente. Não só a TV, como até a própria divulgação da universidade, jornais locais. A gente está conseguindo aos pouquinhos atender, assim, abrir esse leque, e assim, como a gente já foi suporte de dissertação, de tese, como a gente já foi suporte, a gente tinha um pesquisador aqui, ele pesquisou mais de dois anos seguidos. Por fim, ele já falava pra gente os erros, ele descobria erros no arquivo, ele já passava tudo pra gente. Ele era um pesquisador porque ele queria pesquisar, ele não estava vinculado a nenhuma pesquisa, não ia publicar nenhum livro, ele simplesmente vinha pesquisar famílias italianas aqui porque ele gostava, entendeu? E hoje eu já cansei de indicar ele quando alguém tem alguma dúvida sobre família italiana, eu falo assim, mas a gente sabe de uma pessoa que conhece esse acervo daqui de família italiana melhor que a gente. A gente indica ele, ele gosta inclusive, né? Quando a gente chama, ele vem. Então, principalmente para essa região na qual a gente está inserido, acho que a gente já teve muita participação, né? Um dia eu falei isso, a gente tinha que fazer um mapeamento disso, a gente nem tem esse controle. Nós temos alguns livros aí na biblioteca, mas a nossa biblioteca, nós temos uma biblioteca, mas não temos bibliotecário. É uma das nossas... Das nossas reivindicações eternas, que está aí. Mas nós temos alguns livros desses pesquisadores que publicaram. Que publicaram, é, muitos não mandam pra gente. A [...] sempre vem, que é uma jornalista aqui da região, que estuda famílias alemãs, da colonização. Então, assim, a gente, aos pouquinhos, a gente tem visto... colhendo fruto do que a gente sempre fez. Mas eu acho que ultimamente, principalmente pós essas redes sociais, a gente viu tanto que tá tendo de retorno. A [...], ela é presidente da associação dos alemães. E volta e meia a mãe dela manda bolo pra gente! Ah é! Isso é uma coisa que eu falo, devido a receptividade nossa, uma delícia, a gente ganha convite pra poder ir na casa das pessoas, a gente ganha bolo, a gente ganha presentinho. É muito legal assim, mas você vê que a pessoa tá assim... esses dias a [...] precisou fazer uma pesquisa, e ela: “Gente, eu tô com a minha mãe, mas eu preciso ver esses documentos”. Ai como a gente tá acostumado com a [...], enquanto a [...] pesquisava, a [...] que trabalha com a gente, pegou a mãe da [...] e foi mostrar o arquivo. Aí ela ficou tão encantada, que aí ela veio trazer bolo pra gente! A gente brinca, mas a gente tem os pesquisadores que já nos usam como referência. As vezes nós fazemos encontros, nós chamamos

nossos estagiários, nós chamamos essas pessoas que já pesquisaram e tal pra fazer assim, essa roda de conversa, troca de experiências. A gente participa sempre desses eventos nacionais, o CNA, o Congresso Nacional de Arquivos, a Semana de Arquivos Nacional, a Semana de Museus, Primavera de Museus... é, acho que são três eventos de museus... Primavera, Semana Nacional, tem mais um... Então assim, a gente participa, exatamente para dar visibilidade, entendeu? Tem um evento local que é bem importante, evento [...], é local, da região também, muito engraçado, é um monte de gente já aposentado, que vive de... são os caminhanes, os estudiosos sobre o [...]". Eles chamam a gente! Aí vai a gente assim e aquele monte de aposentado, aí vai a gente. Eles adoram quando a gente vai apresentar, então assim, a gente tá virando essa referência, tá ficando bem legal! A gente tá vivendo nessa parte coisas muito legais assim...

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

Eu acho assim, trabalhando gestão de riscos, é muito interessante nessas horas assim, ver o seguinte: Como que se dá o apoio institucional, para... assim... você está entrevistando a gente aqui do arquivo, a nossa visão é querer que o arquivo esteja no lugar adequado, tudo certinho, a gente tem essa noção. Mas, por exemplo, assim, qual é o comprometimento das administrações, isso, como você tá fazendo somente em universidades federais, mas das administrações locais e do governo federal, né? Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio, "Ah, vocês são obrigados", tá bom, nós fizemos, e o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos, tem coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? Acho que isso é uma coisa que tem que ser muito trabalhada porque, às vezes, parece que a gente não tá envolvido, a gente tá! Se você me perguntar exatamente tudo o que a gente precisa aqui, a gente sabe... A porta, a saída de emergência, extintores mais adequados, sensores de fumaça, nada disso a gente tem... termo-higrômetro, que mede temperatura, quer dizer, a gente não tem. A gente tem um antiquinho aqui, que mede mais ou menos. Então assim, mas a gente é obrigado a perder um tempo de trabalho, que não é uma questão de duas horas,

quando a gente pega pra preencher, como a gente faz o negócio direitinho, são dias de trabalho de várias pessoas, nesse estava envolvido, [...], envolvidas por vários dias, então não é uma coisa simples, mas qual foi o retorno disso até hoje? Eu não lembro quando a gente fez, mas nós nunca tivemos retorno. Esse *feedback* que eu acho que é interessante assim, porque acho que você está entrevistando a parte que quer que as coisas aconteçam né. Agora, por que que as coisas não acontecem? Eu não sei se você entrevistou alguém que está com tudo ok, também pode ter tido, mas acho que seria legal ver isso, ver o outro lado, que cobram da gente, que a gente faça, para parecer estar certinho e não tem retorno. Acho que talvez, no máximo, alguma coisa sobre isso, mas aí é só sugestão.

Entrevista 4:

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?

Desde que eu assumi cargo de chefia, de gestão, eu tenho uma preocupação muito grande com a preservação dos documentos, então, quando eu assumi, como eu te expliquei, em [...], né, quando o [...]. E o primeiro desafio é, a gente não tinha uma infraestrutura para receber toda a documentação da [...], nem mobiliário se teria, nada. Não tínhamos áreas técnicas adequadas para tratar o acervo. E a maior parte do acervo acadêmico e administrativo estava ainda espalhado nas unidades da universidade, porque não existia o arquivo geral. Como eu te expliquei, a gente era um arquivo só da [...] e tínhamos alguns documentos do gabinete do reitor, que eles mandavam pra lá porque não tinham outro espaço pra enviar e produziam bastante. Então a documentação acadêmica ficava nas Pró-reitorias de graduação, de pós-graduação, extensão e depois de assistência e a documentação acadêmica, a maior parte, colegiados, departamentos e centros. Então mesmo a documentação histórica ainda estava em todos esses locais. Enquanto a gente não tinha infraestrutura para trabalhar a preservação e a conservação, a gente fez um projeto, um projeto de extensão, chamado “[...]”, que o objetivo era mapear onde estavam esses documentos naquele momento, em que situação que estavam esses documentos, para posteriormente a gente começar a trabalhar a sensibilização dos gestores dessas unidades, para dar uma salvaguarda inicial, com a promessa de receber isso depois aqui. A gente identificar para conseguir viabilizar as transferências e os recolhimentos

para o arquivo geral. Isso em [...]. Começamos em [...], esse movimento. Eu ainda não era gestor (a) quando a gente começou o projeto de extensão, em parceria com o curso de Arquivologia. Quando eu entrei na gestão, eu tive que sair da subcoordenação do projeto, não tinha mais tempo, mas continuamos trabalhando em parceria e a partir dos resultados que a gente já tinha mapeado. Então já tínhamos como planejar, como resolver essas situações, que foi o que a gente foi fazendo. Os gestores das unidades setoriais que tiveram mais disposição e priorizaram e reuniram essa documentação e começaram o tratamento, conseguiram iniciar a transferência e transferir 100% para a gente primeiro. Mas tem unidade que até hoje, em troca de gestão, não avançaram muito. E aí hoje, que tem o processo digital, eles acham que nós temos capacidade de ir lá fazer todo o serviço para eles. Não tem como fazer isso. A gente orienta, que eles contratem estagiários terceirizados, que a gente dá treinamento, mas a gente não consegue fazer isso a longo prazo. Então, uma das coisas que a gente percebeu naquela época que a gente não tinha, era a força de trabalho para essas unidades. A primeira estratégia que a gente tentou, no governo do Bolsonaro, o pessoal quando cortou as funções gratificadas e acabou com o cargo de técnico em arquivo, impossibilitando tanto a gente terceirizar quanto de fazer concurso, foi uma puxada de tapete, porque a gente já vinha com o setor de recursos humanos trocando vaga de nível D, para fazer um concurso para contratar 18 técnicos em arquivo para lotar nessas unidades, e a gente perdeu essas vagas. Literalmente, tivemos que devolvê-las, e nem tivemos as de nível D, de assistente administrativo de volta. Então assim, me queimei com a minha estratégia. A mesma estratégia a gente tinha pra contratar um restaurador ou um técnico de restauração, acabou que a gente queria um restaurador, né? Mas graças a Deus, há dois anos e pouquinho, a gente conseguiu uma técnica de restauração que tem formação de restauradora, mas o cargo é de técnica, que escolheu vir pra cá. Porque ela tinha opções de ir para outros setores. Ela escolheu vir pra cá. Que eu agradeço todos os dias. Então, a gente, até a chegada dela, a gente tinha um plano, com a chegada dessa colega, né, com a experiência dela, a gente mudou um pouco esse plano de preservação. Então assim, ela tem um olhar bem mais apurado desses objetos, ela está com o curso pronto, só esperando a greve acabar para começar a treinar os colegas. Esse vai começar com os colegas da biblioteca para treinarmos isso. E ela já vem treinando também os terceirizados, os estagiários, para a finalidade de conservação dos documentos. A gente ainda está terminando de montar a estrutura do laboratório de conservação para

ela conseguir trabalhar com tudo que ela precisa. A gente tem apoio do colegiado do curso de Arquivologia, que também tem um laboratório com mais equipamentos para situações de restauração de fato, que a gente fez uma parceria lá também. Então, quando a ideia é a gente... ela levar esse treinamento técnico, e ter uma parte da jornada dela ensinando a esses alunos, tanto do curso de Arquivologia quanto de Biblio, em contrapartida a gente poder utilizar a infraestrutura para trabalhar esses conjuntos documentais que vão estar mais danificados. Ainda vai levar um tempo, porque um dos problemas que a gente tem hoje nessa área é conseguir comprar, aquisição dos materiais necessários. Não tem fornecedor, gente. E olha que a gente liga, pelo amor de Deus, me arruma, participa da licitação e a gente já foi chamado atenção porque a licitação desses itens está vindo deserta ou então, a gente até pediu pra fazer no ano passado, lotes com vários tipos de itens que seriam de um mesmo tipo de fornecedor, né? E a [...] não fez assim, continuou podendo... Aí pra eles não é interessante entrar pra um item só, entendeu? E aí a gente ainda tem que ver uma estratégia esse ano como que a gente vai fazer. A sugestão que nos deram foi fazer uma ata de registro de preço, que não diz que vai comprar, só diz que vai formalizar. Se tiver dinheiro compra, se não tiver não compra, é assim! Mas a gente tá vendo, ver se consegue pegar carona, como não tem fornecedor, o que tiver a gente tenta pegar carona, não é sempre que a gente consegue. Então, por exemplo, a mesa de higienização que a gente conseguiu comprar, foi com carona. Na nossa licitação não apareceu ninguém, por três anos seguidos. Aí a gente teve que pedir carona, conseguimos, ligamos para todo mundo para perguntar se alguém tinha uma ata de registro de preço vigente. Aí um falou que: Não, a gente tem. A gente foi ver, a instituição liberou, porque outros que falaram que tinha, a instituição não liberou a carona. Não tinha, não estava aberto para pegar carona. Então, não conseguimos efetivar. Ano passado, a gente conseguiu um para efetivar. A gente calcula que isso vai acelerar o tratamento do que está mais sensível. Hoje a gente faz esse tratamento de conservação e preservação, vamos dizer, da forma emergencial. O pessoal faz, mas hoje a gente está atendendo principalmente as demandas para a digitalização, a parte de preparação dos documentos para a digitalização. A [...] não fez contrato terceirizado, a gente optou, a gente fez as contas e viu que não, financeiramente, economicamente não era viável, a gente tinha estrutura e condição para fazer o serviço aqui. Então a gente preparou tudo pra fazer o serviço aqui, até porque é um serviço que vai continuar por um longo tempo. O contrato que era oferecido era só pra

AFD¹³, aí era só pra acadêmico, e aí a gente não tinha isso preparado também. Por exemplo, o AFD aqui a gente não fazia assentamento funcional. Todos os processos de servidores eram processos. Então a gente hoje faz um trabalho do assentamento que é reunir todos os processos do servidor em uma ou mais caixas, identificado com o nome dele e quando a equipe do AFD vai digitalizar, seleciona só o tipo de documento da tabela, digitaliza e volta aquela peça para o processo. Então dá um trabalhinho a mais, mas está bem adiantado esse trabalho, tem funcionado. A gente recebe, inclusive, em outras instituições que têm o problema idêntico. E a gente fala, não precisa, a gente desenvolveu um projeto e está conseguindo mantê-lo dessa forma. E aí é uma situação que eu não sei se outras instituições têm. No início, o Arquivo Nacional falou, tem que digitalizar o processo na íntegra. Todos os processos do servidor na íntegra, porque não tinha assentamento. Depois voltaram atrás, mas no início a gente digitalizava o processo na íntegra. Então assim, a gente pensa as estratégias de preservação, também a parte ambiental. A gente fez toda uma reforma, antes da reforma, as áreas de guarda eram abertas, junto com as áreas de trabalho, não tinha uma separação, não tinha como fazer nenhum controle de risco. Então, com a reforma, por exemplo, o forro não é inflamável, ele é forro mineral. As lâmpadas são de LED, um modelo que não explode. Tem uma iluminação que não queima o suporte documental. Caríssima! Eu só tenho medo dela queimar. Se uma queimar, vai ser uma novela. Mas diz que tem uma alta durabilidade também, então pelos próximos anos eu não vou precisar me preocupar com essas lâmpadas. Mas a universidade investiu nisso. Fechamos as áreas de depósito, todas com um *drywall* especial, que tem uma camada, que também retarda até 40 minutos de fogo. Ou seja, tem 40 minutos para combater o incêndio para ele não entrar nas áreas de guarda. Então não temos nenhuma tomada na área de guarda dos acervos. Os únicos pontos de eletricidade que tem são dos aparelhos de ar-condicionado, porque a gente não tem ventilação natural. A estrutura do prédio, quando fizeram, não foi pensada nesse aspecto. Então tem que ser um controle ambiental com ar-condicionado ligado 24 horas. E assim, a gente posicionou tudo para não ter risco de acidente com água, se ar vazar, então não fica em cima do mobiliário, não tá pegando sol, nada desse tipo. Os arquivos, na maior parte dos dois depósitos, os arquivos são deslizantes. Na reserva técnica também o arquivo é deslizante. E só na área do depósito três que vai ser estante fixa e a gente

¹³ AFD: Assentamento Funcional Digital

tá montando agora um arquivo audiovisual também para receber a documentação especial do cinema. E aí esse também vai ser estante fixa, não vai ser mobiliário deslizante. Mas o restante deslizante, essa parte de baixo todo aqui do térreo. Então, a gente já foi pensando lá na frente, nessa parte de preservação da gente ter controle. Além disso, a gente já tá no planejamento e começamos a adquirir, ainda falta instalar, a parte de câmera nas áreas de depósito e de fechadura eletrônica em todas as portas, pra gente ter um controle de entrada, de acesso. E porque a nossa área de visita, de pesquisa, de atendimento ao público, ela não é separada. Então, a pessoa entra, vai ver o arquivo porque a gente tem parede de *drywall* com vidro, vai ver tudo. Mas não vai, com a fechadura eletrônica, não tem nem a possibilidade dela nem tentar entrar lá de má fé. Entendeu? Então a gente também fez pensando nisso, porque a pessoa geralmente que vem, os grupos que vêm, vêm curiosos, né? Então eles só vão acessar com autorização. Sinalizamos essa parte toda, também pensando na transparência, que como eu te falei, não estava gravando, a ideia quando a gente fez esse planejamento em [...], a reforma social em [...], mas o projeto, o plano é de [...]. Quando a gente fez esse planejamento, naquele momento se falava ainda muito na transparência, no acesso. Então, a gente também queria trazer essa mudança cultural, porque era um momento que a gente só ouvia que o arquivo era uma caixa preta, que o arquivo era sempre sujo, que o arquivo era morto. Para que manter arquivos? Então, a gente queria também trazer essa função social, essa função de demonstrar, não só pensar na transparência, ver essa transparência. E também nos ajuda com a segurança, porque mesmo com a fechadura eletrônica, a gente ainda não instalou, não chegou ainda, não instalou, mas a gente tem a visão de todo mundo que está ali dentro, então já é uma segurança, tem sempre alguém visualizando essas áreas, tá vendo o que tá acontecendo ali também. Então, é um reforço também nesse aspecto. Todas as nossas caixas aqui de arquivo, elas estão sendo substituídas, isso desde que eu entrei, a gente começou em [...] a substituição das caixas antigas e a gente está fazendo um recadastramento de todos os documentos. Todas as caixas eram de poliondas mesmo, mas as antigas estavam tão ressecadas e colocaram aqueles grampos metálicos para segurar, então aumentou o risco pro documento, pra pessoa que manuseia, pra todo mundo. Então, a gente também tá fazendo a troca dessas caixas, na medida que a gente vai fazendo o recadastramento no sistema, a gente vai ter uma nova reordenação no acervo, que deve começar esse ano, que a [...], nossa técnica em conservação-restauração, está assumindo a chefia da divisão

de arquivos, agora deve sair a qualquer momento. Então assim, a ideia é trazer esses princípios da preservação dos documentos, pra serem internalizados mais profundamente por toda a equipe da divisão de arquivos também, para eles mudarem o olhar, porque assim, como eu te falei, a gente tem alguns colegas meio complicados de mudar os procedimentos e eles fazem procedimentos que são ruins ainda, mas não se atentam que isso não é uma coisa boa. Então, por exemplo, uma das coisas que a gente tem que mudar é a ordem cronológica que tem o acervo hoje. O acervo, antigamente, ele não era classificado por um plano de classificação ele era de uma lista de assuntos, de processos e de protocolados, que são só os documentos avulsos. Pelo menos a gente já registrava todos eles, sempre registrou. Só que era de uma lista de assuntos e a lista de assuntos foi criada conversando com os setores, então tipo assim, empenho nunca poderia ser um documento avulso, se fosse um documento avulso teria que ser juntado a um processo. Não era juntado, ficava como documento avulso, e aí, as contas que não foram aprovadas precisaram desses documentos para comprovação, a gente não pode eliminar. Então isso dificultou no controle, ao longo do tempo. Hoje o que que a gente vai ter que fazer? Desfazer essa ordem cronológica e ir seriando *a posteriori* e também classificando *a posteriori*, refazendo esses conjuntos. É mais ou menos o que a gente está fazendo com o assentamento funcional. Então a gente tem, por exemplo, o setor de contratos e convênios, nos passou uma lista de todos os números de contratos e convênios da universidade, que a gente tem que triar agora todos esses documentos que foram selecionados, para criar essa seriação e aí a gente já vai fazer um trabalho de tratamento desses documentos, que esse é um conjunto que vai ser digitalizado para consulta pública imediata. Então, a gente também vai começar a fazer esses trabalhos pontuais, em alguns conjuntos, que vão ter um tratamento, vamos dizer, de preservação mais completo, incluindo a digitalização para acesso público. Outro conjunto, que a gente começou a trabalhar esse ano foi o das plantas, dos processos de plano diretor físico, plantas, documentação arquitetônica da universidade, que vão ser digitalizados, vão passar por um tratamento, a gente ainda tá lutando pra comprar o restante dos equipamentos, porque tem alguns que estão muito ruins e é filho único, porque a técnica antigamente era muito..., e hoje não tem mais esses servidores dos prédios mais antigos, eles não estão mais aqui, já aposentaram. Então assim, é tipo o diamante que a gente vai ter que lapidar, cuidar, para poder dar acesso nesse conjunto. Então assim, a gente, essas estratégias de preservação, mais específicas

né, elas vão ser feitas por conjunto, então a gente vai primeiro fazer essa seleção, essa decisão, fazer um projeto para aquele tipo de conjunto, e aí executar. Isso independente do suporte, a gente vai fazer isso com todos eles e já calculamos que o digital também a gente vai precisar fazer isso em algum tempo, porque no início do processo eletrônico, ninguém pensou na qualidade. Nós temos problemas com qualidade de arquivos, de peças, de processos, que nós vamos ter que tratar isso, alinhar, quando eles vierem para arquivamento. Não tem como fazer isso enquanto ele está tramitando, então a gente tem que encerrar esses processos, depois voltar neles e isso não vai ser tão simples e é uma situação de preservação que não vai poder ser feita só pelo setor de arquivo, no caso dos documentos nato digitais e digitalizados, híbridos né, nós precisaremos do apoio da equipe de TI. Provavelmente, faremos uma comissão, como a gente criou a comissão [...], faremos uma comissão pra esse tipo de frente de trabalho, porque um registro digital de um iPhone é diferente de um Samsung, é diferente de um scanner modelo x de uma impressora multifuncional modelo y, então, quando a gente vai ter que tratar isso na camada de metadados, por dentro, a gente vai ter que considerar tudo isso. Pra fazer esse encapsulamento, em novas versões e não perder conteúdo e garantir a acessibilidade. A gente teve alguns, fizemos alguns testes, até alertando o pessoal com questão de assinatura digital, que quando faz a validação por *hash*, ele dá ok, consegue validar, verificação, mas quando faz por arquivo, o mesmo, ele dá erro. E aí, uma das áreas de erro é justamente nesse encapsulamento, que ele considera esses metadados de um suporte que não está em uma qualidade, então ele não reconhece, e assim, em TI, o que ele não reconhece, ele gera um erro. Nos nossos testes, com assinatura Gov. BR, no início, eu falava, não pode usar, porque, se num documento de assinatura múltipla, se assinou com Gov. BR ou assinar com *token*, sumiu o Gov. BR. Porque na hora que roda, o sistema reconhece que é uma assinatura, mas ele não reconhece que assinatura é aquela. E isso acontece com todo tipo de assinatura, o próprio sistema de validação, ele tem que especificar as características do que ele está validando. Qualificado ele reconhece, que é ICP-Brasil tem um regramento normativo, ele reconhece, mas as outras não. Então quando você pensa isso a longo prazo, essa é uma estrutura que está na estrutura do documento digital que não é nato dele, é como se fosse um selo colado depois a assinatura, assim como outras marcas, são selos que são colados depois, que se ele não reconhece, ou ele gera um erro, e diz não valido, ou ele deleta, ignora aquilo ali, então, se você pensar em trilha de auditoria,

por tudo, num banco, que tem várias situações dessa, a gente está bem ferrado de serviço para um futuro próximo, para pensar essa preservação digital. Então assim, para a preservação digital a gente tá bem no início dos estudos ainda, de como que a gente vai fazer isso, em que momento que a gente vai incrementar né, vai introduzir esse tipo de verificação. A gente tentou fazer isso no momento de arquivamento setorial e não deu certo, a TI diz: olha, a gente pode transformar tudo em PDF/A. Porque no início a gente queria exigir já que todo mundo só mandasse em PDF/A. Não foi possível, por conta da simplificação de serviço, não sei o que, de aluno. Eu disse: gente, é só você falar pro aluno, vem aqui, que a gente tem o serviço na [...], de graça. Ah, mas ninguém vai aceitar, que não sei o quê, e na pandemia todo mundo começou a aceitar documento por e-mail, e aí a verificação muitas vezes ficou comprometida porque não verificou antes, introduziu sem verificar aquela peça, então assim... temos um cenário de catástrofe, em breve, um risco gigante, mas é um risco que a gente tem como ter medidas para sanar. Então, uma das medidas que a gente tomou primeiro é quanto a produção, como a gente está fazendo a modelagem dos processos fechados, no momento de inclusão dessas peças no processo fechado, ele já faz essa verificação da qualidade da peça. Mas só nos processos que já estão com modelagem fechada. A gente vai lançar agora, já até apresentaram pra gente, o portal de requerimentos que também vai ter uma verificação de conformidade pelas unidades de protocolo. Então, o agente da unidade de protocolo, a gente chama aqui de agente documental, o agente de protocolo e arquivo, no senso comum, mas esse vai ser uma função desses agentes que foram indicados pelos gestores, porque não existe unidade de protocolo formalizada, então a gente criou, portaria de agente. Agente da função, essas pessoas, elas vão fazer essa verificação de conformidade, não é uma análise de conteúdo, nem nada, é uma verificação de conformidade. Se o formulário preenchido é o correto, se a assinatura está válida, tudo isso vai ser verificado antes de ser autuado o processo pra gente garantir essa qualidade do processo depois, então, a gente ainda vai começar a fazer esses testes, eles só apresentaram para a gente, mas eu acho que vai ser um ganho muito grande, pensando na preservação, e na gente ter um controle de fato desde o início. E o portal de requerimento, ele também vai estar integrado com os portais que recebem documentos, então ao enviar o documento você vai na verdade acessar o portal de requerimentos e ali vai chegar primeiro com a caixa de verificação de conformidade, então, você sempre vai ter essa verificação daqui em diante. É diferente, porque,

antes, sem ter modelado, você recebe um sistema, por exemplo, no portal do aluno, e digitaliza do celular, torto, de qualquer jeito e manda lá, entendeu? Se aquilo não está com qualidade, não está avisando, você não tem como devolver, você tem que aceitar do jeito que a pessoa manda, entendeu? Você não tem como dizer: olha, estou devolvendo porque deu esse erro, você precisa fazer isso e isso, e enviar novamente, não tem esse passo, e aí as pessoas falam: Ah, por que que eu não posso fazer isso aqui? Isso aqui foi uma discussão aqui, por exemplo, todo mundo queria autuar seu próprio processo, só que autuação é uma ação, prevê verificação, conformidade e tudo. Por que que as pessoas tinham esse senso que podia? Porque antes, quando o processo não era nato digital, você ia lá, preenchia o seu negócio, e aí falava assim: Você dá um confere com original pra mim aqui? E você mesmo autuava, com seu *login* no sistema, entendeu? Mas alguém teve que dar um confere com original, alguém teve que autenticar administrativamente. Hoje você não pode fazer quando é para você mesmo, é como se você estivesse reconhecendo que tá... Então assim, tem que passar por essa conformidade. Então, é uma das coisas assim, que a gente tá implementando, pensando, melhorar as ações de preservação no futuro. Espero que seja uma decisão sábia.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

Então, a gente já fazia antes esse monitoramento, mas não um monitoramento registrado, com o protocolo, de verificação, nada disso. Geralmente, esse monitoramento era feito só... pontual. Verificamento de infestação, fazia uma vistoria... Verificação de conformidade, ela era feita só se você está pegando um conjunto de documentos e você vai verificando e tratando ali naquele momento. Ah, a gente passou muito tempo, à medida que a gente ia fazendo cadastro manual dos processos no novo sistema, a gente já ia trocando capas, se houvesse necessidade, todos os grampos metálicos, tudo isso. Os meninos têm, a gente fez litros e litros de descarte de material perfurante cortante, então, era uma coisa que estava na nossa rotina, se pegar um processo hoje, ele tiver grampo metálico, eu já vou retirar, substituir pelo grampo plástico, e tirando todo tipo de grampo que estiver nele. Então, essa é uma ação que a gente já toma há muito tempo. Desde que a gente mudou o modelo de capa de processo e teve uma conscientização maior da finalidade disso, a gente já começou a fazer esse processo de ação de conservação. Então, isso a gente já faz

naturalmente assim, agora os outros tipos de verificação predial e tudo, o que a gente não tinha um procedimento, agora a gente vai ter, a gente tá trabalhando para de fato conseguir ter um gerenciamento de gestão de risco. Conseguimos produzir esses dados, mitigar alguns riscos ou controlar outros, então, a gente tá partindo de um trabalho, de uma colega, que foi estagiária, colaboradora terceirizada aqui, ela fez um trabalho, com discussão com a gente o tempo todo, e ela levantou muitos problemas de riscos. Alguns que a gente já tinha conhecimento, outros que não, que a gente tem que observar, mas mais da parte de conservação. Não olhou outros tipos de riscos assim, ela focou mais em um tipo só, então risco ergonômico, nada disso entrou. Então a gente já vai fazer essa parte também para ter esses protocolos e poder afirmar, a gente cumpre esses protocolos e até para gente conseguir, porque para mitigar isso, a gente já tem que ter previsibilidade de que isso possa acontecer. Por exemplo, nós temos muita lona, a gente já teve alguns casos, isolados, de acidente com água, devido às chuvas, por exemplo, ou, vazamento de ar-condicionado em unidades setoriais. Então quando acontece, todo mundo aciona a diretoria, a gente tem que ir com a equipe, com o material e abrir esses espaços, então a gente pensou nisso, até falei com a [...], pra gente, já pensando depois do acidente lá no Rio Grande do Sul né, com a Federal de Santa Maria, teve problema com chuva, a gente pode ter esse problema e a gente vai ter que ter um estoquezinho de alguns materiais, para situações periclitantes assim, porque, por exemplo, a gente não tem bota de borracha, a gente não tem o costume de pedir luva de borracha, nada assim. A gente vai ter que pedir, então, a gente, mesmo que não exista o risco hoje, a gente já ter preparado um kit de emergência, nesse sentido. A sala interativa, quando a gente planejou o espaço, a gente também pensou em utilizar um mobiliário componível, então as mesas que a gente pediu são, na verdade, são os tampos e o cavalete né de mesa. Só que a [...] ainda não... a pessoa da compra, não consegue entender que é isso que a gente quer, e no site do governo também é difícil achar este item descrito assim, então, provavelmente, a gente vai conseguir fazer isso por serviço, a gente vai tentar ver se consegue por contratação de serviço, mas seria usando esse tipo de mesa né, componível, que a gente pode no caso de emergência, desmontar aqui e montar em outro lugar. Montar a sala para dar cursos, a gente tem ponto de energia entorno de toda a sala, permitindo, por exemplo, que a gente ofereça cursos práticos, na parte de documento digital, possibilidade de montar a sala como um auditório, pra receber grupos, como a gente recebe, geralmente todo ano, no mínimo, do curso de

Arquivologia e das escolas, quando elas vêm fazer a mostra de profissões, elas vêm aqui com as escolas. As crianças veem arquivo deslizando, acham o máximo, então assim, são ações que a gente pretende maximizar, assim como, receber o pesquisador pra ficar um tempo maior aqui, às vezes o pesquisador não precisa tanto de mesa, mas tem pesquisador que pede um volume gigante de documento pra analisar e a gente tem que... Ele precisa de um espaço maior também, então, a gente ter essas possibilidades de reutilizar o mesmo mobiliário para várias situações. Então a gente já foi pensando nisso, que a gente fez isso, mas ainda não está 100% concretizada porque a aquisição de alguns itens ainda não aconteceu, mas com sorte esse ano, sem dinheiro, talvez ano que vem.

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

Já, várias. Um exemplo, muitos setores antes eles colocavam documentação em banheiros desativados, embaixo de escadas, já tivemos acidente por água que foi irreversível, porque colocaram a documentação no espaço de banheiro desativado, estourou um cano e a documentação estava no chão. Então, estante grudada na parede e documentação no chão. Então, molhou, alguns documentos foram totalmente perdidos. Isso foi antes de eu entrar na universidade, eu só peguei o resultado dessa ação, nunca tinha visto isso, você abre a caixa parecia que o documento tava lá, quando abre só tem o pó assim! Então assim, são situações que é um risco que a pessoa não percebe também que é o risco, o próprio manuseio do documento é um risco, a forma como a pessoa manuseia esse documento é um risco. Várias vezes eu tive que chamar atenção das pessoas quanto a isso, é um risco humano. Então assim, colocar arquivo embaixo de ar-condicionado, aqui também aconteceu muito isso, e situações assim que... laboratório, eu já fui em laboratório que sinceramente, eu tenho até medo, eu falei pra [...], que a gente colocou assim, contaminado na caixa, porque estava junto com o negocinho do ratinho, da cobaia, o documento ali junto com aquilo tudo de laboratório ali assim, no mesmo espaço, você já pensa o que que pode ter ido de sujeira para aquele documento, entendeu? Que é um risco não só para o documento, para a gente também, então assim, a gente já teve situações aqui, de setor que, aqui tem muitos pequenos animais, [...]. O setor não tinha forro de gesso, nem nada, era forro desses mais antigos, madeira ou plástico né? Ele cavava ali, fazia um buraco e entrava ou entrava por básculas mal fechadas,

fazia casa onde? Dentro da caixa de arquivo. Teve situação de dar cria dentro da caixa, não só comia o documento, deu cria lá dentro. Então, situações assim, que gera um problema grande pra gente aqui entendeu? Manter acervo em lugares úmidos demais, ataque [...] e de roedores também, muito comum. A gente encontrou essa situação em arquivos setoriais e até conscientizar o gestor que ele tinha que tirar a documentação dali, passar para outro espaço, que não poderia estar lá, porque assim, aqui, hoje eu não escuto tanto quanto eu escutava antes, uma briga por espaço físico, todo mundo... porque todo professor aqui quer ter uma sala, ter um laboratório, quer ter isso, ter aquilo... mas não tem espaço para tudo e também não gostam de espaço compartilhado, ninguém quer laboratório compartilhado não, cada um tem que comprar o seu equipamento, então assim, tem esse individualismo. Então esse foi um dos problemas, a gente teve aqui também a justificativa que eles davam para documentação que a gente encontrava nessas situações de risco era que, entre o arquivo e o professor “bambambã” pedindo o espaço, o professor tinha prioridade, entendeu? Porque o arquivo é morto! Junto com o material de limpeza também, vários quatinhos do pessoal da limpeza, é porque hoje mudou, antigamente, a diarista, o pessoal da equipe de limpeza ficava nos prédios, então você tinha um pessoal da limpeza fixo ali, eles tinham que ter um ponto de apoio, que eram esses quatinhos, esses cômodos pequeninhos, embaixo de escada às vezes, colocavam o arquivo junto, nesses espaços junto com material de limpeza, outro problema, então assim... Quer mais exemplos? Tenho muitos exemplos! (risos)!

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

Então, primeiro a gente dá uma ciência para a instituição do tamanho que são os riscos, porque, em arquivos esses riscos são ignorados. Eu te falo ignorados não só pela gestão muitas vezes, pela própria classe, são tipo assim, quem não está na gestão lava as mãos, e diz: Não sou gestor (a), não tenho que me preocupar com isso. E, a maior parte das ações de mitigação dos riscos em arquivos precisa da colaboração de todos. É uma prática nova que todo mundo tem que assumir, é uma cultura nova que todo mundo tem que assumir, então a gente vai tentar educar o coleguinha que produz o nato digital hoje, mas se ele falar eu não vou fazer, o que eu [...] tá mandando, isso vai me dar muito trabalho, eu não tenho como estar no dia a dia lá, segurando a mão da criança, falando: Você tem que fazer assim, assim, assim.

Não tem como. No levantamento documental que a gente está fazendo, a arquivista [...] está indo nas unidades, ela fica em torno de seis meses, às vezes, indo duas a três vezes por semana e passando o dia lá, junto com os colegas, coletando formulários, modelos... Entendendo como cada um trabalha, como que eles registram... Nossa, tem gente que é tão resistente, tipo assim, já tem medo de que o que ela está fazendo vai gerar um trabalho novo para eles, não querem mudar nada. Ah, mudou o suporte, mudou o suporte também significa que você tem que rever o modelo que você utilizava de registro. Ninguém quer rever, quer continuar, quer implementar o mesmo passo a passo do papel no digital, não tem necessidade na maior parte das vezes. Ah, a gente no levantamento também, está levantando as situações de dados pessoais, de dados sensíveis, a pessoa não quer mudar o formulário, não quer parar de pedir uma informação que a instituição já tem, que ele só tem que consultar em uma outra base, não, ele quer pedir todos os dados do sujeito ali e criar mais um foco de controle. Então assim, situações que é educação arquivística. Eu falo que é cultural, mas eu sei que a cultura começa com a mudança no *modus operandi* de todo santo dia né. Então, eu ouvi antigamente, que quando eu falava de processo eletrônico, que a gente ia ter processo eletrônico, e tudo mais: Você é doido (a)! Não vai ter isso aqui na [...] não! A [...] é muito atrasada! Não vai ter nunca nada disso aqui. E quando veio, todo mundo falou: Nossa! Você estava certo (a), mas até alguém que imaginou, sonhou, e começou a agir, fazer, demora um tempo. E depois passa por uma validação coletiva, então eu acho que com a gestão de riscos vai ser a mesma coisa. Hoje, quando a gente recebe aqui na universidade aqueles montes de formulário do governo de maturidade, de conformidade, de não sei o que, a gente já faz uma revisão de melhoria de processos de trabalho. “Nossa, isso aqui eu faço, mas eu não faço dentro de um modelo de controle.” Por quê? E é uma coisa que a gente diz que funcionou, a colega lá da avaliação institucional, da [...] fala assim: Ah, [...], a gente aprendeu muito com vocês, porque, quando a gente... a gente ganhou nota máxima na avaliação institucional dessa vez. Mas pra isso, a gente passou anos mudando muitas coisas, porque quando alguém vem te avaliar, ele quer vestígios, e a gente faz muitas vezes, na prática, algumas vezes porque aprendeu com alguém, não registra nada, se eu não tenho vestígios. A opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? E também utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo, conversando com a

[...], a gente chegou numa conclusão, a gente não tem como ser sustentável ainda nesse processo que a gente está começando de gestão de riscos. Como eu te falei, hoje a gente está dependente de um monte de contrato terceirizado, mas quem sabe com o maior controle e mapeando melhor o tipo de situação que a gente precisa, a gente não consiga ter um contrato que abarque tudo que a gente precisa, que seja específico para a área de arquivos, entende? A gente pode ter empresas especializadas nisso, aí alguém fala assim para mim, o dia que eu falei, todo (a) animado (a): “[...], mas não existe empresa assim aqui”. E esse monte de aluno estudando aí, ninguém quer ser empreendedor não? Vamos criar empreendedor! A gente tem incubadora aqui, cria um novo tipo de mercado, de serviço, todo mundo vai ter que fazer isso, e isso não vai só na esfera pública, na esfera privada também. Ah, se você fizer um modelo específico para instituições universitárias. Tem um monte de faculdade privada, esse pessoal também não tem controle não! Você vê lá, o dia que a gente foi conversar com alguns, como é que está a documentação deles, eu tenho pânico do MEC falar assim, que eu tenho que receber documentação de uma faculdade que fechou, porque eu sei que o sujeito não tem a mínima gestão daquilo ali. Eu vou ter que depois, além de receber, manter acesso daquilo ali, sem ter um requisito sequer, porque ele disse que eu tenho que fazer isso, mas ninguém diz como. Como que você vai registrar, como é que aquilo ali vai entrar no seu sistema. Você vai ter que importar o sistema que produziu aquilo ali, tudo bem, eu estou falando ainda do que era físico, a maioria hoje vai ter que ter um sistema mesmo, porque se eles também tiverem produzindo nato digital, porque o MEC exige nato digital, vou ter que importar o sistema do sujeito e integrar com o meu! Olha, se você for pensar em preservação, olha o tamanho do problema. Então assim, se você for pensar demais, você tem que começar uma coisa que você pode fazer hoje. Hoje o que a gente pode fazer é melhorar o procedimento e começar a educar o seu usuário, como que ele pode fazer isso, eu tenho formiguinhas na minha mesa para me lembrar todo dia, não desiste [...], porque é um trabalho de formiguinha de fato. Eu estou gestor (a) hoje, amanhã eu não estou gestor (a), o gestor que vier depois de mim, ele tem que entender por que que eu fiz essa iniciativa de ter protocolos, por que que o (a) [...], na doideira dele (a) fez isso, só [...] que acredita nisso. Não! Tem que ter a finalidade fazer isso, e a maior parte das pessoas, só vai validar o que você está fazendo, com o tempo, depois que for beneficiado pela ação que você começou. Hoje só vão aceitar: Ah, precisa ter gestão de riscos. O caso de Santa Maria acendeu um alerta gigante e

olha que Santa Maria sempre foi referência. Em outra instituição, eu não teria a condição que vocês tiveram de salvar esse acervo, de correr atrás. Então assim, por aí você pensa: Nossa, se quem tinha expertise está tendo esse trabalho, e eu que não tenho nada? Eu preciso me mexer, eu preciso começar a pensar nisso. A gente estava pensando, depois de Santa Maria, a gente já falou, vamos ter que incrementar mais isso, vamos ter que pensar mais adiante, porque a gente não vai conseguir fazer só isso. Aqui o engenheiro vem e fala, a gente tem problema de solo, de amarramento desse solo aqui, na parte de cima está ótimo, aqui embaixo não amarraram para aguentar peso, aí o solo aqui é [...], é úmido demais, tem muita trepidação lá, e aí pode causar afundamento, por enquanto é desnivelamento, mas pode causar uma situação de sopesamento, abrir um buraco assim do nada em pontos focais. O engenheiro vem aqui e fala assim: Isso não vai acontecer. Ele escreve no despacho que não tem esse risco. Como é que eu vou saber que não tem esse risco? De quanto em quanto tempo eu tenho que ter um novo engenheiro me falando que o risco ainda não existe? Isso eles não te falam, a gente brinca que quando começa a estudar o que ninguém fez aqui na universidade, a gente tem que estudar para... parece que a gente não tá fazendo nada né, tá a gente doido aqui, pensando eu vou ter que estudar sobre isso, porque eu não entendo nada de solo, lá nas normas fala solo úmido, tá... solo úmido, tem vários tipos de solo úmido que se comporta de formas diferentes. Você já viu uma análise de solo? Eu precisei de tecla SAP até para entender o que que significava o que estava escrito ali. O solo aqui é altamente passível de térmitas, nem precisava descrever isso né, porque a gente tem o cupim de solo e o cupim de concreto aqui no entorno, é muito arborizado, num solo úmido. Então, probabilidade gigante. A gente tá desconfiando que a térmita atacou nossa fiação elétrica, porque a caixa de controle lá em cima, outro dia o menino veio, por causa dos holofotes, estava em curto. Como que uma caixa dessas, que não tem quase nada ligado né, porque a gente ainda não tem fragmentadora, a gente não conseguiu... por que essa caixa tá dando curto? Lá no cantinho que a gente já sabe que a térmita subiu, que precisa tirar para usar a fotovoltaica. Aí o ar-condicionado que fica ali também, sempre dando problema, diz o menino que é na placa. Mas nós temos outros do mesmo modelo que nunca deu problema na placa, no mesmo quadrante. Aí a gente já começou a pensar, será que elas estão atacando a fiação e é isso que está gerando um mau contato que está queimando as coisas. A gente é técnico para saber disso? Não! Aí você fala lá com o engenheiro, tem uns que

recebem muito bem a sua dúvida, diz que é possível ter. Outro fala: Você quer ser engenheiro? O arquiteto o dia que falou isso, eu disse: Eu acho que eu faria um serviço melhor do que você que não está nem ouvindo seu usuário. Ele queria fazer um negócio..., mas eu falei: A gente não precisa disso, o que eu preciso é de uma área de descarga, porque eu preciso de finalidade, o espaço que eu tenho é pouco, eu preciso que a usabilidade dele seja 100%. Ele queria mudar tudo, eu falei: Eu não tenho nem mobiliário chique assim pra montar essas áreas aí, o que eu tenho é isso aqui, eu não vou conseguir trocar tudo. Ficaria lindo, minha equipe adoraria, ter ilhas com iluminação XPT lá. Não tenho isso, entendeu? Então assim, é lindo, eu sei que é um trabalho também artístico, mas não é a realidade daqui, que a gente tem. Eu vou monitorar ali, posso ter o sopesamento a qualquer tempo, o que que vou fazer se isso acontecer? Ainda não faço ideia. Vamos estudar para colocar no protocolo. O pessoal que vendeu o arquivo deslizante, pedi pra vir aqui. Falei se acontecer o sopesamento, o trilho segura o mobiliário por quanto tempo? Depende. Depende do lugar aonde for, se for logo abaixo, onde está a estrutura, porque o trilho, ele tem emendas, dependendo do lugar que, se sofreu sopesamento próximo de onde tem uma emenda, ele não segura. Ele falou: vai tombar, vai afundar junto da estrutura, e pelo peso, vai aumentar o buraco, vamos chamar assim. Eu não tenho como prever se isso vai acontecer ou quando isso vai acontecer, a gente já está observando, visualmente, o trilho tá segurando de fato o desnivelamento, a gente tá colocando as plaquinhas que eles deixaram aí, para ir firmando o piso, desse apoio, mais plaquinha, pra ir firmando. Só que chegou um tempo que nem toda plaquinha do mundo vai segurar, tá aumentando a área. A gente vai vendo onde que está tombando, tem lugar que se você não travar, soltar, ele desliza sozinho. Qual o risco de prender alguém lá? Então assim, a gente já tem, internamente, um protocolo para sempre que entrar tem que travar, independente de estar na área ou não que tá tendo desnivelamento do piso, trava, como o outro. Mas, a gente ainda tem que contar com a atenção, eu falo das crianças, que é os estagiários tá, tem que contar com a atenção das crianças porque um desligado, rapidinho pode não travar, e só vim em cima, entendeu? Então assim, é o risco que você controla até certo ponto, se todo mundo não participar do processo de gestão do risco e cumprir esses protocolos, é o mesmo do EPI, eu tenho equipe que não gosta de usar EPI, ou usa só a máscara, ou usa só a luva, “não gosto do EPI, porque é quente, porque pinica”... Nós temos EPI completo, nem todo mundo gosta de usar o EPI. Eu não estou naquele momento de dizer: Olha, tem EPI, você não usa,

eu não sou responsável pela sua saúde, eu só falo pra eles: Oh, aqui gente não tem plano de saúde não tá?! Não tem seguro saúde não. Se você não usar, é um risco que você decidiu tomar. Mas essa é uma coisa, por exemplo, que a gente vai ter um protocolo para registrar o que tem ali. Mesma coisa, a gente tem escada no arquivo, tem gente que gosta de subir em cadeira. Tem gente que sobe na primeira prateleira. É um risco, as pessoas às vezes nem pensa que aquilo é um risco, só está com preguiça mesmo, de ir lá buscar a escada. Mas é um risco, é um risco igual, você controla esse risco? Não controla. Ah, a gente pediu, quando foi fazer análise de risco ergonômico, a gente queria que tivesse ginástica laboral, porque a gente acha que no arquivo a gente tinha que ter periodicidade de oferecer esse serviço, o setor de saúde aqui não tem nem projeto, nem previsão, nem nada desse tipo de situação, que não é para todo tipo de setor, mas a gente entende que pro arquivo era uma coisa interessante de se ter. Porque a gente tem rotinas de trabalho, tem dias, carregando caixa, conferindo, subindo escada, empurrando carrinho de carga, era um momento pra gente desestressar, porque trabalhar com informações e documento é estressante. Então, a gente tentou, não é possível. Ah, uma opção é a gente fazer todo o protocolo e tentar de outra forma ser atendido, se não for pelo [...], talvez por alunos da Educação Física, dentro de algum projeto extensão, a gente tem que pensar em outras possibilidades, para tentar mitigar um tipo de risco. Então é um exercício de criatividade constante assim, mas é. E assim, quando eu te falei que eu gostei muito do tema, porque tem pouco, se fala muito pouco sobre isso, quando eu vi seu negócio e a [...] falou que te conhecia, falei, nossa, tinha gostado do negócio, tinha comentado, ainda não tinha te respondido, mas já tinha comentado com as meninas, eu falei: Gente, a gente pesquisou, ajudou a [...] a pesquisar, não tinha quase nada de publicação. Eu conheço o Pedersoli, ele já veio aqui, deu palestra aqui na universidade, quando ele veio, a gente não sabia, falei, esse trabalho é excelente, mas precisa ser afinado. Mesmo o trabalho dele, não é só para arquivo, a gente acaba pegando referência de outras áreas, que isso é uma das coisas que a gente está tendo dificuldade aqui, porque se a gente já tivesse o seu trabalho pronto Priscila, nossa, já ia ser nossa fonte, a Priscila já pensou tudo, já disse isso vai funcionar, isso não vai! A gente vai fazer isso junto com você de certa forma, ao mesmo tempo que você está fazendo sua pesquisa, mas a gente não vai poder parar o que a gente começou, para esperar seu trabalho. Mas eu falei para [...], se ela quiser compartilhar o que ela já sabe, se quiser ajudar aqui, estou aceitando, porque está difícil da gente conseguir

algumas coisas assim, de algumas frentes sabe? A gente vai tentar fazer para cada tipo de risco, um protocolo, tentar pensar na sustentabilidade disso ao longo do tempo, de manutenção disso. Até porque, risco é uma coisa que é pontual, se eu tenho um risco hoje, eu corrijo ele, eu tenho só que monitorar, porque ele pode voltar ou não. Ou gerar um outro risco. Então assim, a gente vê isso, a gente fez a reforma aqui, o engenheiro, a gente falou que queria resolução de coisa do solo e tal, ele não pensou nisso não. Ele manteve a calçada, que não é calçada, é de paralelepípedo em roda do prédio. Já estava com infiltração e umidade em alguns pontos, ele não fez a passarela, calçada de novo. Não entrou isso no projeto, porque projeto também é assim... eles vêm na época que está fazendo o planejamento do projeto, arquiteto, engenheiro vem aqui, faz tudo que você precisa, aí chega lá na pessoa que vai dizer quanto que vai custar, aí ela vai cortando... Ah, mas tem uma calçada lá, não vamos fazer essa calçada não, depois a gente resolve isso com manutenção. Ah, mas tem esse aqui ó, não vamos fazer não. Um exemplo é a pintura do piso aqui, eu tinha pedido piso mesmo, não, o que a gente conseguiu foi pintura e multicolorida, ficou pontos sem pintar. Falei, por que ficou sem pintar? Não, a gente só tem autorização para pintar esse pedacinho aqui, onde que mexeu. Aí eu tenho que fazer uma respiração bem fundo e pensar, não, se é isso que temos, é melhor do que nada, porque o gestor público em todo momento ele tem que pensar, o mundo ideal seria lindo, mas o mundo possível, com o recurso que eu tenho, o contrato que eu tenho é esse. Então assim, você tem que fazer a felicidade aos pouquinhos, pensar, eu sou uma formiguinha e vou estar aqui muitos anos ainda, agora não vou nem aposentar mais, que mudou a carreira, o bonito lá achou que a minha saúde era ótima, eu não vou precisar aposentar nunca, então tem muitos anos ainda pra ver isso aqui melhorar ou não, porque uma das situações da gestão de risco é que lá na frente, eu não tenha mais alguns problemas né, a gente já possa olhar e pensar graças a Deus isso aqui nós resolvemos!

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

Então a gente teve bastante apoio de [...] para cá, eu falo do período que eu estou na gestão né, o quanto mudou. A gente teve muito apoio, a gente foi muito afetado pelos cortes de verbas, e isso é inegável. A gente tá ainda nessa luta para ter recurso, mas assim, a necessidade que a gente leva de infraestrutura e de tudo, ela é reconhecida,

eles sabem que sim, o difícil hoje, é que a própria equipe, por exemplo, da [...] é pequena. Na TI é pequena, e eu falo pra eles, que eles têm que rever o que que é prioridade, porque se eles nos priorizassem, nós ajudaríamos a resolver problemas de atividade fins, por exemplo, de gestão acadêmica. Automaticamente resolveria esse problema de registro e gestão documental, eles resolveriam vários outros problemas, só que o nosso problema em relação ao do professor “bambambã”, que tem dinheiro geralmente, que fala quero o sistema tal, e isso e aquilo, a gente não é prioridade. A mesma coisa acontece na parte predial, as reformas que a gente precisa, as coisas que a gente ainda precisa, hoje, elas são pequenas, porque a gente acabou de passar por uma reforma, entre aspas, “a gente foi priorizado quando veio a reforma”, só que a reforma não resolveu tudo e agravou outros problemas, porque mexeram no solo, porque eles mexeram em algumas estruturas. A gente precisa que eles venham aqui e resolvam isso, só que agora a gente não é mais prioridade. Chegou um lá que nunca passou por reforma, um prédio, aí ele é prioridade e aí não tem engenheiro, não tem arquiteto suficiente para atender a todas essas frentes de demandas, entendeu? E aí a gente até tem às vezes o contrato, mas a gente não pode acionar o uso de um contrato de alguns tipos de manutenção, sem ter um aval ou um projeto do especialista, do engenheiro, do arquiteto e aí não tem suficiente para todo mundo, ficamos de mãos atadas, não conseguimos resolver. Então, apesar da instituição investir e ter essa boa vontade, há situações que a própria fragilidade, hoje, principalmente, de recursos humanos profissionais específicos né, em determinadas áreas engessa, até aí, por exemplo, eles falam: [...], se você quer resolver, de fato, pensa em convencer a administração central a contratar alguns profissionais de TI, você já tentou contratar? Só um processo de contratação é *hard*, muita análise, muito... tipo, tem que prever tudo e mais um pouco, porque afeta diretamente a segurança institucional, tem normativa específica. Então assim, eu acho que nem é justo a TI terceirizar isso pra um setor que não é de TI, entendeu? E se eu pedir um processo e gerar mais uma demanda para eles, que já não estão dando conta das demandas que estão lá, ele vai me priorizar? Não vai, ainda vai brigar comigo! Eu pedi pra você resolver, você me deu mais um problema! Então assim, para contratar a [...], eu participei do processo de contratação, da formalização do processo de contratação, porque nós éramos uma parte diretamente interessada, mas levou seis meses. Uma equipe de três para conseguir atender tudo que é requisito, a gente mandava o projeto, o projeto voltava, tem que melhorar esse ponto, mas muita coisinha assim, sabe? Até

a gente conseguir licitar de fato. Então assim, é um esforço muito grande, que você planeja num ano, no melhor cenário, você planeja num ano para executar no outro, no melhor cenário, porque agora é assim também, se a demanda surgir no meio de uma situação, se mudar a legislação e te obrigar no meio da situação, às vezes a execução é impossível de ser realizada, entendeu? Se o governo nos obrigar a falar, vocês têm 180 dias, vocês têm 360 dias, para entrar com esse aqui pronto, não dá, se depender de compra, se depender de contratação, o tempo é insuficiente. Compra tem data, contratação é essa novela, que não é tão simples. Se dispensar tudo for emergencial, no melhor cenário é três meses para conseguir contratar, de três a cinco meses, no emergencial! Que você tem que convencer TCU, CGU que aquilo ali era foi realmente necessário, se não, não dava para sair, aí ninguém vê isso, essa necessidade, porque você vai ser cobrado depois se você atendeu ou não. O auditor... o dia que eu conversei com o auditor, coitado, acho que eu até fiquei mal na fita, mas eu não aguentei, falei para ele: Como é que você pensa em fazer isso, porque olha, isso aqui não tem como fazer, essa aqui não tem como fazer. Ai ele: Eu não tinha ideia que era assim não. Então fiquei amiga dele, se você não tem ideia, olha o trabalho que é pra gente, você vem aqui auditar uma coisa que o governo impôs, que é impossível de executar, o governo cortou o dinheiro e não tem, como que diz, uma conta específica para aquele recurso, um recurso específico carimbado para uso naquela finalidade que o governo criou, como é que você avança? Não avança. Você fica esperando o que vai sobrar do orçamento, porque você tem que manter a instituição funcionando. O gasto de manutenção é grande, só para manter, e o governo corta justamente primeiro essas contas de custeio, de investimento, onde que você vai ter recurso? Não vai ter. Então assim, é lindo a gente planejar, a gente planeja, a gente pensa, hoje, a gente está mais preocupado em garantir os vestígios do que a gente pode fazer e tentar ser sustentável no que a gente controla de ponta a ponta, porque não significa que eu vou resolver o risco, que eu de fato vou conseguir resolver, entende? Às vezes a gente chega com ótima ideia lá, eles me falam: [...], sua ideia é ótima, não dá para ser executada em um cenário de três anos. Em três anos isso aqui já mudou completamente, entendeu? Em três anos, a minha térmita já comeu o telhado! Já era! Então assim, é possível a gente imaginar esse cenário? O que que a gente pode dá, trazer para as pessoas como a base? Olha, faz isso aqui, que não vai resolver não, mas minimiza, é um dos princípios de gestão de risco, a gente está trabalhando. A gente não tá pensando só em mitigar, a maior parte das

situações, a gente vai tentar minimizar, controlar, para não piorar, porque no cenário público não tem como, e aí é uma situação que a gente não espera a catástrofe, enquanto a catástrofe não vem, manter o recurso necessário para a estrutura de uma catástrofe é um dos recursos que eles colocam para outra coisa imediata, porque você não tem como prever. Você vai manter um fundo para catástrofe sem saber, se vai ter uma catástrofe, em quanto tempo, porque isso é o difícil de medir no risco. Pode acontecer, mas quando? Em que nível? Como é que eu sei, que de fato aquilo ali vai acontecer? Em quanto tempo? Como é que eu sei que está piorando? A gente monitora a rachadura no chão aqui, quando começa a levantar um pouco mais, a gente pede para vir alguém aqui olhar, está vendo como a rachadura... a gente começou a tirar foto da rachadura pra provar que a rachadura tá aumentando, entendeu? É um método artesanal, que a gente criou, mas é uma comprovação de que a gente está olhando aquilo ali, e tá tentando documentar aquilo ali, mas não é simples assim algumas situações. Então, por exemplo, não tem como impedir um gestor de colocar a documentação debaixo de uma escada ou no banheiro inativado, porque eu não sei a necessidade dele de todo dia, e eu não tenho como falar: Oh, não põe aí não, manda para cá. Porque eu não posso receber de qualquer jeito, eu preciso minimamente que ele identifique, acondicione pra transporte, minimamente, ele liste essa documentação que vem pra cá, entendeu? Porque depois que sair de lá, eu quem vou ter que gerenciar e controlar e fazer todos os outros procedimentos técnicos e se não tiver nada, como é que eu trabalho? Minha equipe reclama porque muitas vezes, eu sou obrigada a receber algumas situações assim, emergência da emergência, pra gente depois tem que fazer identificação e tudo aqui, eles acham injusto, eu também acho injusto, mas tem coisas que vem de cima, tipo assim, [...] cumpra-se! Eu não tenho escolha, você que cuida da documentação institucional, seu setor que tem que fazer isso, eu falo: Então contrata mais arquivista, porque agora não posso nem pensar no técnico mais, que o técnico eu conseguia trocar mais vagas de nível D, o arquivista eu não consigo trocar vagas de nível E assim. Eu consegui a vaga da [...] para cá com tanta negociação, tanta negociação, falei: [...], o que chamou mais atenção foi seu excelente currículo. Porque, até para te trazer foi difícil, entendeu? Eu falei que a [...] também ia ajudar no curso de Arquivologia, e realmente, ela quis, na verdade, ser professora, entrou como professora já voluntária lá, ou seja, tive que capitalizar a [...]! Para vender que era uma boa funcionária, para [...] conseguir a distribuição dela, troca de vaga, e ao mesmo tempo, ela teve que convencer a

instituição dela, que podiam aceitar qualquer código de vaga, porque eu não tinha código de arquivista, eles tiveram que aceitar qualquer código de nível E que a gente tivesse para poder viabilizar essa redistribuição. Então assim, a gente já vê como que é difícil, levou anos, uns três anos, para [...] conseguir vir redistribuída nessa negociação entre recursos humanos, gestão de recursos humanos. Então assim, a gente pensa no longo prazo, pensa nas ações, pensa, mas te dizer que de fato a gente vai executar... [...] fala: [...] é 80x20, se você conseguir fazer, tá bom, está ótimo, porque a maioria não consegue, no melhor cenário você vai conseguir executar 20 e vai deixar 80 ali esperando o cenário melhor. A gente está fazendo toda a revisão de base normativa, a gente precisa fazer, essa é uma das pendências que foi ficando, porque no planejamento lá de [...] já está fazendo [...] anos, era o nosso prazo, foi [...] anos para fazer tudo. Entrava renovação do parque tecnológico, a gente conseguiu fazer, entrava reforma predial, aquisição de mobiliário adequado e equipamentos técnicos adequados num cenário de [...] anos, pensando em tudo isso aí, que era problema e pensando que a gente tem que ajudar a melhorar alguns processos, por exemplo, a gente foi beneficiado, melhorou o processo de compra, era muito mais difícil a gente comprar antes do que agora. Só que antes a gente não tinha o problema do fornecedor, agora a gente tem, que ninguém quer fornecer. Então assim, a gente troca um problema pelo outro, mas em dez anos, o que ficou, a gente ainda não conseguiu finalizar daquele planejamento inicial foi a estruturação de fato oficializada do sistema de arquivos, porque as unidades setoriais eu não consegui oficializar, para eu criar como unidade, em cada unidade estratégica ter unidade de arquivo setorial, eu teria que ter servidor para lotar lá, e não tem. Então, a gente fez um jeitinho, que foi criar a função do agente documental, mas é um jeitinho, porque ele não é uma unidade, entendeu? Não tem uma caixa postal para os documentos, para controle dos documentos setoriais, eles tiveram que designar uma caixa de unidade como unidade de arquivamento, não é o correto. Aí é uma opção que a gente tem, criar toda uma estrutura informal, não oficial, também não é uma coisa boa, porque tecnologicamente isso afeta a categoria em que está lá, vai afetar na hora que eu for fazer os pacotes para o repositório, por exemplo. Seria uma solução “jeitinho” para eu conseguir visualizar, gerar relatórios, facilitaria a minha vida, só que me geraria um problema, talvez, impossível de resolver lá na frente, porque a estrutura de metadados dessa unidade informal não é compatível com a estrutura para o repositório oficial, entendeu? Então assim, é uma coisa pequena, besteira, mas que depois inviabiliza, é

uma solução hoje, resolveria hoje, amanhã é outro problema, outro risco, por que se o sistema reconhece como um erro e deleta todos os documentos que estão nessa caixa? É uma possibilidade, entendeu? Eu não sei como é que está funcionando os repositórios, se ele só vai repudiar, não vai ignorar, meu estudo não está tão aprofundado no *software* de repositório, que uma das coisas que ele faz é uma validação, eu estava vendo, não sei se você viu um negócio da Câmara dos Deputados, os caras mais *top* de linha tá lá, levaram cinco anos pra finalizar os estudos, só estudando, e lá eles já tinham uma gestão arquivística funcionando maravilhosamente bem no suporte analógico, que não é ainda a situação aqui. A gente não tá nessa situação ideal de gestão de documentos de arquivo, eu acho que nenhuma IFES está, algumas são mais avançadas que outras, sempre tem mais expertise, já fizeram alguns trabalhos que a gente teria que ter feito há mais tempo até, só que nem tudo espera essa realidade. Eu sei que tem instituições que têm toda política, mas está atualizada? Está sendo revista? São instrumentos que precisam passar por revisão periódica, de quanto em quanto tempo? A gente tinha uma prática, com o registro do documento analógico, o papel, a prática com o digital é outra, entendeu? Se eu criasse a política antes de conhecer tudo o que pode acontecer com esse nato digital ou com a infraestrutura que eu tenho, ela seria insuficiente para dirimir situações que vão acontecer, por exemplo, acho inviável fazer uma política considerando documentários, sem fazer um estudo ontológico de todos os sistemas da arquitetura Sigad. Ninguém te fala isso quando vai estudar o cenário Sigad não, tá? O Daniel Flores fala, eu fico assim, ó, que lindo, vai dar certo, aí eu não penso como é que é por baixo daquilo ali, como é que de fato aquilo sai do planejamento para execução. Eu converso com cara de TI, ele fala: [...], isso é impossível, porque a nossa estrutura é assim, assada. Eu não considere isso, porque eu nem sabia que eu tinha que considerar isso, o cenário não me diz isso, aqueles requisitos não me dizem isso, entendeu? Então assim, quando você está gerenciando, você precisa disso, para gerenciar o risco, você precisa saber de elementos que excedem a área arquivística. Nós estamos tendo que estudar sobre incêndio, extintor, como é que é. Nunca pensei que eu fosse ter que estudar isso, seria o mundo ideal se alguém me desse tudo isso pronto. Ó [...], é assim! Não é essa a nossa realidade, a gente foi falar de qualidade ambiental, porque estava investigando se estava dando mofo no aparelho de ar-condicionado, o pessoal estava reclamando, não tinha mofo, sujidade, mas não tinha mofo, nem nada assim, o técnico veio aqui, fez um laudo falando isso.

Mesmo assim, pelo tipo de setor, o engenheiro do trabalho falou: Olha, o ideal é que a manutenção dos aparelhos, a limpeza seja mensal, como é num hospital, como era... Segundo a [...], nós não nos enquadrados, porque só se enquadra coisas médicas, situações médicas, mesmo o engenheiro falando que precisa. É uma outra briga que a gente tem, aí eles têm o calendário de limpeza, mas não é mensal, a gente entra dentro do calendário geral, que é cumprido pela empresa contratada. Que eu acho que está sendo duas vezes no ano, essa limpeza toda assim, do aparelho, tudo, a limpeza está sendo mais ou menos de três em três meses de filtro. Essa parte de limpeza de filtro, que eles vêm, limpam e borrifam aquele cheirinho. Essa é de três em três meses, a do equipamento já teve duas vezes, porque não é só o filtro que tem que limpar, eles têm que fazer uma limpeza, que é tipo a manutenção do equipamento, eles desmontam ele todinho, o negócio, faz uma limpeza da máquina mesmo, como a gente tá num lugar com tendência a insalubridade, a gente precisa fazer isso.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

Então, a gente trabalha isso por demanda, então os pesquisadores vêm aqui, ele é atendido e acompanhado. A gente oferece esse serviço também a partir de cadastro pela internet, você pode preencher o formulário e dizer o que você precisa de pesquisa, a gente dá um prazo dependendo do tipo de pesquisa, a gente responde eletronicamente, se for um documento, por exemplo, que não tem restrição de acesso, a gente oferece digitalização, encaminha esses documentos digitalizados para o solicitante, situações mais sensíveis, por exemplo, pesquisa com uso de dados pessoais e tudo, a gente tem comitês operadores para a tomada de decisão desse tipo de acesso a esse tipo de documento, então, na verdade, não somos nós que decidimos, tem que passar pela ouvidoria, tem que passar por outros canais pra ter autorização, inclusive do comitê de ética, se a pesquisa demandar dados que são sensíveis e que estão nos documentos, e aí dependendo do tipo de documento, se for analógico, a gente auxilia recuperando todos os processos e o pesquisador tem que vir aqui e acessar essas informações aqui de forma controlada, mediada. Se for documento nato digital, a gente tem que gerar a demanda para TI reunir esses documentos, porque geralmente os dados necessários estão em peças do processo, não consigo filtrar por peça, então eles teriam que criar um ambiente de segurança para um usuário específico ser cadastrado acesso e aí ele acessar para abrir

documento por documento e conseguir acessar a peça. Então assim, ele pede um dado X, sensível, mas para ter acesso ao dado X, ele vai ter acesso a N outros dados, informações sensíveis, não só aquela. Então, cada caso nessa situação tem que ser analisada, dependendo do caso. A gente não tem ainda uma ação de difusão sem necessidade, de alguém vir gerar uma demanda, exposição, nada assim, porque a gente terminou a reforma em [...], no meio de uma pandemia. Ainda fiquei mais de ano sem ter equipe, todo mundo vindo só aos poucos, então a gente não recolheu, nem fez a transferência dos conjuntos históricos, por exemplo, que a gente pretende trabalhar, então, à medida que a gente conseguir ir trabalhando esses conjuntos históricos é que a gente vai trabalhar ações de difusão direcionadas. Hoje a gente só oferece treinamento, preparação de treinamento de equipes, aí por enquanto só da [...], mas a gente está vendo se consegue trazer, fazer tipo um evento para capacitar arquivistas ou gestores de arquivos municipais, estaduais, num evento único para operações técnicas, para conhecer o processo de digitalização arquivística, o fato é que a digitalização arquivística para acesso de processo é uma, arquivística é outra, então, para diferenciar né. Uma digitalização arquivística, de qualidade arquivística, não é digitalização de acesso comum, como diz, na pior resolução que tiver, para facilitar para mandar por e-mail, não é essa. Então assim, a gente vai trabalhar isso, mas daqui para frente, porque primeiro a gente quer finalizar essa parte normativa, para a gente também ter uma segurança em algumas ações, dessas de difusão. Esse ano eu comecei a trabalhar com o professor [...], em propostas de acessibilidade à informação, documentação, cultura, vai sair a nossa política institucional, está no Conselho já, para aprovação. A gente mandou uma minuta de resolução criando uma comissão específica de acessibilidade, onde a gente é parte né, não seria só a estrutura de arquivo, tem outras estruturas na parte de informação, comunicação e cultura, e a partir desse trabalho, de acessibilidade é que eu pretendo montar essas estratégias, até porque, eu acho que é importante, nesse momento social, a gente trabalhar esses grupos que existem aqui, no levantamento de centros de memória aqui na universidade, eu descobri que a gente além dos museus, galerias, coisas formais, a gente tem muitos núcleos que foram criados de projetos de extensão, que são de inclusão social, de identidade transgênero, então a gente tem esses grupos, provavelmente eles produzem documentos, isso não está diretamente relacionado a uma unidade administrativa, veio de um, como produto, de um projeto de extensão, então estarei ligada à extensão, mas não é gerenciado pela extensão. Então a gente

tem alguns, vamos dizer, limbos culturais e informacionais nesse sentido, que a gente pretende também oferecer uma solução, como um depositário, desse tipo de documentação que é produzido nessas ações. Então, só que para isso também a gente precisa normatizar como que seria feito, porque a gente não tem uma política de entrada, de doação de acervo, nada, a biblioteca tem. Então, se algum particular, o governador, por exemplo, quiser vir e doar a documentação pessoal dele, a gente não teria condição de receber aqui, teria que ser recebido pela biblioteca, entraria em acervos especiais. Então, a gente ainda não tem essa política de aquisição, dessa forma a gente tem que pensar como que isso vai ser feito, porque na mesma estratégia, entram esses acervos de faculdades que fecharem, de situações que já são previstas, mas que a gente não tem ainda uma estratégia para efetivar como que isso seria feito. A gente está com algumas situações de fundação de apoio que fecharam, que ainda estão em situações judiciais, que o interventor entra e sai, só imagina o tamanho do problema. E aí agora, a Polícia Federal está entregando a documentação que eles analisaram aqui, a [...] teve que dizer quem que iria receber, designaram a gente, mas não é uma documentação da [...], entendeu? E a gente está recebendo o que a polícia tá devolvendo, e o que a polícia nem levou? Vai ter que vir para a gente também? Eu não tenho um sistema de controle disso, teria que cadastrar isso tudo em um local, identificar isso tudo, então assim, é um trabalho, vamos dizer, árduo né, que não é de uma coisa produzida pela [...], mas por uma instituição que foi parceira durante um tempo, mas que está no limbo também, porque fisicamente funcionava aqui, então, são situações assim que não tem previsibilidade de política de aquisição nenhuma. Então são muitas coisas para rever, visitar e instrumentalizar, então em [...] a gente fez uma revisão, a gente já sabe que a nossa política, nenhuma política que é de [...], que vai ter que ser uma política então que está começando a desmembrar partes né, de regulamentar de forma separada, para na política ficar aquilo que é atemporal mesmo, que for designar culturalmente, identitariamente na identidade arquivística quem é a [...]. Porque a política tem que te dar esse reconhecimento, porque o modo de fazer aqui é diferente do modo de fazer de Santa Maria, de produzir, de se organizar, de registrar, mesmo que a gente cumpra a mesma legislação, vocês podem ter encontrado soluções que a gente não encontrou, ou fez de uma forma diferente e a gente de outra.

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

É super necessário, uma coisa que a gente nunca teve, nunca teve, na verdade à administração pública, de modo geral, ela foi minimizando os controles, quando veio o *boom* da terceirização, praticamente a gente foi entregando coisas, né? Gerências, que a gente não poderia ter entregado e a gente fez isso sem estabelecer uma estrutura de fiscalização decente, de fato. Então, isso foi um problema que agravou o que já existia, abriu para mim, na minha opinião pessoal, um espaço maior para a corrupção, vou te dar um exemplo, eu já respondi pra um moço, não lembro o nome dele mais, mas ele chegou a me ligar, porque quando veio esse *boom* de digitalização, as empresas né... a gente formalmente, dizem não, a gente pode até entrar na carona e tal, depois a gente decidiu que não ia fazer, mas as empresas entraram em contato: Por que que vocês não querem entrar e tal? Na época, porque a gente não estava tendo dinheiro para pagar as empresas terceirizadas, um senhor de uma empresa, entrou em contato, na época ele falou até que era amigo do Guedes, era o Guedes o ministro. Aí ele me ligou aqui, eu falei: Moço, eu tenho responsabilidades, como gestor (a) eu tenho responsabilidades, se eu entrar nessa eu vou quebrar a sua empresa. Como assim vai quebrar? Vou quebrar sua empresa, porque essa conta vai entrar em custeio, não tem recurso em custeio, a digitalização tá vindo pelo governo, sem ter rubrica própria para gastar especificamente com esse tipo de serviço, se eu não tenho isso, ele é um serviço contínuo, que eu não vou ter como controlar, porque se digitalizou errado, teve que fazer, eu já paguei. Eu pago antes de corrigir, só que eu pago se eu tiver dinheiro, como é que eu faço um contrato com o senhor sem saber se eu vou ter dinheiro? Se eu consigo pagar o volume que vocês vão conseguir digitalizar? Porque se o senhor for rápido e quiser receber, não vai ter dinheiro, o senhor vai ter que manter a estrutura, manter o serviço, por três meses sem receber, até fazer o distrato e é o que acontece com as empresas de limpeza, de todas as instituições. Todo mundo tendo que rever e rever contrato de limpeza, ou mudar a forma de como é que executado o contrato de limpeza, porque a gente não tinha recursos para pagar, e é um serviço que precisa ser executado. Tem gente que ficou sem contrato de limpeza, por causa de recurso, algumas tiveram que fechar por um período, porque não tinha condição, entendeu? Então, a gente mudou o estilo de contrato, mudou o jeito de gerenciar, de controlar, mas teve que haver uma mudança pensando nos riscos econômicos, então, aqui a gente está falando dos riscos de

conservação, no modelo de CGU. A CGU olhou como é que é o modelo lá? Você tem que considerar outros tipos de risco, no TCU, no manual de gestão de risco deles, na prática lá, de governança de gestão de risco, isso aqui foi o que a [...] me mandou, entram aqui, eu tenho que pensar na área arquivística, mas eu tenho que pensar no tipo de risco econômico, por exemplo, hoje, quando eu faço o contrato dos Correios, que já foi dividido, antes era um contrato, agora são dois, porque é encomenda e postagem. Encomenda não tem mais inexigibilidade, eu tenho que pensar na fatura econômica, no risco econômico, eu vou conseguir pagar? Nós tivemos que reduzir o contrato, a gente tinha um contrato de mensageiro terceirizado, acabamos com esse contrato, o que a gente aprendeu com o Correio, a gente conseguiu fazer uma estrutura própria para manter. Mas quem faz a manutenção, por exemplo, da bicicleta cargueira sou eu, com meu salário, porque não tenho contrato terceirizado de manutenção. Eles não podem fazer para uma bicicleta, duas bicicletas, é um serviço muito específico e local. Eu não tenho como fechar o contrato com a empresa daqui de [...], que também vai ter que atender os campus do interior, entendeu? Então assim, são todas coisas pra gente calcular esse IGG¹⁴ aqui, pra eu ter esses vestígios aqui, não é nada simples, umas ideias que a gente está tendo, por exemplo, os procedimentos que são a verificação, aqueles que a gente passa, é isso aqui que o governo vai cobrar, é desse instrumento que ele vai cobrar, como que tem que ser feito a matriz de planejamento. Então assim, a gente tem uma matriz planejamento pensando em conservação, pensando na gestão de risco, pelos riscos de conservação e preservação, mas tem toda uma matriz de risco que a gente tem que pensar se tiver que fazer contrato, seja de manutenção, seja uma contratação de TI especializada, tudo isso tem impacto econômico, por exemplo. Eu tenho que dizer, eu tenho recurso? Eu tenho esse recurso por quanto tempo? Um dos requisitos lá do negócio do repositório, eu falei, eu nunca vi ninguém ter essa pergunta pro colega da contabilidade, como é que a gente mensura isso? Porque um dos requisitos de vestígio que eles pedem é o custo, quanto custa manter a infraestrutura de gestão de documentos nato digitais? Quanto custa manter a estrutura de gestão de arquivos analógicos? Nunca nem estudei isso. Eu tive que entender alguns conceitos com os colegas da contabilidade, o colega falou: [...], nunca ninguém me perguntou isso. Eu mostrei pra ele: Mas é um requisito. Nós vamos ser avaliados, eu já estou com medo

¹⁴ Índice de Governança e Gestão

da avaliação institucional na área de arquivos, porque quando eu fui olhar o que que eles vão verificar, falei: Gente, mas eu não conheço ninguém que tenha isso. Alguém deve ter, criaram o requisito, alguém deve ter, em algum lugar ou fizeram de norma internacional, não sei, mas a gente não tem. Então, quando eles pedem algumas coisas assim, eu não tenho nenhum indicador para fazer isso, e é uma das coisas que eu falei pro dono dessa empresa, eu vou te quebrar, porque, eu não tenho como medir o seu serviço, eu não tenho um indicador econômico que me diga até quando eu tenho sustentabilidade para te pagar, para dizer: Olha, vamos ter que fazer um distrato porque não tem mais recursos, vou ter que cancelar esse contrato. Aí você está fazendo um contrato comigo, e o mesmo contrato de digitalização, você está fazendo com outras instituições, eu estou te dizendo, se eu não tenho recursos, as outras instituições também não vão ter, porque o governo não repassou, a gente não tem orçamento suficiente para isso na conta de custeio, não se mistura as contas. Contas de investimento é uma, contas de custeio é outra, não se mistura, e isso caracteriza custeio. Quando eu falo pro meu gestor: Eu quero um projeto, eu preciso um serviço assim. Ele fala: Não, isso não dá, porque isso é custeio, eu não tenho mais recurso de custeio. O recurso de custeio que eu tenho já praticamente, a energia, água, limpeza, já comeu. Os contratos de manutenção estão sendo reduzidos ou colocados em mais serviços para empresa, para uma única empresa prestar, para minimizar o custo do serviço, e você não pensa que o custo não afeta diretamente a prestação do serviço, afeta. Se não for pensado, como que vai ser a fiscalização, o controle, o cara do incêndio vai vir aqui, verificar o tipo, ele não vai verificar, ele só vem trocar, porque se ele for verificar, ele vai gastar um tempo maior e não consegue cumprir a agenda mensal de prestação daquele serviço, entendeu? Porque vai ser uma coisa a mais que ele vai ter que cumprir, então, se a empresa terceirizada não vai cumprir, o quanto nós, administradores de arquivo ou de qualquer unidade, vai ter que fazer dentro do protocolo para quando essa empresa vier, eu saber, olha, a gente fez isso aqui, confere, verifica, valida, tá certo? Olha, está no prazo de fazer essa verificação aqui, e a gente pode agendar? Porque hoje para desinfestação, para essa parte, é agendamento. A gente faz uma verificação predial, olha tá precisando, começou a aparecer barata, tem que fazer desinfestação, desratização. Então, a gente que gera demanda para eles, não é dentro de um calendário, não tem como fazer isso em todo tipo de serviço, então a gente fica refém, se eu for olhar tudo o que eu tenho que cumprir de matriz de risco da área de arquivo, mais da área de gestão pública e manter

de fato a segurança, eu brinco com as meninas, eu até anotei aqui ó, nós temos, 331 requisitos de segurança institucional, parte pega a área de arquivos, inclusive segurança dos depósitos, mais 392 do E-arq, quando eu falo requisitos que nós temos que cumprir, o pessoal já: Meus Deus, [...] começou! Aqui trocentos requisitos, nós ainda não cumprimos, estamos cumprindo em torno de 68% dos requisitos do E-arq. Ainda tem muito para madurecer e melhorar, aí a gente faz, preenche os requisitos de maturidade institucional que chegou aqui, a gente fica assim: Meu Deus, como é que nós vamos fazer? E vou falar, o pessoal da governança em TI, está no mesmo barco, não estão melhor do que a gente nessa área de maturidade não, de governança não, eles também não têm uma matriz, e olha que eles também têm aquelas organizações de referências, instituições de referência na área deles, que também não tem uma resposta. Eu me abraço muito com a rede Arquifes, porque lá todo mundo está no mesmo barco e pensando coletivamente soluções para os mesmos tipos de problemas, entendeu? Mas apesar de toda a discussão que tem lá, eu trago aquilo, internalizo e penso, e aqui como é que eu consigo fazer? Porque uma solução que Santa Maria teve, eu não consigo ter aqui. Eu não tenho profissional, eu não tenho infraestrutura, então eu não consigo fazer. Eu fico pensando sempre, até onde eu consigo fazer dentro da realidade que eu estou, o tempo inteiro, você tem que fazer isso, eu achava que eu estava indo muito bem, até começar estudar gestão de riscos, aí eu pensei: Meu Deus, vou voltar para a prancheta, ainda falta muita coisa! A gente está só preparando para o coleguinha do futuro, entendeu? Só.

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

Depende do sinistro, se for com água, mandamos bem, agora se for com fogo, ainda não! Com fogo a gente só vai acionar o alarme, usar os extintores, mas não temos uma preparação. A gente até falou com um colega que é terceirizado, que tem experiência, ele dá esse treinamento, mas ele falou, formalmente, ele não pode dar o treinamento. A gente pode ter uma brigada informal aqui, um plano de emergência informal aqui, internamente, mas, ele não dá esse treinamento formalizado, então, a gente vai tentar com os protocolos, solicitar aos bombeiros que deem o treinamento, formalizar isso institucionalmente aqui, dizer quem são as pessoas que vão num sinistro desse, mas hoje, se acontecer, quem for mais rápido sai primeiro! Provavelmente serei eu que vou catar um extintor porque eu que vou responder, né?

Pelo que perder! Se for de roubo, a gente nunca teve, espero que assim que instalar as fechaduras eletrônicas e biométricas não tenhamos mais esse risco. Assim como as botoeiras, a parte do porteiro eletrônico, já chegou, só não vieram instalar porque está sem contrato de eletricista lá. Então estou esperando finalizar o novo contrato, entrar em vigência, para entrar numa fila pro profissional vir aqui instalar, porque já chegou as câmeras, já chegaram a parte de câmeras, só não chegou ainda a fechadura mesmo, a parte da fechadura, porque vai ter que trocar em todas as portas o controle, porque a gente pediu aquela que tem um sisteminha também, pra a gente ter um *log* e fazer *backup*. Ah, detalhe, a TI também não faz isso, tá? A gente vai ter que ter um servidor local porque isso não é mais serviço de TI, a gente descobre na prática, porque eu achei que eram eles que iriam manter e o setor de segurança da [...] que funciona na [...] não faz segurança interna predial, só externa, só do campus, e dos outros campi né, interna não. Então os setores que precisam internamente têm que ter uma solução própria, aí eu pensei..., mas nós estamos na mesma situação da TI né? Como é que é feito na TI? A TI faz toda a parte de segurança interna de *data center* e tudo, com a ajuda do RNP¹⁵, uma contrapartida do convênio do RNP que atende o estado inteiro. Então não é a TI que gerencia de fato essa parte, é a rede da RNP. Então, eles acharam a solução de terceiros e funcionou, nem referência para comprar fechadura eletrônica eu consegui, porque não foi a [...] que comprou, entendeu? Então é assim que a banda toca por aqui.

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

Com certeza, com certeza é uma relevância social que não está sendo explorada. Às vezes eu oriento algumas pessoas que vão na biblioteca, mas o que elas precisam não tá na biblioteca, tá no arquivo. Então, as pessoas não têm o hábito de pesquisar em arquivos, não tem essa cultura de pesquisar em arquivos, e eu acho que nós seremos mais valorizados no futuro próximo, principalmente com a produção nato digital. E ao contrário do que as pessoas pensam que, o digital não é uma ação que precisa ser mediada, nessa parte, eu discordo, eu acho que toda ação ela vai precisar ser mediada sim, até porque, mesmo numa plataforma de acesso livre, existe uma manutenção, se a gente não tiver nenhum tipo de mediação, a gente nunca vai saber se realmente está dando retorno o tempo todo, se não teve alteração. A gente vai ter

¹⁵ Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

que ter protocolo de mediação, se a pessoa não encontra a informação, a gente tem um canal para falar com essas pessoas, que na plataforma de acesso não conseguiram localizar uma determinada informação, a gente não trabalha ainda na área assim com vocabulário controlado, por exemplo, uso de vocabulário controlado ou outros tipos de orientadores, a gente não trabalha, com tesouro, com nada disso, então são elementos que eu vejo que a gente precisa melhorar na nossa área, para de fato isso funcionar, essa ação social, cultural, funcionar. Então, é relevante sim, é uma memória que a gente não tem o hábito, documentalmente assim falando, porque a parte de fotografia, de filme, são acervos iconográficos, eles são demandados por pessoas da área, mas a própria acessibilidade, ela não é pensada para os profissionais dessa área. A linguagem não é adaptada, a gente conversou com o produtor cultural, ele falou isso, através da [...] que é da área de conservação e já trabalhou com isso, eu fui saber que a base de dados que é utilizada no Iphan, que o próprio Tainacan tem alguns problemas de integração. E quais são esses problemas? Quem trabalhou tecnicamente com o sistema, sabe quais são. O que eu não sabia, foi em conversa com ela, que a gente foi trabalhar isso, então a própria forma como se identifica esses objetos, se descreve esses objetos de registro, elas são diferentes entre as nossas áreas. Um mesmo objeto, identicamente, vamos dizer, parece ser o mesmo descritor, para área de arquivo é uma coisa, para área de biblioteca é outra, para área museológica é outra, mas, nome do descritor parece ser o mesmo, mas indica algo diferente, porque ele depende do objeto, por isso que a gente aqui também estuda um pouquinho sempre que possível, senta e discute, a gente está querendo colocar essa proposta no próximo café: curadoria digital. Às vezes a gente fala só de preservação digital, pensando só na nossa área, mas dentro de uma estrutura sustentável, a gente não vai poder utilizar só da nossa área. A gente está trabalhando aqui, inclusive, a ideia de arquitetura de repositório institucional, não é só um repositório, para atender biblioteca, arquivos e museus. A administração desses repositórios, ela vai ser compartilhada, nós temos museus e galerias, então assim, a gente tem uma situação que é comum em outras instituições universitárias também, a gente sabe, não só na nossa, mas que fica no limbo. A gente toda vida correu cada um por seu lado, o pessoal da Museologia aqui tem grana, porque eles também estão ligados à parte de eventos, da parte cultural, eles têm recurso próprio, algumas coisas eles acharam solução que serve pra eles, gastam grana com isso, mas aí não consegue manter, tem que estar integrado, e aí a gente começou a trabalhar isso,

ainda estamos, aí como a [...] demora demais e a parte de TI não deu retorno, a gente está trabalhando na parte operacional, de como seria a gestão desses objetos, a partir de descrição, fazendo essas normas para orientar isso, porque o grosso mesmo da gestão, que vem depois, a gente precisa da TI. A gente precisa do analista que vai analisar o *software* de repositório, cada um, minuciosamente, para a gente ver as estratégias, entendeu? Onde que pode ter conflitos... porque, por exemplo, o Tainacan, fizeram um trabalho, incluindo o Tainacan como repositório, mas fizeram um trabalho aqui de entrada única, só aceita um tipo de objeto, para eu usar o Tainacan, incluindo outro objeto, vou ter que fazer tudo de novo, para aquele outro tipo de objeto, entendeu? Então, não tem sentido, é um esforço tremendo, pra uma coisa que poderia atender mais de um tipo de usuário, não atende, porque todo mundo fala em pessoas sobre o seu! Sustentavelmente a TI vai ficando numa situação que eles não vão conseguir manter, ou a gente pega essa estrutura de TI, que veio ainda remanescente do passado, passou no sistema de transformação e revê processos, procedimentos, como fez os projetos, tudo, passa a limpo, igual a gente está fazendo com várias unidades, para modelar os processos de trabalho, ou isso não vai funcionar e vai começar a dar BO, em breve, porque as instituições estão todas nesse barco. Quem implementou o Archivematica tem infraestrutura de *hardware* para manter o tamanho desse repositório porque o objeto fica três vezes maior do que o original, se você não controla o que está entrando lá, é igual um depósito aqui, daqui a pouco já não tem mais espaço e vai fazer o quê? A estrutura é cara, muito cara, a gente acabou de pagar, está gastando uns 20 milhões para o novo *data center*, mudou tudo, teve que mudar o prédio, teve que colocar dentro do negócio de segurança e a [...] não está fazendo sozinha, tá fazendo em parceria com RNP, uma parceria grande que envolve estado, com recurso de bancada, foram anos... meu colega, antigo diretor lá, que saiu da [...], diz que foi uns [...] anos nessa briga, ele tentando provar que era possível, que a estrutura que tinha de TI não dava conta do crescimento da universidade, não tinha mais como colocar *software* para o professor, alguns *softwares*, o produto dele, o tamanho dele é pesado, e você tem que manter a estrutura de segurança, ainda mais se o cara gera patente, gera inovação. A gente não entra nesses processos, mas quando a gente começa a questionar, se comunicar sobre isso, a gente vê o tanto que a nossa área tem possibilidades de crescer e trabalhar a interdisciplinaridade de fato pra ação sair da teoria e trazer para a prática, muita coisa pra ser explorada. Muita coisa aí, aí eu falo: Eu estou querendo uns

arquivistas, uns estudantes de Arquivologia empreendedores, porque tem coisa que não existe, mas tem mercado, cria uma empresa e começa a oferecer o serviço, porque é assim que a gente começa. Eu tenho uma amiga que é arquivista, que formou comigo, ela trabalhou em vários locais, inclusive órgãos públicos, passou em concurso, saiu tudo, sabe no que que ela tá ganhando nome e expertise? *Personal organizer*, mas não só como *personal organizer*, ela trabalha também com Teoria de Organização, para ajudar as pessoas a melhorar a forma como registram as coisas, como guardam as coisas, isso reflete em tudo, até nos seus arquivos, no computador, a forma como você faz, entendeu? Na sua cidade, tudo... Então assim, o conhecimento do curso ajudou ela entrar em outras áreas e oferecer um serviço muito mais completo, ela começou oferecendo pra pessoa física, hoje ela atende empresas, faz todo o tratamento de fotografias, filmes, imagens e tudo, de empresas, arquivo audiovisual, arquivo iconográfico, tudo. Ela falou, ela estava só aqui no [...], foi morar uns meses em São Paulo, arrumou um monte de clientes em São Paulo, agora ela fica [...] - São Paulo, já contrata um monte de pessoas, muitos formados em Arquivologia daqui e de outros estados. Então assim, precisa ter isso, eu falei pra ela, se ela continuar crescendo, em nome e tudo, ela vai começar abrir filial e vai precisar de pessoas de confiança para continuar esse negócio, então é assim que as coisas começam. Ela fala: Empreender não é fácil, ainda mais um mercado pouco explorado aqui no Brasil e que tem contratado. Ela comentou, a gente até riu: “Eu não tinha feito isso, mas eu decidi testar, fui estudar e peguei vigilância sanitária, mesma coisa, um monte de requisito que um restaurante tem que cumprir”. Ela foi encontrada por um restaurante, para preparar e para essa verificação da vigilância. Tudo, parte de procedimentos, tudo o que era norma, organizou toda a documentação e também os procedimentos que eles não estavam cumprindo. Então assim, que é uma coisa que o *personal organizer* faz né, como diz, então a gente faz isso também nas instituições, só que a gente não tem esse nível de controle, que a gestão de risco nos mostra que a gente precisa ter. O nível de controle também demanda quanto que você controla ou não o risco, eu te falo, a gente fazia, mas não de forma ordenada, como uma tarefa controlada, registrada, não, a gente fazia dentro da prática, que sempre foi assim, aí com a gestão de risco traz isso: Preciso ter vestígios, preciso ter um controle, muda totalmente a visão.

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

De um modo geral, eu vejo que é importante a gente pensar que a gestão de riscos ela não é só da nossa área, para a gente fazer a gestão de risco na área arquivística, a gente precisa de ter um conhecimento de outras áreas. A gente vai se sentir em algum momento... isso é uma experiência particular daqui, que a gente não sabe muita coisa, a gente precisa estudar coisas de outras áreas e tentar entender, buscar outras fontes, porque a gente também não vai poder confiar, numa situação de gestão de risco, a gente não vai poder confiar só no outro. É o que eu te falei, o que o governo geralmente faz? Prefeitura por exemplo, corta recurso de gestão de risco e emergência pra pagar outras contas, porque não vai acontecer, isso aí não tem uma data pra acontecer, então você faz a gestão porque se acontecer você tem que ter uma resposta imediata, começou um fogo, você não vai esperar queimar tudo para tomar uma providência, entendeu? Caiu água, você não pode esperar parar de chover, para começar a pensar. Você tem que ter uma noção do estrago, do que é que dá para chamar durante e depois. Como é que você vai fazer isso? Entende? Então, claro, a expertise, de fato, você vai ter se acontecer a tragédia, que você vai tirar a prova dos nove. Mas, enquanto gestor, você tem que pensar o pior cenário. A gente exercita o pior, quando a gente descobriu do extintor de incêndio, da fraude, e fomos descobrir outros tipos de fraude contratual que podem acontecer, nós ficamos preocupadíssimos, por quê? A gente não passou por incêndio, mas se a gente passasse, eu não posso confiar no equipamento que eu tenho. Entende? Ah, eu tenho problema de telhado, se eu não resolver meu telhado e cair uma chuva torrencial, vai molhar o que está embaixo ali. Entende? Então, eu tenho expertise, se eu tivesse resolvido o telhado, não precisava de tratar a inundação, mas eu não resolvi o telhado. E agora, eu não tratei o telhado, eu vou ter que tratar a inundação. Eu tenho material? Eu tenho pessoas capacitadas? Eu tenho equipe? Minha equipe dá conta de quanto? Nós temos... por quê? Dependendo do tanto que for afetado, eu vou ter que tomar decisões difíceis. Ah, molharam 200 caixas. Como é que eu vou definir quais vão ser tratadas primeiro? Se eu não tiver algum protocolo estabelecido do que eu vou fazer, eu posso tomar uma decisão ali que ao invés de salvaguardar, eu vou perder. De fato. Sem volta. Então, a gente não pensa como eu te falei, mas isso acontece. Ano passado, a gente sediou um evento de riscos e desastres aqui na [...]. E eu participei nos últimos dias da organização, mas não na parte da organização científica, na parte

da organização de *coffee-break*, secretaria, essas coisas. Mas assim, a gente acaba conversando com profissionais que vêm, porque a gente recebe os palestrantes e tal. Menina, o negócio é uma gestão à parte. A gente ouvindo como que eles fazem para preparar remédios, alimentos, tudo para situações de desastres, isso tudo é preparado antes. Só que o cálculo do número de desastre, do número de pessoas, ele é feito por um histórico. Eu vejo a situação do sul, eu pensei, a gente virou um ponto histórico ali, mas antes daquilo ali não tinha. Aí eu penso, será? Quanto que a gente já tinha pré-pronto para atender? Foi insuficiente, porque a gente sabe que está precisando a doação de pessoas físicas lá, porque a população atingida foi muito grande. O governo não tinha isso, ele também está preparando esses kits, essas coisas de... porque não tinha. Já tinha uma parte pronta, mas eles não fazem um estoque, entendeu? Maior do que a previsão. Como é que você pensa a gestão do risco? A previsão. Eu posso ter um sopesamento, a previsão que isso atinja quanto do meu arquivo? Esses indicadores é que a gente tem que pensar. Mas nós somos humanos e se eu fizer um cálculo muito abaixo da real tragédia? A gente não tem elementos pra esse tipo de decisão e isso é uma coisa que é cobrada na matriz de planejamento de risco. Como que eu vou calcular esse índice? Se eu for pesquisar e aí eu te falo porque a importância do pesquisador em gestão de riscos em arquivos, porque a gente não tem dados, mas se tiver pesquisa, se tiver alguém criando um indicador, mas se tiver como a gente começar a coletar dados e ter uma matriz, aí a gente tem condição de tomar uma decisão mais consciente na hora de risco, de quanto você tem que preparar, se preparar, entende? A gente vai montar o kit, que eu te falei, das luvas, com equipamentos pra uma tragédia maior, mas quantos kits eu tenho que preparar? Que tamanho de tragédia que eu tenho que dar conta? A [...] nunca foi convocada, vamos dizer assim, pra um risco no município, a gente já participou de projetos de recuperação de documentos em cidades que foram inundadas, mas de forma espontânea, não dentro de uma estratégia governamental, entendeu? A mesma forma lá, a UFSM foi afetada, não tinha uma estratégia de todo mundo, a rede Arquifes se mobilizou depois, a gente não tinha nada preparado, entendeu? Quando acontecer assim, o que eu tenho eu posso enviar pra quem tá precisando se a tragédia aconteceu em outra instituição? Porque não dá tempo de comprar gente! Isso tudo tem que estar pronto. Então, quando a gente não pensa também numa rede de risco, então, se eu pensar em arquivos, o Arquivo Nacional tem alguma gestão de risco? Tem alguma matriz? Que eu saiba até hoje nós não achamos nada. A única coisa

mais próxima foi o material do Pedersoli, mas a gente não achou nada, se eu fosse pensar, racionalmente, que o Arquivo Nacional era o primeiro que deveria ter uma preparação emergencial, a gente tem só as recomendações. A gente não tem uma estratégia se de fato acontecer e detalhe, a recomendação, não faz uma previsão de tenham infraestrutura para desastres que podem acontecer, porque se ele diz, você tem que fazer isso, se não tiver material, nada pra aquilo ali, como é que você vai resolver? Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem, todo mundo dá as mãos e vamos todo mundo ficar 24 horas aqui e tentar resolver o problema com o que tem. Então, é isso que eu acho que o gerenciamento deveria dar, não só pro gestor, mas pra classe toda. Essa condição de ter esses indicadores e conseguir planejar de forma mais dentro da realidade o que é preciso também pra uma situação de calamidade, pra gente de fato salvaguardar. Esses indicadores são comuns lá no exterior, internacionalmente eles já passaram por mais catástrofes que a gente. O Brasil agora, depois dessa inundação no sul é que a gente vai começar a pensar, a gente não tem tufão, mas a gente pode ter, entende? A gente não passa por algumas situações e a gente não quer aprender com quem já passou, a gente precisa esperar acontecer pra gente acordar pra realidade. Então, aqui não vai ser perfeito nunca, porque pra ser perfeito o prédio tinha que estar numa construção perfeita, pensada, adequada, tudo que a gente fez depois da construção do prédio foi adequação, porque em teoria o prédio deveria ser da altura da biblioteca, do prédio da biblioteca, ter barreira química e aqui só seria depósito. A única sala planejada era essa sala aqui, o resto era tudo área aberta, pra colocar arquivo. Só que a [...] precisava do espaço que a gente ocupava no prédio da reitoria, foi só o prédio ficar pronto que: Não, vão vocês tudo pra lá porque eu estou precisando do espaço aqui. Eu quero que vocês mudem, vocês têm um prédio agora. Vai vocês tudo pro prédio, tudo. Aí teve que trazer as áreas técnicas, aí a gente ainda não era arquivo, a gente era só protocolo, então a única coisa que eles fizeram foi uma parte pra protocolo, uma copa e uma sala, que a gente chamava de sala dos arquivistas, porque jogaram a gente lá e só. Não teve um planejamento de atendimento de usuário, nada, isso a gente tentou fazer depois, na reforma, porque a gente tinha demanda, a gente atendia do jeito que a gente podia, sabendo que aquilo ali não estava adequado. A gente não conseguia nem mensurar, nem qualificar a qualidade desse atendimento, o usuário, o único espaço que ele tem é durante a avaliação de desempenho pra dizer se foi bem atendido ou não. Então a gente não tem esses mecanismos, a gente precisa ter, com

o PGD¹⁶ trouxe essas vantagens também. Então assim, a gente conseguir medir as entregas, a gente não trabalhava por entrega, muita gente morcejava bonito e tranquilo no arquivo, porque não tinha como fazer um controle, não tinha como, colocava uma caixa de arquivo aqui, finge que está trabalhando, me vê pega um processo, aí [...] foi embora, guarda o processo. Teve um que eu monitorei, ficou quase três meses com a mesma caixa em cima da mesa, fingindo que está trabalhando e fazendo coisas particulares, aí você chama atenção: “Não, eu não fiz isso não!”. Como é que você prova? É a palavra do gestor contra a palavra do colega. Então, a gente precisa melhorar esses mecanismos, eu vejo que a cultura do PGD, que o PGD está trazendo, vai melhorar, porque a sociedade também mudou. A gente não trabalha igual chão de fábrica, o valor que o trabalho tem para a geração atual não é o mesmo para a geração anterior, o valor que o trabalho tinha para os nossos pais era um, tanto que, a geração dos meus pais não é acostumada a ficar trocando as coisas, conserta. Você quebrou a cadeira aqui, a orientação da própria universidade é mandar para devolver para [...] ou vai para leilão ou vai para inservível, pede outra cadeira. Não tem nem no mercado só a rodinha daqueles tipos de cadeira, entendeu? Até para consertar é uma novela, porque não se encontra partes mais. Todo o sistema de compras do governo é uma compra complexa, então, quando você pensa na gestão de riscos, você também tem que pensar nesses pormenores, como que isso vai ser no tempo? Vai ser sustentável essa estratégia no tempo? Se precisar ser revista, em quanto tempo eu tenho que rever? Sem indicadores, você não sabe em quanto tempo você tem que rever. Agora, com certeza vão dar atenção a dados climáticos, que eles ignoraram. Dizem que o que aconteceu no sul está previsto para acontecer em outros pontos no Brasil, de forma idêntica, um volume de chuva inimaginável, entendeu? Nós não estamos preparados, não estamos, eu já passei por inundação quando eu era criança, eu tenho pânico até hoje. Na cidade de [...], ver rio, ver aquele volume de água, carregando casa, carregando geladeira, carregando o carro, é uma coisa surreal. E eu só vi, ver as pessoas no telhado dos lugares e aquele tanto de água passando, eu já vi essa cena, nunca esqueci, e eu era criança, olha o tamanho do trauma. Agora, pensa como que vai ser também mentalmente, porque a gente pensa na gestão de riscos, também tem que entrar o risco: pessoas. O risco emocional, se passar por um incêndio aqui, você acha que alguém vai querer vir

¹⁶ Programa de Gestão e Desempenho

trabalhar ou vai confiar que esse prédio aqui... Todo mundo vai querer sair daqui, não quero nunca mais passar por isso, entendeu? Então vai ter que ter algum protocolo também para esse tipo de emergência, nós não temos isso. Gente, nós não temos isso nem para questão de insalubridade e a gente é obrigado a trabalhar em lugares péssimos, correndo o risco de ter uma conta de saúde pro resto da vida. Todo mundo que entra aqui desenvolve “ite”. Rinite é o básico. Não tem rinite? Em um mês e você vai ter rinite, aí você vai ser da equipe, é assim! E olha que aqui é considerado um lugar limpo, salubre, é do próprio tipo de local. Você pensa que não tem sujidade aqui, de manusear, mas você pensa que não. Então o risco, às vezes, ele é invisível, como é que se tem um indicador ou monitora um risco que muitas vezes é invisível? Se você não tem uma base, uma estratégia, não encontra um caso que aconteceu em algum lugar no mundo e você analisa como que foi dado a solução, você não tem nada. Você está propenso a correr o risco, às vezes a boa vontade da pessoa resolve o risco, às vezes precisa de gastar um bom dinheiro para resolver o risco.

Entrevista 5:

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?

As minhas atribuições seriam manter a salvaguarda dos documentos né... Com a higienização, organização do acervo e livre o máximo possível dos riscos que possa haver, desde a estrutura predial, ou as ambientais, de modo geral, ou outros sinistros que podem acontecer. De modo geral é isso, né? Acho que na atuação de qualquer arquivista.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

Sim, nós temos uma supervisora, né, ligada às gerências permanentes de documentação da universidade, do Arquivo Central, que realiza visitas periódicas nos arquivos intermediários e no Arquivo Central também. Que é a [...].

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

Talvez, mais de risco seria, atualmente, bom a gente pontuar, devido ao desastre que

aconteceu na UFSM, devido às chuvas, nós temos um arquivo, que é o arquivo do [...], no [...], na universidade, que está no subsolo. Então a gente está levantando essa questão, esperamos ter uma promessa de outro local, uma coisa que a gente reiteradamente já tinha solicitado, mas a gente vai salientar que não é um local adequado.

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

Como eu estou na situação de direção, substituta, mas na direção e na equipe, porque mesmo a diretora retornando, nós continuamos na gestão. A importância está justamente no monitoramento que é feito pela própria [...], isso não é atribuição do Arquivo Central, é uma diretiva da [...] que de tempos em tempos pergunta sobre as metas, sobre os riscos, então isso é atualizado todo ano. É... É revisto todo ano, então isso também é uma postura, uma política da universidade.

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

Existe apoio, mas não temos dinheiro. Não temos estrutura financeira própria, o que já foi até ventado pelas questões do acervo documental, do acervo acadêmico, digital, se o arquivo central não teria uma verba própria para execução, isso foi perguntado pelo MEC outras vezes, uma questão que o MEC mesmo pergunta, a gente não tem na estrutura da universidade um orçamento próprio para o Arquivo Central, mas o apoio cultural, nós temos sim. Que a universidade agora, como outras universidades estão sofrendo, é a falta de aportes financeiros para a execução das suas necessidades.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

Sim, nós temos um projeto de extensão, uma agenda cultural atualmente em voga, mas entre 2010 e 2015 nós tivemos projetos de extensão e outros projetos culturais, acho que o outro, sem ser esse que nós temos esse ano, nós tivemos durante a pandemia também. Então, é uma forma de a gente estar junto aos usuários externos e trazê-los para dentro, de certa forma. Então, o Arquivo Central tem uma cultura de projetos, sempre está com projeto de extensão ou projeto cultural, e agora nós

estamos também em um projeto interinstitucional, também participando, e é uma forma né... Além dos próprios eventos, que a gente também promove, através ou não desses projetos, porque aí independe. Aqui nessa sala ao lado é onde acontece a disciplina [...], ou o que eu chamo de [...], que é a sigla, da escola de Arquivologia. Então, o espaço também serve para a escola de Arquivologia, que é na [...], mas os alunos vêm para cá para práticas de arquivo, que é uma transição também. Porque o Arquivo Central, quando era na [...], também servia de espaço, agora é melhorado por causa da estrutura que nós temos agora no Arquivo Central em si, porque a gente também era na [...], então a gente era da [...], ficamos em dois espaços distintos lá, até que a gente veio para a [...].

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

No setor, nós temos a conscientização das pessoas no setor. O que a gente está buscando é de maneira generalizada na universidade né... O setor já tem essa consciência porque as pessoas são do âmbito, todo mundo trabalha com a documentação de alguma forma. Já com relação aos outros setores a gente tem que amplificar a necessidade. Assim, o trabalho de gestão e preservação de documentos é um trabalho constante. Você faz um curso de capacitação, que é uma forma também da pergunta anterior, você faz cursos de capacitação internas e externas, mas com a intenção, claro, de estar sempre atendendo o público interno. A gente pretende não só conscientizar constantemente, porque acaba a pessoa, ah, fiz isso uma vez, aí ela acha que é uma vez só, mas a higienização é periódica, a classificação você tem que depois passar o olho e ver se já pode ser transferido, se pode ser recolhido, então são coisas que a gente tem que fazer periodicamente, então isso já temos embutido nos nossos setores, né, no Arquivo Central e arquivo setorial e os protocolos também que são unidades do Arquivo Central, protocolo central e protocolo, os protocolos setoriais também. O que a gente tá sempre, e isso é constante, isso vai ser feito em qualquer instituição, é justamente estar sempre levantando as questões de gestão e preservação de documentos, e agora a LGPD também, sem esquecer da LAI, que a gente também tenta conscientizar que a transparência é necessária, há uns limites aí entre a privacidade e a transparência dos nossos atos.

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

A gente sabe que tem que isolar o local. Na verdade, a primeira coisa que tem que fazer é verificar a situação da pessoa humana, na primeira situação. Depois que acontecer isso, no caso de inundação, tem que esvaziar o local. No caso de incêndio, nós temos extintores. Nós temos extintores, inclusive vão fazer a nova recarga, já tem empresa contratada, a universidade já está vendo isso para fazer a inspeção dos extintores nos ambientes de guarda, como toda universidade também. Então já é esse tipo de prevenção. Se acontecer um incidente dessa mesma ocorrência, primeira coisa, resguardar a vida humana. A segunda coisa, depois que o bombeiro vier, verificar o que pode ser feito através de EPI. Aí você vai ter que ter bastante EPI, porque acho que fuligem é um pouco complicada. E temos estudos, eu estava até conversando, desde 2016, de planos nesse sentido também. No caso de inundações, tem a própria Cartilha do Arquivo Nacional, ela é amplamente divulgada, para que a gente possa seguir. Um documento próprio nosso, está em elaboração desde 2016.

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

Sim, nós temos várias pesquisas de incentivo aqui, de memória, nós temos também vários profissionais do arquivo que fazem seus doutorados e mestrados com essa perspectiva de memória, de... de pesquisa social mesmo, de dar ao cidadão o seu direito. Que o arquivo seria esse amplo local em que as pessoas, o cidadão, independente se ele for interno ou externo, possa ter a segurança de ter informações sobre si mesmo, de alguma forma. Então, acho que o apelo do arquivo é dar a eles as condições de memória, direitos, deveres a todo cidadão. Então, é essa a perspectiva. Especialmente no arquivo de educação, em que você tá ligado aos alunos e também tá ligado aos projetos de pesquisa, que vão escalar isso de forma mais ampla, porque quando você atende um projeto de extensão, você acaba atendendo colaboradores ou até mesmo pessoas externas, então você acaba atendendo dessa forma. Então você acaba retendo informações sobre isso, no caso, desde dados pessoais, mas como também quantitativos, qualitativos, que você pode estar o que... manifestando isso de outra forma para a sociedade, verificando questões desde saneamento básico, há questões sobre... nós temos, às vezes, algumas demandas sobre Detran, por incrível que pareça, a pessoa precisa, fez um curso de extensão, coisas assim, porque é muito ampla, a gama de extensão é muito

ampla. Outra coisa também que é bom pontuar, eu acho que inusitadamente, o que nossos ex-alunos, formados ou não, às vezes voltam na universidade, requerendo, é a cópia do ensino médio. Do ensino médio. Então, quer dizer, a gente acaba sendo esse local de guarda, que não era nem imediato, porque a gente precisa desse documento para fazer a matrícula do aluno. Mas eles às vezes precisam disso para comprovar para o concurso público, formados ou não. Então quer dizer, acaba se tornando um documento muito importante para a sociedade em geral, que passa pela universidade. Além disso, tem o hospital. A universidade é ligada a um hospital que está sendo gerenciado pela EBSERH, mas nós temos nossos funcionários, nossas pesquisas acontecendo nesse hospital, seja ela pesquisa científica ou de extensão de cultura. Então, quer dizer, é um ambiente que a gente não pode esquecer também, né?

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

Talvez enfatizar a questão de estrutura, quando for fazer as entrevistas, porque os arquivos universitários, eles têm estruturas distintas. Tem alguns que são órgão suplementar. Por muito tempo a [...] foi uma das poucas universidades que sempre foi órgão suplementar. Muitas universidades, inclusive, copiaram a universidade, a [...], quando a gente ia nos encontros, elas ficavam interessadas, juntas, porque a maioria estava criada junto com a Pró-reitoria, então isso dificulta a ação. Quando você está numa situação que você é órgão suplementar, isso irradia de forma mais eficiente, vamos dizer assim. É claro, tem os limites do orçamento, tem os limites de questões de cultura que você vai trabalhando com os demais, mas em termos de... É... O Arquivo Central, ter uma instrução normativa se torna muito mais eficaz, que agora não é ordem de serviços mais, é instrução normativa. Então, acho que essa perspectiva na pesquisa, saber onde estão estruturados os arquivos, para saber como eles conseguem conversar, seria bem interessante.

APÊNDICE H - Instrumento de Análise do Discurso

1. Quais as suas atribuições e responsabilidades diante da sua atuação diária de preservação na unidade informacional arquivística da universidade?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. [...] <u>cuidado com o sigilo das informações</u> [...]	Sigilo das informações (A)		Crença na importância do sigilo reflete valores de responsabilidade e ética em relação aos documentos (A)
1. [...] <u>cuidado com o material</u> [...] onde esses documentos estão guardados. Nos preocupamos e tomamos todos os cuidados quanto a ordem dos documentos, e a colocação deles nas estantes. 1. [...] a gente faz questão de que [...] os documentos possam também receber esse ar natural e não [...] se decompor com rapidez, por conta de cheiro de fungos, então a gente tem esse cuidado. [...] o espaço é limpo, com todos os <u>cuidados quanto à umidade do material usado</u>. Então o pessoal que limpa aqui toma todo cuidado e a gente sempre acompanha para que eles não excedam no uso de água [...] 4. Todas as nossas caixas aqui de arquivo, elas estão sendo substituídas, [...] nova reordenação no acervo, [...] 5. As minhas atribuições seriam <u>manter a salvaguarda dos documentos</u> né... Com a <u>higienização, organização do acervo</u> e <u>livre o máximo possível dos riscos que possa haver</u>, [...].	Atividades de preservação do acervo (B)	[Há um] <u>cuidado com o material</u>, [especialmente] onde esses documentos estão guardados. Nos preocupamos e tomamos todos os cuidados quanto a ordem dos documentos, [bem como com] a <u>colocação deles nas estantes</u>. [Além disso], a gente faz questão de que os documentos possam também receber esse ar natural, [evitando que] se decomponham com rapidez, por conta de cheiro de fungos. O espaço é limpo, com todos os cuidados quanto à umidade do material usado. [Para isso], o pessoal que limpa aqui toma todo cuidado, e a gente sempre acompanha para que eles não excedam no uso de água. [Nesse sentido], todas as nossas caixas aqui de arquivo, elas estão sendo substituídas, [como parte de uma] <u>nova reordenação no acervo</u>. [Assim, entre] as atribuições [destacadas está] <u>manter a salvaguarda dos documentos</u>, [realizando] a <u>higienização, organização do acervo</u> e [deixando-o] <u>livre o máximo possível dos riscos que possa haver</u>.	Condições ambientais adequadas prolongam a vida útil dos documentos (B)

2. <u>Preservação digital aqui ainda não tem né... repositório, essas coisas, não têm.</u> 4. [...] <u>pensar em trilha de auditoria, [...] pensar essa preservação digital.</u> 4. [...] <u>verificação da qualidade da peça. [...] verificação de conformidade pelas unidades de protocolo.</u> 4. [...] <u>é uma verificação de conformidade. Se o formulário preenchido é o correto, se a assinatura está válida, [...] garantir essa qualidade do processo depois, [...] pensando na preservação, e na gente ter um controle de fato desde o início.</u> 4. [...] <u>é uma das coisas assim, que a gente tá implementando, pensando, melhorar as ações de preservação no futuro.</u> 4. [...] <u>a gente está atendendo principalmente as demandas para a digitalização, [...]</u> 4. [...] <u>fazer um trabalho de tratamento desses documentos, que esse é um conjunto que vai ser digitalizado para consulta pública imediata. Então, a gente também vai começar a fazer esses trabalhos pontuais, em alguns conjuntos, que vão ter um tratamento, vamos dizer, de preservação mais completo, incluindo a digitalização para acesso público.</u> 4. <u>Nós temos problemas com qualidade de arquivos, de peças, de processos, que nós vamos ter que tratar isso, alinhar, quando eles vierem para arquivamento.</u>	Preservação digital (C)	<i>Preservação digital aqui ainda não tem né..., repositório, essas coisas, não têm. [Por isso], a gente está atendendo principalmente as demandas para a digitalização, [iniciando] um trabalho de tratamento desses documentos, [considerando] que esse é um conjunto que vai ser digitalizado para consulta pública imediata. [Nesse sentido, é necessário] "pensar em trilha de auditoria", [bem como], pensar essa preservação digital, [garantindo a] verificação da qualidade da peça [e a] verificação de conformidade pelas unidades de protocolo. [Essas etapas avaliam] se o formulário preenchido é o correto, se a assinatura está válida, [e buscam] garantir essa qualidade do processo depois, pensando na preservação [e em] ter um controle de fato desde o início.</i> <i>Nós temos problemas com qualidade de arquivos, de peças, de processos, [que precisarão] ser tratados e alinhados quando eles vierem para arquivamento. [Além disso], "a gente também vai começar a fazer esses trabalhos pontuais, em alguns conjuntos, que vão ter um tratamento, vamos dizer, de preservação mais completo, incluindo a digitalização para acesso público.</i> <i>[Por fim], é uma das coisas assim, que a gente tá implementando, pensando, [com foco em] melhorar as ações de preservação no futuro.</i>	
2. [...] <u>não tem nem equipe para trabalhar [...]</u>	Falta de equipe (D)		
3. <u>Eu acho que aqui a gente tem tanto a preservação</u>	Atividades de	<i>Eu acho que aqui a gente tem tanto a</i>	<i>Ética deontológica (C)</i>

<u>dos acervos especificamente, mas a gente tem uma atribuição diferente que é a preservação do prédio.</u> 3. [...] a gente tem que ficar muito de olho na conservação do prédio. Vazamento, calha, telhado... 3. Então, assim, essa <u>manutenção do prédio</u> também faz parte dessa nossa rotina, não só a do acervo especificamente. 5. [...] (salvaguarda) <u>desde a estrutura predial, ou as ambientais, de modo geral, ou outros sinistros</u> que podem acontecer.	preservação do prédio (E)	<i>preservação dos acervos especificamente, mas a gente tem uma atribuição diferente que é a preservação do prédio. [Por isso], a gente tem que ficar muito de olho na conservação do prédio, [incluindo] vazamento, calha, telhado.</i> <i>Assim, essa manutenção do prédio também faz parte dessa nossa rotina, [e não apenas] a do acervo especificamente. [A] salvaguarda [abrangendo] desde a estrutura predial, ou as ambientais, de modo geral, [até] outros sinistros que podem acontecer.</i>	
3. <u>E é tudo mínimo, por conta de material. É uma troca de invólucro, é uma caixa que a gente tem que trocar, dar uma olhada de vez em quando como é que está a umidade [...]</u> 4. [...] <u>um dos problemas</u> que a gente tem hoje <u>nessa área é conseguir comprar, aquisição dos materiais necessários.</u>	Dificuldade em aquisição de materiais na área de conservação (F)	<i>Um dos problemas que a gente tem hoje nessa área [de conservação] é conseguir comprar, [devido à dificuldade na] aquisição dos materiais necessários. [Por isso], é tudo mínimo, por conta de material, [como] uma troca de invólucro [ou] uma caixa que a gente tem que trocar, [além de] dar uma olhada de vez em quando como é que está a umidade.</i>	
4. [...] a gente começou o <u>projeto de extensão, em parceria com o curso de Arquivologia.</u> 4. <u>A gente tem apoio do colegiado do curso de Arquivologia, que também tem um laboratório com mais equipamentos para situações de restauração de fato, que a gente fez uma parceria lá também. [...] ela (a restauradora) levar esse treinamento técnico, e ter uma parte da jornada dela ensinando a esses alunos</u>	Apoio/ parceria com curso de Arquivologia (G)	<i>A gente começou o projeto de extensão, em parceria com o curso de Arquivologia, [contando também com] apoio do colegiado do curso de Arquivologia, que [possui] um laboratório com mais equipamentos para situações de restauração de fato. [Nesse contexto], a restauradora [colabora para] levar esse treinamento técnico, [dedicando] uma parte da jornada dela ensinando a esses alunos.</i>	
4. [...] <u>a gente conseguiu uma técnica de restauração que tem formação de restauradora [...]. Então, a gente, até a chegada dela, a gente tinha um plano, com a chegada dessa colega, né, com a experiência</u>	Importância de profissional na área específica (H)		

<u>dela, a gente mudou um pouco esse plano de preservação. Então assim, ela tem um olhar bem mais apurado desses objetos, [...]</u>			
<u>4. E ela (a restauradora) já vem treinando também os terceirizados, os estagiários, para a finalidade de conservação dos documentos.</u>	Treinamento de pessoal quanto à conservação (I)		
<u>4. Hoje a gente faz esse tratamento de conservação e preservação, vamos dizer, da forma emergencial.</u>	Tratamento de conservação e preservação de forma emergencial (J)		
<u>4. Então assim, a gente pensa as estratégias de preservação, também a parte ambiental. [...] por exemplo, o forro não é inflamável, ele é forro mineral. As lâmpadas são de LED, um modelo que não explode. Tem uma iluminação que não queima o suporte documental.</u> <u>4. Os únicos pontos de eletricidade que tem são dos aparelhos de ar-condicionado, porque a gente não tem ventilação natural. A estrutura do prédio, quando fizeram, não foi pensada nesse aspecto. Então tem que ser um controle ambiental com ar-condicionado ligado 24 horas.</u> <u>4. [...] os arquivos são deslizantes [...]</u> <u>4. [...] estante fixa [...] a gente já foi pensando lá na frente, nessa parte de preservação da gente ter controle. [...] câmera nas áreas de depósito e de fechadura eletrônica em todas as portas, pra gente ter um controle de entrada, de acesso. [...] eles (visitantes) só vão acessar com autorização.</u>	Estratégias de preservação (K)	A gente pensa [nas] estratégias de preservação, [considerando] também a parte ambiental. Por exemplo, o forro não é inflamável, é forro mineral. As lâmpadas são de LED, um modelo que não explode, [e oferecem] uma iluminação que não queima o suporte documental. [Além disso], os únicos pontos de eletricidade são dos aparelhos de ar-condicionado, porque a gente não tem ventilação natural. A estrutura do prédio, não foi pensada [para] esse aspecto, então [é necessário] um controle ambiental com ar-condicionado funcionando 24 horas. Os arquivos [adotam] diferentes configurações], como estantes fixas e deslizantes. [Nesse sentido], já fomos pensando à frente, na parte de preservação, da gente ter controle. [Terá] câmeras nas áreas de depósito e fechaduras eletrônicas em todas as portas, [permitindo] controle de entrada e acesso. Os visitantes só vão acessar com autorização.	
<u>4. Então, a gente também queria trazer essa mudança cultural, porque era um momento que a</u>	Mudança cultural (L)	<u>A gente também queria trazer essa mudança cultural, porque era um momento</u>	Percepção negativa e familiar que se tem dos

gente só ouvia <u>que o arquivo era uma caixa preta, que o arquivo era sempre sujo, que o arquivo era morto. Para que manter arquivos?</u> 4. Então assim, <u>a ideia é trazer esses princípios da preservação dos documentos, pra serem internalizados mais profundamente por toda a equipe [...] tem alguns colegas meio complicados de mudar os procedimentos e eles fazem procedimentos que são ruins ainda, mas não se atentam que isso não é uma coisa boa.</u>		em que a gente só ouvia que o arquivo era uma caixa preta, que o arquivo era sempre sujo, que o arquivo era morto. [Por isso, surgia a pergunta:] para que manter arquivos? Assim, a ideia é trazer os princípios da preservação dos documentos para serem internalizados mais profundamente por toda a equipe. [Tendo em vista que], tem alguns colegas meio complicados de mudar os procedimentos. Eles [continuam realizando práticas] que são ruins, mas não se atentam que isso não é uma coisa boa.	arquivos (D)
4. Então, a gente queria também trazer essa <u>função social, essa função de demonstrar, não só pensar na transparência, ver essa transparência.</u>	Função social (M)		
4. [...] <u>nós precisaremos do apoio da equipe de TI. Provavelmente, faremos uma comissão, [...]</u>	Trabalho em equipe (N)		

DSC 1.1: [Minhas atribuições e responsabilidades incluem o] *cuidado com o sigilo das informações e o cuidado com o material, [especialmente] onde os documentos estão guardados. Nos preocupamos e tomamos todos os cuidados quanto a ordem dos documentos, [bem como com] a colocação deles nas estantes. A gente faz questão de que os documentos possam receber ar natural, evitando que se decomponham com rapidez, por conta de cheiro de fungos.*

[Também] *acompanhamos a limpeza do espaço, cuidando para que o pessoal da limpeza não exceda no uso de água, e controlamos a umidade do material utilizado. Todas as caixas de arquivo estão sendo substituídas como parte de uma nova reordenação no acervo. [Assim, entre] as atribuições, estão a salvaguarda dos documentos, a higienização [e a] organização do acervo, deixando-os livres, o máximo possível, de riscos.*

[Além disso, buscamos promover uma] *mudança cultural, [enfrentar a visão de] que o arquivo é uma caixa preta, sempre sujo ou morto, [respondendo] porque os arquivos devem ser mantidos. A ideia é trazer sua função social e fazer com que os princípios*

da preservação dos documentos [sejam] *internalizados por toda a equipe*, [ainda que] *alguns colegas encontrem dificuldade em mudar procedimentos ruins*.

Aqui a gente tem tanto a atribuição de preservação dos acervos especificamente, mas também a preservação e conservação do prédio. Assim, essa manutenção do prédio faz parte da nossa rotina, [monitoramos] *vazamentos, calhas e telhados. A gente busca assegurar que a salvaguarda dos documentos [abranja] desde a estrutura predial, ou as ambientais, de modo geral, [até] outros sinistros que podem acontecer*.

DSC 1.2: [Minhas atribuições e responsabilidades envolvem] *estratégias para a preservação dos documentos e do ambiente onde estão armazenados. Como não há ventilação natural [no espaço], [é necessário] um controle ambiental com ar-condicionado funcionando 24 horas. [Além disso], utilizamos materiais e equipamentos adequados, como forro mineral, que não é inflamável, e lâmpadas de LED, que não explodem e oferecem iluminação que não queima o suporte documental*.

Os arquivos [adotam diferentes configurações], *como estantes fixas e deslizantes. As áreas de depósito [terão] câmeras de segurança e fechaduras eletrônicas em todas as portas [permitindo] controle de entrada e acesso. Os visitantes só vão acessar com autorização*.

[Participamos] *de projetos de extensão em parceria com o curso de Arquivologia, [aproveitando a estrutura] do laboratório de restauração do curso e [contamos com a colaboração] de uma restauradora. [Essa profissional], leva treinamentos técnicos a alunos, estagiários e terceirizados, [ampliando] nosso plano de preservação. [Apesar disso], os tratamentos de conservação e preservação [realizados] são de forma emergencial, devido à dificuldade de aquisição de materiais necessários*.

A gente queria também trazer a função social [do arquivo], essa função de demonstrar, não só pensar na transparência, ver essa transparência. [Sendo assim], precisamos de equipe para trabalhar e apoio da equipe de TI.

2. Existe gerenciamento e tratamento dos problemas e/ou os riscos de seu setor? É realizado um monitoramento dos riscos? Como isso ocorre?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. [...] <u>como que esse espaço (arquivo) ia se comportar em relação, por exemplo, às chuvas, que era uma preocupação nossa por conta do arquivo ficar no solo.</u> 1. <u>A parte, por exemplo, de iluminação feita recente, por pessoas capacitadas, então a gente acredita que a parte de iluminação está bem estruturada, está bem-feita para evitar algum tipo de curto.</u> 1. [...] <u>colocação dos extintores, que são os cuidados que a gente tem em relação a acidentes.</u> 3. <u>Para além disso, tem a situação do próprio acondicionamento e condições físicas dos documentos em si. Então, se nós temos algum documento, algum acervo que está em alguma situação de risco, seja por agentes patológicos ou por algum acondicionamento físico que o prejudique, aí nós fazemos alguma intervenção mais direta naquele acervo.</u> 3. [...] <u>quando chega também acervos que não estavam no arquivo, que nós recebemos de doação, ou de acervos de fora, esses passam por quarentena, não vão direto para o local de custódia. Então são alguns cuidados que nós temos no dia a dia para preservar ao máximo [...] são algumas coisas da nossa rotina para preservar ao máximo a nossa documentação.</u> 3. <u>Mas, assim, essa preocupação, essa periodicidade de fazer essas, né, manutenção de calha, por exemplo, que pra gente que toma conta do prédio é</u>	Cuidado quanto aos agentes de deterioração (A)	<i>Uma preocupação nossa por conta do arquivo ficar no solo [é] em relação, por exemplo, às chuvas, como que esse espaço se comporta. [Além disso], [em relação à] iluminação, [foi] feita recente, por pessoas capacitadas. Então a gente acredita que está bem estruturada, bem-feita, evitando algum tipo de curto.</i> <i>[Ademais], existe a questão do próprio acondicionamento e das condições físicas dos documentos em si. Se, por exemplo, temos algum documento, algum acervo, em alguma situação de risco, seja por agentes patológicos ou por algum acondicionamento físico que o prejudique, realizamos intervenções diretas. [Além disso], quando recebemos acervos de fora ou por doação, eles passam por quarentena, não vão direto para o local de custódia. Esses são alguns dos cuidados que tomamos no dia a dia para preservar ao máximo nossa documentação. Geralmente, o monitoramento era feito de forma pontual. As vistorias para verificar infestação ou conformidade eram feitas só se você estava pegando um conjunto de documentos e você ia verificando e tratando. Hoje, na nossa rotina, realizamos descarte de materiais perfurantes e cortantes, como grampos metálicos. Quando encontramos esses materiais em um processo, retiramos e substituímos por grampos plásticos.</i> <i>[Também], temos cuidados com a colocação dos extintores, [pensando na</i>	

<u>importante. Então, tudo isso a gente tem, mas nem sempre as coisas ocorrem. Por exemplo, a manutenção de extintores, a gente sabe, mas nem sempre a gente consegue a troca efetiva naquele momento.</u> <u>4. Geralmente, esse monitoramento era feito só... pontual. Verificação de infestação, fazia uma vistoria... Verificação de conformidade, ela era feita só se você está pegando um conjunto de documentos e você vai verificando e tratando ali naquele momento.</u> <u>4. a gente fez litros e litros de descarte de material perfurante cortante, então, era uma coisa que estava na nossa rotina, se pegar um processo hoje, ele tiver grampo metálico, eu já vou retirar, substituir pelo grampo plástico, e tirando todo tipo de grampo que estiver nele.</u>		prevenção] de acidentes. [No entanto, embora] tenhamos essa preocupação com a periodicidade, da manutenção de calhas e de extintores, por exemplo, nem sempre conseguimos efetuar essas [ações] naquele momento.	
<u>1. Então a gente teve uma preocupação muito grande, até documentei isso na época, essa preocupação em relação às chuvas.</u> <u>2. É... foi mapeado os processos, feito a gestão de risco, só a parte documental.</u> <u>3. Sim, constantemente. Nós temos aqui uma conservadora-restauradora [...] e ela constantemente faz esse monitoramento com laudos técnicos e com o calendário, basicamente. Faz um periódico, tanto de... eu chamo de desinsetização. [...] tem um calendário, por exemplo, de verificação de extintores. Tem um calendário que, ao redor aqui do prédio, de manutenção dessas, fazer a capina. Então, assim, essas rotinas, elas são muito bem estruturadas no nosso cotidiano.</u> <u>4. Então a gente já vai fazer essa parte também para ter esses protocolos e poder afirmar, a gente cumpre</u>	Processo documentado (B)	Foram mapeados os processos e feito [o plano] de gestão de riscos, [no entanto] só no papel. [Mesmo assim] a gente teve uma preocupação muito grande, até documentei isso na época, em relação às chuvas. [Atualmente], temos uma conservadora-restauradora que faz monitoramentos constantes com laudos técnicos e segue um calendário. [Esse] calendário inclui, por exemplo, [práticas] periódicas, como a desinsetização, a verificação dos extintores e a capina ao redor do prédio. Também, [buscamos estruturar] protocolos [para] poder afirmar que eles são cumpridos. [Com] esses protocolos a gente vai conseguir ter previsibilidade [dos riscos] que possam acontecer e mitigá-los. Então, assim, essas rotinas, elas são muito bem estruturadas no nosso cotidiano.	

<u>esses protocolos e até para gente conseguir, porque para mitigar isso, a gente já tem que ter previsibilidade de que isso possa acontecer.</u>			
3. <u>E essa coisa dos vários formatos também é um outro desafio para preservação. Porque, por exemplo, um acervo fotográfico é diferente, totalmente diferente, tem relações químicas, biológicas, totalmente diferentes de um acervo em papel comum, por exemplo. Não, aí tem papel cartográfico, por exemplo, que é outro tipo de tratamento, o que dificulta pra gente, porque o recurso não é vasto.</u>	Acervos em diferentes formatos (C)		
3. [...] <u>algumas vezes a gente percebe falhas nele, por conta de uma estrutura que não depende de nós. Mas a nossa parte de vigília a gente faz.</u>	Estrutura falha (D)		
4. [...] <u>já pensando depois do acidente lá no Rio Grande do Sul né, com a Federal de Santa Maria, teve problema com chuva, a gente pode ter esse problema e a gente vai ter que ter um estoquezinho de alguns materiais, para situações periclitantes assim, porque, por exemplo, a gente não tem bota de borracha, a gente não tem o costume de pedir luva de borracha, nada assim. A gente vai ter que pedir, então, a gente, mesmo que não exista o risco hoje, a gente já ter preparado um kit de emergência, nesse sentido.</u> 4. <u>A sala interativa, quando a gente planejou o espaço, a gente também pensou em utilizar um mobiliário componível, então as mesas que a gente pediu são, na verdade, são os tampos e o cavalete né de mesa. [...] seria usando esse tipo de mesa né, componível, que a gente pode no caso de emergência, desmontar aqui e montar em outro lugar. Montar a sala para dar cursos, [...] a gente oferece cursos práticos, na parte de documento digital, possibilidade de montar a sala como um auditório, pra</u>	Planejamento futuro (E)	Já pensando [em situações] como o acidente ocorrido no Rio Grande do Sul com a Federal de Santa Maria, sabemos que problemas com chuva podem acontecer. [Por isso], a gente vai ter que ter um estoquezinho de alguns materiais, para situações periclitantes, como, por exemplo, a gente não tem bota de borracha, a gente não tem o costume de pedir luva de borracha, nada assim. Mesmo que não exista o risco hoje, já [teremos] preparado um kit de emergência. [Além disso], ao planejar o espaço da sala interativa, pensamos também em ter um mobiliário componível. As mesas que a gente pediu são tampos e cavaletes de mesa, que a gente pode no caso de emergência, desmontar aqui e montar em outro lugar. Esse mobiliário [flexível cria uma estrutura adaptável], transforma o ambiente para cursos práticos, na parte de documentos digitais, ou monta a sala como um auditório	AC: Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (A)

<u>receber grupos, [...]então assim, são ações que a gente pretende maximizar, assim como, receber o pesquisador pra ficar um tempo maior aqui, às vezes o pesquisador não precisa tanto de mesa, mas tem pesquisador que pede um volume gigante de documento pra analisar e a gente tem que... Ele precisa de um espaço maior também, então, a gente ter essas possibilidades de reutilizar o mesmo mobiliário para várias situações.</u>		<u>para receber grupos.</u> [Portanto], são ações que a gente pretende maximizar, assim como, receber o pesquisador pra ficar um tempo maior aqui, às vezes o pesquisador não precisa tanto de mesa, mas tem pesquisador que pede um volume gigante de documento pra analisar e precisa de um espaço maior. Então, temos essas possibilidades de reutilizar o mesmo mobiliário para várias situações.	
<u>5. Sim, nós temos uma supervisora [...] que realiza visitas periódicas nos arquivos.</u>	Supervisão regular (F)		

DSC 2: [Sim, existe gerenciamento e tratamento dos problemas e riscos no setor, além de um monitoramento constante]. Uma preocupação nossa, por conta do arquivo ficar no solo, [é] em relação, por exemplo, às chuvas, como que esse espaço se comporta, até documentei isso. [Sendo assim], já pensando [em situações] como o acidente ocorrido no Rio Grande do Sul com a Federal de Santa Maria, sabemos que problemas com chuva podem acontecer. [Portanto], a gente vai ter que ter um estoquezinho de alguns materiais, para situações periclitantes, como, por exemplo, a gente não tem bota de borracha, a gente não tem o costume de pedir luva de borracha, nada assim. Mesmo que não exista o risco hoje, já [teremos] preparado um kit de emergência.

[Além disso], a iluminação [foi] feita recente, por pessoas capacitadas. Então a gente acredita que está bem estruturada, bem-feita, evitando algum tipo de curto. [Em relação ao] acondicionamento e às condições físicas dos documentos, realizamos intervenções diretas quando identificamos acervos em situação de risco, seja por agentes patológicos ou por problemas físicos. Quando recebemos acervos de fora ou por doação, eles passam por quarentena, não vão direto para o local de custódia.

Geralmente, o monitoramento era feito de forma pontual. As vistorias para verificar infestação ou conformidade eram feitas só se você estava pegando um conjunto de documentos e você ia verificando e tratando. Hoje, na nossa rotina, realizamos descarte de materiais perfurantes e cortantes, como grampos metálicos. Quando encontramos esses materiais em um processo, retiramos e

substituímos por grampos plásticos.

[Também], temos cuidados com a colocação dos extintores, [pensando na prevenção] de acidentes. [No entanto, embora] tenhamos essa preocupação com a periodicidade, da manutenção de calhas e de extintores, por exemplo, nem sempre conseguimos efetuar essas [ações] naquele momento.

[Atualmente], temos uma supervisora que realiza visitas periódicas nos arquivos [e], uma conservadora-restauradora que faz monitoramentos constantes com laudos técnicos e segue um calendário. [Esse] calendário inclui, por exemplo, [práticas] periódicas, como a desinsetização, a verificação dos extintores e a capina ao redor do prédio. Também, [buscamos estruturar] protocolos [para] poder afirmar que eles são cumpridos. [Com] esses protocolos a gente vai conseguir ter previsibilidade [dos riscos] que possam acontecer e mitigá-los. Então, assim, essas rotinas, elas são muito bem estruturadas no nosso cotidiano.

[Além disso], ao planejar o espaço da sala interativa, pensamos também em ter um mobiliário componível. As mesas que a gente pediu são tampos e cavaletes de mesa, que a gente pode no caso de emergência, desmontar aqui e montar em outro lugar. Esse mobiliário [flexível cria uma estrutura adaptável], transforma o ambiente para cursos práticos, na parte de documentos digitais, ou monta a sala como um auditório para receber grupos.

[Portanto], são ações que a gente pretende maximizar, assim como, receber o pesquisador pra ficar um tempo maior aqui, às vezes o pesquisador não precisa tanto de mesa, mas tem pesquisador que pede um volume gigante de documento pra analisar e precisa de um espaço maior. Então, temos essas possibilidades de reutilizar o mesmo mobiliário para várias situações.

[Por outro lado], os vários formatos [de acervos] também é um outro desafio para preservação. Porque, por exemplo, um acervo fotográfico é diferente, totalmente diferente, tem relações químicas, biológicas, totalmente diferentes de um acervo em papel comum, por exemplo. Aí tem papel cartográfico, por exemplo, que é outro tipo de tratamento, o que dificulta pra gente, porque o recurso não é vasto. [Dessa forma] algumas vezes, a gente percebe falhas [no processo de preservação], por conta de uma estrutura que não depende de nós. Mas a nossa parte de vigília a gente faz.

3. Você já presenciou alguma situação que colocou em risco o acervo da instituição? Poderia falar sobre isso?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. [...] <u>mudanças podem se tornar um risco grave.</u> 1. <u>O primeiro espaço onde o arquivo foi colocado, teve problemas com enchente. Entrou bastante água no arquivo.</u> 1. [...] <u>era um prédio antigo, sem manutenção, com telhado constantemente, que dava goteira dentro do acervo, inclusive sobre vários arquivos.</u> 1. [...] <u>as janelas antigas, que ficavam um pouco entreabertas, mas nem abria, nem fechava, então não tinha circulação de ar. [...] era um lugar muito precário e que a gente não conseguia manutenção lá.</u> 2. <u>Em questão de instalação do arquivo [...] tem situações que os documentos estão no chão, [...] situação de mofo, [...] E aqui é um pouco fechado né... [...] eles (os documentos) estão mal acondicionados e a estrutura que fica a desejar.</u> 3. <u>Bom, uma água jorrando do teto!</u> 3. Uma vez, simplesmente, as estantes fizeram assim (mostrou gestualmente) <u>aquelas estantes enormes que são pregadas no teto, elas simplesmente viraram papel, pegaram todas as caixas, transformaram as caixas num negocinho deste tamanho. E que a gente previa o peso, mas não tinha lugar, ou era ali, ou era no chão e acabou detonando ali. Tivemos um maior trabalho porque danificou documento.</u> 3. <u>Porque aqui não tem escoamento, não tem nem ralo.</u> 4. Já, várias. Um exemplo, <u>muitos setores</u> antes eles	Riscos para o acervo (A)	<i>Mudanças podem se tornar um risco grave. O primeiro espaço onde o arquivo foi colocado, teve problemas com enchente, porque não tinha escoamento, nem ralo. Entrou bastante água no arquivo. Era um prédio antigo, sem manutenção, com um telhado que constantemente dava goteiras sobre os acervos, e as janelas antigas, ficavam entreabertas, nem abria, nem fechava, então não tinha circulação de ar. [Em outro momento], aquelas estantes enormes, que são pregadas no teto, [cederam], elas simplesmente viraram papel, pegaram todas as caixas, transformaram as caixas num negocinho [minúsculo]. Tivemos um maior trabalho porque danificou documento. [Além disso], tem situações que os documentos estão no chão, mofados, mal acondicionados, junto com o material de limpeza, em banheiros desativados, embaixo de escadas. Já tivemos acidente por água que foi irreversível, porque colocaram a documentação no espaço de banheiro desativado, estourou um cano e a documentação estava no chão. Aqui também aconteceu muito de colocar arquivo embaixo de ar-condicionado. Manter acervo em lugares úmidos demais, e roedores também [é] muito comum. Eu já fui em laboratório que sinceramente, eu tenho até medo, contaminou a caixa, porque estava junto com o negocinho do ratinho, da cobaia, o documento ali junto com aquilo tudo de laboratório, no mesmo espaço, você já pensa o que que pode ter ido de sujidade</i>	

<u>colocavam documentação em banheiros desativados, embaixo de escadas, já tivemos acidente por água que foi irrecuperável, porque colocaram a documentação no espaço de banheiro desativado, estourou um cano e a documentação estava no chão. Então, estante grudada na parede e documentação no chão.</u> <u>4. [...] nunca tinha visto isso, você abre a caixa parecia que o documento tava lá, quando abre só tem o pó assim! Então assim, são situações que é um risco que a pessoa não percebe também que é o risco, o próprio manuseio do documento é um risco, a forma como a pessoa manuseia esse documento é um risco. Várias vezes eu tive que chamar atenção das pessoas quanto a isso, é um risco humano.</u> <u>4. Então assim, colocar arquivo embaixo de ar-condicionado, aqui também aconteceu muito isso.</u> <u>4. [...] eu já fui em laboratório que sinceramente, eu tenho até medo, [...], colocou assim, contaminado na caixa, porque estava junto com o negocinho do ratinho, da cobaia, o documento ali junto com aquilo tudo de laboratório ali assim, no mesmo espaço, você já pensa o que que pode ter ido de sujidade para aquele documento, entendeu? Que é um risco não só para o documento, para a gente também, então assim, a gente já teve situações aqui, de setor que, aqui tem muitos pequenos animais, [...]. O setor não tinha forro de gesso, nem nada, era forro desses mais antigos, madeira ou plástico né? Ele cavava ali, fazia um buraco e entrava ou entrava por bacias mal fechadas, fazia casa onde? Dentro da caixa de arquivo. Teve situação de dar cria dentro da caixa, não só comia o documento, deu cria lá dentro.</u> <u>4. Manter acervo em lugares úmidos demais, [...] e roedores também, muito comum.</u>		<u>para aquele documento, entendeu? Que é um risco não só para o documento, para a gente também, então assim, a gente já teve situações aqui, de setor que, aqui tem muitos pequenos animais, ... O setor não tinha forro de gesso, nem nada, era forro desses mais antigos, madeira ou plástico né? Ele cavava ali, fazia um buraco e entrava ou entrava por bacias mal fechadas, fazia casa onde? Dentro da caixa de arquivo. Teve situação de dar cria dentro da caixa, não só comia o documento, deu cria lá dentro.</u> <u>[Outro problema], nunca tinha visto isso, você abre a caixa parecia que o documento tava lá, quando abre só tem o pó assim! Então assim, são situações que é um risco que a pessoa não percebe também que é o risco, o próprio manuseio do documento é um risco, a forma como a pessoa manuseia esse documento é um risco. Várias vezes eu tive que chamar atenção das pessoas quanto a isso, é um risco humano.</u>	
---	--	--	--

4. <u>Junto com o material de limpeza também [...] esses cômodos pequeninhos, embaixo de escada às vezes, colocavam o arquivo junto, nesses espaços junto com material de limpeza.</u>			
1. <u>[...] foi proposto a construção de um arquivo, onde seria feito de uma forma mais adequada, isso foi bem interessante pra gente, uma oportunidade pra gente ir pra um espaço mais organizado e mais adequado.</u>	Espaço próprio para o arquivo (B)		
2. <u>[...] o espaço não é suficiente e ele não está preparado para fazer a preservação, nem para acondicionar os documentos que estão atualmente.</u> 2. <u>E o [...] arquivo, ele já tá errado, porque ele tá no terceiro andar. [...] Então já tá no alto, um grande peso.</u> 3. <u>[...] onde funciona o arquivo intermediário, [...] é um galpão.</u> 5. <u>[...] atualmente, bom a gente pontuar, devido ao desastre que aconteceu na UFSM, devido às chuvas, nós temos um arquivo, na universidade, que está no subsolo. [...] a gente vai salientar que não é um local adequado.</u>	Espaço impróprio para o arquivo (C)	O espaço [disponível] não é suficiente e não está preparado para fazer a preservação, nem para acondicionar os documentos que estão atualmente no arquivo. [Além disso], o arquivo já está errado [em sua estrutura], porque ele tá no terceiro andar. Então já tá no alto, um grande peso. O arquivo intermediário funciona em um galpão. E, atualmente, é bom pontuar, [especialmente] após o desastre que aconteceu na UFSM, devido às chuvas, nós temos um arquivo, na universidade, que está no subsolo. [No entanto], devemos salientar que esse [também] não é um local adequado.	Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (A)
2. <u>[...] colocaram exaustores.</u> 3. <u>[...] eu tô até com umas ideias agora, principalmente agora depois desses eventos do Rio Grande do Sul, do arquivo de Santa Maria, de abrir um buraco nas paredes aqui, do fundo, para se algum dia entrar água aqui, a gente abrir para escoar.</u>	Solução paliativa (D)	[Foram] colocados exaustores [no ambiente]. Além disso, eu tô até com umas ideias agora, principalmente agora depois desses eventos do Rio Grande do Sul, do arquivo de Santa Maria, de abrir um buraco nas paredes aqui, do fundo, para se algum dia entrar água aqui, a gente abrir para escoar.	Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (A)
2. <u>Então o risco é a equipe que não iniciou.</u>	Falta de ação da equipe responsável (E)		

3. <u>Essa água que não chegou a danificar documento, mas já queimou equipamento.</u> 3. <u>A gente já teve assim, né, os sinistros desses que corre, a gente perdeu equipamento.</u>	Perda de materiais (F)	Essa água não chegou a danificar documentos, mas já queimou equipamentos. A gente já teve sinistros assim, que correram e fizeram a gente perder equipamentos.	
3. <u>E, nós estamos numa parte baixa. Essa área, é uma área que tende a alagar, qualquer chuva. [...] Não precisa chover muito não. [...] o terreno está em declive.</u>	Região geográfica inapropriada (G)		
3. <u>Nós já pegamos documentos, que chamamos o Arquivo Nacional para dar perda total, porque não tinha condições nenhuma de higiene. E esse arquivo, inclusive, ele foi retirado. ele foi eliminado com aquele pessoal que tira o lixo tóxico de hospital.</u> 3. [...] nós já pegamos acervos em níveis críticos, que a gente trabalhou parte dele, teve que eliminar parte. 3. [...] já aconteceu com arquivos que não estavam sob nossa responsabilidade, coisas horríveis [...]. 4. <u>Então, molhou, alguns documentos foram totalmente perdidos.</u>	Perda documental (H)	Já aconteceu com arquivos que não estavam sob nossa responsabilidade, coisas horríveis. Nós já pegamos acervos em níveis críticos, que a gente trabalhou parte dele [e] teve que eliminar parte. Documentos, que chamamos o Arquivo Nacional para dar perda total, porque não tinha condições nenhuma de higiene. E esse arquivo, inclusive, ele foi retirado e eliminado com aquele pessoal que tira o lixo tóxico de hospital. [Além disso], houve ocasiões em que molhou alguns documentos, então, foram totalmente perdidos.	
4. [...] até conscientizar o gestor que ele tinha que tirar a documentação dali, passar para outro espaço, que não poderia estar lá, [...] a justificativa que eles davam para documentação que a gente encontrava nessas situações de risco era que, entre o arquivo e o professor “bambambã” pedindo o espaço, o professor tinha prioridade, entendeu? Porque o arquivo é morto!	Conscientização de gestores (I)		Percepção negativa e familiar que se tem dos arquivos (B)

DSC 3: [Já presenciamos diversas situações que colocaram o acervo em risco]. [Por exemplo], o primeiro espaço onde o arquivo foi colocado teve problemas com enchente, porque não tinha escoamento, nem ralo. Entrou bastante água no arquivo, essa água não chegou a danificar documentos, mas queimou equipamentos. Era um prédio antigo, sem manutenção, com um telhado

que constantemente dava goteiras sobre os acervos, e as janelas antigas ficavam entreabertas, nem abria, nem fechava, então não tinha circulação de ar.

Já aconteceu com arquivos que não estavam sob nossa responsabilidade, coisas horríveis. Nós já pegamos acervos em níveis críticos, que a gente trabalhou parte dele [e] teve que eliminar parte. Documentos, que chamamos o Arquivo Nacional para dar perda total, porque não tinha condições nenhuma de higiene. E esse arquivo, inclusive, ele foi retirado e eliminado com aquele pessoal que tira o lixo tóxico de hospital. [Além disso], houve ocasiões em que molhou alguns documentos, então, foram totalmente perdidos.

[Em outro momento], aquelas estantes enormes, que são pregadas no teto, [cederam], elas simplesmente viraram papel, pegaram todas as caixas, transformaram as caixas num negocinho [minúsculo]. Tivemos um maior trabalhão porque danificou documento.

[Ademais], tem situações que os documentos estão no chão, mofados, mal acondicionados, junto com o material de limpeza, em banheiros desativados, embaixo de escadas. Já tivemos acidente por água que foi irrecuperável, porque colocaram a documentação no espaço de banheiro desativado, estourou um cano e a documentação estava no chão. Aqui também aconteceu muito de colocar arquivo embaixo de ar-condicionado. Manter acervo em lugares úmidos demais, e roedores também [é] muito comum. Eu já fui em laboratório que sinceramente, eu tenho até medo, contaminou a caixa, porque estava junto com o negocinho do ratinho, da cobaia, o documento ali junto com aquilo tudo de laboratório, no mesmo espaço, você já pensa o que que pode ter ido de sujeira para aquele documento, entendeu? Que é um risco não só para o documento, para a gente também, então assim, a gente já teve situações aqui, de setor que, aqui tem muitos pequenos animais, ... O setor não tinha forro de gesso, nem nada, era forro desses mais antigos, madeira ou plástico né? Ele cavava ali, fazia um buraco e entrava ou entrava por básculas mal fechadas, fazia casa onde? Dentro da caixa de arquivo. Teve situação de dar cria dentro da caixa, não só comia o documento, deu cria lá dentro.

[Outro problema], nunca tinha visto isso, você abre a caixa parecia que o documento tava lá, quando abre só tem o pó! Então

assim, são situações que é um risco que a pessoa não percebe também que é o risco, o próprio manuseio do documento é um risco, a forma como a pessoa manuseia esse documento é um risco. Várias vezes eu tive que chamar atenção das pessoas quanto a isso, é um risco humano.

[Alguns] espaços [disponíveis] não são o suficiente e não estão preparados para fazer a preservação, nem para acondicionar os documentos que estão atualmente no arquivo. [Além disso], temos arquivos no terceiro andar, um grande peso, no alto. Arquivo em galpão. [E], arquivo no subsolo. [Portanto] devemos salientar que esses não são locais adequados. [Especialmente, porque] nós estamos numa parte baixa. Essa área, é uma área que tende a alagar, qualquer chuva. Não precisa chover muito não. O terreno está em declive.

[Em contrapartida], foi proposto a construção de um arquivo, onde seria feito de uma forma mais adequada, isso foi bem interessante pra gente, uma oportunidade pra gente ir pra um espaço mais organizado e mais adequado, [incluindo] exaustores [no ambiente]. [Aliás], eu tô até com umas ideias, principalmente agora depois desses eventos do Rio Grande do Sul, do arquivo de Santa Maria, de abrir um buraco nas paredes para se algum dia entrar água aqui, a gente abrir para escoar. [Porém], o risco é que a equipe não iniciou, [pois] até conscientizar o gestor que ele tem que tirar a documentação dali, passar para outro espaço, a justificativa que eles dão para documentação que a gente encontra nessas situações de risco é que, entre o arquivo e o professor “bambambã” pedindo o espaço, o professor tem prioridade, entendeu? Porque o arquivo é morto!

4. Qual a importância de se trabalhar a Gestão de Riscos na universidade para você? Como você avalia a sua contribuição com relação a isto? Justifique.

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
<i>1. Bom, <u>a gestão de risco, ela... eu acho que é fundamental em qualquer empresa, em qualquer casa.</u></i> <i>2. Eu acho que <u>é fundamental pra não perder a documentação, né? Porque aqui tem documentação</u></i>	GR é fundamental (A)	<i>A gestão de risco é fundamental, em qualquer empresa ou em qualquer casa. [Além disso], ela é fundamental pra não perder a documentação, né? Porque aqui tem documentação permanente.</i>	

<u>permanente.</u>			
1. <u>Aquela situação de procurar evitar que alguma coisa estrague ou quando estragar já procurar resolver no início de uma forma mais adequada para evitar problemas maiores.</u>	Gerir riscos preventivamente (B)		“Prevenir é melhor que remediar” (A)
1. <u>Logo que foi feita a instalação elétrica, a iluminação, a gente pediu para o engenheiro elétrico avaliar o serviço, se estava adequado para evitar qualquer tipo de risco de curto-circuito. Então, esses são os cuidados que a gente tem assim, pedindo profissionais pra que façam esses diagnósticos, essas avaliações né... como foi feito. E observar, sempre atento, a gente percebendo algum sinal, algum sintoma de risco, a gente chama profissionais para avaliar novamente.</u>	Diagnósticos feitos por especialistas (C)		
2. <u>O principal problema é deteriorar a documentação, que não tem nem local, nem equipe, e vai perder a memória da instituição.</u>	Perda de memória institucional (D)		
2. <u>Então seria perda de memória e perda de direito dos funcionários que estão aí, dos documentos funcionais.</u>	Perda de direitos individuais (E)		
3. <u>Esse é um debate que a gente tem travado muito com a administração, [...] sobretudo em relação ao arquivo. [...] a gente tem até que tem um bom fluxo, um bom diálogo com relação a isso, porque quando a gente demonstra, mostra necessidade e justifica, eles, à medida do possível, eles nos atendem na necessidade que a gente tem.</u> 3. <u>A administração, por exemplo, quer. É interesse da administração que a gente saia daquele galpão, mas qual é o problema? Que lugar comporta aquela quantidade de acervo? [...], é muito grande. Entendeu?</u>	Diálogo com a administração superior (F)	Esse é um debate que a gente tem travado muito com a administração, sobretudo em relação ao arquivo. [No entanto] a gente tem até um bom fluxo, um bom diálogo com relação a isso, porque quando a gente demonstra, mostra necessidade e justifica, eles, à medida do possível, eles nos atendem na necessidade que a gente tem. Por exemplo, é interesse da administração que a gente saia daquele galpão, mas qual é o problema? Que lugar comporta aquela quantidade de acervo? É muito grande. Entendeu? [Para além disso], temos dado	

4. Então, <u>primeiro a gente dá uma ciência para a instituição do tamanho que são os riscos, porque, em arquivos esses riscos são ignorados.</u>		ciência para a instituição sobre o tamanho dos riscos, porque, em arquivos, esses riscos [tendem] a ser ignorados.	Arquivo é subvalorizado (C)
3. Mas <u>o próprio fato do arquivo ser no galpão é bem complicado. Muito. [...] O galpão é telha galvanizada, cobertura. De vez em quando a gente acha uns micos lá dentro. [...] Se a sala aqui está quente, lá deve estar...</u>	Espaço impróprio para o arquivo (G)		
3. [...] <u>a gente não conseguia colocar um piso. [...] fez um ano que a solicitação do piso está feita, cheia de promessas. E não é o piso no galpão inteiro não, é na área administrativa, porque o piso lá é de cimento grosso, então ele solta pó.</u>	Processos administrativos demorados (H)		
3. <u>Nossa maior preocupação com relação a mexer em documentação seria a questão de ratos, [...]. Mas essa situação da desinsetização na universidade até que funciona bem. Eles têm um calendário. Mas pra gente entrar nesse calendário, você sabe que foi uma luta, né? Eles não reconheciam a gente como espaço a ser desinsetizado. [...] E aí entramos no calendário da desinsetização e aí graças a Deus..., [...] os deuses devem gostar daqui, porque não tem controle de temperatura, a temperatura é estável. A gente brinca que a alma dele (proprietário de fundo documental já falecido) mora aqui. Ele cuida! A gente tem certeza que ele cuida! (risos)!</u>	Melhorias pontuais (I)		Resiliência do arquivo, "protegido por deuses" (B)
4. <u>Eu te falo ignorados não só pela gestão muitas vezes, pela própria classe, são tipo assim, quem não está na gestão lava as mãos, e diz: Não sou gestor (a), não tenho que me preocupar com isso. E, a maior parte das ações de mitigação dos riscos em arquivos precisa da colaboração de todos.</u> 4. <u>Então assim, é o risco que você controla até certo</u>	Trabalho em equipe (J)	[Os riscos] muitas vezes são ignorados, não só pela gestão, [mas também] pela própria classe. São tipo assim, quem não está na gestão lava as mãos, e diz: Não sou gestor (a), não tenho que me preocupar com isso. [Entretanto], a maior parte das ações de mitigação dos riscos em arquivos precisa da colaboração de todos. [Por exemplo], há	

<u>ponto, se todo mundo não participar do processo de gestão do risco e cumprir esses protocolos, é o mesmo do EPI, eu tenho equipe que não gosta de usar EPI, ou usa só a máscara, ou usa só a luva, não gosto do EPI, porque é quente, porque pinica... Nós temos EPI completo, nem todo mundo gosta de usar o EPI. [...] Se você não usar, é um risco que você decidiu tomar. Mas essa é uma coisa, por exemplo, que a gente vai ter um protocolo para registrar o que tem ali. Mesma coisa, a gente tem escada no arquivo, tem gente que gosta de subir em cadeira. Tem gente que sobe na primeira prateleira. É um risco, as pessoas às vezes nem pensa que aquilo é um risco, só está com preguiça mesmo, de ir lá buscar a escada. Mas é um risco, é um risco igual, você controla esse risco? Não controla.</u>		<i>riscos que você controla até certo ponto. Se todos não participarem do processo de gestão do risco e não cumprirem os protocolos, [a situação fica comprometida]. É o mesmo [caso] do EPI, eu tenho equipe que não gosta de usar EPI, ou usa só a máscara, ou usa só a luva, não gosto do EPI, porque é quente, porque pinica... Nós temos EPI completo, nem todo mundo gosta de usar o EPI. Se você não usar, é um risco que você decidiu tomar. Mas essa é uma coisa, por exemplo, que a gente vai ter um protocolo para registrar o que tem ali. Mesma coisa, a gente tem escada no arquivo, tem gente que gosta de subir em cadeira. Tem gente que sobe na primeira prateleira. É um risco, as pessoas às vezes nem pensam que aquilo é um risco, só está com preguiça mesmo, de ir lá buscar a escada. Mas é um risco, é um risco igual, você controla esse risco? Não controla.</i>	
<u>4. (A GR) é uma prática nova que todo mundo tem que assumir, é uma cultura nova que todo mundo tem que assumir.[...].</u> <u>4. Nossa, tem gente que é tão resistente, tipo assim, já tem medo de que o que ela está fazendo vai gerar um trabalho novo para eles, não querem mudar nada. Ah, mudou o suporte, mudou o suporte também significa que você tem que rever o modelo que você utilizava de registro. Ninguém quer rever, quer continuar, quer implementar o mesmo passo a passo do papel no digital, não tem necessidade na maior parte das vezes. [...] Eu falo que é cultural, mas eu sei que a cultura começa com a mudança no modus operandi de todo santo dia né.</u>	Mudança cultural (K)	<i>(A GR) é uma prática nova que todo mundo tem que assumir, é uma cultura nova que todo mundo tem que assumir. [No entanto], tem gente que é tão resistente, tipo assim, já tem medo de que o que ela está fazendo vai gerar um trabalho novo para eles, não querem mudar nada. Ah, mudou o suporte, mudou o suporte também significa que você tem que rever o modelo que você utilizava de registro. [Mas] ninguém quer rever, quer continuar, quer implementar o mesmo passo a passo do papel no digital [e] não tem necessidade na maior parte das vezes. [Por esse motivo] eu falo que é cultural, mas eu sei que a cultura começa com a mudança no modus operandi de todo santo dia né.</i>	

4. [...] <u>a gente passou anos mudando muitas coisas, porque quando alguém vem te avaliar, ele quer vestígios, e a gente faz muitas vezes, na prática, algumas vezes porque aprendeu com alguém, não registra nada, se eu não tenho vestígios. A opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? E também utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo</u> 4. <u>Eu estou gestor (a) hoje, amanhã eu não estou gestor (a), o gestor que vier depois de mim, ele tem que entender por que eu fiz essa iniciativa de ter protocolos [...]. Tem que ter a finalidade fazer isso, e a maior parte das pessoas, só vai validar o que você está fazendo, com o tempo, depois que for beneficiado pela ação que você começou. Hoje só vão aceitar: Ah, precisa ter gestão de riscos. O caso de Santa Maria acendeu um alerta gigante e olha que Santa Maria sempre foi referência.</u> 4. <u>Então assim, a gente já tem, internamente, um protocolo para sempre que entrar tem que travar, independente de estar na área ou não que tá tendo desnivelamento do piso, trava, como o outro. Mas, a gente ainda tem que contar com a atenção, eu falo das crianças, que é os estagiários tá, tem que contar com a atenção das crianças porque um desligado, rapidinho pode não travar, e só vim em cima, entendeu?</u>	Processo documentado (L)	A gente passou anos mudando muitas coisas porque, quando alguém vem te avaliar, ele quer vestígios. [No entanto], muitas vezes a gente faz [as coisas] na prática, porque aprendeu com alguém e não registra nada. Se eu não tenho vestígios, [fica difícil comprovar o que foi feito]. [Por isso], a opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? [Além disso] utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo. O caso de Santa Maria acendeu um alerta gigante, e olha que Santa Maria sempre foi referência. Então assim, a gente já tem, internamente, um protocolo para sempre que entrar [no arquivo deslizante] travar, independente de estar na área ou não que tá tendo desnivelamento do piso. [Contudo], precisamos contar com a atenção, eu falo das crianças, que é os estagiários tá, tem que contar com a atenção das crianças porque um desligado, rapidinho pode não travar, e só vim em cima, entendeu? Eu [vejo que], hoje, estou gestor (a), amanhã eu não estou gestor (a). O gestor que vier depois de mim, ele tem que entender por que eu fiz essa iniciativa de ter protocolos. A maior parte das pessoas, [porém] só vai validar o que você está fazendo, com o tempo, depois que for beneficiado pela ação que você começou. Hoje só vão aceitar: "Ah, precisa ter gestão de riscos".	Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (D)
4. [...] <u>você tem que começar uma coisa que você pode fazer hoje. Hoje o que a gente pode fazer é</u>	Ação gradual para a GR e educação dos usuários		

<u>melhorar o procedimento e começar a educar o seu usuário, como que ele pode fazer isso, [...].</u>	(M)		
4. [...] <u>depois de Santa Maria, a gente já falou, vamos ter que incrementar mais isso, vamos ter que pensar mais adiante, porque a gente não vai conseguir fazer só isso. Aqui o engenheiro vem e fala, a gente tem problema de solo, é úmido demais, tem muita trepidação lá, e aí pode causar afundamento, por enquanto é desnivelamento, mas pode causar uma situação de sopesamento, abrir um buraco assim do nada em pontos focais. O engenheiro vem aqui e fala assim: Isso não vai acontecer. Ele escreve no despacho que não tem esse risco. Como é que eu vou saber que não tem esse risco? De quanto em quanto tempo eu tenho que ter um novo engenheiro me falando que o risco ainda não existe? Isso eles não te falam, [...] A gente é técnico para saber disso? Não! Aí você fala lá com o engenheiro, tem uns que recebem muito bem a sua dúvida, diz que é possível ter. Outro fala: Você quer ser engenheiro? O arquiteto o dia que falou isso, eu disse: Eu acho que eu faria um serviço melhor do que você que não está nem ouvindo seu usuário.</u> 4. <u>Eu não tenho como prever se isso vai acontecer ou quando isso vai acontecer, a gente já está observando, visualmente, o trilho tá segurando de fato o desnivelamento, a gente tá colocando as plaquinhas que eles deixaram aí, para ir firmando o piso, desse apoio, mais plaquinha, pra ir firmando. Só que vai chegar um tempo que nem toda plaquinha do mundo vai segurar, tá aumentando a área. A gente vai vendo onde que está tombando, tem lugar que se você não travar, soltar, ele desliza sozinho. Qual o risco de prender alguém lá?</u>	Falta de orientações técnicas de especialistas (N)	Depois de Santa Maria, a gente já falou que vamos ter que incrementar mais [as medidas de gestão de riscos] e pensar mais adiante, porque [só as ações atuais não seriam suficientes]. [Por exemplo], a gente tem problema de solo, é úmido demais, tem muita trepidação lá, e aí pode causar afundamento, por enquanto é desnivelamento, mas pode causar uma situação de sopesamento, abrir um buraco assim do nada em pontos focais. [No entanto], [quando] o engenheiro vem aqui e fala assim: Isso não vai acontecer. Ele escreve no despacho que não tem esse risco. Como é que eu vou saber que não tem esse risco? De quanto em quanto tempo eu tenho que ter um novo engenheiro me falando que o risco ainda não existe? Isso eles não te falam. A gente é técnico para saber disso? Não! Aí você fala lá com o engenheiro, tem uns que recebem muito bem a sua dúvida, diz que é possível ter. Outro fala: Você quer ser engenheiro? O arquiteto o dia que falou isso, eu disse: Eu acho que eu faria um serviço melhor do que você que não está nem ouvindo seu usuário. [Além disso], eu não tenho como prever se isso vai acontecer ou quando isso vai acontecer. [No entanto], a gente já está observando, visualmente, o trilho tá segurando de fato o desnivelamento, a gente tá colocando as plaquinhas que eles deixaram aí, para ir firmando o piso, desse apoio, mais plaquinha, pra ir firmando. Só que vai chegar um tempo que nem toda plaquinha do mundo vai segurar, tá	Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (D)

		<i>aumentando a área. A gente vai vendo onde que está tombando, tem lugar que se você não travar [o arquivo deslizante], ele solta e desliza sozinho. [Isso nos leva a questionar]: Qual o risco de prender alguém lá?</i>	
<i>4. O solo aqui é altamente passível de térmitas, nem precisava descrever isso né, porque a gente tem o cupim de solo e o cupim de concreto aqui no entorno, é muito arborizado, num solo úmido. Então, probabilidade gigante.</i>	Riscos para o acervo (O)		
<i>4. [...] a gente tem que pensar em outras possibilidades, para tentar mitigar um tipo de risco. Então é um exercício de criatividade constante.</i>	A implantação da GR depende de ideias criativas (P)		
<i>4. A gente vai tentar fazer para cada tipo de risco, um protocolo, tentar pensar na sustentabilidade disso ao longo do tempo, de manutenção disso. Até porque, risco é uma coisa que é pontual, se eu tenho um risco hoje, eu corrijo ele, eu tenho só que monitorar, porque ele pode voltar ou não. Ou gerar um outro risco.</i>	Gestão contínua de riscos (Q)		
<i>4. [...] a gente fez a reforma aqui, o engenheiro, a gente falou que queria resolução de coisa do solo e tal, ele não pensou nisso não. Ele manteve a calçada, que não é calçada, é de paralelepípedo em roda do prédio. Já estava com infiltração e umidade em alguns pontos, ele não fez a passarela, calçada de novo. Não entrou isso no projeto, porque projeto também é assim... eles vêm na época que está fazendo o planejamento do projeto, arquiteto, engenheiro vem aqui, faz tudo que você precisa, aí chega lá na pessoa que vai dizer quanto que vai custar, aí ela vai cortando... [...] Um exemplo é a pintura do piso aqui, eu tinha pedido piso mesmo, não, o que a gente conseguiu foi pintura e multicolorida, ficou pontos sem pintar. Falei, por que ficou sem pintar? Não, a gente só tem autorização</i>	Limitações do serviço público (R)		

<u>para pintar esse pedacinho aqui, onde que mexeu. Aí eu tenho que fazer uma respiração bem fundo e pensar, não, se é isso que temos, é melhor do que nada, porque o gestor público em todo momento ele tem que pensar, o mundo ideal seria lindo, mas o mundo possível, com o recurso que eu tenho, o contrato que eu tenho é esse.</u>			
<u>4. [...] uma das situações da gestão de risco é que lá na frente, eu não tenha mais alguns problemas né, a gente já possa olhar e pensar graças a Deus isso aqui nós resolvemos!</u>	A GR busca a resolução de problemas (S)		
<u>5. A importância está justamente no monitoramento que é feito [...] é uma diretiva.</u>	Monitoramento de riscos anual (T)		
<u>5. (O PGR) é revisto todo ano, então isso também é uma postura, uma política da universidade.</u>	Política estruturada da IFE (U)		

DSC 4: *A gestão de riscos é fundamental, em qualquer empresa ou em qualquer casa. [Além disso], ela é fundamental pra não perder a documentação, né? Porque aqui tem documentação permanente. Então, deteriorar a documentação seria perder a memória da instituição e perder o direito dos funcionários que estão aí, [por meio] dos documentos funcionais. [Trabalhar com gestão de riscos é] evitar que alguma coisa estrague ou quando estragar já procurar resolver no início de uma forma mais adequada para evitar problemas maiores. [Por exemplo], a iluminação, logo que foi feita a instalação elétrica, a gente pediu para o engenheiro elétrico avaliar o serviço, se estava adequado para evitar qualquer tipo de risco de curto-circuito. Então, esses são os cuidados que a gente tem assim, pedindo profissionais pra que façam esses diagnósticos, essas avaliações né... como foi feito. E observar, sempre atento, a gente percebendo algum sinal, algum sintoma de risco, a gente chama profissionais para avaliar novamente.*

[No entanto], a gente tem problema de solo, é úmido demais, altamente passível de térmitas, tem o cupim de solo e o cupim de concreto aqui no entorno, é muito arborizado, tem muita trepidação, e aí pode causar afundamento, por enquanto é

desnivelamento, mas pode causar uma situação de sopesamento, abrir um buraco assim do nada em pontos focais. [Porém], [quando] o engenheiro vem aqui e fala assim: Isso não vai acontecer. Ele escreve no despacho que não tem esse risco. Eu não tenho como prever se isso vai acontecer ou quando isso vai acontecer. Como é que eu vou saber que não tem esse risco? De quanto em quanto tempo eu tenho que ter um novo engenheiro me falando que o risco ainda não existe? Isso eles não te falam. A gente é técnico para saber disso? Não! Aí você fala lá com o engenheiro, tem uns que recebem muito bem a sua dúvida, diz que é possível ter. Outro fala: Você quer ser engenheiro? O arquiteto o dia que falou isso, eu disse: Eu acho que eu faria um serviço melhor do que você que não está nem ouvindo seu usuário.

A gente já está observando, visualmente, o trilho tá segurando de fato o desnivelamento, a gente tá colocando as plaquinhas que eles deixaram aí, para ir firmando o piso, dar esse apoio. Só que vai chegar um tempo que nem toda plaquinha do mundo vai segurar, tá aumentando a área. A gente vai vendo onde que está tombando, tem lugar que se você não travar [o arquivo deslizante], ele solta e desliza sozinho. [Isso nos leva a questionar]: Qual o risco de prender alguém lá?

Então assim, a gente já tem, internamente, um protocolo para sempre que entrar [no arquivo deslizante] travar, independente de estar na área ou não que tá tendo desnivelamento do piso. [Contudo], precisamos contar com a atenção, eu falo das crianças, que é os estagiários tá, tem que contar com a atenção das crianças porque um desligado, rapidinho pode não travar, e só vim em cima, entendeu?

[Outra situação], a gente fez a reforma aqui, o engenheiro, a gente falou que queria resolução de coisa do solo e tal, ele não pensou nisso não. Ele manteve a calçada, que não é calçada, é de paralelepípedo em roda do prédio. Já estava com infiltração e umidade em alguns pontos, ele não fez a passarela, calçada de novo. Não entrou isso no projeto, porque projeto também é assim... eles vêm na época que está fazendo o planejamento do projeto, arquiteto, engenheiro vem aqui, faz tudo que você precisa, aí chega lá na pessoa que vai dizer quanto que vai custar, aí ela vai cortando... Um exemplo é a pintura do piso aqui, a gente não conseguia colocar um piso. Fez um ano que a solicitação do piso está feita, cheia de promessas. E não é o piso no galpão inteiro não, é na área administrativa, porque o piso lá é de cimento grosso, então ele solta pó, o que a gente conseguiu foi pintura e multicolorida,

ficou pontos sem pintar. Falei, por que ficou sem pintar? Não, a gente só tem autorização para pintar esse pedacinho aqui, onde que mexeu. Aí eu tenho que fazer uma respiração bem fundo e pensar: Não, se é isso que temos, é melhor do que nada. Porque o gestor público em todo momento ele tem que pensar, o mundo ideal seria lindo, mas o mundo possível, com o recurso que eu tenho, o contrato que eu tenho é esse. Você tem que começar uma coisa que você pode fazer hoje. Hoje o que a gente pode fazer é melhorar o procedimento e começar a educar o seu usuário, como que ele pode fazer isso. O monitoramento [dos riscos] é uma diretiva, uma política da universidade, [em que] (o PGR) é revisto todo ano, então isso também é uma postura.

Esse é um debate que a gente tem travado muito com a administração, sobretudo em relação ao arquivo. [Apesar de que] a gente tem até um bom fluxo, um bom diálogo com relação a isso, porque quando a gente demonstra, mostra necessidade e justifica, eles, à medida do possível, eles nos atendem na necessidade que a gente tem. Por exemplo, é interesse da administração que a gente saia daquele galpão, [com] telha galvanizada [e] quente, mas qual é o problema? Que lugar comporta aquela quantidade de acervo? É muito grande. Entendeu? [Para além disso], temos dado ciência para a instituição sobre o tamanho dos riscos, porque, em arquivos, esses riscos [tendem] a ser ignorados. [Os riscos] muitas vezes são ignorados, não só pela gestão, [mas também] pela própria classe. São tipo assim, quem não está na gestão lava as mãos, e diz: Não sou gestor (a), não tenho que me preocupar com isso. [Entretanto], a maior parte das ações de mitigação dos riscos em arquivos precisa da colaboração de todos. [Por exemplo], há riscos que você controla até certo ponto. Se todos não participarem do processo de gestão do risco e não cumprirem os protocolos, [a situação fica comprometida]. É o mesmo [caso] do EPI, eu tenho equipe que não gosta de usar EPI, ou usa só a máscara, ou usa só a luva, não gosto do EPI, porque é quente, porque pinica... Nós temos EPI completo, nem todo mundo gosta de usar o EPI. Se você não usar, é um risco que você decidiu tomar. Mas essa é uma coisa, por exemplo, que a gente vai ter um protocolo para registrar o que tem ali. Mesma coisa, a gente tem escada no arquivo, tem gente que gosta de subir em cadeira. Tem gente que sobe na primeira prateleira. É um risco, as pessoas às vezes nem pensam que aquilo é um risco, só está com preguiça mesmo, de ir lá buscar a escada. Mas é um risco, é um risco igual, você controla esse risco? Não controla.

(A GR) é uma prática nova que todo mundo tem que assumir, é uma cultura nova que todo mundo tem que assumir. [No

entanto], *tem gente que é tão resistente, tipo assim, já tem medo de que o que ela está fazendo vai gerar um trabalho novo para eles, não querem mudar nada. Ah, mudou o suporte, mudou o suporte também significa que você tem que rever o modelo que você utilizava de registro. [Mas] ninguém quer rever, quer continuar, quer implementar o mesmo passo a passo do papel no digital [e] não tem necessidade na maior parte das vezes. [Por esse motivo] eu falo que é cultural, mas eu sei que a cultura começa com a mudança no modus operandi de todo santo dia né.*

A gente passou anos mudando muitas coisas porque, quando alguém vem te avaliar, ele quer vestígios. [No entanto], muitas vezes a gente faz [as coisas] na prática, porque aprendeu com alguém e não registra nada. Se eu não tenho vestígios, [fica difícil comprovar o que foi feito]. [Por isso], a opção que a gente tá tendo de criar esses protocolos também de gestão de risco não é só identificar o risco e ter um controle sobre ele, é também manter vestígios, entendeu? A gente vai tentar fazer para cada tipo de risco, um protocolo, tentar pensar na sustentabilidade disso ao longo do tempo, de manutenção disso. Até porque, risco é uma coisa que é pontual, se eu tenho um risco hoje, eu corrijo ele, eu tenho só que monitorar, porque ele pode voltar ou não. Ou gerar um outro risco. A gente tem que pensar em outras possibilidades, para tentar mitigar um tipo de risco. Então é um exercício de criatividade constante, utilizar essas informações, para fazer uma melhoria talvez no processo. O caso de Santa Maria acendeu um alerta gigante, e olha que Santa Maria sempre foi referência, depois [do sinistro lá], a gente já falou que vamos ter que incrementar mais [as medidas de gestão de riscos] e pensar mais adiante, porque [só as ações atuais não seriam suficientes].

Eu [vejo que], hoje, estou gestor (a), amanhã eu não estou gestor (a). O gestor que vier depois de mim, ele tem que entender por que que eu fiz essa iniciativa de ter protocolos. A maior parte das pessoas, [porém] só vai validar o que você está fazendo, com o tempo, depois que for beneficiado pela ação que você começou. Hoje só vão aceitar: “Ah, precisa ter gestão de riscos”. Uma das situações da gestão de risco é que lá na frente, eu não tenha mais alguns problemas né, a gente já possa olhar e pensar: “Graças a Deus, isso aqui nós resolvemos!”.

5. Existe apoio, diálogo, investimento dos dirigentes com relação às atividades desempenhadas pelo arquivo? Qual a sua percepção a este respeito?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. <u>Quando foi criado o arquivo, houve um investimento muito grande com o arquivo. Houve uma atenção, um cuidado da administração superior, tanto que a gente vê vários desses arquivos que a gente tem aqui, que são arquivos caros. Então a instituição investiu em uma boa estrutura, em um bom mobiliário para o arquivo.</u> 1. <u>Por isso, quando proposto um novo espaço, eu achei uma oportunidade muito boa de ter um espaço melhor, um ambiente mais agradável para se trabalhar, tanto para a gente trabalhar quanto para a preservação do material, dos documentos que ficam aqui.</u>	Investimento em infraestrutura e materiais para o arquivo (A)	Houve uma atenção, um cuidado da administração superior, quando foi criado o arquivo. Houve um investimento muito grande em uma boa estrutura, em um bom mobiliário, tanto que a gente vê vários desses arquivos que a gente tem aqui, que são arquivos caros. Por isso, quando proposto um novo espaço, eu achei uma oportunidade muito boa de ter um espaço melhor, um ambiente mais agradável para se trabalhar, tanto para a gente trabalhar, quanto para a preservação do material, dos documentos que ficam aqui.	
1. <u>Existem promessas para todos os lados, de investimento, de olhar com mais atenção, mas eu não posso afirmar que a gente vai ter ou que não vai ter. Então hoje eu não posso afirmar isso. A gestão que terminou agora, a anterior, eu posso dizer que a partir da experiência, a gente solicitou várias vezes manutenção no antigo prédio, onde estava o arquivo, e a gente não foi atendido. As demandas não foram bem aceitas. Ignoraram, infelizmente.</u>	Nova gestão administrativa traz incertezas (B)		
2. <u>Existe apoio, sim. Não temos um orçamento próprio, mas assim, o que é solicitado eles atendem.</u> 2. <u>E em questão de materiais, material sim, material tem. A estrutura, eu, em relação ao espaço físico, eu não vou falar que o espaço físico seja ruim, [...] então eu acho que se fosse feito um trabalho mais com o pessoal, acho que talvez o espaço até daria. Então, o espaço físico, acho que está ok. Material não há</u>	Há apoio limitado da administração superior (C)	Existe apoio, sim, mas a gente não tem orçamento próprio para o Arquivo Central, uma estrutura financeira própria. Mas o apoio cultural, nós temos sim. O que é solicitado, eles atendem. Em questão de materiais, não há problema, isso tá ok. [Quanto] a estrutura, em relação ao espaço físico, eu não vou falar que o espaço físico seja ruim, eu acho que se fosse feito um	

<u>problema. A aquisição de material isso aí tá ok.</u> 3. <u>Eu acho que a gente tem apoio, a gente tem... as pessoas nos entendem, mas eu não sei se essa parte dos trâmites das coisas saírem do papel e se transformarem na realidade, aqui é muito ainda insipiente, ainda está muito fora do que seria ideal.</u> 3. <u>Acho que na última década as coisas têm sido muito complicadas para as universidades. Então quando se fala em investimentos, arquivo já não é prioridade, imagina num cenário de crise. Então assim, a gente tem passado por... a gente assim, enquanto universidade, tem passado por uma crise muito forte nessa última década. E é aquela, e assim, é muito complicado, quando se fala em orçamento, a coisa complica muito.</u> 3. <u>Mas apesar de na última década a gente não ter tido investimento porque a universidade passou por momentos muito difíceis, mas hoje a gente tem um reconhecimento maior das nossas necessidades que eu acho que nessa década lá atrás a gente não tinha. A gente está vivendo um momento da administração, o diálogo melhorou muito, a percepção da administração sobre a nossa realidade melhorou muito.</u> 4. <u>Então a gente teve bastante apoio [...] A gente teve muito apoio, a gente foi muito afetado pelos cortes de verbas, e isso é inegável. A gente tá ainda nessa luta para ter recurso, mas assim, a necessidade que a gente leva de infraestrutura e de tudo, ela é reconhecida, eles sabem que sim...</u> 5. <u>Existe apoio, mas não temos dinheiro. Não temos estrutura financeira própria</u> 5. <u>[...] a gente não tem na estrutura da universidade</u>		trabalho mais com o pessoal, acho que talvez o espaço até daria. Então, o espaço físico, acho que está ok. Eu acho que as pessoas nos entendem, hoje a gente tem um reconhecimento maior das nossas necessidades que eu acho que nessa década lá atrás a gente não tinha. A gente está vivendo um momento com a administração, [em que] o diálogo melhorou muito, a percepção da administração sobre a nossa realidade melhorou muito. Mas eu não sei se essa parte dos trâmites das coisas saírem do papel e se transformarem na realidade, aqui é muito insipiente ainda, ainda está muito fora do que seria ideal. Na última década, as coisas têm sido muito complicadas para as universidades, a gente não teve investimento porque a universidade passou por momentos muito difíceis, quando se fala em orçamento, a coisa complica muito. Então, quando se fala em investimentos, arquivo já não é prioridade, imagina num cenário de crise. Então assim, a gente tem passado por... a gente assim, enquanto universidade, tem passado por uma crise muito forte nessa última década. A gente foi muito afetado pelos cortes de verbas, e isso é inegável. A gente tá ainda nessa luta para ter recurso, estamos sofrendo a falta de aportes financeiros para a execução das nossas necessidades. Mas assim, a necessidade que a gente leva de infraestrutura e de tudo, ela é reconhecida, eles sabem.	Corte de verba das universidades federais (A) Arquivo subvalorizado (B) Corte de verba das universidades federais (A)
--	--	---	--

<u>um orçamento próprio para o Arquivo Central, mas o apoio cultural, nós temos sim. Que a universidade agora, como outras universidades estão sofrendo, é a falta de aportes financeiros para a execução das suas necessidades.</u>			
2. <u>Só que a pior situação é pessoal, não dá, não consigo... é só um arquivista. [...] Então, por mais que tenha um apoio, mas não tem como contratar pessoal. Então, são solícitos sim, a chefia, mas tem restrição para a contratação de pessoal.</u> 2. <u>Então o problema é pessoal e eu concluo que não tenho um apoio financeiro para a contratação de mais pessoas. Tanto servidor como terceirizado, tanto faz. [...]. Então eu concluo que não tenha um apoio financeiro para a contratação de pessoal.</u> 4. <u>[...] o difícil hoje, é que a própria equipe, [...] é pequena.</u> 4. <u>Então, apesar da instituição investir e ter essa boa vontade, há situações que a própria fragilidade, hoje, principalmente, de recursos humanos profissionais específicos né, em determinadas áreas engessa...</u> 4. <u>[...] tem coisas que vem de cima, tipo assim, [...] cumpra-se! Eu não tenho escolha, você que cuida da documentação institucional, seu setor que tem que fazer isso, eu falo: Então contrata mais arquivista, porque agora não posso nem pensar no técnico mais, que o técnico eu conseguia trocar mais vagas de nível D, o arquivista eu não consigo trocar vagas de nível E assim.</u> 4. <u>[...] a gente ainda não conseguiu finalizar daquele planejamento inicial foi a estruturação de fato oficializada do sistema de arquivos, porque as unidades setoriais eu não consegui oficializar, para</u>	Falta contratação de pessoal (D)	A pior situação é pessoal. Não dá, não consigo..., a equipe é pequena. Então, por mais que tenha apoio e a chefia seja solícita, tem restrição para a contratação de pessoal, tanto servidor como terceirizado, tanto faz. Então, apesar da instituição investir e ter essa boa vontade, há situações que a própria fragilidade, hoje, principalmente, de recursos humanos profissionais específicos né, em determinadas áreas, engessa... Tem coisas que vêm de cima, tipo assim: “Cumpra-se!”. [Então], eu não tenho escolha, você que cuida da documentação institucional, seu setor que tem que fazer isso, eu falo: “Então contrata mais arquivista!”, porque agora não posso nem pensar no técnico mais, que o técnico eu conseguia trocar mais vagas de nível D, o arquivista eu não consigo trocar vagas de nível E. [Outro fato é que] ainda não conseguimos finalizar aquele planejamento inicial [referente] a estruturação de fato oficializada do sistema de arquivos, porque as unidades setoriais eu não consegui oficializar, para eu criar como unidade, em cada unidade estratégica ter unidade de arquivo setorial, eu teria que ter servidor para lotar lá, e não tem. [Sendo assim], eu concluo que não tenha um apoio financeiro para a contratação de pessoal.	

<u>eu criar como unidade, em cada unidade estratégica ter unidade de arquivo setorial, eu teria que ter servidor para lotar lá, e não tem.</u>			
<u>3. Por exemplo, a gente nunca conseguiu colocar portas corta-fogo, a gente não conseguiu colocar... a gente aqui nesse prédio, a gente não tem uma saída de emergência. A gente tem uma escada aqui...</u> <u>3. Os engenheiros vêm aqui e falam, não, não precisa. Só que o que tem no meio é documento, ou seja, altamente inflamável. Então, assim, algumas pessoas percebem, mas a gente às vezes não consegue 100% colocar em prática.</u>	Falta investimento em infraestrutura (E)	A gente nunca conseguiu colocar portas corta-fogo. Nesse prédio, a gente não tem uma saída de emergência. Os engenheiros vêm aqui e falam [que] não precisa. Só que o que tem no meio é documento, ou seja, altamente inflamável. Então, assim, algumas pessoas percebem, mas a gente às vezes, não consegue colocar [as medidas] 100% em prática.	
<u>4. Então assim, é um esforço muito grande, que você planeja num ano, no melhor cenário, você planeja num ano para executar no outro, no melhor cenário, porque agora é assim também, se a demanda surgir no meio de uma situação, se mudar a legislação e te obrigar no meio da situação, às vezes a execução é impossível de ser realizada, entendeu? Se o governo nos obrigar e falar, vocês têm 180 dias, vocês têm 360 dias, para entrar com esse aqui pronto, não dá, se depender de compra, se depender de contratação, o tempo é insuficiente. Compra tem data, contratação é essa novela, que não é tão simples. Se dispensar tudo for emergencial, no melhor cenário é três meses para conseguir contratar, de três a cinco meses, no emergencial!</u> 4.[...] o governo cortou o dinheiro e não tem, como que diz, uma conta específica para aquele recurso, um recurso específico carimbado para uso naquela finalidade que o governo criou, como é que você avança? Não avança. Você fica esperando o que vai sobrar do orçamento, porque você tem que manter a instituição funcionando. O gasto de manutenção é grande, só para manter, e o governo corta justamente primeiro essas contas de custeio, de investimento,	Burocracia e entraves institucionais (F)	O governo cortou o dinheiro e não tem, como que diz, uma conta específica para aquele recurso, um recurso específico carimbado para uso naquela finalidade que o governo criou, como é que você avança? Não avança. Você fica esperando o que vai sobrar do orçamento, porque você tem que manter a instituição funcionando. O gasto de manutenção é grande, só para manter, e o governo corta justamente primeiro essas contas de custeio, de investimento, onde que você vai ter recurso? Não vai ter. Então assim, é lindo a gente planejar, a gente planeja, a gente pensa, hoje, a gente está mais preocupado em garantir os vestígios do que a gente pode fazer e tentar ser sustentável no que a gente controla de ponta a ponta, porque não significa que eu vou resolver o risco, que eu de fato vou conseguir resolver, entende? Às vezes a gente chega com ótima ideia lá, eles me falam: sua ideia é ótima, não dá para ser executada em um cenário de três anos. Em três anos isso aqui já mudou completamente, entendeu? Então, é um	AC: Corte de verba das universidades federais (A)

<u>onde que você vai ter recurso? Não vai ter. Então assim, é lindo a gente planejar, a gente planeja, a gente pensa, hoje, a gente está mais preocupado em garantir os vestígios do que a gente pode fazer e tentar ser sustentável no que a gente controla de ponta a ponta, porque não significa que eu vou resolver o risco, que eu de fato vou conseguir resolver, entende? Às vezes a gente chega com ótima ideia lá, eles me falam: [...], sua ideia é ótima, não dá para ser executada em um cenário de três anos. Em três anos isso aqui já mudou completamente, entendeu?</u>		esforço muito grande, que você planeja num ano, no melhor cenário, para executar no outro, porque agora é assim também, se a demanda surgir no meio de uma situação, se mudar a legislação e te obrigar no meio da situação, às vezes a execução é impossível de ser realizada, entendeu? Se o governo nos obrigar e falar, vocês têm 180 dias, vocês têm 360 dias, para entrar com esse aqui pronto, não dá, se depender de compra, se depender de contratação, o tempo é insuficiente. Compra tem data, contratação é essa novela, que não é tão simples. Se dispensar tudo for emergencial, no melhor cenário é três meses para conseguir contratar, de três a cinco meses, no emergencial!	
<u>4. Olha, faz isso aqui, que não vai resolver não, mas minimiza, é um dos princípios de gestão de risco, a gente está trabalhando. A gente não tá pensando só em mitigar, a maior parte das situações, a gente vai tentar minimizar, controlar, para não piorar, porque no cenário público não tem como, e aí é uma situação que a gente não espera a catástrofe, enquanto a catástrofe não vem, manter o recurso necessário para a estrutura de uma catástrofe é um dos recursos que eles colocam para outra coisa imediata, porque você não tem como prever. Você vai manter um fundo para catástrofe sem saber, se vai ter uma catástrofe, em quanto tempo, porque isso é o difícil de medir no risco. Pode acontecer, mas quando? Em que nível? Como é que eu sei, que de fato aquilo ali vai acontecer? Em quanto tempo? Como é que eu sei que está piorando? A gente monitora a rachadura no chão aqui, quando começa a levantar um pouco mais, a gente pede para vir alguém aqui olhar, está vendo como a rachadura... a gente começou a tirar foto da rachadura pra provar que a rachadura tá</u>	Dificuldades em implantar a GR como um todo (G)		

<u>umentando, entendeu? É um método artesanal, que a gente criou, mas é uma comprovação de que a gente está olhando aquilo ali, e tá tentando documentar aquilo ali, mas não é simples assim algumas situações.</u>			
<u>4. A gente não tá nessa situação ideal de gestão de documentos de arquivo, eu acho que nenhuma IFES está, algumas são mais avançadas que outras, sempre tem mais expertise, já fizeram alguns trabalhos que a gente teria que ter feito há mais tempo até, só que nem tudo espera essa realidade.</u>	Gestão de documentos parcial (H)		
<u>4. Então assim, quando você está gerenciando, você precisa disso, para gerenciar o risco, você precisa saber de elementos que excedem a área arquivística. Nós estamos tendo que estudar sobre incêndio, extintor, como é que é. Nunca pensei que eu fosse ter que estudar isso, seria o mundo ideal se alguém me desse tudo isso pronto.</u>	Relacionamento da arquivística com outras áreas (I)		

DSC 5: Houve uma atenção, um cuidado da administração superior, quando foi criado o arquivo. Houve um investimento muito grande em uma boa estrutura, em um bom mobiliário, tanto que a gente vê vários desses arquivos que a gente tem aqui, que são arquivos caros. Por isso, quando foi proposto um novo espaço, eu achei uma oportunidade muito boa de ter um espaço melhor, um ambiente mais agradável para se trabalhar, tanto para a gente trabalhar quanto para a preservação do material, dos documentos que ficam aqui.

[Levando isso em conta], existe apoio, sim, mas a gente não tem orçamento próprio para o Arquivo Central, uma estrutura financeira própria. Mas o apoio cultural, nós temos sim. O que é solicitado, eles atendem. Em questão de materiais, não há problema, isso tá ok. Quanto à estrutura, em relação ao espaço físico, eu não vou falar que o espaço físico seja ruim, eu acho que se fosse feito um trabalho mais com o pessoal, acho que talvez o espaço até daria. Então, o espaço físico, acho que está ok. Hoje a gente

tem um reconhecimento maior das nossas necessidades que eu acho que nessa década lá atrás a gente não tinha. A gente está vivendo um momento com a administração, [em que] o diálogo melhorou muito, a percepção da administração sobre a nossa realidade melhorou muito. Mas eu não sei se essa parte dos trâmites, das coisas saírem do papel e se transformarem na realidade, aqui é muito insipiente ainda, ainda está muito fora do que seria ideal.

Na última década, as coisas têm sido muito complicadas para as universidades, a gente não teve investimento porque a universidade passou por momentos muito difíceis. Quando se fala em orçamento, a coisa complica muito. Então, quando se fala em investimentos, arquivo já não é prioridade, imagina num cenário de crise. Então assim, a gente tem passado por... a gente, enquanto universidade, tem passado por uma crise muito forte nessa última década. A gente foi muito afetado pelos cortes de verbas, e isso é inegável. A gente está ainda nessa luta para ter recurso, estamos sofrendo a falta de aportes financeiros para a execução das nossas necessidades. Eles sabem da necessidade que a gente leva de infraestrutura e de tudo, é reconhecida. [Mas, quando] o governo corta o dinheiro e não tem, como que diz, uma conta específica para aquele recurso, um recurso específico carimbado para uso naquela finalidade que o governo criou, como é que você avança? Não avança. Você fica esperando o que vai sobrar do orçamento, porque você tem que manter a instituição funcionando. O gasto de manutenção é grande, só para manter, e o governo corta justamente primeiro essas contas de custeio, de investimento, onde que você vai ter recurso? Não vai ter. Então assim, é lindo a gente planejar, a gente planeja, a gente pensa, mas no melhor cenário, é um esforço muito grande. Você planeja num ano para executar no outro, porque agora é assim também.

A pior situação é pessoal. Não dá, não consigo..., a equipe é pequena. Então, por mais que tenha apoio e a chefia seja solícita, tem restrição para a contratação de pessoal, tanto servidor como terceirizado, tanto faz. Apesar da instituição investir e ter essa boa vontade, há situações que a própria fragilidade, hoje, principalmente, de recursos humanos profissionais específicos, em determinadas áreas, engessa. Tem coisas que vêm de cima, tipo assim: “Cumpra-se!”. [Então], eu não tenho escolha, você que cuida da documentação institucional, seu setor que tem que fazer isso, eu falo: “Então contrata mais arquivista!”, porque agora não posso nem pensar no técnico mais, que o técnico eu conseguia trocar mais vagas de nível D, o arquivista eu não consigo trocar

vagas de nível E. [Outro fato é que] ainda não conseguimos finalizar aquele planejamento inicial [referente] à estruturação de fato oficializada do sistema de arquivos, porque as unidades setoriais eu não consegui oficializar, para eu criar como unidade, em cada unidade estratégica ter unidade de arquivo setorial, eu teria que ter servidor para lotar lá, e não tem. [Sendo assim], eu concluo que não tenha um apoio financeiro para a contratação de pessoal.

[Além disso], a gente nunca conseguiu colocar portas corta-fogo. Nesse prédio, a gente não tem uma saída de emergência. Os engenheiros vêm aqui e falam que não precisa. Só que o que tem no meio é documento, ou seja, altamente inflamável. Então, algumas pessoas percebem, mas a gente, às vezes, não consegue colocar [as medidas] 100% em prática. Enquanto a catástrofe não vem, manter o recurso necessário para a estrutura de uma catástrofe é um dos recursos que eles colocam para outra coisa imediata, porque você não tem como prever. Você vai manter um fundo para catástrofe sem saber se vai ter uma catástrofe, em quanto tempo? Porque isso é o difícil de medir no risco. Pode acontecer, mas quando? Em que nível? Como é que eu sei que de fato aquilo ali vai acontecer? Em quanto tempo? Como é que eu sei que está piorando?

A gente monitora a rachadura no chão aqui, quando começa a levantar um pouco mais, a gente pede para vir alguém aqui olhar. A gente começou a tirar foto da rachadura pra provar que a rachadura tá aumentando, entendeu? É um método artesanal, que a gente criou, mas é uma comprovação de que a gente está olhando aquilo ali e tá tentando documentar aquilo ali, mas não é simples assim algumas situações. Então assim, quando você está gerenciando, você precisa disso, para gerenciar o risco, você precisa saber de elementos que excedem a área arquivística. Nós estamos tendo que estudar sobre incêndio, extintor, como é que é. Nunca pensei que eu fosse ter que estudar isso, seria o mundo ideal se alguém me desse tudo isso pronto.

6. E a relação com o grande público, como se dá? Existem atividades de aproximação do arquivo com os pesquisadores e a comunidade em geral?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. <u>Não, não. Até então nós nunca desenvolvemos nenhum programa ou atividade, que seja de</u>	Não há atividades de difusão (A)	Não, não. Até então, nós nunca desenvolvemos nenhum programa ou	

<u>divulgação, que seja para atender o grande público. A gente atende estritamente o público interno da instituição.</u> <u>4. A gente não tem ainda uma ação de difusão sem necessidade, de alguém vir gerar uma demanda, exposição, nada assim...</u>		atividade, seja de divulgação, seja para atender o grande público. A gente atende estritamente o público interno da instituição. A gente não tem ainda uma ação de difusão sem que haja necessidade, [sem que] alguém venha gerar uma demanda. Exposição, nada assim.	
<u>1. A gente começou, [...], a desenvolver um trabalho de avaliação do conteúdo do nosso acervo documental, onde a gente pretende começar a criar instrumentos, guias, catálogos pra divulgação, e a gente vai também já separar o acervo documental de guarda permanente, de conteúdo histórico pra começar a pensar em alguma... em algum trabalho, em alguma proposta aí de divulgação, de disseminação dessa informação.</u> <u>2. Não ocorre descrição e difusão aqui, sem chance.</u> <u>2. O arquivo não consegue disponibilizar, não consegue tratar do acervo, muito menos descrever e fazer a difusão... não tem o hábito não.</u> <u>2. O arquivo não disponibiliza nenhum serviço... Não faz exposição, sem chance. Mal atende o SEI... e a demanda... atendimento ao público não sobra tempo.</u> <u>4. Então assim, a gente vai trabalhar isso, mas daqui para frente, porque primeiro a gente quer finalizar essa parte normativa, para a gente também ter uma segurança em algumas ações, dessas de difusão.</u>	Planejamento futuro de ações de difusão (B)	A gente começou a desenvolver um trabalho de avaliação do conteúdo do nosso acervo documental, onde a gente pretende criar instrumentos, guias, catálogos pra divulgação. E a gente vai também já separar o acervo documental de guarda permanente, de conteúdo histórico, pra começar a pensar em alguma proposta de divulgação, de disseminação dessa informação. [Mas], não ocorre descrição e difusão aqui, sem chance. O arquivo não consegue disponibilizar, não consegue tratar do acervo, muito menos descrever e fazer a difusão... não tem o hábito, não. Não disponibiliza nenhum serviço, não faz exposição, sem chance. Mal atende o SEI e as demandas... o atendimento ao público não sobra tempo. [Então assim], a gente vai trabalhar isso, mas daqui para frente, porque primeiro a gente quer finalizar essa parte normativa, pra também ter uma segurança em algumas ações dessas de difusão.	
<u>2. Existe sim, mas é pontual. [...] Mas é por demanda. [...] Existe aproximação, mas por demanda.</u> <u>4. Então, a gente trabalha isso por demanda, então os pesquisadores vêm aqui, ele é atendido e acompanhado. A gente oferece esse serviço também</u>	Aproximação com o público por demanda (C)	Existe sim, mas é pontual. [Quer dizer], é por demanda. Existe aproximação, mas por demanda. Então, a gente trabalha isso [assim], por demanda: os pesquisadores vêm aqui, são atendidos e acompanhados. A gente oferece esse serviço também a	

<u>a partir de cadastro pela internet, você pode preencher o formulário e dizer o que você precisa de pesquisa, a gente dá um prazo dependendo do tipo de pesquisa, a gente responde eletronicamente, se for um documento, por exemplo, que não tem restrição de acesso, a gente oferece digitalização, encaminha esses documentos digitalizados para o solicitante, [...].</u>		partir de um cadastro pela internet. Você pode preencher o formulário, dizer o que precisa de pesquisa, e a gente dá um prazo dependendo do tipo de pesquisa. A gente responde eletronicamente e, se for um documento que não tem restrição de acesso, a gente oferece digitalização e encaminha os documentos digitalizados para o solicitante.	
3. <u>Essa é a parte boa! É só coisa linda!</u> 3. [...] <u>o diálogo melhorou muito, as pessoas, a administração hoje reconhece, e eu acho que isso se dá muito em relação ao nosso trabalho de divulgação, de difusão cultural, de divulgação do acervo, de divulgar o que temos aqui, o que podemos oferecer para a sociedade, porque cada vez mais eu sinto assim, em relação à sociedade, à cidade aqui, eu sinto que nós estamos conquistando um espaço.</u> 3. [...] <u>em termos de mídia, de jornais locais, dos posts, de redes sociais, do tanto que nós somos demandados em redes sociais, da forma com que os nossos pesquisadores chegam até nós e saem daqui satisfeitos e recomendando, nós temos pesquisadores até de outros países atualmente. Então, é um trabalho que tem sido muito gratificante nesse ponto.</u>	Arquivo tem visibilidade a partir da difusão (D)	Essa é a parte boa! É só coisa linda! O diálogo melhorou muito, a administração hoje reconhece o [nosso trabalho], e eu acho que isso se dá muito em relação à nossa divulgação, à difusão cultural, à divulgação do acervo, de mostrar o que temos aqui e o que podemos oferecer para a sociedade. Cada vez mais, eu sinto que estamos conquistando um espaço na sociedade, na cidade aqui. [E também], em termos de mídia, de jornais locais, dos posts, de redes sociais, do tanto que somos demandados em redes sociais, da forma com que os pesquisadores chegam até nós e saem satisfeitos, recomendando. Nós temos até pesquisadores de outros países atualmente. Então, é um trabalho que tem sido muito gratificante nesse ponto.	
3. <u>Esse público externo, que é o público do arquivo permanente, nossos feedbacks assim... são os melhores. É muito legal. Pouquíssimas pessoas saem daqui chateadas, porque às vezes saem sem a resposta, porque nem tudo o que eles querem vai ter, mas saem entendendo o porquê de uma negativa, o porquê de não ter, a gente tenta ajudar onde vai achar. Então, assim, os feedbacks são os melhores.</u>	Satisfação do público externo (E)	Esse público externo, que é o público do arquivo permanente, é o nosso xodó, né? [E olha], os feedbacks são os melhores! É muito legal. Pouquíssimas pessoas saem daqui chateadas, porque às vezes saem sem a resposta, porque nem tudo o que eles querem vai ter, mas saem entendendo o porquê de uma negativa, o porquê de não ter. A gente tenta ajudar, indicando onde	

3. [...] <u>e o externo realmente sempre foi o nosso xodó, né? O externo é muito legal!</u>		pode achar. Então, os feedbacks realmente são os melhores!	
3. <i>E na universidade, na parte do arquivo da gestão, que o público é diferente, né? O público-alvo é o público interno, eu acho que também a gente deu um salto muito grande. Eu acho que antes a gente era visto assim: "Pô, lá vem aquele pessoal do arquivo encher o saco". Hoje, eles já entendem a necessidade do pessoal do arquivo estar por perto e eles já nos chamam. Então, nós conseguimos fazer uma mudança, [...] a gente conseguiu dar um startzinho diferente e muitos setores hoje nos ligam, nos procuram, não é a gente, [...] eles já nos têm como referência. Então, esse trabalho também com o público da gestão, eu tenho sentido que ele deu um salto, né, e essa parte do público do permanente sempre foi, né, nosso gás, entendeu? Sempre foi nosso gás, muito legal. [...] tem sido fantástico. É, nos deu uma mudança na visibilidade do arquivo. [...] Hoje já ligam para a gente, hoje já nos colocam como referência. E isso eu acho que já é um ganho também. E para todos os lados, [...]. É muito bacana, acho que a gente teve esse ganho no público interno, que era preciso, a gente tinha que fazer isso...</i>	Aproximação com o público interno (F)		
4. <u>Hoje a gente só oferece treinamento, preparação de treinamento de equipes. [...], mas a gente está vendo se consegue trazer, fazer tipo um evento para capacitar arquivistas ou gestores de arquivos municipais, estaduais, num evento único para operações técnicas, [...].</u>	Treinamento de equipes (G)		
5. <u>Sim, nós temos um projeto de extensão, uma agenda cultural atualmente em voga, [...].</u>	Existem atividades de difusão (H)		
5. <u>Então, é uma forma de a gente estar junto aos usuários externos e trazê-los para dentro, de certa forma. Então, o Arquivo Central tem uma cultura de</u>	Integração acadêmica (I)	Então, o Arquivo Central tem uma cultura de projetos, sempre está com projeto de extensão ou projeto cultural, e agora	

<u>projetos, sempre está com projeto de extensão ou projeto cultural, e agora nós estamos também em um projeto interinstitucional, também participando, e é uma forma né... Além dos próprios eventos, que a gente também promove, através ou não desses projetos, porque aí independe.</u> 5. [...] <u>o espaço também serve para a escola de Arquivologia, [...], os alunos vêm para cá para práticas de arquivo, que é uma transição também. [...] o Arquivo Central, [...], também servia de espaço, agora é melhorado por causa da estrutura que nós temos agora no Arquivo Central em si [...].</u>		também estamos participando de um projeto interinstitucional. [E], além disso, promovemos eventos, que podem estar relacionados ou não a esses projetos, porque aí independe. [Além disso], o espaço também serve para a escola de Arquivologia, [aonde] os alunos vêm para práticas de arquivo, o que é uma transição também. [E] agora, com a estrutura que temos no Arquivo Central, isso foi melhorado. É uma forma de estarmos junto aos usuários externos e trazê-los para dentro, de certa forma.	
---	--	---	--

DSC 6.1: Não, não. Até então, nós nunca desenvolvemos nenhum programa ou atividade de divulgação para o grande público. A gente atende estritamente o público interno da instituição. Não ocorre descrição ou difusão aqui, sem chance. O arquivo não consegue disponibilizar, não consegue tratar do acervo, muito menos descrever ou fazer a difusão. Não tem o hábito, não faz exposição, sem chance. Mal sobra tempo para atender o SEI e as demandas internas. [Então] não tem ainda uma ação de difusão sem que haja necessidade, [sem que] alguém gere uma demanda, [ou seja], existe aproximação, mas por demanda, [de maneira] pontual. Então, a gente trabalha isso [assim]: os pesquisadores vêm aqui, são atendidos e acompanhados. A gente oferece esse serviço também a partir de um cadastro pela internet. Você pode preencher o formulário, dizer o que precisa de pesquisa, e a gente dá um prazo dependendo do tipo de pesquisa. A gente responde eletronicamente e, se for um documento que não tem restrição de acesso, a gente oferece digitalização e encaminha os documentos digitalizados para o solicitante.

A gente começou a desenvolver um trabalho de avaliação do conteúdo do nosso acervo documental, onde a gente pretende criar instrumentos, guias, catálogos pra divulgação. E a gente vai também já separar o acervo documental de guarda permanente, de conteúdo histórico, pra começar a pensar em alguma proposta de divulgação, de disseminação dessa informação. A gente está vendo [também], se consegue oferecer treinamento, preparação de treinamento de equipes, fazer tipo um evento para capacitar

arquivistas ou gestores de arquivos municipais, estaduais, num evento único para operações técnicas. Vamos trabalhar nisso daqui para frente, porque primeiro precisa finalizar essa parte normativa, pra ter segurança em ações de difusão.

DSC 6.2: *Essa é a parte boa! É só coisa linda! O diálogo melhorou muito, a administração hoje reconhece o [nosso trabalho], e eu acho que isso se dá muito em relação à nossa divulgação, à difusão cultural, à divulgação do acervo, de mostrar o que temos aqui e o que podemos oferecer para a sociedade. Cada vez mais, eu sinto que estamos conquistando um espaço na sociedade, na cidade aqui. [E também], em termos de mídia, de jornais locais, dos posts, de redes sociais, do tanto que somos demandados em redes sociais, da forma com que os pesquisadores chegam até nós e saem satisfeitos, recomendando. Nós temos até pesquisadores de outros países atualmente. Então, é um trabalho que tem sido muito gratificante nesse ponto.*

Esse público externo, que é o público do arquivo permanente, é o nosso xodó, né? [E olha], os feedbacks são os melhores! É muito legal. Pouquíssimas pessoas saem daqui chateadas, porque às vezes saem sem a resposta, porque nem tudo o que eles querem vai ter, mas saem entendendo o porquê de uma negativa, o porquê de não ter. A gente tenta ajudar, indicando onde pode achar. Então, os feedbacks realmente são os melhores!

E na universidade, na parte do arquivo da gestão, que o público é diferente, né? O público-alvo é o público interno, eu acho que também a gente deu um salto muito grande. Eu acho que antes a gente era visto assim: “Pô, lá vem aquele pessoal do arquivo encher o saco”. Hoje, eles já entendem a necessidade do pessoal do arquivo estar por perto e eles já nos chamam. Então, nós conseguimos fazer uma mudança, a gente conseguiu dar um startzinho diferente e muitos setores hoje nos ligam, nos procuram, não é a gente, eles já nos têm como referência. Então, esse trabalho também com o público da gestão, eu tenho sentido que ele deu um salto, né, e essa parte do público do permanente sempre foi, né, nosso gás, entendeu? Sempre foi nosso gás, muito legal, tem sido fantástico. É, nos deu uma mudança na visibilidade do arquivo. Hoje já ligam para a gente, hoje já nos colocam como referência. E isso eu acho que já é um ganho também. E para todos os lados. É muito bacana, acho que a gente teve esse ganho no público interno, que era preciso, a gente tinha que fazer isso...

[Outro ponto], nós temos projetos de extensão, uma agenda cultural em voga, estamos participando também de um projeto interinstitucional. Então, o Arquivo Central tem uma cultura de projetos, sempre está com projeto de extensão ou projeto cultural. Além disso, promovemos eventos que podem estar ou não relacionados a esses projetos, porque aí independe. É uma forma de estarmos junto aos usuários externos e trazê-los para dentro, de certa forma. [Além disso], com a estrutura que temos agora no Arquivo Central, o espaço também serve para a escola de Arquivologia, aonde os alunos vêm para práticas de arquivo, o que representa uma transição que foi melhorada.

7. Qual a sua visão sobre a necessidade de construção de uma cultura de prevenção de riscos dentro do setor em que você trabalha?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
1. [...] <u>eu acredito que é fundamental.</u> 1. <u>A gente percebe um cuidado e uma dedicação com essa equipe.</u>	Evolução da preocupação com a GR (A)	<i>Eu acredito que é fundamental. A gente percebe um cuidado e uma dedicação com essa equipe.</i>	
1. [...] <u>eu acredito que é uma cultura que está começando a aparecer, o pessoal está começando a tomar a ciência da importância. Eu acho que sim.</u> 1. <u>Não era uma demagogia, eles realmente tinham esse cuidado, essa atenção ali no setor e pensando em toda a instituição. Embora, é claro que é uma questão muito cultural também, que não é simples de ser trabalhado, implantado e leva tempo. Aconteceu recente isso, numa fundação vinculada à [universidade], uma fundação privada, que eles têm um legado documental gigante. E é uma massa documental acumulada, um negócio assustador, o que eu vi lá. Então eles começaram, olha o que nós vamos fazer com isso e tal, vamos digitalizar e eles me chamaram para uma reunião para orientar e conversar e tal. Aí eu questionei isso. Falei várias</u>	GR envolve questões culturais, demoradas (B)	<i>Eu acredito que é uma cultura que está começando a aparecer, o pessoal está começando a tomar ciência da importância. Eu acho que sim. Não era uma demagogia, eles realmente tinham esse cuidado, essa atenção ali no setor e pensando em toda a instituição. Embora, é claro, seja uma questão muito cultural, que não é simples de ser trabalhada, implantada, e leva tempo. Recentemente, isso aconteceu numa fundação vinculada à universidade, uma fundação privada, que possui um legado documental gigante, uma massa documental acumulada, um negócio assustador o que eu vi lá. [Então] eles começaram: "Olha, o que nós vamos fazer com isso? Vamos digitalizar." E, eles me</i>	Digitalização vista como solução "mágica" (A)

questões, vários critérios técnicos que demandam esse processo, mas aí, agora vocês têm que pensar em um sistema também, um sistema para guarda desse material, nós pensamos em deixar no HD externo. (risos)! Pode ser isso aí? Um HD externo de uma hora para outra pifa! Ah, mas tem backup. Pifa também! Enfim, coisas básicas, né? Mas enfim...		chamaram para uma reunião, para orientar e conversar e tal. Aí eu questioneei, falei várias questões, vários critérios técnicos que demandam esse processo. [E falei]: "Agora vocês têm que pensar em um sistema também, um sistema para guarda desse material." [Eles responderam]: "Nós pensamos em deixar no HD externo." (risos). Pode ser isso aí? Um HD externo, de uma hora para outra, pifa! "Ah, mas tem backup." Pifa também! Enfim, coisas básicas, né? Mas enfim...	
2. <u>Eu acho que, antes da gestão de risco, eu acho que só pode fazer gestão de risco se tiver mapeado os processos né...</u> 2. <u>Depois do mapeamento, que eu acho que sem mapeamento não tem como fazer gestão de risco, eu acho fundamental a gestão de risco até porque, quando foi feita a gestão de risco aqui, foram utilizados os mapas.</u>	Mapeamento de processos como pilar (C)	Eu acho que, antes da gestão de risco, só pode fazer gestão de risco se tiver mapeado os processos, né? Depois do mapeamento, que sem ele não tem como fazer gestão de risco, eu acho fundamental a gestão de risco. Até porque, quando foi feita a gestão de risco aqui, foram utilizados os mapas.	
2. <u>Então, eu acho fundamental, novamente, para não perder a memória, também não perder documentos que dão direitos aos funcionários, que têm insalubridade, hora extra. Então, eu acho fundamental para não perder a memória e os direitos.</u> 4. <u>É super necessário, [...].</u>	GR como fundamental (D)	Então, eu acho fundamental, super necessário para não perder a memória e os direitos. Não perder documentos que dão direitos aos funcionários, que têm insalubridade, hora extra.	
2. <u>Eu acho que não tem nenhuma cultura de gestão de risco, não existe isso. Eu acho que existe depois que acontece o problema, vem fechar a porta. Depois que o ladrão vem, fecha a porta. Eu acho que não tem uma cultura de gestão de risco.</u> 4. <u>[...] uma coisa que a gente nunca teve, nunca teve, na verdade à administração pública, de modo geral,</u>	Não existe cultura de GR (E)	Eu acho que não tem nenhuma cultura de gestão de risco, não existe isso, uma coisa que a gente nunca teve, nunca teve, na verdade à administração pública, de modo geral. Eu acho que existe depois que acontece o problema, vem fechar a porta. Depois que o ladrão vem, fecha a porta.	Cultura baseada em respostas a crises, sem abordagem preventiva (B)

[...].			
2. <u>Fizeram (o PGR) porque é o atendimento de uma legislação. Isso aí é... O inferno é cheio de boas intenções né. Não adianta nada. Palhaçada. Então, eu acho que não tem uma gestão de risco, a gestão de risco é mais normativa e por fim, você pôs gestão de risco... Se não tem gestão de risco para serviço de incêndio, imagina para o arquivo. Então eu acho que não tem.</u>	Arquivo é subvalorizado (F)		
3. <u>A cultura de prevenção de riscos dentro do setor, eu acho que ela é muito bem definida, principalmente pra quem trabalha aqui no prédio.</u> 3. <u>Então a gente já tem aqui uma cultura de todo mundo aqui falar, ó, vimos isso, a janela não abre, o vidro tá rachando, aquelas mínimas coisas, aqui todo mundo já toma conta, entendeu? Eu vi que está tendo um vazamento de uma gotinha ali, então tem que pedir manutenção. [...], o tempo todo a gente está de olho. A equipe, nesse ponto, é muito aliada. [...] a equipe toda é afinadíssima. [...] a equipe tá atenta, a equipe faz registros fotográficos, a gente faz tudo por e-mail, registra tudo. Aconteceu isso, isso e isso. Registro por e-mail.</u>	Cultura de vigilância proativa e colaborativa (G)	A cultura de prevenção de riscos dentro do setor, eu acho que é muito bem definida, principalmente pra quem trabalha aqui no prédio. A gente já tem uma cultura em que todo mundo fala: "Ó, vimos isso, a janela não abre, o vidro tá rachando." Aquelas mínimas coisas, aqui todo mundo já toma conta, entendeu? Eu vi que está tendo um vazamento de uma gotinha ali, então tem que pedir manutenção. O tempo todo a gente está de olho. A equipe, nesse ponto, é muito aliada, afinadíssima, atenta. A equipe faz registros fotográficos, registra tudo por e-mail: "Aconteceu isso, isso e isso."	
5. <u>No setor, nós temos a conscientização das pessoas no setor. O que a gente está buscando é de maneira generalizada na universidade né... O setor já tem essa consciência porque as pessoas são do âmbito, todo mundo trabalha com a documentação de alguma forma. Já com relação aos outros setores a gente tem que amplificar a necessidade. Assim, o trabalho de gestão e preservação de documentos é um trabalho constante.</u>	Conscientização diferenciada entre a equipe do arquivo e a universidade como um todo (H)		
5. <u>Você faz [...] cursos de capacitação internas e externas, mas com a intenção, claro, de estar sempre</u>	Capacitação como ferramenta de	Você faz cursos de capacitação, [tanto] internos [quanto] externos, mas com a	

<u>atendendo o público interno. A gente pretende não só conscientizar constantemente, porque acaba a pessoa, ah, fiz isso uma vez, aí ela acha que é uma vez só...</u> <u>5. O que a gente tá sempre, e isso é constante, isso vai ser feito em qualquer instituição, é justamente estar sempre levantando as questões de gestão e preservação de documentos, e agora a LGPD também, sem esquecer da LAI, que a gente também tenta conscientizar que a transparência é necessária, há uns limites aí entre a privacidade e a transparência dos nossos atos.</u>	conscientização (I)	<i>intenção, claro, de estar sempre atendendo o público interno. A gente pretende conscientizar constantemente, porque acaba [que] a pessoa acha: "ah, fiz isso uma vez, é uma vez só..." [Então], o que a gente faz sempre, e isso é constante, em qualquer instituição, é justamente estar sempre levantando as questões de gestão e preservação de documentos. E agora a LGPD também, sem esquecer da LAI, que a gente também tenta conscientizar que a transparência é necessária, [mas] há uns limites aí entre a privacidade e a transparência dos nossos atos.</i>	
---	---------------------	--	--

DSC 7. 1: *Eu acredito que é fundamental, super necessário para não perder a memória e os direitos. Não perder documentos que dão direitos aos funcionários, que têm insalubridade, hora extra. [No entanto], a gestão de risco só pode funcionar se tiver mapeado os processos, sem isso, não tem como fazer. Até porque, quando foi feita a gestão de risco aqui, foram utilizados os mapas. No setor, nós temos a conscientização das pessoas no setor. Dentro do setor, eu acho que é muito bem definida, principalmente pra quem trabalha aqui no prédio. A gente já tem uma cultura em que todo mundo fala: "Ó, vimos isso, a janela não abre, o vidro tá rachando." Aquelas mínimas coisas, aqui todo mundo já toma conta, entendeu? Eu vi que está tendo um vazamento de uma gotinha ali, então tem que pedir manutenção. O tempo todo a gente está de olho. A equipe, nesse ponto, é muito aliada, afinadíssima, atenta. A equipe faz registros fotográficos, registra tudo por e-mail: "Aconteceu isso, isso e isso."*

O que a gente está buscando é de maneira generalizada, na universidade né... O setor já tem essa consciência porque as pessoas são do âmbito, todo mundo trabalha com a documentação de alguma forma. Já com relação aos outros setores a gente tem que amplificar a necessidade. [Mas] acredito que é uma cultura que está começando a aparecer. O pessoal está começando a tomar ciência da importância [disso]. Não é uma demagogia, eles realmente têm esse cuidado, essa atenção ali no setor, pensando em toda a instituição. Embora, é claro, que é uma questão muito cultural, que não é simples de ser trabalhada, implantada, e leva

tempo. Recentemente, isso aconteceu numa fundação vinculada à universidade, uma fundação privada, que possui um legado documental gigante, uma massa documental acumulada, um negócio assustador o que eu vi lá. [Então] eles começaram: “Olha, o que nós vamos fazer com isso? Vamos digitalizar.” E eles me chamaram para uma reunião, para orientar e conversar e tal. Falei várias questões, vários critérios técnicos que demandam esse processo. Aí, eu questionei: “Agora vocês têm que pensar em um sistema também, um sistema para guarda desse material.” [E eles responderam]: “Nós pensamos em deixar no HD externo.” “Pode ser isso aí?” Um HD externo de uma hora para outra pifa! “Ah, mas tem backup.” Pifa também! Enfim, coisas básicas, né?

DSC 7. 2: *Eu acho que não tem nenhuma cultura de gestão de risco, não existe isso. É uma coisa que a gente nunca teve, na verdade, na administração pública, de modo geral. Eu acho que existe depois que acontece o problema, vem fechar a porta. Depois que o ladrão vem, fecha a porta. Fizeram (o PGR) porque é o atendimento de uma legislação. Isso aí é... O inferno é cheio de boas intenções, né. Não adianta nada. Palhaçada. Então, eu acho que não tem uma gestão de risco, a gestão de risco é mais normativa. Se não tem gestão de risco para serviço de incêndio, imagina para o arquivo! Então, eu acho que não tem.*

8. Se porventura um sinistro vier acontecer, a equipe sabe quais as atitudes devem ser tomadas? Você poderia falar sobre isso?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
<u>1. A gente não tem isso documentado, um protocolo.</u> <u>2. Não tem um plano aqui, [...] Se começar aqui um problema de água ou fogo, não tem um plano de qual documento que eu tiro primeiro. Não tem. Eu acho isso fundamental.</u> <u>2. Então não tem um plano, não existe um plano para qual obra que tira o primeiro. Qual documento que tira primeiro. Não existe ainda.</u>	Ausência de procedimentos documentados (A)	<i>A gente não tem isso documentado, um protocolo. Não tem um plano aqui. Se começar um problema, [como] água ou fogo, não tem um plano de qual documento eu tiro primeiro. Não tem. Eu acho isso fundamental. Então, não existe ainda um plano para [decidir] qual obra ou qual documento tirar primeiro.</i>	

3. [...] se for alguma coisa relativa a acervo, a primeira pessoa a ser acionada é a restauradora, [...]. Aí ela vem e ela passa pra gente o que precisa, o que deve ser feito, e aí mutirão a gente já está acostumado a fazer pra tudo. Então faz mutirão.	Seguir as instruções de especialista (B)		
3. Em relação ao prédio, é registro e aí solicitação de requisições para a infraestrutura da universidade vir fazer os trabalhos.	Registro e requisição para infraestrutura da universidade (C)		
3. Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. 3. Então, enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente!	Equipe proativa (D)	Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. Então, enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente!	
3. Então, assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento. A gente não tem um preparo feito por um setor de segurança do trabalho. Não tem. Mas, mais ou menos, de certa forma, todo mundo sabe como socorrer. A gente tem instinto materno! (risos)! É, é muito amor a causa! 3. Então, assim, é, mas é muito amador, é extremamente amador. 4. [...] não temos uma preparação.	Não há treinamento (E)	Então, assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento, uma preparação feita por um setor de segurança do trabalho. Não tem. Mas, de certa forma, mais ou menos, todo mundo sabe como socorrer. A gente tem instinto materno! (risos). É muito amor à causa! Mas é muito amador, é extremamente amador.	AC: Ética deontológica e afetiva (A)
4. Depende do sinistro, se for com água, mandamos bem, agora se for com fogo, ainda não!	Preparação limitada (F)		
4. [...] a gente vai tentar com os protocolos, solicitar aos bombeiros que deem o treinamento, formalizar isso institucionalmente aqui, dizer quem são as pessoas que vão num sinistro desse, mas hoje, se	Necessidade de capacitação (G)		

<u>acontecer, quem for mais rápido sai primeiro!</u>			
<u>4. Se for de roubo, a gente nunca teve, espero que assim que instalar as fechaduras eletrônicas e biométricas não tenhamos mais esse risco. Assim como as botoeiras, a parte do porteiro eletrônico.</u>	Aquisição de materiais para segurança (H)		
<u>5. Na verdade, a primeira coisa que tem que fazer é verificar a situação da pessoa humana, na primeira situação.</u> <u>5. Se acontecer um incidente dessa mesma ocorrência, primeira coisa, resguardar a vida humana.</u>	Prioridade é a vida humana (I)	Na verdade, se acontecer um incidente, a primeira coisa que tem que fazer é resguardar a vida humana.	
<u>5. E temos estudos, eu estava até conversando, de planos nesse sentido também. [...] Um documento próprio nosso, está em elaboração.</u>	Procedimentos documentados em andamento (J)		

DSC 8: *Depende do sinistro, se for com água, mandamos bem, agora se for com fogo, ainda não! A gente não tem isso documentado, um protocolo. Não tem um plano aqui. Temos estudos [e] está em elaboração, um documento próprio nosso. [Mas], se começar um problema, [como] água ou fogo, não tem um plano de qual documento eu tiro primeiro. Não tem. Eu acho isso fundamental. Então, não existe ainda um plano para decidir qual obra ou qual documento tirar primeiro. [Na verdade], se alguma coisa [acontecer] relativa ao acervo, a primeira pessoa a ser acionada é a restauradora. Aí ela vem e passa pra gente o que precisa, o que deve ser feito, e aí mutirão a gente já está acostumado a fazer pra tudo. Acho que hoje em dia já é até meio assim, quando chove a gente começa a andar pelo prédio, a gente para o que a gente está fazendo quando a chuva é muito forte, e a gente mesmo já vai procurando para ver se tem alguma coisa errada. Enquanto a gente solicita deslocamento, todo mundo já correu, cada um já está fazendo alguma coisa, amadoristicamente! Então assim, de certa forma, a gente não tem um treinamento, [nem] uma preparação feita por um setor de segurança do trabalho. Não tem. A gente tem instinto materno! (risos). É muito amor à causa! Mas é muito amador, é extremamente amador.*

A gente vai tentar com os protocolos, solicitar aos bombeiros que deem o treinamento, formalizar isso institucionalmente aqui, dizer quem são as pessoas [responsáveis em situações de] sinistro. Mas, hoje, se acontecer, quem for mais rápido sai primeiro! Na verdade, se acontecer um incidente, a primeira coisa que tem que fazer é resguardar a vida humana. Se for de roubo, a gente nunca teve, espero que assim que instalar as fechaduras eletrônicas e biométricas não tenhamos mais esse risco. Assim como as botoeiras, a parte do porteiro eletrônico. Em relação ao prédio, é registro e aí solicitação de aquisições para a infraestrutura da universidade vir fazer os trabalhos. [Então assim], de certa forma, mais ou menos, todo mundo sabe como socorrer.

9. Você percebe relevância social nos arquivos? Poderia falar sobre isso?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
<u>1. Sim, sim! Nós temos muitos documentos que trazem toda a história dessa instituição. E aí é um legado de trabalho, de constituição, de contribuição. Então tem uma importância, tanto para a instituição quanto para a sociedade, enorme.</u> <u>3. É, aqui nós temos, assim, o arquivo, sobretudo aqui no arquivo permanente, né, em relação à sociedade de [...] e região, além de ter uma situação histórica e muito latente nos nossos vários acervos. [...]. É um acervo que é mais demandado, tem gente que procura questão de demarcação de terras, outras pessoas que são mais pesquisadores, outras pessoas procuram por questão de... Dupla cidadania, inventários... Inventários... Para além disso, nós temos acervos, por exemplo, de companhias industriais extintas, [...] que foram de grande importância aqui na economia, no local. Então, assim, tem esses acervos e no nosso institucional nós temos ali documentos desde os primórdios da universidade. Então, por exemplo, a planta do campus, a planta hidráulica, não sei como chama isso, mas por exemplo, a planta de bacias hidrográficas do campus.</u>	Reconhece relevância social dos arquivos (A)	<i>Sim, sim! Com certeza! Nós temos muitos documentos que trazem toda a história dessa instituição. É um legado de trabalho, de constituição, de contribuição. Então, tem uma importância enorme, tanto para a instituição quanto para a sociedade.</i> <i>Nós temos, sobretudo no arquivo permanente, vários acervos em relação à sociedade [local] e regional, [com] uma situação histórica muito latente. [Temos] acervos que são mais demandados, tem gente que procura [por] questão de demarcação de terras, outras pessoas procuram por questão de... Dupla cidadania, inventários... Para além disso, nós temos acervos, por exemplo, de companhias industriais extintas, que foram de grande importância aqui na economia local. Então, assim, tem esses acervos e no nosso institucional nós temos ali documentos desde os primórdios da universidade. Então, por exemplo, a planta do campus, a planta hidráulica, não sei como chama isso, mas</i>	

<u>Documentos de doação, como foi a aquisição dos terrenos para que aquilo ali virasse um campus. Então, nós temos algumas documentações, alguns documentos que são de forte relevância para a sociedade.</u> <u>4. Com certeza, com certeza é uma relevância social que não está sendo explorada.</u> <u>5. Sim, nós temos várias pesquisas de incentivo aqui, de memória, nós temos também vários profissionais do arquivo que fazem seus doutorados e mestrados com essa perspectiva de memória, de... de pesquisa social mesmo, de dar ao cidadão o seu direito. Que o arquivo seria esse amplo local em que as pessoas, o cidadão, independente se ele for interno ou externo, possa ter a segurança de ter informações sobre si mesmo, de alguma forma. Então, acho que o apelo do arquivo é dar a eles as condições de memória, direitos, deveres a todo cidadão. Então, é essa a perspectiva.</u>		por exemplo, a planta de bacias hidrográficas do campus. [Também há] documentos de doação, como foi a aquisição dos terrenos para que aquilo ali virasse um campus. Então, nós temos algumas documentações, alguns documentos que são de forte relevância para a sociedade. [Além disso], temos várias pesquisas de incentivo à memória. Nós temos também vários profissionais do arquivo que fazem seus doutorados e mestrados com essa perspectiva de memória, de pesquisa social mesmo, de dar ao cidadão o seu direito. O arquivo seria esse amplo local em que as pessoas, o cidadão, independente se ele for interno ou externo, possa ter a segurança de ter informações sobre si mesmo, de alguma forma. Então, acho que o apelo do arquivo é dar a eles as condições de memória, direitos, deveres a todo cidadão. Então, é essa a perspectiva, [mas é também] uma relevância social que não está sendo explorada [como poderia].	
<u>1. Nós estamos dando apoio lá no museu, eles têm um volume documental... Eles têm um acervo documental grande lá.</u>	Parceria com outros setores (B)		
<u>1. [...] nós estamos fazendo isso, de organização desse material que vai ser digitalizado, mas aí não é para descartar esse material, não é para descartar os papéis, mas é para dar acesso, para publicizar e permitir que todos tenham acesso.</u> <u>1. Enfim, então, acho que é fundamental e a gente tem essa preocupação hoje lá, a gente está desenvolvendo esse trabalho e como a gente está começando agora a separar já o material</u>	Digitalização para acesso e disseminação (C)	Nós estamos organizando o material que vai ser digitalizado, mas não é para descartar os papéis, não é para eliminar esse material. É para dar acesso, publicizar e permitir que todos tenham acesso. A gente tem essa preocupação hoje. Estamos desenvolvendo esse trabalho e, como estamos começando agora a separar o material permanente, já temos esse intuito de digitalizar. Ainda não sabemos quando vai ser possível começar,	

<u>permanente, a gente já tem esse intuito, ainda não sabemos quando vai ser possível começar, mas a gente já tem esse intuito de digitalizar não para eliminar, porque nem pode, é permanente, mas para a disseminação da informação. Então, acho que isso é fundamental para a sociedade conhecer, né? Os pesquisadores, enfim.</u>		<i>mas a ideia é digitalizar não para eliminar, até porque nem pode, é permanente, mas para a disseminação da informação. Acho que isso é fundamental para que a sociedade conheça, para os pesquisadores, enfim.</i>	
2. <u>Eu acho que seria interessante se tivesse aí um serviço, um serviço de descrição e difusão.</u> 2. [...] porque a [...] tem um papel importante na história de [...]. Então, essa história tá enterrada aí e não está sendo disponível. Então, acho que a função social, tanto para a pesquisa da própria instituição [...], como para a própria cidade que ainda não está sabendo de nada. Isso seria fundamental.	Necessidade de difusão do acervo (D)	<i>Eu acho que seria interessante se tivesse aí um serviço de descrição e difusão. Isso seria fundamental porque a [universidade] tem um papel importante na história da [região]. E essa história tá enterrada aí e não está sendo disponibilizada. Então, acho que a função social [é] tanto para a pesquisa da própria instituição, quanto para a própria cidade, que ainda não está sabendo de nada.</i>	
3. <u>Nós temos uma baita preocupação com isso aqui. É até uma das discussões que nós temos. A segurança do nosso acervo. A segurança mesmo, assim, porque nós temos aqui documentos raros.</u>	Preocupação com a segurança do acervo (E)		
3. [...] é uma coisa que nós ainda não conseguimos sensibilizar, por exemplo, a administração do quanto que a gente precisa de mais segurança nesse sentido, das raridades, por exemplo, que nós temos aqui. Mas voltando para a questão do apelo social, realmente, eu considero que nós temos um acervo aqui de forte relevância, histórico-social, para a [...] e região.	Necessidade de sensibilização da administração superior (F)		
3. <u>Agora, após esse período de divulgação nossa, principalmente via Instagram, que é a rede social que é o nosso carro-chefe. TVs procuram a gente quando tem que fazer reportagem, [...]. Não só a TV, como até a própria divulgação da universidade, jornais locais.</u>	Atividades de difusão (G)	<i>Agora, após esse período de divulgação nossa, principalmente via Instagram, que é a rede social que é o nosso carro-chefe, TVs procuram a gente quando têm que fazer reportagem. Não só a TV, como até a própria divulgação da universidade [e]</i>	

3. <u>Então assim, a gente participa, exatamente para dar visibilidade, entendeu? [...], a gente tá virando essa referência, tá ficando bem legal! A gente tá vivendo nessa parte coisas muito legais assim...</u>		jornais locais. Então assim, a gente participa, exatamente para dar visibilidade, entendeu? A gente tá vivendo nessa parte coisas muito legais, a gente tá virando [uma] referência!	
3. [...] <u>a gente tem os pesquisadores que já nos usam como referência. As vezes nós fazemos encontros, nós chamamos nossos estagiários, nós chamamos essas pessoas que já pesquisaram e tal pra fazer assim, essa roda de conversa, troca de experiências. A gente participa sempre desses eventos nacionais [...]</u>	Interação com a comunidade (H)		
4. <u>Então, as pessoas não têm o hábito de pesquisar em arquivos, não tem essa cultura de pesquisar em arquivos, e eu acho que nós seremos mais valorizados no futuro próximo, principalmente com a produção nato digital.</u>	Falta a cultura de pesquisar em arquivos (I)		
4. <u>E ao contrário do que as pessoas pensam que, o digital não é uma ação que precisa ser mediada, nessa parte, eu discordo, eu acho que toda ação ela vai precisar ser mediada sim, até porque, mesmo numa plataforma de acesso livre, existe uma manutenção, se a gente não tiver nenhum tipo de mediação, a gente nunca vai saber se realmente está dando retorno o tempo todo, se não teve alteração. A gente vai ter que ter protocolo de mediação, se a pessoa não encontra a informação, a gente tem um canal para falar com essas pessoas, que na plataforma de acesso não conseguiram localizar uma determinada informação, [...]</u>	Profissional como mediador (J)		
4. [...] <u>a gente não trabalha ainda na área assim com vocabulário controlado, por exemplo, uso de vocabulário controlado ou outros tipos de orientadores, a gente não trabalha, com tesouro, com nada disso, então são elementos que eu vejo que a</u>	Necessidade de implantação de ferramentas arquivísticas (K)		

<u>gente precisa melhorar na nossa área, para de fato isso funcionar, essa ação social, cultural, funcionar. Então, é relevante sim, é uma memória que a gente não tem o hábito, documentalmente assim falando, porque a parte de fotografia, de filme, são acervos iconográficos, eles são demandados por pessoas da área, mas a própria acessibilidade, ela não é pensada para os profissionais dessa área. A linguagem não é adaptada.</u>			
<u>4. A gente não entra nesses processos, mas quando a gente começa a questionar, se comunicar sobre isso, a gente vê o tanto que a nossa área tem possibilidades de crescer e trabalhar a interdisciplinaridade de fato pra ação sair da teoria e trazer para a prática, muita coisa pra ser explorada. Muita coisa aí, aí eu falo: Eu estou querendo uns arquivistas, uns estudantes de Arquivologia empreendedores, porque tem coisa que não existe, mas tem mercado, cria uma empresa e começa a oferecer o serviço, porque é assim que a gente começa.</u>	Empreendedorismo e inovação na área da Arquivologia (L)		
<u>5. Outra coisa também que é bom pontuar, eu acho que inusitadamente, o que nossos ex-alunos, formados ou não, às vezes voltam na universidade, requerendo, é a cópia do ensino médio. Do ensino médio. Então, quer dizer, a gente acaba sendo esse local de guarda, que não era nem imediato, porque a gente precisa desse documento para fazer a matrícula do aluno. Mas eles às vezes precisam disso para comprovar para o concurso público, formados ou não. Então quer dizer, acaba se tornando um documento muito importante para a sociedade em geral, que passa pela universidade.</u>	Ampla funcionalidade dos documentos arquivísticos (M)		

DSC 9.1: Sim, com certeza! [Os arquivos] têm uma importância enorme, tanto para a instituição quanto para a sociedade. Nós

temos muitos documentos que trazem toda a história da instituição, desde os primórdios. É um legado de trabalho, de constituição, de contribuição de forte relevância para a sociedade.

Nós temos, sobretudo no arquivo permanente, vários acervos em relação à sociedade [local] e regional, [com] uma situação histórica muito latente. [Temos] acervos que são mais demandados, tem gente que procura [por] questão de demarcação de terras, outras pessoas procuram por questão de... Dupla cidadania, inventários... Para além disso, nós temos acervos, por exemplo, de companhias industriais extintas, que foram de grande importância aqui na economia local. Então, assim, tem esses acervos e no nosso institucional nós temos, por exemplo, a planta do campus, a planta hidráulica, não sei como chama isso, mas por exemplo, a planta de bacias hidrográficas do campus. [Também há] documentos de doação, como foi a aquisição dos terrenos para que aquilo ali virasse um campus. [Além disso], temos várias pesquisas de incentivo à memória. Nós temos também vários profissionais do arquivo que fazem seus doutorados e mestrados com essa perspectiva de memória, de pesquisa social mesmo, de dar ao cidadão o seu direito. Outra coisa também que é bom pontuar, eu acho que inusitadamente, o que nossos ex-alunos, formados ou não, às vezes voltam na universidade, requerendo, é a cópia do ensino médio. Do ensino médio! Então, quer dizer, a gente acaba sendo esse local de guarda, que não era nem imediato, porque a gente precisa desse documento para fazer a matrícula do aluno. Mas eles às vezes precisam disso para comprovar para o concurso público, formados ou não. Então quer dizer, acaba se tornando um documento muito importante para a sociedade em geral, que passa pela universidade.

Agora, após esse período de divulgação nossa, principalmente via Instagram, que é a rede social que é o nosso carro-chefe, TVs procuram a gente quando têm que fazer reportagem. Não só a TV, como até a própria divulgação da universidade [e] jornais locais. Então assim, a gente participa, exatamente para dar visibilidade, entendeu? A gente tá vivendo nessa parte coisas muito legais, a gente tá virando [uma] referência! A gente tem os pesquisadores que já nos usam como referência. As vezes nós fazemos encontros, nós chamamos nossos estagiários, nós chamamos essas pessoas que já pesquisaram e tal pra fazer assim, essa roda de conversa, troca de experiências. A gente participa sempre desses eventos nacionais. [Portanto], o arquivo seria esse amplo local em que as pessoas, o cidadão, independente se ele for interno ou externo, possa ter a segurança de ter informações sobre si mesmo,

de alguma forma. Então, acho que o apelo do arquivo é dar a eles as condições de memória, direitos, deveres a todo cidadão.

DSC 9.2: *Eu considero que nós temos um acervo aqui de forte relevância, histórico-social, para a [instituição] e região. [No entanto], percebemos que essa relevância social não está sendo explorada [como poderia]. [Por isso], eu acho que seria interessante se tivesse aí um serviço de descrição e difusão. [Afinal], isso seria fundamental porque a [universidade] tem um papel importante na história da [região] e essa história tá enterrada aí e não está sendo disponibilizada. Então, acho que a função social do arquivo [é] tanto para a pesquisa da própria instituição, quanto para a própria cidade, que ainda não está sabendo de nada.*

[Infelizmente], as pessoas não têm o hábito de pesquisar em arquivos, não tem essa cultura de pesquisar em arquivos, e eu acho que nós seremos mais valorizados no futuro próximo, principalmente com a produção nato digital. E ao contrário do que as pessoas pensam que, o digital não é uma ação que precisa ser mediada, nessa parte, eu discordo, eu acho que toda ação ela vai precisar ser mediada sim, até porque, mesmo numa plataforma de acesso livre, existe uma manutenção. Se a gente não tiver nenhum tipo de mediação, a gente nunca vai saber se realmente está dando retorno o tempo todo, se não teve alteração. A gente vai ter que ter protocolo de mediação, se a pessoa não encontra a informação, a gente tem um canal para falar com essas pessoas, que na plataforma de acesso não conseguiram localizar uma determinada informação.

[Ademais] nós estamos organizando o material que vai ser digitalizado, mas não é para descartar os papéis, não é para eliminar esse material. É para dar acesso, publicizar e permitir que todos tenham acesso. A gente tem essa preocupação hoje. Estamos desenvolvendo esse trabalho e, como estamos começando agora a separar o material permanente, já temos esse intuito de digitalizar. Ainda não sabemos quando vai ser possível começar, mas a ideia é digitalizar não para eliminar, até porque nem pode, é permanente, mas para a disseminação da informação. Acho que isso é fundamental para que a sociedade conheça, para os pesquisadores, enfim.

[Outro] elemento que eu vejo que a gente precisa melhorar na nossa área, para de fato isso funcionar essa ação social e cultural, [é o fato de] não trabalharmos ainda na área assim com vocabulário controlado. Por exemplo, uso de vocabulário controlado

ou outros tipos de orientadores, a gente não trabalha, com tesouro, com nada disso. Então, é relevante sim, é uma memória que a gente não tem o hábito, documentalmente assim falando, porque a parte de fotografia, de filme, são acervos iconográficos, eles são demandados por pessoas da área, mas a própria acessibilidade, ela não é pensada para os profissionais dessa área. A linguagem não é adaptada.

A gente não entra nesses processos, mas quando a gente começa a questionar, se comunicar sobre isso, a gente vê o tanto que a nossa área tem possibilidades de crescer e trabalhar a interdisciplinaridade de fato pra ação sair da teoria e trazer para a prática, muita coisa pra ser explorada. Muita coisa aí, aí eu falo: Eu estou querendo uns arquivistas, uns estudantes de Arquivologia empreendedores, porque tem coisa que não existe, mas tem mercado, cria uma empresa e começa a oferecer o serviço, porque é assim que a gente começa.

[Por fim], uma das discussões que nós temos internamente [é] a segurança do nosso acervo. A segurança mesmo, assim, porque nós temos aqui documentos raros. [Entretanto] é uma coisa que nós ainda não conseguimos sensibilizar, por exemplo, a administração, do quanto que a gente precisa de mais segurança nesse sentido, das raridades, por exemplo, que nós temos aqui. Nós temos uma baita preocupação com isso aqui.

10. Você gostaria de abordar algum tópico que não foi contemplado na entrevista, mas considera relevante para esta pesquisa?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DSC	ANCORAGEM
<u>1. [...] ele (o arquivista) orientou várias pessoas sobre o processo de guarda, de organização dos documentos. Fantástico. E o pessoal começou a guardar os documentos nas caixas, cada um da sua maneira, conforme entendeu, conforme adaptou, que foi orientado, e aí guardou nas caixas e mandou para o arquivo. Vieram para cá essas caixas. Essas caixas foram colocadas nas prateleiras e não foram revisadas, classificadas, não teve isso. Então, de</u>	Gestão documental é um trabalho constante (A)		

<u>certa forma, não sei se está alinhado com o que você fala, com o seu trabalho, a questão do mapa, a questão da gestão de risco, é a questão do risco de não encontrar o documento. Acho que também pode entrar isso.</u>			
<u>1. [...] já aconteceu de a gente deparar com situações de a gente não encontrar o documento, foi solicitado e, preciso do documento que está em tal caixa. Porque foi organizado por lá, então eles têm essa informação. Aí ok, a gente vai na caixa e não está. Aí a gente procura, procura e já algumas coisas conseguimos achar, outras a gente não consegue achar. E tem casos também de setores que pedem... Olha, preciso do documento tal, da caixa tal, tá certinho, correto, perfeito, assim, foi muito bem-feito. Então, é uma questão de risco também, de não encontrar a informação. E foi colocada lá, quem produziu esse documento, ele colocou no lugar certo, conforme ele acha que colocou. Às vezes nem foi colocado, enfim, tudo isso a gente está tentando trabalhar e levantar aí, né, dentro do processo de gestão documental, né.</u>	Risco associado ao arquivamento inadequado (B)		
<u>1. É complexo, a equipe é pequena, né, [...] e eu tenho pedido muito, insistido muito na necessidade de ter, num próximo concurso, a gente ter uma vaga para arquivista, né? [...] vir um arquivista para agregar e somar na equipe vai ser fantástico.</u> <u>1. [...] enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente.</u>	Falta contratação de pessoal (C)	<u>É complexo, a equipe é pequena. Enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente. Eu tenho pedido muito, insistido muito na necessidade de ter, num próximo concurso, a gente ter uma vaga para arquivista, né? Vir um arquivista para agregar e somar na equipe vai ser fantástico.</u>	
<u>2. A preservação, acho que é destacar que às vezes começam sistemas, né, como o SEI, em que também</u>	Falsa ideia de organização com a	<u>[Quanto] à preservação, acho que [cabe] destacar que, às vezes, começam sistemas,</u>	

<u>são produzidos documentos, porque só a implantação do sistema não quer dizer que está sendo organizado, né? As atividades, elas continuam, que é aí que vem o mapeamento. Elas continuam sendo repetitivas, ou seja, do mesmo jeito que ele está produzindo esse documento desorganizado que você vai visualizar... no papel. Isso deve estar lá no servidor.</u> 2. <u>Então, eu acho preocupante. E do mesmo jeito que tá bagunçado aqui, que fica visível. Lá fica numa sala de cadeados, né. (risos)! Então, eu acho que lá também precisa... porque não mudou nada. Só um sistema, só digitalizou a bagunça.</u>	digitalização (D)	como o SEI, em que também são produzidos documentos, [mas] só porque tem a implantação do sistema não quer dizer que está sendo organizado, né? As atividades, elas continuam, que é aí que vem o mapeamento. Elas continuam sendo repetitivas, ou seja, do mesmo jeito que está produzindo esse documento desorganizado no papel, isso deve estar lá no servidor. Então, eu acho preocupante. E do mesmo jeito que tá bagunçado aqui, que fica visível, lá fica numa sala de cadeados, né? (risos)! Então, eu acho que lá também precisa [preservar], porque não mudou nada. Só um sistema, só digitalizou a bagunça.	Digitalização vista como solução “mágica” (A)
2. <u>Eu acho que é até preocupante, que... eu acho que vai ser mais caro armazenar, eu não tenho ideia, o digital do que esse. Preservar o digital do que esse. A obsolescência dessas coisas.</u>	Custos da digitalização (E)		
2. <u>Nós não temos condições de falar que se o documento permanente é digitalizado, ele não pode ser eliminado. Então, há... então, abro aspas: “Há pessoas na [...] que falam assim, ah, não... está com problema de espaço, então eu vou digitalizar e jogar fora”. E esses documentos eram permanentes. Então, no tópico que você falou sobre a conscientização, o arquivo aqui não faz, não dá tempo, mal atende a demanda. Então, eu acho que seria estar junto com essa conscientização. A pessoa pensa que digitalizar ali, além de não poder, vai resolver.</u>	Falta conscientização sobre a digitalização (F)		
3. <u>Como que se dá o apoio institucional, para... assim... você está entrevistando a gente aqui do arquivo, a nossa visão é querer que o arquivo esteja no lugar adequado, tudo certinho, a gente tem essa noção. Mas, por exemplo, assim, qual é o</u>	Falta de feedback governamental (G)	Acho que seria legal ver como que se dá o apoio institucional, para o outro lado. [Porque] cobram da gente, que a gente faça, para parecer estar certinho e não tem retorno. Você está entrevistando a gente	

<u>comprometimento das administrações, isso, como você tá fazendo somente em universidades federais, mas das administrações locais e do governo federal, né? Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio, “Ah, vocês são obrigados”, tá bom, nós fizemos, e o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos, tem coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? Acho que isso é uma coisa que tem que ser muito trabalhada porque, às vezes, parece que a gente não tá envolvido, a gente tá! Se você me perguntar exatamente tudo o que a gente precisa aqui, a gente sabe...</u> 3. [...], <u>mas acho que seria legal ver isso, ver o outro lado, que cobram da gente, que a gente faça, para parecer estar certinho e não tem retorno.</u>		aqui do arquivo, a nossa visão é querer que o arquivo esteja no lugar adequado, tudo certinho, a gente tem essa noção. Mas, por exemplo, assim, qual é o comprometimento das administrações locais e do governo federal? Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio, “Ah, vocês são obrigados”. Tá bom, nós fizemos, e o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? Acho que isso é uma coisa que tem que ser muito trabalhada porque, às vezes, parece que a gente não tá envolvido, a gente tá! Se você me perguntar exatamente tudo o que a gente precisa aqui, a gente sabe...	
3. <u>Então assim, mas a gente é obrigado a perder um tempo de trabalho, que não é uma questão de duas horas, quando a gente pega pra preencher, como a gente faz o negócio direitinho, são dias de trabalho de várias pessoas, [...], envolvidas por vários dias, então não é uma coisa simples, mas qual foi o retorno disso até hoje? Eu não lembro quando a gente fez, mas nós nunca tivemos retorno. Esse feedback que eu acho que é interessante assim, porque acho que você está entrevistando a parte que quer que as coisas aconteçam né. Agora, por que que as coisas não acontecem?</u>	Equipe se esforça e não tem retorno prático (H)		
4. <u>De um modo geral, eu vejo que é importante a gente pensar que a gestão de riscos ela não é só da</u>	GR é interdisciplinar (I)		

<u>nostra área, para a gente fazer a gestão de risco na área arquivística, a gente precisa de ter um conhecimento de outras áreas. [...], a gente precisa estudar coisas de outras áreas e tentar entender, buscar outras fontes, porque a gente também não vai poder confiar, numa situação de gestão de risco, a gente não vai poder confiar só no outro.</u>			
<u>4. Prefeitura por exemplo, corta recurso de gestão de risco e emergência pra pagar outras contas, porque não vai acontecer, isso aí não tem uma data pra acontecer, então você faz a gestão porque se acontecer você tem que ter uma resposta imediata, começou um fogo, você não vai esperar queimar tudo para tomar uma providência, entendeu? Caiu água, você não pode esperar parar de chover, para começar a pensar. Você tem que ter uma noção do estrago, do que é que dá para chamar durante e depois. Como é que você vai fazer isso? Entende? Então, claro, a expertise, de fato, você vai ter se acontecer a tragédia, que você vai tirar a prova dos nove. Mas, enquanto gestor, você tem que pensar o pior cenário. A gente exercita o pior, quando a gente descobriu do extintor de incêndio, da fraude, e fomos descobrir outros tipos de fraude contratual que podem acontecer, nós ficamos preocupadíssimos, por quê? A gente não passou por incêndio, mas se a gente passasse, eu não posso confiar no equipamento que eu tenho. Entende? Ah, eu tenho problema de telhado, se eu não resolver meu telhado e cair uma chuva torrencial, vai molhar o que está embaixo ali. Entende? Então, eu tenho expertise, se eu tivesse resolvido o telhado, não precisava de tratar a inundação, mas eu não resolvi o telhado. E agora, eu não tratei o telhado, eu vou ter que tratar a inundação. Eu tenho material? Eu tenho pessoas capacitadas? Eu tenho equipe? Minha equipe dá conta de quanto? Nós temos... por quê? Dependendo do tanto que for afetado, eu vou ter que tomar decisões difíceis. Ah,</u>	Falta planejamento e antecipação de desastres (J)	A gente não tem uma estratégia se de fato acontecer [um sinistro] e detalhe, a recomendação não faz uma previsão de [como montar] uma infraestrutura para desastres. Se não tiver material, como é que você vai resolver? Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem. Todo mundo dá as mãos e vamos ficar 24 horas aqui e tentar resolver o problema com o que tem. A UFSM foi afetada, não tinha uma estratégia. A rede Arqifes se mobilizou depois, a gente não tinha nada preparado, entendeu? Quando acontecer assim, o que eu tenho eu posso enviar pra quem tá precisando se a tragédia aconteceu em outra instituição? Porque não dá tempo de comprar gente! Isso tudo tem que estar pronto. Então, a gente não pensa também numa rede de risco [ao] pensar em arquivos. O Arquivo Nacional tem alguma gestão de risco? Tem alguma matriz? Que eu saiba até hoje nós não achamos nada. A prefeitura, por exemplo, corta recurso de gestão de risco e emergência pra pagar outras contas, porque não vai acontecer. [O sinistro] não tem uma data pra acontecer, então você faz a gestão porque se acontecer você tem que ter uma resposta imediata. Começou um fogo, você não vai esperar queimar tudo para tomar uma providência, entendeu?	

<u>molharam 200 caixas. Como é que eu vou definir quais vão ser tratadas primeiro? Se eu não tiver algum protocolo estabelecido do que eu vou fazer, eu posso tomar uma decisão ali que ao invés de salvar, eu vou perder. De fato. Sem volta. Então, a gente não pensa como eu te falei, mas isso acontece.</u> 4. [...] a UFSM foi afetada, não tinha uma estratégia de todo mundo, a rede Arqifes se mobilizou depois, a gente não tinha nada preparado, entendeu? Quando acontecer assim, o que eu tenho eu posso enviar pra quem tá precisando se a tragédia aconteceu em outra instituição? Porque não dá tempo de comprar gente! Isso tudo tem que estar pronto. Então, quando a gente não pensa também numa rede de risco, então, se eu pensar em arquivos, o Arquivo Nacional tem alguma gestão de risco? Tem alguma matriz? Que eu saiba até hoje nós não achamos nada. 4. <u>A gente não tem uma estratégia se de fato acontecer e detalhe, a recomendação, não faz uma previsão de tenham infraestrutura para desastres que podem acontecer, porque se ele diz, você tem que fazer isso, se não tiver material, nada pra aquilo ali, como é que você vai resolver? Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem, todo mundo dá as mãos e vamos todo mundo ficar 24 horas aqui e tentar resolver o problema com o que tem.</u>		Caiu água, você não pode esperar parar de chover, para começar a pensar. Você tem que ter uma noção do estrago, do que é que dá para chamar durante e depois. Como é que você vai fazer isso? Entende? Então, claro, a expertise, de fato, você vai ter se acontecer a tragédia, que você vai tirar a prova dos nove. Mas, enquanto gestor, você tem que pensar o pior cenário. A gente exercita o pior, quando a gente descobriu do extintor de incêndio, da fraude, e fomos descobrir outros tipos de fraude contratual que podem acontecer, nós ficamos preocupadíssimos. Porque a gente não passou por incêndio, mas se a gente passasse, eu não posso confiar no equipamento que eu tenho. Entende? Ah, eu tenho problema de telhado, se eu não resolver meu telhado e cair uma chuva torrencial, vai molhar o que está embaixo ali. Entende? Então, eu tenho expertise, se eu tivesse resolvido o telhado, não precisava de tratar a inundação, mas eu não resolvi o telhado. E agora, eu não tratei o telhado, eu vou ter que tratar a inundação. Eu tenho material? Eu tenho pessoas capacitadas? Eu tenho equipe? Minha equipe dá conta de quanto? Porque dependendo do tanto que for afetado, eu vou ter que tomar decisões difíceis. Ah, molharam 200 caixas. Como é que eu vou definir quais vão ser tratadas primeiro? Se eu não tiver algum protocolo estabelecido do que eu vou fazer, eu posso tomar uma decisão ali que ao invés de salvar, eu vou perder. De fato. Sem volta. Então, a gente não pensa como eu te falei, mas isso acontece.	Desastre na UFSM tornou-se uma referência histórica (B) Cultura do improviso (C)
4. <u>A gente ouvindo como que eles fazem para</u>	Necessidade de banco	A gente ouve falar de como eles fazem para	

<u>preparar remédios, alimentos, tudo para situações de desastres, isso tudo é preparado antes. Só que o cálculo do número de desastre, do número de pessoas, ele é feito por um histórico. Eu vejo a situação do sul, eu pensei, a gente virou um ponto histórico ali, mas antes daquilo ali não tinha. Aí eu penso, será? Quanto que a gente já tinha pré-pronto para atender? Foi insuficiente, porque a gente sabe que está precisando a doação de pessoas físicas lá, porque a população atingida foi muito grande. O governo não tinha isso, ele também está preparando esses kits, essas coisas de... porque não tinha. Já tinha uma parte pronta, mas eles não fazem um estoque, entendeu? Maior do que a previsão. Como é que você pensa a gestão do risco? A previsão. Eu posso ter um sopesamento, a previsão que isso atinja quanto do meu arquivo? Esses indicadores é que a gente tem que pensar. Mas nós somos humanos e se eu fizer um cálculo muito abaixo da real tragédia? A gente não tem elementos pra esse tipo de decisão e isso é uma coisa que é cobrada na matriz de planejamento de risco. Como que eu vou calcular esse índice? Se eu for pesquisar e aí eu te falo porque a importância do pesquisador em gestão de riscos em arquivos, porque a gente não tem dados, mas se tiver pesquisa, se tiver alguém criando um indicador, mas se tiver como a gente começar a coletar dados e ter uma matriz, aí a gente tem condição de tomar uma decisão mais consciente na hora de risco, de quanto você tem que preparar, se preparar, entende? A gente vai montar o kit, que eu te falei, das luvas, com equipamentos pra uma tragédia maior, mas quantos kits eu tenho que preparar? Que tamanho de tragédia que eu tenho que dar conta?</u> 4. <u>Então, é isso que eu acho que o gerenciamento deveria dar, não só pro gestor, mas pra classe toda. Essa condição de ter esses indicadores e conseguir planejar de forma mais dentro da realidade o que é</u>	de dados com históricos de desastres (K)	<u>preparar remédios, alimentos, tudo para situações de desastres, isso tudo é preparado antes. O cálculo do número de desastre, do número de pessoas, ele é feito por um histórico. Eu vejo a situação do sul, eu pensei, a gente virou um ponto histórico ali, mas antes daquilo ali não tinha [nada que pudesse ser usado como base]. Aí eu penso: Quanto que a gente já tinha pré-pronto para atender? Foi insuficiente, porque a gente sabe que está precisando a doação de pessoas físicas lá, porque a população atingida foi muito grande. O governo não tinha isso, ele também está preparando esses kits, porque não tinha. Já tinha uma parte pronta, mas eles não fazem um estoque maior do que a previsão, entendeu? Como é que você pensa a gestão do risco? A previsão. Eu posso ter um sopesamento, a previsão que isso atinja quanto do meu arquivo? Esses indicadores é que a gente tem que pensar. Mas nós somos humanos e se eu fizer um cálculo muito abaixo da real tragédia? A gente não tem elementos pra esse tipo de decisão e isso é uma coisa que é cobrada na matriz de planejamento de risco. Como que eu vou calcular esse índice? Se eu for pesquisar e aí eu te falo o porquê da importância do pesquisador em gestão de riscos em arquivos, porque a gente não tem dados, mas se tiver pesquisa, se tiver alguém criando um indicador, mas se tiver como a gente começar a coletar dados e ter uma matriz, aí a gente tem condição de tomar uma decisão mais consciente na hora de risco, de quanto você tem que preparar, se preparar, entende? A gente vai montar o kit, que eu te falei, das luvas, com</u>	
---	---	---	--

<u>preciso também pra uma situação de calamidade, pra gente de fato salvar. Esses indicadores são comuns lá no exterior, internacionalmente eles já passaram por mais catástrofes que a gente. O Brasil agora, depois dessa inundação no sul é que a gente vai começar a pensar, a gente não tem tufão, mas a gente pode ter, entende? A gente não passa por algumas situações e a gente não quer aprender com quem já passou, a gente precisa esperar acontecer pra gente acordar pra realidade.</u> <u>4. Sem indicadores, você não sabe em quanto tempo você tem que rever. Agora, com certeza vão dar atenção a dados climáticos, que eles ignoraram. Dizem que o que aconteceu no sul está previsto para acontecer em outros pontos no Brasil, de forma idêntica, um volume de chuva inimaginável, entendeu? Nós não estamos preparados, não estamos</u> <u>4. Então o risco, às vezes, ele é invisível, como é que se tem um indicador ou monitora um risco que muitas vezes é invisível? Se você não tem uma base, uma estratégia, não encontra um caso que aconteceu em algum lugar no mundo e você analisa como que foi dado a solução, você não tem nada. Você está propenso a correr o risco, às vezes a boa vontade da pessoa resolve o risco, às vezes precisa de gastar um bom dinheiro para resolver o risco.</u>		equipamentos pra uma tragédia maior, mas quantos kits eu tenho que preparar? Que tamanho de tragédia que eu tenho que dar conta? Então, é isso que eu acho que o gerenciamento deveria dar, não só pro gestor, mas pra classe toda. Essa condição de ter esses indicadores e conseguir planejar de forma mais dentro da realidade o que é preciso também pra uma situação de calamidade, pra gente de fato salvar. Esses indicadores são comuns lá no exterior, internacionalmente eles já passaram por mais catástrofes que a gente. O Brasil agora, depois dessa inundação no sul é que a gente vai começar a pensar, a gente não tem tufão, mas a gente pode ter, entende? A gente não passa por algumas situações e a gente não quer aprender com quem já passou, a gente precisa esperar acontecer pra gente acordar pra realidade. Sem indicadores, você não sabe em quanto tempo você tem que rever. Agora, com certeza vão dar atenção a dados climáticos, que eles ignoraram. Dizem que o que aconteceu no sul está previsto para acontecer em outros pontos no Brasil, de forma idêntica, um volume de chuva inimaginável, entendeu? Nós não estamos preparados, não estamos. Então o risco, às vezes, ele é invisível, como é que se tem um indicador ou monitora um risco que muitas vezes é invisível? Se você não tem uma base, uma estratégia, não encontra um caso que aconteceu em algum lugar no mundo e você analisa como que foi dado a solução, você não tem nada. Você está propenso a correr o risco, às vezes a boa vontade da pessoa resolve o risco, às vezes precisa de gastar um bom dinheiro para resolver o	Cultura do improviso (C)
---	--	--	---------------------------------

		<i>risco.</i>	
<u>4. Agora, pensa como que vai ser também mentalmente, porque a gente pensa na gestão de riscos, também tem que entrar o risco: pessoas. O risco emocional, se passar por um incêndio aqui, você acha que alguém vai querer vir trabalhar ou vai confiar que esse prédio aqui... Todo mundo vai querer sair daqui, não quero nunca mais passar por isso, entendeu? Então vai ter que ter algum protocolo também para esse tipo de emergência, nós não temos isso. Gente, nós não temos isso nem para questão de insalubridade e a gente é obrigado a trabalhar em lugares péssimos, correndo o risco de ter uma conta de saúde pro resto da vida.</u>	Fator humano também precisa estar previsto na GR (L)		
<u>5. Talvez enfatizar a questão de estrutura, [...], porque os arquivos universitários, eles têm estruturas distintas. Tem alguns que são órgão complementar.</u> <u>5. Quando você está numa situação que você é órgão complementar, isso irradia de forma mais eficiente, vamos dizer assim.</u> <u>5. [...] saber onde estão estruturados os arquivos, para saber como eles conseguem conversar, seria bem interessante.</u>	Estrutura organizacional tem papel determinante (M)	<i>Talvez [seja importante] enfatizar a questão da estrutura, porque os arquivos universitários têm estruturas distintas. Tem alguns que são órgãos suplementares, [e] quando você está numa situação em que é um órgão complementar, isso irradia de forma mais eficiente, vamos dizer assim. [Então], seria bem interessante, saber onde estão estruturados os arquivos, para saber como eles conseguem conversar e se articular.</i>	

DSC 10: *Talvez [seja importante] enfatizar a questão da estrutura, porque os arquivos universitários têm estruturas distintas. Tem alguns que são órgãos suplementares, [e] quando você está numa situação em que é um órgão complementar, isso irradia de forma mais eficiente, vamos dizer assim. [Então], seria bem interessante, saber onde estão estruturados os arquivos, para saber como eles conseguem conversar e se articular.*

[Outra coisa que acho fundamental] é a questão do risco de não encontrar o documento. Já aconteceu de a gente se deparar

com esse tipo de situação, o documento foi solicitado, informando que ele estaria em tal caixa. Porque foi organizado por [quem produziu o documento], então eles têm essa informação. Aí ok, a gente vai na caixa e não está. Aí a gente procura, procura e já algumas coisas conseguimos achar, outras a gente não consegue achar. E tem casos também de setores que pedem: “Olha, preciso do documento tal, da caixa tal”, tá certinho, correto, perfeito, assim, foi muito bem-feito. Então, é uma questão de risco também, de não encontrar a informação. E foi colocada lá, quem produziu esse documento, ele colocou no lugar certo, conforme ele acha que colocou. Às vezes nem foi colocado, enfim, tudo isso a gente está tentando trabalhar e levantar aí, dentro do processo de gestão documental.

[Tudo isso] é complexo, a equipe é pequena. Enquanto uma instituição federal né, a gente entende que a gente tem necessidade de mais profissionais efetivos também, e sobretudo, o arquivista. A gente tem muita carência e necessidade desse profissional aqui para contribuir com a gente. Eu tenho pedido muito, insistido muito na necessidade de ter, num próximo concurso, a gente ter uma vaga para arquivista, né? Vir um arquivista para agregar e somar na equipe vai ser fantástico.

Além disso, [quanto] à preservação, acho que [cabe] destacar que, às vezes, começam sistemas, como o SEI, em que também são produzidos documentos, [mas] só porque tem a implantação do sistema não quer dizer que está sendo organizado, né? As atividades, elas continuam, que é aí que vem o mapeamento. Elas continuam sendo repetitivas, ou seja, do mesmo jeito que está produzindo esse documento desorganizado no papel, isso deve estar lá no servidor. Então, eu acho preocupante, [até porque] acho que vai ser mais caro preservar o digital que o papel, [precisa levar em consideração] a obsolescência dessas coisas. E do mesmo jeito que tá bagunçado aqui, que fica visível, lá fica numa sala de cadeados, né? (risos)! Então, eu acho que lá também precisa [preservar], porque não mudou nada. Só um sistema, só digitalizou a bagunça. Nós não temos condições de falar que se o documento permanente é digitalizado, ele não pode ser eliminado. Então, abro aspas: “Há pessoas na [universidade] que falam assim: “Ah, não... está com problema de espaço, então eu vou digitalizar e jogar fora”. E esses documentos eram permanentes. Então, no tópico que você falou sobre a conscientização, o arquivo aqui não faz, não dá tempo, mal atende a demanda. Então, eu acho que precisaria dessa conscientização. A pessoa pensa que digitalizar ali, além de não poder, vai resolver.

[Outro aspecto], acho que seria legal ver como que se dá o apoio institucional, para o outro lado. [Porque] cobram da gente, que a gente faça, para parecer estar certinho e não tem retorno. Você está entrevistando a gente aqui do arquivo, a nossa visão é querer que o arquivo esteja no lugar adequado, tudo certinho, a gente tem essa noção. Mas, por exemplo, assim, qual é o comprometimento das administrações locais e do governo federal? Porque esse plano que eles mandaram, a gente foi obrigado a responder, era um plano, se não me engano do governo federal que veio, “Ah, vocês são obrigados”. Tá bom, nós fizemos, e o que nós tivemos de retorno disso? Nós mapeamos, nós colocamos coisas que são de altíssimo risco, por exemplo, nosso risco de alagamento por conta do telhado é altíssimo, porque já aconteceu trocentas vezes. E, quais são as atitudes que o governo federal, que solicitou isso pra gente, dá de retorno? Acho que isso é uma coisa que tem que ser muito trabalhada porque, às vezes, parece que a gente não tá envolvido, a gente tá! Se você me perguntar exatamente tudo o que a gente precisa aqui, a gente sabe...

Então assim, a gente é obrigado a perder um tempo de trabalho, que não é uma questão de duas horas, quando a gente pega pra preencher, como a gente faz o negócio direitinho, são dias de trabalho de várias pessoas, envolvidas por vários dias, então não é uma coisa simples, mas qual foi o retorno disso até hoje? Eu não lembro quando a gente fez, mas nós nunca tivemos retorno. Esse feedback que eu acho que é interessante assim, porque acho que você está entrevistando a parte que quer que as coisas aconteçam né. Agora, por que que as coisas não acontecem?

De um modo geral, eu vejo que é importante a gente pensar que a gestão de riscos não é só da nossa área. Para a gente fazer a gestão de risco na área arquivística, a gente precisa estudar coisas de outras áreas e tentar entender, ter um conhecimento de outras áreas, buscar outras fontes, porque a gente também não vai poder confiar, numa situação de gestão de risco só no outro.

A gente não tem uma estratégia se de fato acontecer [um sinistro] e detalhe, a recomendação não faz uma previsão de [como montar] uma infraestrutura para desastres. Se não tiver material, como é que você vai resolver? Aí se vira nos trinta né? Porque o sapo pula quando a situação vem. Todo mundo dá as mãos e vamos ficar 24 horas aqui e tentar resolver o problema com o que tem.

A UFSM foi afetada, não tinha uma estratégia. A rede Arquifes se mobilizou depois, a gente não tinha nada preparado, entendeu? Quando acontecer assim, o que eu tenho eu posso enviar pra quem tá precisando se a tragédia aconteceu em outra

instituição? Porque não dá tempo de comprar gente! Isso tudo tem que estar pronto. Então, a gente não pensa também numa rede de risco [ao] pensar em arquivos.

O Arquivo Nacional tem alguma gestão de risco? Tem alguma matriz? Que eu saiba até hoje nós não achamos nada. A prefeitura, por exemplo, corta recurso de gestão de risco e emergência pra pagar outras contas, porque não vai acontecer. [O sinistro] não tem uma data pra acontecer, então você faz a gestão porque se acontecer você tem que ter uma resposta imediata. Começou um fogo, você não vai esperar queimar tudo para tomar uma providência, entendeu? Caiu água, você não pode esperar parar de chover, para começar a pensar. Você tem que ter uma noção do estrago, do que é que dá para chamar durante e depois. Como é que você vai fazer isso? Entende? Então, claro, a expertise, de fato, você vai ter se acontecer a tragédia, que você vai tirar a prova dos nove. Mas, enquanto gestor, você tem que pensar o pior cenário. A gente exercita o pior, quando a gente descobriu do extintor de incêndio, da fraude, e fomos descobrir outros tipos de fraude contratual que podem acontecer, nós ficamos preocupadíssimos. Porque a gente não passou por incêndio, mas se a gente passasse, eu não posso confiar no equipamento que eu tenho. Entende? Ah, eu tenho problema de telhado, se eu não resolver meu telhado e cair uma chuva torrencial, vai molhar o que está embaixo ali. Entende? Então, eu tenho expertise, se eu tivesse resolvido o telhado, não precisava de tratar a inundação, mas eu não resolvi o telhado. E agora, eu não tratei o telhado, eu vou ter que tratar a inundação. Eu tenho material? Eu tenho pessoas capacitadas? Eu tenho equipe? Minha equipe dá conta de quanto? Porque dependendo do tanto que for afetado, eu vou ter que tomar decisões difíceis. Ah, molharam 200 caixas. Como é que eu vou definir quais vão ser tratadas primeiro? Se eu não tiver algum protocolo estabelecido do que eu vou fazer, eu posso tomar uma decisão ali que ao invés de salvar, eu vou perder. De fato. Sem volta. Então, a gente não pensa como eu te falei, mas isso acontece.

A gente ouve falar de como eles fazem para preparar remédios, alimentos, tudo para situações de desastres, isso tudo é preparado antes. O cálculo do número de desastre, do número de pessoas, ele é feito por um histórico. Eu vejo a situação do sul, eu pensei, a gente virou um ponto histórico ali, mas antes daquilo ali não tinha [nada que pudesse ser usado como base]. Aí eu penso: Quanto que a gente já tinha pré-pronto para atender? Foi insuficiente, porque a gente sabe que está precisando a doação de

peessoas físicas lá, porque a população atingida foi muito grande. O governo não tinha isso, ele também está preparando esses kits, porque não tinha. Já tinha uma parte pronta, mas eles não fazem um estoque maior do que a previsão, entendeu? Como é que você pensa a gestão do risco? A previsão. Eu posso ter um sopesamento, a previsão que isso atinja quanto do meu arquivo? Esses indicadores é que a gente tem que pensar. Mas nós somos humanos e se eu fizer um cálculo muito abaixo da real tragédia? A gente não tem elementos pra esse tipo de decisão e isso é uma coisa que é cobrada na matriz de planejamento de risco. Como que eu vou calcular esse índice? Se eu for pesquisar e aí eu te falo o porquê da importância do pesquisador em gestão de riscos em arquivos, porque a gente não tem dados, mas se tiver pesquisa, se tiver alguém criando um indicador, mas se tiver como a gente começar a coletar dados e ter uma matriz, aí a gente tem condição de tomar uma decisão mais consciente na hora de risco, de quanto você tem que se preparar, entende? A gente vai montar o kit, que eu te falei, das luvas, com equipamentos pra uma tragédia maior, mas quantos kits eu tenho que preparar? Que tamanho de tragédia que eu tenho que dar conta? Então, é isso que eu acho que o gerenciamento deveria dar, não só pro gestor, mas pra classe toda. Essa condição de ter esses indicadores e conseguir planejar de forma mais dentro da realidade o que é preciso também pra uma situação de calamidade, pra gente de fato salvar. Esses indicadores são comuns lá no exterior, internacionalmente eles já passaram por mais catástrofes que a gente. O Brasil agora, depois dessa inundação no sul é que a gente vai começar a pensar, a gente não tem tufão, mas a gente pode ter, entende? A gente não passa por algumas situações e a gente não quer aprender com quem já passou, a gente precisa esperar acontecer pra gente acordar pra realidade. Sem indicadores, você não sabe em quanto tempo você tem que rever. Agora, com certeza vão dar atenção a dados climáticos, que eles ignoraram. Dizem que o que aconteceu no sul está previsto para acontecer em outros pontos no Brasil, de forma idêntica, um volume de chuva inimaginável, entendeu? Nós não estamos preparados, não estamos. Então o risco, às vezes, ele é invisível, como é que se tem um indicador ou monitora um risco que muitas vezes é invisível? Se você não tem uma base, uma estratégia, não encontra um caso que aconteceu em algum lugar no mundo e você analisa como que foi dado a solução, você não tem nada. Você está propenso a correr o risco, às vezes a boa vontade da pessoa resolve o risco, às vezes precisa de gastar um bom dinheiro para resolver o risco.

[Por fim, acho importante lembrar] *do risco emocional, mental. Porque ao pensar na gestão de riscos, também tem que entrar o risco: pessoas. O risco emocional, se passar por um incêndio aqui, você acha que alguém vai querer vir trabalhar ou vai confiar nesse prédio aqui? Todo mundo vai querer sair daqui, não quero nunca mais passar por isso, entendeu? Então vai ter que ter algum protocolo também para esse tipo de emergência, nós não temos isso. Gente, nós não temos isso nem para questão de insalubridade e a gente é obrigado a trabalhar em lugares péssimos, correndo o risco de ter uma conta de saúde pro resto da vida.*

ANEXOS

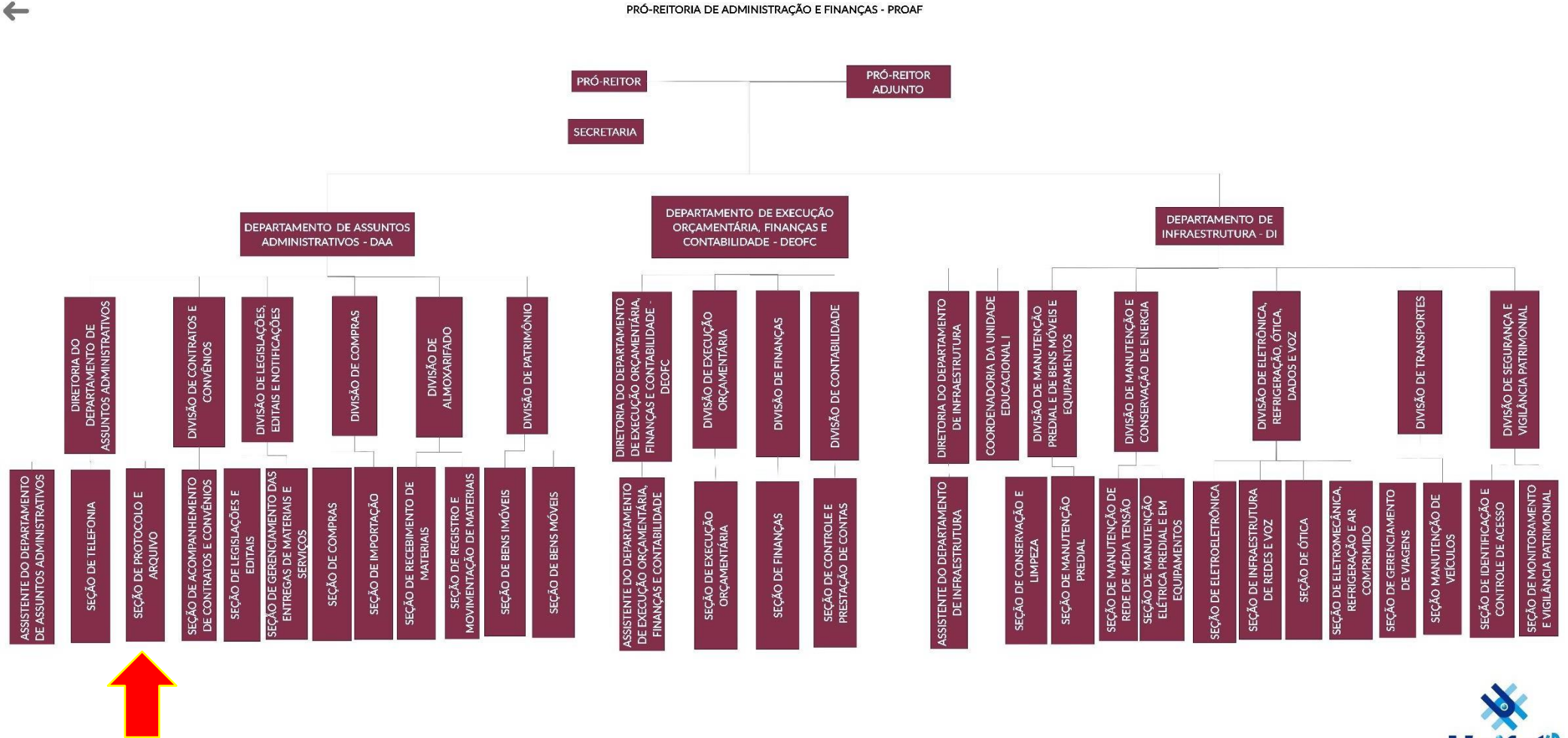
ANEXO A - Escala da Magnitude do Risco

<i>Grau de prioridade do risco</i>	MR	Perda de valor esperada no acervo
13,5 - 15 <i>Prioridade catastrófica</i> Todo ou quase todo o acervo sofrerá perda total em alguns poucos anos.	15	100% em 1 ano
	14,5	30% ao ano
	14	10% ao ano = 100% em 10 anos
	13,5	3% ao ano = 30% a cada 10 anos
11,5 - 13 <i>Prioridade extrema</i> Danos significativos em todo o acervo ou perda total de uma fração significativa do mesmo em aproximadamente uma década. Perda total do acervo ou de uma grande parte do mesmo em aproximadamente um século.	13	10% a cada 10 anos = 100% em 100 anos
	12,5	3% a cada 10 anos = 30% a cada 100 anos
	12	1% a cada 10 anos = 10% a cada 100 anos
	11,5	0,3% a cada 10 anos = 3% a cada 100 anos
9,5 - 11 <i>Prioridade alta</i> Perda de valor significativa numa pequena fração do acervo ou uma pequena perda de valor na maior parte do acervo em aproximadamente um século.	11	1% a cada 100 anos
	10,5	0,3% a cada 100 anos
	10	0,1% a cada 100 anos
	9,5	0,03% a cada 100 anos
7,5 - 9 <i>Prioridade média</i> Danos pequenos ou uma similar perda de valor no acervo em muitos séculos. Perda significativa na maior parte do acervo no transcurso de vários milênios.	9	0,1% a cada 1.000 anos = 1% a cada 10.000 anos
	8,5	
	8	0,01% a cada 1.000 anos = 0,1% a cada 10.000 anos
	7,5	
7 e inferior <i>Prioridade baixa</i> Danos mínimos ou insignificantes em uma fração mínima do acervo no transcurso de vários milênios.	7	0,001% a cada 1.000 anos = 0,01% a cada 10.000 anos
	6,5	
	6	0,0001% a cada 1.000 anos = 0,001% a cada 10.000 anos
	5,5	
	5	0,00001% a cada 1.000 anos = 0,0001% a cada 10.000 anos

Fonte: Pedersoli Júnior (FIOCRUZ, 2020, p. 221)

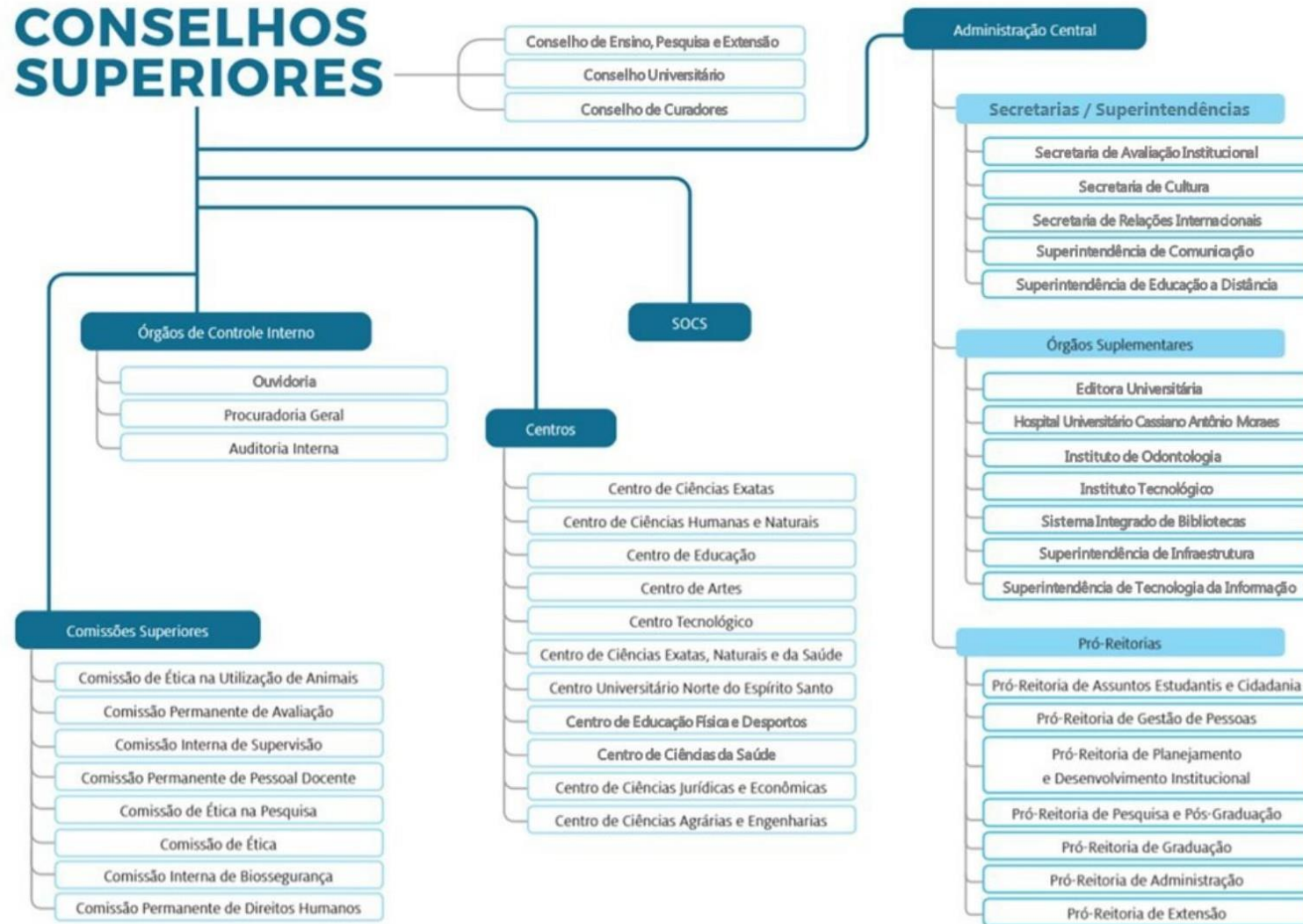
ANEXO B - Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Unifal

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF



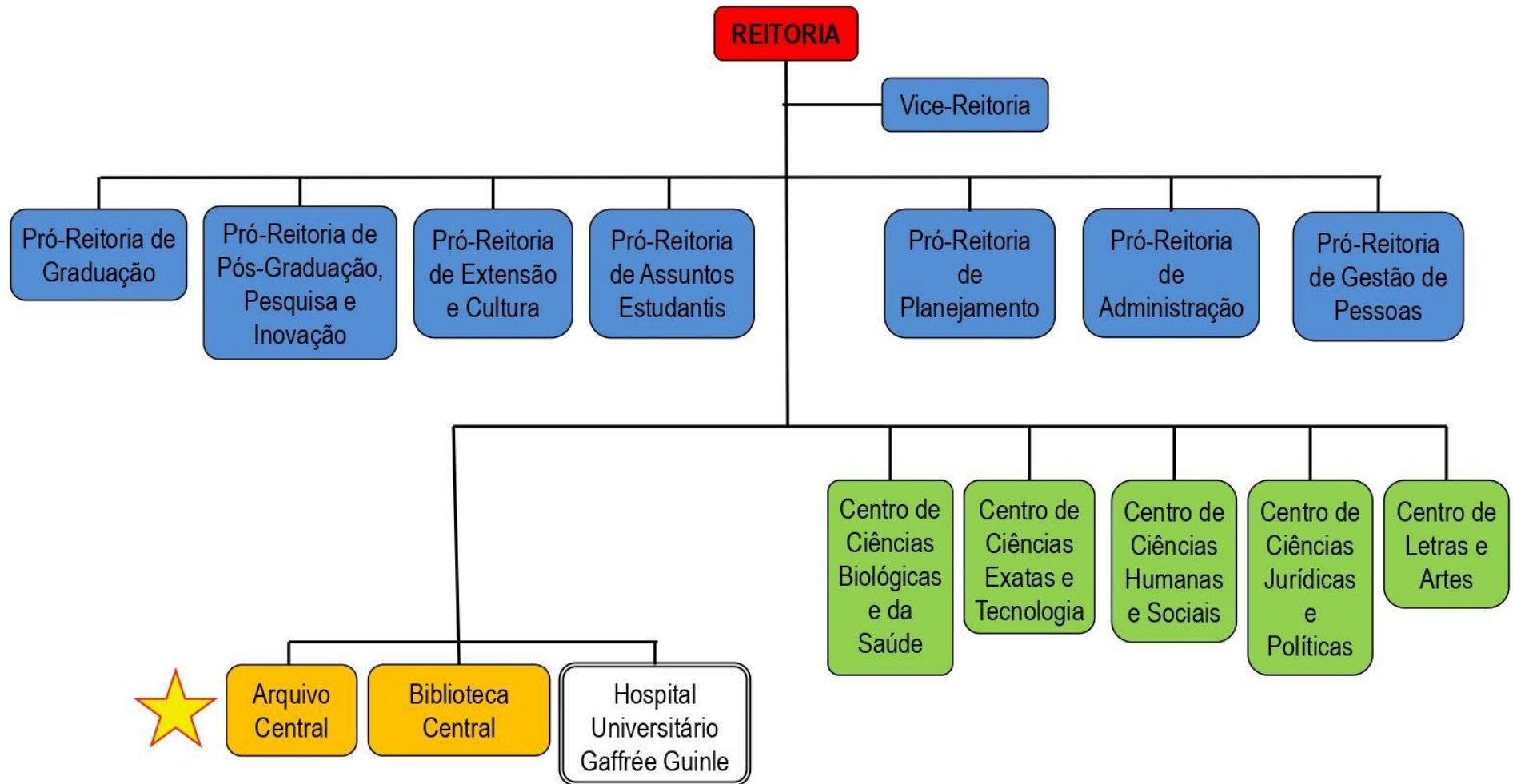
Fonte: Dados fornecidos pela plataforma Fala.br (2024).

ANEXO C - Organograma da Ufes



Fonte: Dados fornecidos pela plataforma Fala.br (2024).

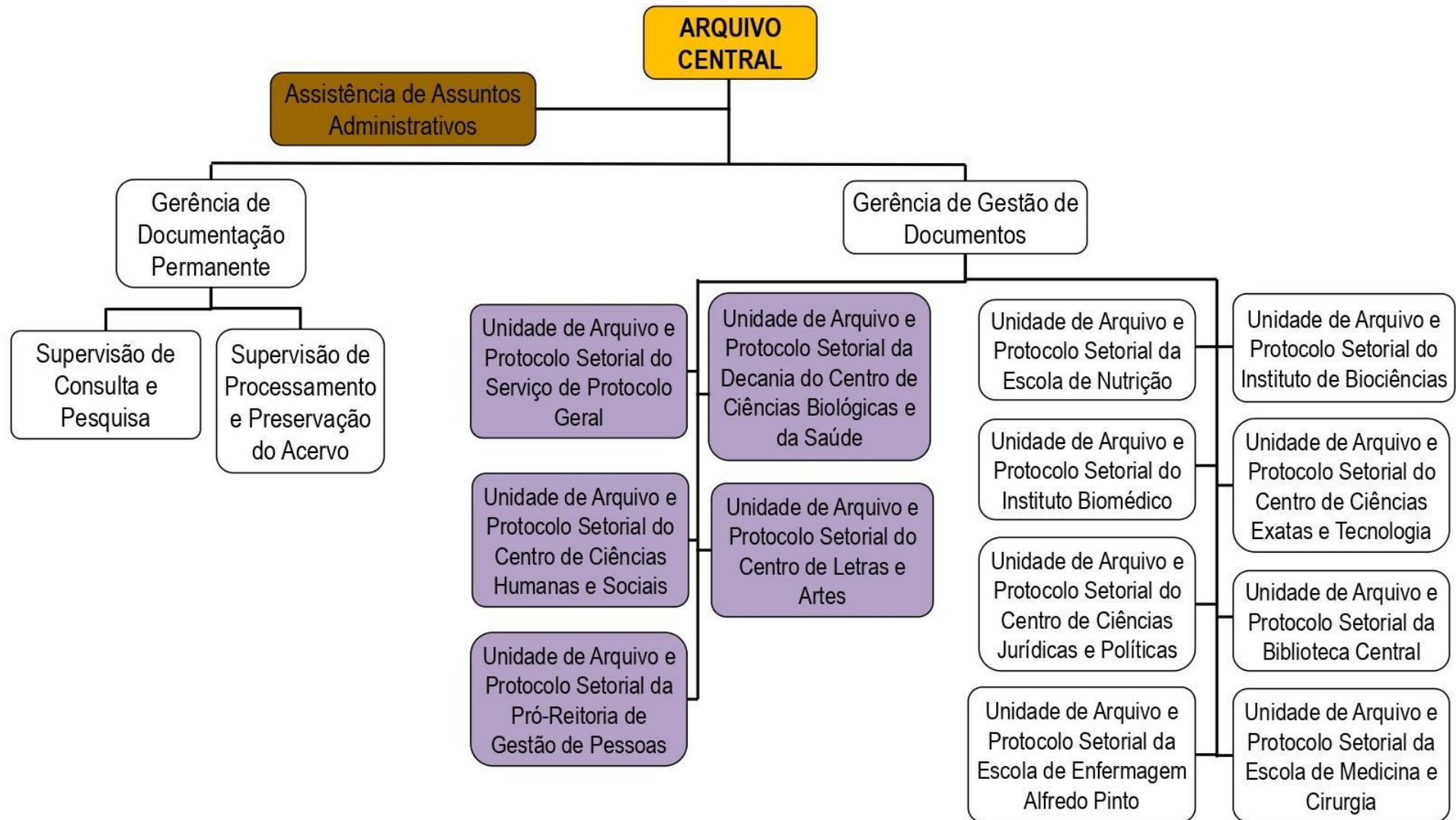
ANEXO D - Organograma da Unirio

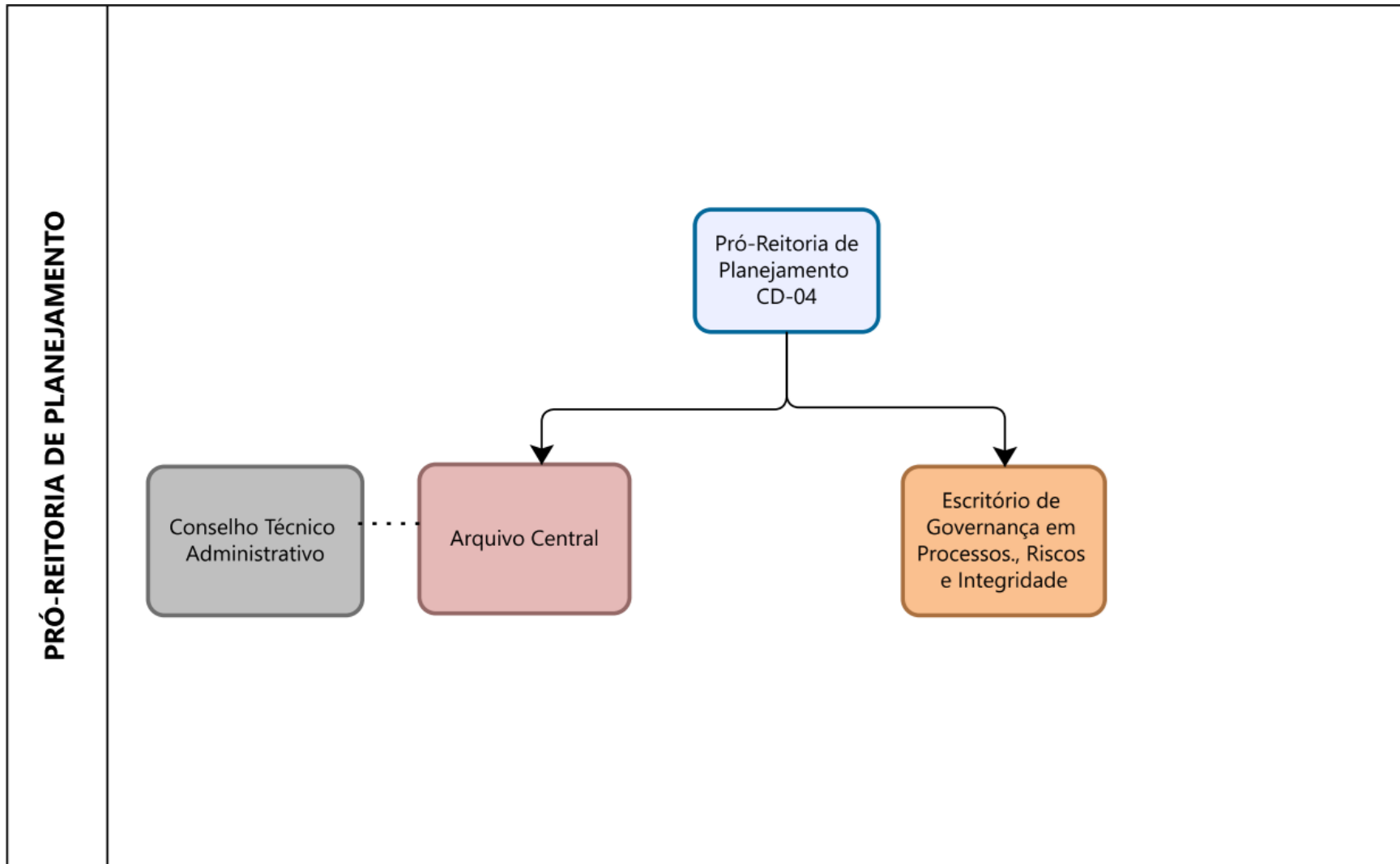


Atualizado em 16/07/2018 – Boletim Interno nº 12/2018

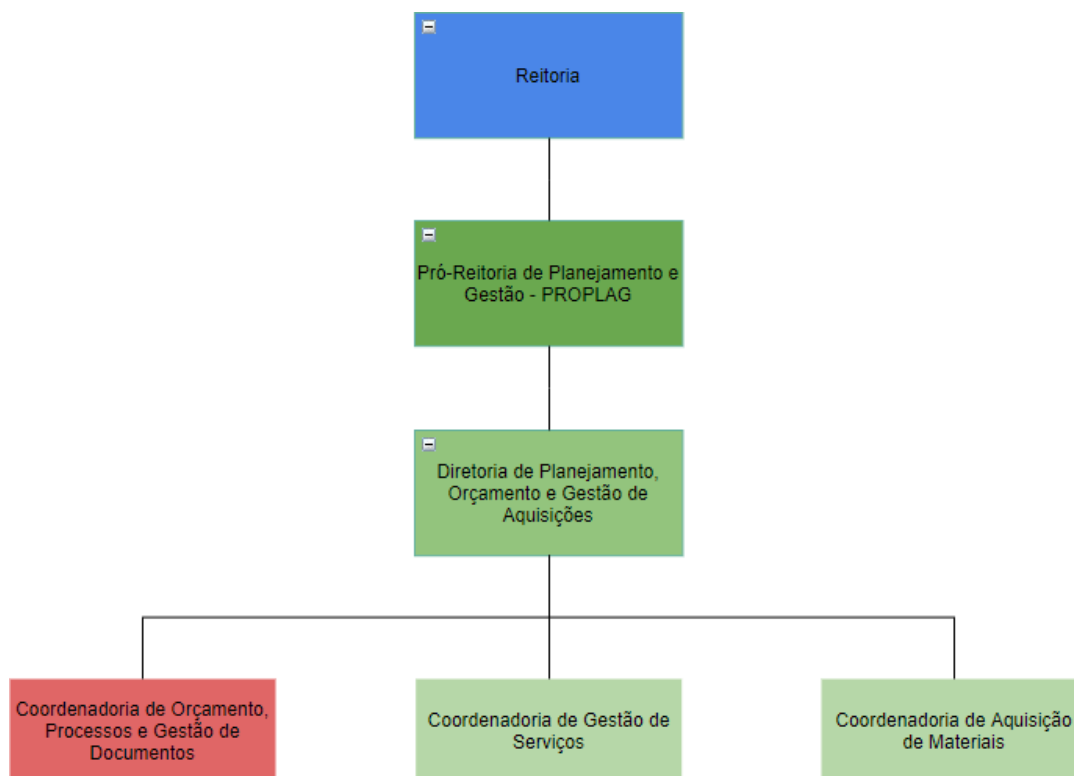
Fonte: Dados fornecidos pela plataforma Fala.br (2024).

ANEXO E - Organograma do Arquivo Central da Unirio



ANEXO F - Organograma da Pró-reitoria de Planejamento da UFJF

Fonte: Disponível em: https://www2.ufff.br/transparencia/wp-content/uploads/sites/91/2024/08/ORGANOGRAMA-RESOLUCAO-104_2024.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

ANEXO G - Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão da Ufla

Fonte: Dados fornecidos pela plataforma Fala.br (2024).